



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CAMBURI, TERRITÓRIO DE NEGROS, BRANCOS, E ÍNDIOS NO LIMITE DO CONSENSO CAIÇARA.
TRANSFORMAÇÕES DE UMA POPULAÇÃO TRADICIONAL CAMPONESA.

Simone Rezende da Silva
Orientador: Ariovaldo U. de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**CAMBURI, TERRITÓRIO DE BRANCOS, NEGROS E ÍNDIOS NO LIMITE DO
CONSENSO CAIÇARA. TRANSFORMAÇÕES DE UMA POPULAÇÃO
TRADICIONAL CAMPONESA.**

Simone Rezende da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo
2004.

Às coisas mais importante em minha vida:

Meu amor Javier e

Minha família

As coisas mais importante em minha vida:

Meu amor Javier e

Minha família

AGRADECIMENTOS

À MINHA FAMÍLIA:

ELPÍDIO, SISSI, ANDERSON, ZEZÉ E PEDRO

Eu acreditei em um sonho e por ele fiz tudo. Sempre soubemos que o “mundo” no qual nasci não era o meu. Mas qual era então? Busquei –o.

Hoje, em uma linha tênue que separa o “mundo” do qual vim, do de onde estou, percebo que realmente foi preciso estar aqui para entender que, no fundo, o mundo que não é o meu, vai estar sempre dentro de mim, pois é dele que provêm minhas convicções, minha fé na vida e foi nele que aprendi o valor da luta e do amor.

Agradeço por vocês existirem, por serem o apoio nos momentos difíceis e por tudo que me ensinaram, sem vocês nada disso teria sentido.

Obrigada por me deixarem voar.

AO MEU AMOR

"O meu amor é bonito de se ver, de se tocar e sentir.

*Quando ele vem com calma de um deus ,
Olhos de uma fera e os braços de um ateu
É tão bonito...*

*O meu amor é perfeito, é melhor e mais bonito
E por que não infinito*

Maria Bethânia

Javier, obrigada pelo amor, pelo carinho e compreensão

AO PROF. DR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

*“Se eu lhe digo: ‘faça assim!’,
e você me pergunta: ‘por quê?’,
e eu lhe respondo: ‘porque é assim que se faz!’
Eu não estou lhe ensinando nada, mas sim
Impondo-lhe a minha autoridade.
Não uso minha inteligência para convencê-lo de
que é bom e certo fazer assim, mas me
sirvo de minha memória para lembrar-me
de que quando agi diferentemente de como estou lhe dizendo,
percebi Ter cometido um erro.”*

Leonardo Da Vinci

Obrigada por tudo.

AOS QUERIDOS AMIGOS

Obrigada a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho E especialmente agradeço:

Ao Wagner, pela confecção dos mapas e por nossa amizade, pela nossa cumplicidade e por nossa trajetória.

À Cris pelas hospedagens em sua casa tão cheia de paz, por sua ajuda em campo e principalmente por sua amizade.

À Pit, Rosa, Dri, Suzana e Fabiola por toda a ajuda que me deram em campo, pelas conversas e conselhos, eles foram muito importantes!

À todos os funcionários do Núcleo Picinguaba do PESM, pela atenção com que sempre me trataram e pela ajuda no andamento desta pesquisa.

À Maria Ignez Maricondi, funcionária do Itesp, pela colaboração.

À Giorgia pela transcrição das fitas

À Maria e Mari pela revisão do texto

À Alexandra pela ajuda com os mapas.

Aos professores desta casa por terem contribuído para minha formação e por terem me ajudado a tornar-me uma geógrafa. Especialmente agradeço à prof. Sueli Furlan por seu incentivo e carinho.

Aos professores Ailton e Emerson pela ajuda com os mapas.

Às funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação, Ana, Jurema, Rosangela e Cida, pela atenção.

Aos professores e companheiros do Laboratório de Geografia Agrária, Marta, Júlio, Cacá, Larissa, Lúcia, Alexandra, pelo convívio e amizade.

AOS CAIÇARAS DE CAMBURI

Este trabalho é sobre vocês e para vocês.

Obrigada pelo muito que me ensinaram.

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir os problemas vividos pela comunidade de Camburi/Ubatuba-SP, uma população tradicional camponesa em cujo território foi instalada uma Unidade de Conservação Ambiental, iniciando um processo de expropriação prática e simbólica de suas terras/território, modo de vida e cultura.

A população de Camburi se auto denomina caiçara e nesta pesquisa foi considerada população tradicional camponesa. Agricultores/pescadores instalados nesse território há quase 200 anos quando seus ancestrais, escravos fugido, fundaram ali a "terra da liberdade", o tiveram transformado em U.C.A. em 1979 com a instituição do Núcleo Picinguaba do PESH, fato que interferiu drasticamente em seu modo de vida e cultura, pois desde então esta população passou a uma situação de ilegalidade visto que em um parque não podem haver moradores e nada pode ser plantado ou coletado.

Devido a essa origem ligada ao "tempo da escravidão" Camburi pode ser legalmente considerado um território de comunidade remanescente de quilombo, e portanto, seria retirado dos limites da U.C.A. Contudo, a maior parte de seus moradores rejeita assumir a identidade quilombola em detrimento da caiçara por eles constituída ao longo desses quase 200 anos.

Portanto, mesmo diante das dificuldades existentes esta população persiste, reinventando a cada dia seu modo de vida lutando para permanecerem em seus territórios e continuarem a ser caiçaras.

Palavras-chave: Caiçaras, quilombo/las, campesinato, natureza e unidades de conservação ambiental

RESUMEN

El presente trabajo pretende discutir los problemas vividos por la comunidad de Camburi/Ubatuba-SP, una población tradicional campesina en cuyo territorio fue instalada una Unidad de Conservación Ambiental, iniciando un proceso de expropiación práctica y simbólica de sus tierras/territorio, modo de vida y cultura.

La población de Camburi se auto-denomina caiçara y en esta investigación fue considerada como una población tradicional campesina. Agricultores/pescadores instalados en este territorio por cerca de 200 años cuando sus antepasados, esclavos fugados, fundaron ahí la "tierra de la libertad". Este territorio fue transformado en una U.C.A. en 1979 con la creación del Núcleo Picinguaba del PESM, hecho que interfirió drásticamente en su modo de vida y cultura, pues desde entonces esta población pasó a una situación de ilegalidad, dado que en un parque no puede haber habitantes y nada puede ser plantado o colectado.

Debido a ese origen ligada al "tiempo de la esclavitud" Camburi puede ser legalmente considerado un territorio de comunidad remanente de quilombo, y por lo tanto, sería retirado de los límites da U.C.A. Sin embargo, la mayor parte de sus habitantes rechazar asumir la identidad quilombola en detrimento de la caiçara constituida por ellos a lo largo de estos casi 200 años.

Por lo tanto, aún frente a las dificultades existentes, esta población persiste reinventando a cada día su modo de vida, luchando para permanecer en sus territorios y continuar siendo caiçaras.

Palabras-clave: Caiçaras, quilombo/las, campesinado, naturaleza y unidades de conservación ambiental.

SUMÁRIO

Dedicatória.....	I
Agradecimentos.....	II
Resumo.....	VII
Resumen.....	VIII
Índice.....	X
Índice iconográfico.....	X
Índice das tabelas.....	XI
1. Apresentação.....	1
2. Caminhando... relatos de pesquisa.....	9
3. Uma chave de entendimento: a relação sociedade e natureza.....	20
4. Populações Tradicionais.....	27
5. Os caiçaras de Camburi.....	48
6. Camburi, uma história de conflitos.....	131
7. Questão quilombola em.....	176
8. Considerações finais.....	200
Bibliografia.....	204

Anexos I – Entrevistas

Anexos II - Documentos

ÍNDICE

1.	Apresentação.....	1
2.	Caminhando... relatos de pesquisa.....	9
3.	Uma chave de entendimento: a relação sociedade e natureza.....	20
4.	Populações Tradicionais.....	27
4.1.	O conflito entre as populações tradicionais camponesas e as unidades de conservação ambiental – um desdobramento da separação sociedade e natureza.....	31
4.2.	Cultura caiçara, cultura de uma população tradicional camponesa.....	40
4.2.1.	O caiçara e sua cultura.....	40
5.	Os caiçaras de Camburi.....	48
5.1.	Ocupação do litoral norte paulista.....	48
5.2.	Origem dos caiçaras de Camburi – a formação do bairro.....	52
5.3.	Formação territorial de Camburi.....	63
5.4.	Organização territorial do bairro rural de Camburi - a praia, o sertão e a favela.....	67
5.4.1.	A praia.....	71
5.4.2.	Sertão.....	75
5.4.3.	A favela.....	81
5.5.	Modo de vida no "tempo dos antigos" e as transformações no cotidiano do bairro.....	81
5.5.1.	O tempo de plantar, a agricultura.....	89
5.5.1.1.	O cultivo da mandioca e a produção de farinha.....	93
5.5.2.	O tempo do manejo da floresta - cheiros, remédios, arte e construções.....	97
5.5.3.	O tempo da pesca em Camburi.....	103
5.5.4.	A religião, as festas e o entretenimento.....	113
5.5.5.	O tempo do turismo.....	119
6.	Camburi, uma história de conflitos.....	131
6.1.	As primeiras interferências em um modo de vida: ações governamentais.....	131
6.1.1.	Da ação do IBRA à expropriação das terras/território.....	132
6.1.1.2.	A Ação Discriminatória.....	139
6.2.	O projeto turis.....	144
6.3.	A construção da BR 101.....	145
6.4.	A criação do PESM - Núcleo Picinguaba.....	152
6.4.1.	O plano de gestão ambiental.....	158
6.4.2.	Plano de gestão emergencial para Camburi.....	162
6.4.2.1.	O estopim - Ocupação do Núcleo Picinguaba pelos moradores de Camburi.....	168
7.	Questão quilombola em.....	176
7.1.	De onde vem essa possibilidade.....	176
7.2.	O reconhecimento dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos: Legalidade e Competência.....	178
7.2.1.	Quilombos: Discussão para definição de critérios legais.....	180
7.3.	O relatório técnico-científico.....	186
7.4.	Ser negro, ser quilombola, recusar por que?.....	192
8.	Considerações finais.....	200
	Bibliografia.....	204

ÍNDICE ICONOGRÁFICO

Mapa No. 01 – Localização do Bairro de Camburi/Ubatuba-SP.....	9
Mapa No. 02 -Área do bairro de Camburi.....	79
Mapa No. 03 -Uso da terra.....	80 X

Croqui No. 01 – O sítio caiçara.....	70
Croqui No. 02 – A praia.....	73
Croqui No. 03 – O cerco de pesca.....	108
Calendário I “tempo dos antigo”.....	88
Calendário II “tempo de hoje”.....	127
FOTO AÉREA N.º 01.....	150
FOTO AÉREA N.º 02.....	151
FOTO AÉREA N.º 03.....	173
Diagrama de Parentesco.....	56
Diagrama de Reconhecimento quilombola.....	195
Fotos 1 e 2.....	61
Fotos 3 e 4.....	62
Fotos 5 e 6.....	69
Fotos 7.....	72
Fotos 8 e 9.....	92
Fotos 10 e 11.....	95
Fotos 12 e 13.....	96
Fotos 14, 15 e 16.....	102
Fotos 17 e 18.....	107
Fotos 19 e 20.....	110
Fotos 21 e 22.....	118
Fotos 23 e 24.....	125
Fotos 25 e 26.....	130
Fotos 27 e 28.....	172
Proposta 1 e 2 de território quilombola.....	188
Proposta 3 e 5 de território quilombola.....	189
Proposta 4 de território quilombola.....	190

ÍNDICE DAS TABELAS

Lista de ervas utilizadas no Camburi para fins medicinais.....	98
Lista de cheiros utilizados na cozinha caiçara.....	99
Lista de madeiras e cipós mais utilizados em Camburi.....	100
Lista de materiais mais utilizados para cestarias.....	100
Lista dos animais utilizados na culinária caiçara.....	101

*“O homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E a vida é o trabalho
E sem o seu trabalho
Um homem não tem honra”*

Gonzaguinha

*Capítulo 1
Apresentação*

1. Apresentação

Este trabalho procura ser um exercício de compreensão da realidade que envolve a sociedade, a natureza e a história. Ele propõe-se a contribuir de alguma forma para o avanço das discussões acerca dos problemas enfrentados pelas *Populações Tradicionais Camponesas Moradoras em Unidades de Conservação Ambiental*. Sejam elas denominadas regionalmente de caipiras, caboclas, ribeirinhas, caiçaras ou quilombolas, todas são populações camponesas, que em geral sofrem o mesmo problema: a expropriação de suas terras e outras intervenções externas alteradoras de suas identidades e modos de vida.

Camburi é um pequeno bairro do município de Ubatuba no litoral norte do Estado de São Paulo (VER MAPA No. 1). Ele é um exemplo de lugar onde uma população tradicional camponesa foi inserida em uma unidade de conservação ambiental, o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar. Ela viu-se expropriada de suas terras e conseqüentemente sofreu fortes transformações em seu modo de vida. Em decorrência deste e outros fatos, esta população vem enfrentando problemas de perda de identidade coletiva, desintegração e exclusão social.

No Brasil, são muitos os casos de populações expropriadas de suas terras por diversos motivos. É freqüente ser o próprio poder público, o Estado, o agente dessas expropriações, em processos que acontecem de diferentes formas, sutis ou explícitas. Muitos exemplos destes processos podem ser mencionados: a expulsão de posseiros¹ de suas terras devido ao incentivo estatal às frentes de expansão de grandes projetos agropecuários na Amazônia brasileira; o deslocamento de populações para construção de grandes obras públicas, como as hidrelétricas; ou como em Camburi, onde seus moradores tiveram seu território transformado em uma Unidade de Conservação Ambiental.

A população de Camburi sofreu várias outras intervenções do poder público tais como a construção da Rodovia BR 101, que dividiu o bairro e os planos de incentivo turístico. Ambas as ações atraíram especuladores imobiliários para a região acarretando graves problemas fundiários que se estendem até hoje. Contudo, nenhum problema é tão

¹ Diz-se posseiro o indivíduo que ocupa uma área, mas não tem título de propriedade, ou seja, ele tem a posse de fato, mas não o domínio jurídico.

sério para o morador de Camburi quanto sua inserção no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, pois o deixa sempre na iminência de ser expulso das terras que seus antepassados ocuparam há quase 200 anos e o impede de manter seu modo de vida² tradicional.

Mesmo sua presença sendo muito anterior à instalação do Parque, o morador tradicional de Camburi viu-se submetido à sua legislação, isto é, ele foi proibido de realizar o extrativismo, fazer coleta de alimentos e de plantas medicinais ou caçar animais na mata. Não pode fazer roça ou simplesmente reformar sua casa, tida também como patrimônio histórico. Até mesmo sua presença torna-se um ato ilegal diante da legislação ambiental, ou seja, uma condenação ao desaparecimento cultural e territorial em longo prazo.

O caiçara de Camburi não foi expulso de sua terra de forma direta, mas foi dela expropriado. Para ele a terra não tinha valor de troca e sim de uso. Assim, estando ele proibido de usá-la, a expropriação realiza-se de maneira prática, atingindo também o campo mítico e simbólico dessa população que tinha no ato de fazer a terra produzir o centro convergente do seu modo de vida.

O problema da terra implica diversos desdobramentos, não só materiais, mas também simbólicos. Afinal a relação do caiçara com a terra e com a natureza em geral era quase simbiótica³, e é em torno destes elementos que gravitam a vida social, as festas e os mitos.

Proibido de seguir sendo o caiçara que preservou a Mata Atlântica que hoje virou Parque Estadual para atender às necessidades do modo de vida urbano-industrial, também não lhe foi dada a oportunidade de incorporar-se dignamente a este modo de vida da sociedade mais ampla da qual o Camburi sempre foi parte marginal.

O entendimento de como ações e agentes externos ao bairro, passaram a interferir no modo de vida de seus moradores, enfocando principalmente os problemas fundiários decorrentes destas interferências e conseqüentes transformações, foi um percurso necessário de ser vivido. Pois, mesmo tendo sofrido expropriação material de suas terras e portanto também uma expropriação simbólica, há no imaginário do morador de Camburi,

² Segundo Diegues (1996) trata-se da maneira como determinada sociedade reproduz-se socialmente, como se relaciona interna e externamente, como produz seu sustento, como festeja, cria e mantém mitos e rituais, no interior de sua cultura.

em decorrência de eles se sentirem daquele lugar, uma intrínseca relação com a terra e com o território⁴ que o bairro ocupa para além dos limites físicos.

Apesar das intervenções e problemas enfrentados ao longo dos últimos 40 anos, a população de Camburi ainda tem um modo de vida diferenciado da sociedade urbana industrial, revelado em seu modo de relacionar-se socialmente, comercialmente, de relacionar-se com a natureza e de produzir.

Nesse contexto de exclusão, expropriação e descaracterização a que os moradores do bairro foram submetidos, surge em parte deles uma iniciativa de fazer valer os direitos que os antepassados conquistaram. Trata-se da possibilidade que é do bairro ser reconhecido como um território remanescente de quilombo.

Esta é uma alternativa que veio de fora para dentro, pois o morador do bairro sempre se auto-identificou como caiçara. Contudo, parte dessa comunidade que um dia foi “*tudo parte de parente*” assumiu as origens do bairro que realmente foi fundado por negros fugidos.

A decretação de um território quilombola no bairro abriria caminho para a sua autonomia e auto-determinação. Porém, o que a princípio parecia uma solução perfeita, dividiu os já enfraquecidos moradores de Camburi entre contrários e favoráveis a tal alternativa.

Esta divisão suscitou questionamentos a respeito dos motivos das escolhas desta população em relação a uma nomenclatura e do porquê da recusa em aceitar o passado de escravidão, ainda que ele representasse a liberdade no futuro.

Estudar esta recusa passou a ser o foco principal desta pesquisa. Contudo, procurou-se analisá-la no bojo dos acontecimentos que vêm transformando a vida dos moradores de Camburi nos últimos 40 anos.

Por esta razão, nesta pesquisa, Camburi será visto como um bairro rural e seu habitante, o caiçara ou o quilombola como quer parte da comunidade-bairro, como um camponês. Trata-se, portanto, de um conceito consolidado e que abarca em seu bojo os

³ Diegues, em seu livro “O mito moderno da natureza intocada” de 1994, trabalha com a expressão “relação simbiótica” referindo-se à relação do caiçara com a natureza, que seria de dependência harmônica.

⁴ O conceito de território adotado neste trabalho é aquele apresentado por Raffestin (1993) “Por uma geografia do poder”.

tipos regionais, seja qual for o nome que recebam, mas que como tal deve ser entendido à luz das relações com a sociedade dominante.

Este tem sido o processo histórico, no qual a sociedade (a elite das sociedades urbano-industriais ocidentais) vê-se separada da natureza, pois ela a usa indiscriminadamente. Esta nada mais é do que recurso natural. Entretanto, em um segundo momento, esta mesma sociedade, na iminência da escassez dos recursos naturais e sob a tensão de um modo de vida estressante, por ela mesma adotado, cria “áreas de natureza intocada” para seu usufruto. Neste processo ignoram que essas áreas já eram habitadas por outras populações, que em nenhum momento foram informadas, muito menos consultadas, acerca do que aconteceria em seus territórios.

Nem mesmo o fato de o Núcleo Picinguaba, ter sido incorporado ao Parque Estadual da Serra do Mar em 1979, com o argumento de haver neste local *populações tradicionais*, as chamadas *comunidades caiçaras*, que deveriam ser “preservadas” devido ao seu relacionamento harmônico com a natureza, serviu de compensação.

Estas comunidades não foram consultadas, se queriam ou não esta “preservação”, que na verdade foi um congelamento daquele espaço no tempo, mas sem garantias de permanência na terra. Por esta razão os moradores de Camburi vivem sob o signo do medo de que de repente sejam obrigados a saírem de suas casas e terras.

É devido a este medo que em meados da década de 80 foi criada a “Associação de Moradores de Camburi”, sob motivação de políticos da região, que, segundo os moradores, diziam que os caiçaras deviam se agregar para se defender da expropriação de suas terras.

Em decorrência deste medo sempre presente que de repente sejam obrigados a deixarem suas terras, é que ações como a da Fundação Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo), que em 1998 realizou um levantamento fundiário no bairro, dando início a uma Ação Discriminatória⁵, causou, a princípio, verdadeiro pânico e indignação nos moradores de Camburi. Eles tinham que provar legalmente que as terras que suas famílias ocupavam há quase 200 anos eram realmente suas. Contudo, esta situação

⁵ A Ação Discriminatória, é um processo judicial movido pelo Ministério Público, que visa “discriminar” terras, investigando quem de fato são seus donos e no caso destas terras pertencerem ao Estado, terras devolutas, o objetivo da Ação discriminatória é arrecadá-las de volta, ou titular possíveis posseiros que tenham adquirido direitos sobre ela.

propiciou um início de reorganização dos moradores, não mais como parentes, mas sim como comunidade-bairro em torno da reativação da Associação de Moradores.

Um pouco depois desta organização dos moradores ocorreu a iniciativa de parte da comunidade-bairro de reivindicar o reconhecimento deste como remanescente de quilombo, garantindo assim um direito assegurado pela Constituição Brasileira de 1988, em seus artigos 215 e 216. Estes artigos garantem a propriedade e usufruto da terra por eles ocupada.

Assim, foi fundada em 2000 a Associação do Quilombo do Camburi, que acionou o Ministério Público, e este, por sua vez, acionou a Fundação Itesp, para que esta tomasse as providências cabíveis. Desta forma foi feita a averiguação antropológica para constatar ou não a veracidade das informações que embasavam a reivindicação das terras como território de comunidade remanescente de quilombo.

Em seis de agosto de 2001, a Fundação Itesp iniciou o processo de reconhecimento dos Remanescentes da Comunidade do Quilombo de Camburi. O relatório foi finalizado em abril de 2002 concluindo tratar-se realmente o bairro de Camburi de um remanescente de quilombo. Contudo, devido à divisão interna do bairro em relação à questão quilombola, o processo encontra-se paralisado na Fundação Itesp⁶.

A princípio parece incompreensível a recusa de grande parte dos moradores de Camburi em aceitar que são descendentes de escravos, quando este simples reconhecimento seria o princípio da resolução dos problemas fundiários da comunidade. Aliás, seria a oportunidade de fazer com que o Estado que outrora lhes impôs uma instituição restritiva de seu modo de vida, o Parque, agora autorizasse a implantação de uma outra que os liberasse para o desenvolvimento de sua cultura. Contudo, a análise não pode ser tão simplista e não levar em conta que após 40 anos de expropriações, é difícil para esta população acreditar em mais uma medida promovida pelo poder público, sem que haja um sério trabalho de esclarecimento acerca dessa nova condição quilombola.

Além disso, a atitude de assumir-se quilombola exige a construção de uma identidade negra, nunca antes pensada por esta população.

À primeira vista, o processo de expropriação das terras-território já faz remeter-se a várias transformações físicas, sociais, econômicas e culturais no bairro, desdobramentos da

⁶ Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva".

perda dessas terras, relatadas por seus moradores como o ponto central de suas vidas. Contudo, o olhar geográfico, ao buscar o auxílio da antropologia, pode revelar muitas outras faces do processo de transformação da população tradicional de Camburi. O aprofundamento da investigação, a busca da origem do bairro, da origem dessa cultura em vias de desaparecimento, foi reveladora de problemas e preconceitos que haviam sido encobertos pelo “consenso caiçara”, pela aceitação de que a miscigenação de negros, índios e brancos dentro do contexto ímpar do ambiente entre a serra e o mar tornou a todos caiçaras, e, especificamente em Camburi, tornou a todos parentes. Mais ainda, ela revela e explica de certa maneira a fragilidade e desarticulação de seus moradores diante das intervenções externas, principalmente do poder público, que vêm sofrendo nos últimos 40 anos.

Portanto, fez-se necessário investigar o processo de expropriação das terras desta população e sua conseqüente perda gradativa de cultura tradicional devido às proibições de manutenção de seu modo de vida extremamente ligado à natureza.

A investigação abordou os fatores e agentes⁷ que levaram Camburi a atual situação de empobrecimento, bem como os motivos pelos quais hoje a população de Camburi deixou de ser “*tudo parte de parente*”⁸ como dizem eles próprios, para tornar-se uma comunidade bairro dividida em duas partes: os que querem e os que não querem que o bairro seja reconhecido oficialmente como “terra de remanescente de quilombo”.

O caminho traçado na pesquisa buscou documentos, bibliografias, mas, sobretudo, calcou-se no relato dos moradores tradicionais de Camburi, numa tentativa de reconstrução da origem e trajetória daquelas pessoas, não para que o passado explicasse o presente, como se fosse uma relação simples de causa e efeito, mas sim para perceber de que forma o passado é reconstruído no presente, pois segundo Chauí (1998)⁹, o processo de lembrar não é reviver, é re-fazer. Portanto, esse re-fazer a história demonstra o posicionamento do morador frente à questão de ser ou não remanescente de comunidade quilombola. Por esta razão é tão difícil para seus moradores a articulação, a efetiva união em defesa de seu

⁷ Fatores e agentes externos significativos serão tratados em capítulos específicos nesta pesquisa. São eles: a atuação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária em 1963, a concepção do Projeto Turis em 1963, a construção da Rodovia Br 101, que divide ao meio o bairro, e principalmente a implantação do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar em 1979, .

⁸ Esta é a maneira dos moradores de Camburi dizerem que no “tempo dos antigos” todos eram parentes.

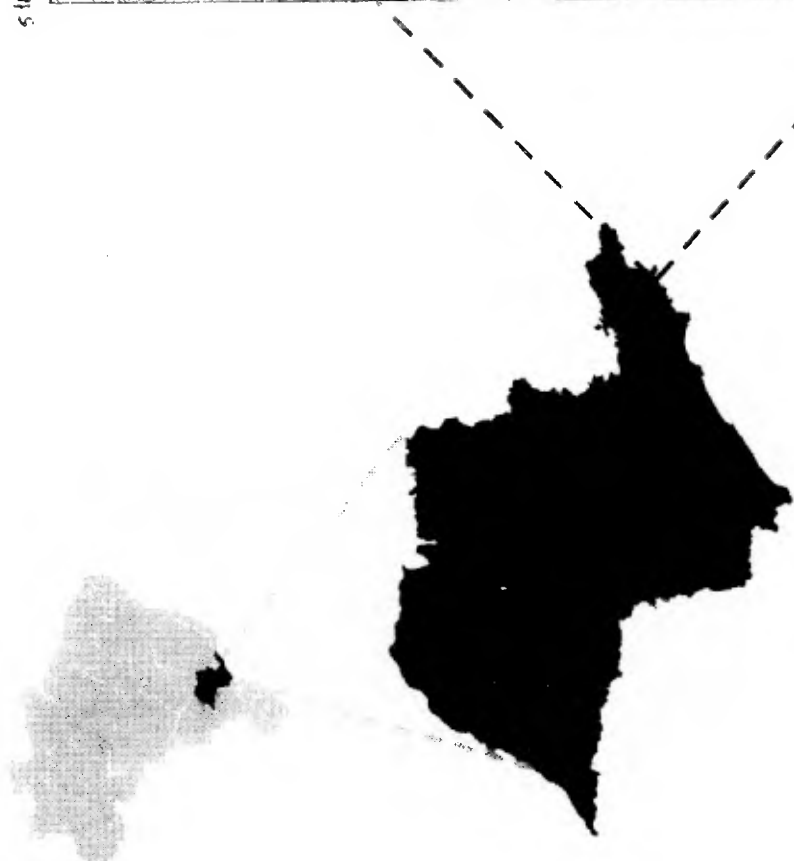
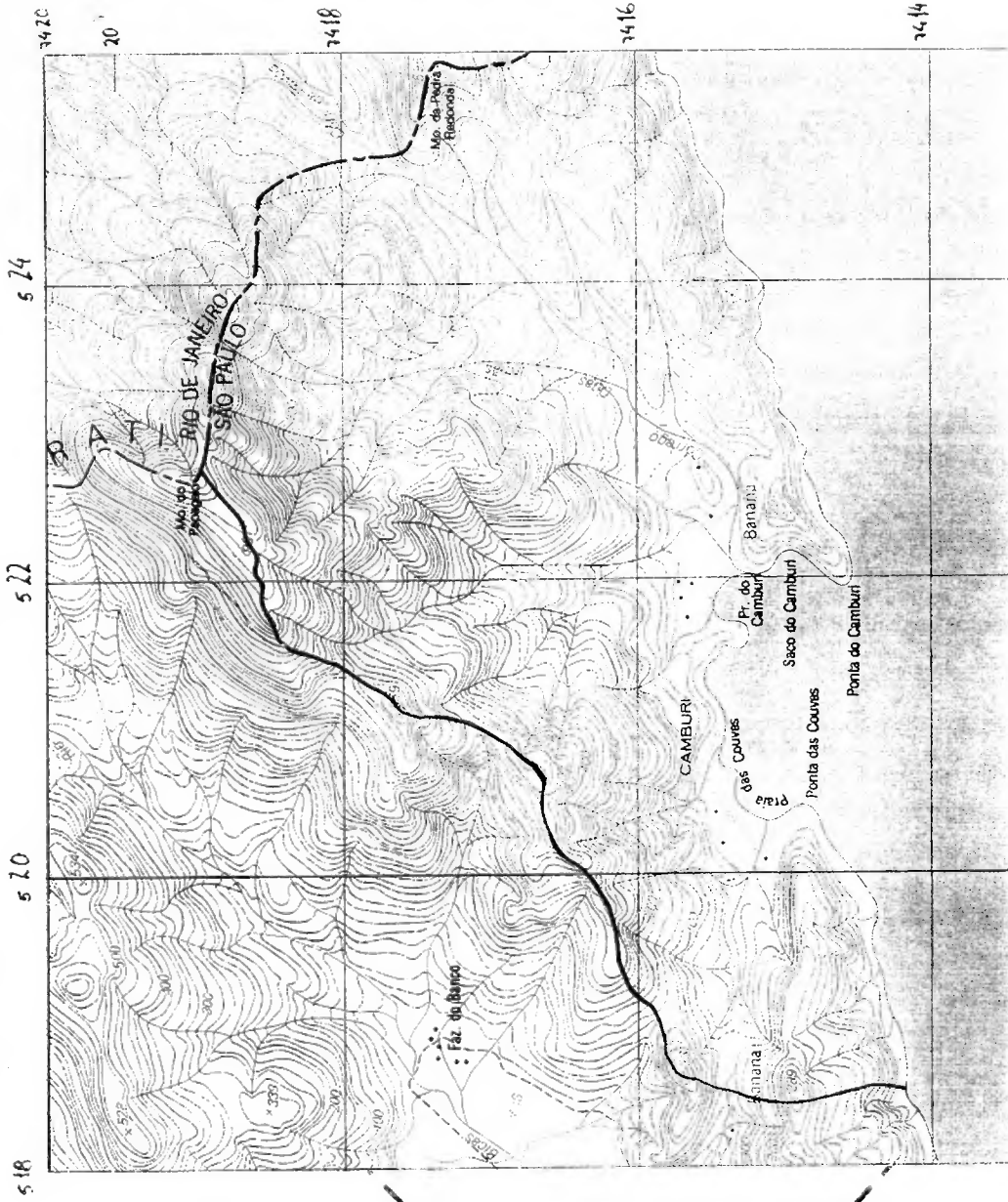
território, de seu modo de vida, ou mesmo por uma integração digna ao modo de vida urbano-industrial.

Dessa forma, a pergunta a ser feita é: por que diante de um histórico de expropriações ocorridas nas últimas décadas, principalmente no que se refere à terra, a maior parte dos moradores de Camburi recusa-se a assumir a identidade quilombola e assim garantir a posse e usufruto de suas terras?









⁹ Retirado do prefácio de Marilena Chauí para o livro “Memória e Sociedade, Lembranças de velhos”, de Ecléa Bosi. 1998.

MAPA No. 1

MAPA No. 01 Localização do Bairro de Camburi Ubatuba - SP



LEGENDA

-  Drenagem
-  Curvas de nível
-  Limite de Estado
-  Limite do bairro de Camburi
-  Mata
-  Culturas (perenes e temporárias)
-  Edificações
-  Praia



ESCALA 1: 50 000



ELABORAÇÃO: REZENDE-SILVA & FRANCA (2000)
 BASE CARTOGRÁFICA: CARTA TOPOGRÁFICA DO IBGE (1974)
 FOLHA SF 23-Z-C-1-3 PICINGUABA

*“Eu senti
antes de pensar”*

Rosseau

2. Caminhando... relatos de pesquisa

Lacoste-Dujardin (1977) questiona o fato de somente os resultados de uma pesquisa serem divulgados e publicados, enquanto isso tem permanecido ignorado o processo pelo qual o resultado foi obtido. Ela pergunta: “Porquê não expor a forma pela qual se desenrolou a pesquisa no tempo, sua evolução, seus desvios, os acontecimentos que cercaram a forma pela qual uma determinada informação pôde ser obtida ou a gênese de uma determinada idéia?”.

Estando de pleno acordo com estas idéias, tento agora dividir com os leitores, a minha trajetória, a trajetória desta pesquisa, que por vezes confundem-se.

Como já escrevi em meu TGI¹⁰ sob forma de relato, meu percurso na geografia começou com um grande interesse na área de geografia física. Este fato levou-me a cursar a disciplina “Biogeografia” com os Profs. Sueli Angelo Furlan e Felisberto Cavalheiro, com uma enorme empolgação (aliás, empolgação essa que nunca desapareceu).

Junto com os amigos do grupo que formamos para realizar o trabalho desta disciplina, fiz um estudo sobre manguezais e comunidades tradicionais. O tema foi escolhido para agradar tantos os “*fisicóides*” (como eu e Renata), quanto os “*humanóides*” (Wagner e Angélica). Contudo, o campo é sempre uma surpresa. O trabalho mudou, e principalmente, eu mudei! Por um desses “acazos do destino”, tivemos a oportunidade de entrevistar o S. Genésio, morador do Bairro de Camburi (bairro que aliás, não fazia parte nossa área de estudo). Ele falou-nos sobre seu bairro, sua vida e a dos outros moradores, as limitações que lhes foram impostas e os problemas de sua gente, deixando-me tão emocionada e tão curiosa: Que lugar era aquele, do qual, aquele simpático senhor falava com tanto **AMOR** e com tanta **DOR**? Ainda não era a hora de saber!

Terminamos nosso trabalho, mas, logo vieram as férias e o grupo foi convidado a fazer estágio no Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba (onde havíamos feito o nosso trabalho de Biogeografia). Entusiasmados aceitamos passar um mês em Picinguaba.

¹⁰ Trabalho de Graduação Individual “Camburi, transformações de uma população tradicional. Caiçaras em uma Unidade de Conservação, 2000.

Na chegada, fomos conhecer o Parque (os lugares mais freqüentados, as instalações, os bairros, etc.). Era manhã do dia 04 de janeiro de 1997, quando vi pela primeira vez "*O CAMBURI*". Foi uma cena, para mim, chocante: era um dia nublado, uma chuva fina e constante caía, uma "galera" ainda estava acampada na praia (resquícios do Reveillon), muito lixo, fumaça de fogueiras recém apagadas, cachorros vagando, lambendo indivíduos quase indigentes caídos pela praia, outros desses quase indigentes perambulavam acendendo seus cigarros ou ainda tomavam algo e... uma criança, **um caçarinha** sentado, olhando o mar!!! Ali eu entendi um pouco da **DOR** expressada pelo S. Genésio. Naquele momento, o contraste dessas cenas sensibilizou-me muito, mas creio que mais ainda hoje, porque agora penso saber um pouco do que aquele lugar representa na vida de seus moradores.

Logo começamos a trabalhar, havia outros 14 estagiários, dividimos tarefas e lugares do Núcleo pelos quais éramos responsáveis. Ninguém queria trabalhar no Camburi, lembro bem das caretas das engenheiras florestais "Ah! Eu não vou! Aquele lugar!" Era realmente um desafio, que eu junto com o Wagner, Reginaldo e Anita enfrentamos. Nosso dever era implantar trilhas, elaborar programas de ecoturismo, quantificar dados sobre a visitação, orientar turistas, etc.

Nossa empolgação era tão grande quanto nossa ingenuidade ecologicamente correta. Naquele momento éramos, como me disse o Prof. Ariovaldo, "*agentes do Estado*" ajudando a preservar a Mata Atlântica, sem saber o que isso representava na vida daquelas pessoas que fomos conhecendo e nos envolvendo. Mas, eles nos foram ensinando ou lembrando, que o homem também é natureza. A partir de então, fomos entendendo que tão importante quanto a biodiversidade, é a sociodiversidade, que ao contrário do que estávamos acostumados a ouvir nos discursos ambientalistas, não havia culpados e inocentes, e sim modos diferentes de ver e usufruir da natureza. Eu começava a entender o **AMOR** latente da fala do S. Genésio.

As férias terminaram... dos 15 estagiários, um seria contratado pelo Instituto Florestal para trabalhar no programa de Uso Público do Núcleo Picinguaba - PESM. Então, durante um ano e meio, trabalhei no Núcleo, ocupando esta vaga¹¹ e pude conhecer de fato

¹¹ Meu trabalho no PESM – Núcleo Picinguaba, consistia em ajudar na elaboração do Programa de Uso Público do Núcleo: elaboração de materiais e cursos para os monitores ambientais (guias); preparar atividades como, exposições; sessões de vídeo no Centro de Visitantes; atender os visitantes, dando-lhes informações

a realidade daquele lugar, as contradições entre as instituições públicas (que deveriam servir ao público) e as comunidades moradoras daquela Unidade de Conservação. Vi muita gente tentando trabalhar e produzir, impedidas pela burocracia, pela falta de vontade político-administrativa. Vi programas começarem, terminarem sem nada mudar. Vi expectativas serem criadas e frustradas em seguida. É também verdade, que vi muitos sorrisos, o encantamento e a indignação de pessoas que ali chegavam e para as quais nunca me furtei de falar a verdade.

Durante esse ano e meio, aproximei-me muito dos moradores do Camburi, por simpatia, por afeto, por achar que eles precisavam de mim, e por que não dizer... eu também precisava deles.

No decorrer desse estágio tiveram início as oficinas do Plano de Gestão Ambiental do Núcleo¹², nas quais conheci várias pessoas, profissionais (antropólogos, biólogos, agrônomos) com algo em comum: *paixão pelo Camburi* e uma enorme vontade de contribuir para mudar a difícil situação da comunidade.

Acreditando no que estávamos fazendo convencemos alguns membros da comunidade a participarem das Oficinas (reuniões para elaboração do plano). Nestas, utilizava-se a metodologia ZOPP¹³, que pressupõe alfabetização e um grande senso de abstração. Superados os problemas com a metodologia, houve uma participação efetiva de alguns moradores, o que deu início a muitos sonhos dos jovens pesquisadores e de uma esperançosa, mas calejada população, como o da criação no bairro de uma “Reserva Caiçara”, na qual seria permitido cultivar a terra!!! (Mas, como veremos mais adiante, nada disso adiantou).

Concomitante a essas perspectivas de mudanças para o Camburi, eu cursava a disciplina “Trabalho de Campo em Geografia I” com o Prof. Ariovaldo. Instigada pelas discussões em sala de aula, pela nossa ida a campo, na qual o tempo todo falávamos do papel do pesquisador, do compromisso social, de Teoria e Método na Geografia, decidi

sobre o funcionamento do Núcleo, sobre aspectos ambientais e culturais da região, no caso de grupos organizados essas informações eram transmitidas em palestra, nunca deixando de falar sobre os conflitos entre o Núcleo e a população moradora deste.

¹² O plano de gestão ambiental é um documento que antecede, em termos preparatórios, o Plano de Manejo da Unidade de Conservação Ambiental. Nele há a delimitação de áreas e seus devidos usos, assim como as prioridades de ação da Unidade. Sua elaboração passou por encontros entre os interessados nesta Unidade. Maiores informações no capítulo 6.4.1.

¹³ Zielorientierungsprojektplanung (Planejamento de Projeto orientado por Objetivos).

atender meus impulsos emocionais/intelectuais e estudar o bairro, a comunidade com a qual eu já estava envolvida.

Era preciso fazer algo a respeito daquela situação e mesmo sem saber exatamente o que, fui falar, ou melhor, fui pedir socorro ao Prof. Ariovaldo, que iluminou minhas dúvidas e criou-me outras tantas. Foi a partir deste momento que, com uma bolsa de Iniciação Científica do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia), iniciei meu TGI (Trabalho de Graduação Individual), que posteriormente, com o prosseguimento dos estudos, veio a tornar-se nesta dissertação de mestrado para a qual tive o apoio no primeiro ano do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais e no último da CAPES(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior) por meio de bolsas de pesquisa.

A fase inicial consistiu em intensa atividade de campo, na vivência da situação que se desenrolava no bairro (Plano de Gestão Ambiental, Ação discriminatória, os conflitos com a administração Núcleo Picinguaba, etc.)¹⁴, ou seja, numa maior inserção em Camburi e na troca de experiências com os amigos que pesquisavam diferentes aspectos ou problemas do bairro, como Candice F. Mansano, que fazia um estudo Antropológico; Edegar Rosa, que estudava a agricultura; Roberta Souza, que iniciava um estudo etnobotânico; Alexandra P., que estudava a questão dos resíduos sólidos no bairro (lixo); Cristina Koch, o Davis Sansolo, e a Kátia Soveral, com o projeto de verão da Guapuruvu¹⁵.

Esta primeira fase é o que Castro Oliveira, (1998, p. 3) chama de “apresentação”, pois é o momento do ato que se expõe ao observador revelando um mundo de relações objetivamente dado e subjetivamente vivenciado. Algo externo aquele que busca investigar, permitindo a apreensão descritiva dos fenômenos, pois a peça se desenrola num espaço de equilíbrio e num tempo linear. Deixa que o observador acompanhe sua seqüência lógica e presencie aspectos formais da situação social dada.

Ainda como estagiária do Parque, vivi as contradições entre meu papel como “*agente do Estado*” e como pesquisadora, foi uma fase difícil, na qual uma tomada de postura era indispensável - o que o Prof. Ariovaldo mostrou-me, sem no entanto me impor.

¹⁴ Estas serão questões abordadas ao longo deste trabalho

¹⁵ Guapuruvu, é uma Organização Não Governamental de caráter sócio-ambiental que atua na região de Ubatuba.

Deixei o estágio em agosto de 1998 e assumi o lado que sempre estive. E, apesar de sempre ter tido amigos no bairro, demorou para que tivesse a real confiança dos moradores, para que eles desvinculassem minha imagem daquela de estagiária do Parque, afinal ser interpretado é condição do processo de interpretar o outro.

Mas, aos poucos fui me aproximando mais e mais, um café aqui, um bolo ali, o que me deixou muitas vezes constrangida, pois sabia o quanto faltava em suas mesas, mas fui entendendo que na maioria das vezes faltava comida e não generosidade e amizade. Visitar uma das poucas casas de farinha e entender seu processo de fabricação como era “*no tempo dos antigos*”, que é como eles se referem ao passado de fartura, foi uma diversão. As subidas no morro para olhar a vista “*a espia*” de onde um pescador via o cardume entrando na baía e avisava os companheiros que esperavam para pescá-lo (esta prática foi abandonada devido à escassez de peixes), ou a toca de escravos fugidos (ancestrais lembrados nas memórias do bairro) foram momentos de muito importantes. Aliás a Marinete subia o morro descalça, com uma rapidez que me punha no chincelo. Ah! E as histórias, as lembranças das festas e dos costumes, das relações que tanto mudaram, cada vez tinham mais detalhes, iam ficando maiores, com mais denúncias, era a confiança crescendo. Seu Carmo, que muitas vezes visitei para me deliciar com suas memórias (sua história de vida), reconhecia-me, devido a sua cegueira, pelas minhas mãos, que dizia ele, “*mãos de costureira*”.

Esses e outros tantos fatos permearam esta pesquisa, pois desde seu início ela foi se delineando, se transformando ao longo do tempo em função das mudanças ocorridas na população de Camburi e nas suas demandas, ou seja, o trabalho de campo foi decisivo na elaboração desta pesquisa e como bem nos diz Castro Oliveira (1998, p. 8):

“o trabalho de campo coloca sempre novas questões e retira outras, alterando as chamadas ‘proposições iniciais’, fazendo com que a investigação de uma dada realidade não seja apenas uma apuração de fatos à qual se aplica uma justificativa de conceitos”.

O contato com a realidade dá outra dimensão ao que antes fora apenas imaginado. Desta forma, esta pesquisa foi, ao longo do tempo, ganhando contornos de uma

“observação participante”.

Os moradores de Camburi não foram meus objetos de estudo, antes de tudo foram amigos a quem queria muito ajudar, e estes são sujeitos ainda que marginalizados pelos acontecimentos a que foram submetidos.

Negando uma tendência histórica da Ciência que censurou durante largo tempo qualquer subjetividade e colocou o pesquisador em uma posição de sujeito e o pesquisado de objeto Freire (1981, p. 35) coloca que:

“Se me interessa conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares estes grupos não podem ser meras incidências de meu estudo. Dizer que a participação direta, a inferência dos grupos populares no processo da pesquisa altera a ‘pureza’ dos resultados implica na defesa da redução daqueles grupos a puros objetos da ação pesquisadora de que, em consequência, os únicos sujeitos são os pesquisadores profissionais. Na perspectiva libertadora em que me situo, pelo contrário, a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro os grupos populares e, como objeto a ser desvelado a realidade concreta.”

Enfatizando esta mesma idéia Ferreira, (2002, p. 3) afirma que “a interação em campo permite a transformação da categoria sujeito em sujeito observador e sujeito observado”.

Nem todas as entrevistas foram formais, conversei, ouvi pacientemente suas recordações, e olhei o mar com um pescador, o que muitas vezes dizia mais que qualquer palavra. E mesmo quando usava o gravador (o que só aconteceu depois de muita intimidade), tudo já tinha um tom tão descontraído, que às vezes eles próprios perguntavam-me se eu não ia gravar. Comi “Azul Marinho”¹⁶ e entendi o sabor de uma tradição. Ouvi as queixas e expectativas dos jovens e vi as crianças brincarem na praia ou

¹⁶ Azul Marinho, é um prato típico caiçara, trata-se de um cozido de peixe e banana terra, misturado a um pirão de farinha de mandioca (feito com o caldo do cozido). O nome vem da coloração azulada que o prato ganha quando pronto e feito da maneira correta em tacho de cobre.

na escolinha do Jambreiro. Encantei-me ouvindo os velhos nostálgicos lembrarem do passado e às vezes ainda esperarem algo do futuro.

Mais do que estudá-los, fui aprender com eles, o que me permitiu não transpor mecanicamente modelos analíticos da nossa cultura, pois como alerta Castro Oliveira (1998 p. 6) o pesquisador, ao entrar no campo de ação do grupo estudado, carrega consigo um universo social e cultural de referências, dotado de pressupostos teóricos segundo os quais sistematiza e interpreta os dados de campo. Não que sua racionalidade científica deva servir de modelo, transpondo-a mecanicamente às estruturas de pensamento dos atores que investiga, mas que possa através dela, compor um quadro teórico referencial de análise. Deve-se manter o cuidado de não analisar os outros povos a partir de referências do próprio universo cultural.

Moura (1988) em seus estudos sobre camponato alerta também para o perigo da visão etnocêntrica, afirmando que para observar determinado grupo é preciso resgatar representações e práticas sociais, de modo que a essência e o sentido das mesmas não sejam deformados pela visão de mundo e pelo peso específico que têm outras práticas e representações na sociedade ou classe social de onde provém o pesquisador. Contudo, este não deixa de trazer consigo uma bagagem cultural da qual não pode desfazer-se, pois nela inclusive está a opção por um método científico.

Durante o tempo de desenvolvimento desta pesquisa, iniciada ainda durante o período de graduação, houve é claro, o exercício formal da pesquisa. Principalmente após seu encaminhamento para o nível de mestrado, o que consistiu em um aprofundamento de conceitos e uma maior elaboração teórica. Procurei seguir os conselhos de Lacoste (1985) que afirma não bastar o trabalho de campo, sendo necessário também o aporte teórico, encarando-se assim o exercício dialético entre a prática e a teoria.

Realizei o levantamento bibliográfico. Quando estava em São Paulo, aproveitava para mergulhar nas experiências de outros pesquisadores. Foram lidos trabalhos sobre comunidades litorâneas tradicionais, sobre cultura, camponato, sobre teoria e método, procurando elucidar conceitos e articular as idéias. Porque, apesar da forma, de certo modo, diletante como realizei a pesquisa, nunca deixei de ser uma pesquisadora. Fato é que, nunca seria uma caiçara (apesar do Inglês, um caiçara de Camburi, sempre me falar que um dia eu acabaria casando e ficando por lá –“...*mas tem que casar com um caiçara legítimo, né? Se*

não cê não vira uma caçara”...). Segundo Brandão (1987, p. 12):

“Não é necessário que o pesquisador se faça operário, ou como ele, para conhecê-lo. É necessários que o cientista e sua ciência sejam primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir”.

Esse compromisso do qual Brandão fala, sempre esteve presente, pois se estava lá apreendendo aquela realidade e interferindo nela (voluntariamente ou não) como não me envolver? Durante o curso de graduação, em disciplinas, em bate-papos entre amigos, regados à cerveja ou a um bom café, muitos temas e conceitos foram discutidos (e foram muitas, inacreditáveis e sérias discussões madrugadas adentro, que partiam para o plano pessoal - pretendentes a intelectuais apaixonados) e a *NEUTRALIDADE* do pesquisador, foi sempre um assunto recorrente. Nunca acreditei nela, e meu trabalho só veio consolidar minhas convicções de que um pesquisador não deixa, não deve deixar de ser um cidadão. Ainda segundo Brandão (1981, p. 11):

“Nenhum conhecimento é neutro e nenhuma pesquisa serve teoricamente ‘a todos’ dentro de mundos sociais concretamente desiguais... A participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir”

A militância, o envolvimento, podem e particularmente creio, devem fazer parte do processo científico, pois quando a convivência entre pesquisador e pesquisado é um fato, um torna-se participante da vida do outro, estabelece-se um compromisso no qual o pesquisador é parte da história que estuda.

A apreensão da realidade material, condicionando o pensamento, elaborando o conhecimento e este dirigindo as ações, completa a lógica dialética na qual a prática é o

centro, meio e fim. E neste circuito, neste caminho (método) foram produzidas não só considerações formais, mas também opiniões e sentimentos próprios dos seres humanos e cidadãos que somos, e inversamente, o que somos modifica de alguma forma a realidade.

embora esta pesquisa tenha sido influenciada pelo arcabouço teórico do que Brandão (1981, p. 15) chama de “pesquisa participante”, pois foi pensada a partir das demandas da sociedade estudada e será retornada à ela a fim de que esta use os conteúdos aqui sistematizados de forma a transformar sua própria realidade, ela trata-se mais precisamente de uma observação participante. Segundo Borda (1981, p. 43) a ciência é apenas um produto cultural do intelecto humano que responde a necessidades coletivas concretas – inclusive àquelas considerações artísticas, sobrenaturais e extra-científicas – e também aos objetivos específicos determinados pelas classes sociais dominantes em períodos históricos precisos. Assim, a pesquisa participante é uma oportunidade de que as classes subalternas manifestem-se e reivindiquem os conhecimentos produzidos na academia, para tanto nas lutas populares sempre há espaço para intelectuais e cientistas, sem que seja preciso que se disfarcem como camponeses ou operários de origem. Apenas tem que demonstrar honestamente seu compromisso com a causa popular por meio da contribuição específica de sua disciplina.

Contudo, sempre me preocupei em não interferir de modo a conduzir os processos. Então tentei manter uma postura que Schwartz e Schwartz, *Apud* Cicourel (1980) chamam de “*participante como observador*”, que é um refinamento dentro do amplo leque da pesquisa participante, postura esta, na qual o observador mantém-se numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto.

Sempre estive claro que eu estava no bairro realizando uma pesquisa, vivendo aquele cotidiano, mas que também estava disposta a ajudar quando necessário. Muitas vezes foi bastante difícil não emitir opinião, principalmente nas reuniões da Associação de Moradores, foram momentos delicados, pois eram questões muito importantes sendo discutidas, nas quais não cabiam intervenções externas, mas... no momento em que pediam minha opinião, informalmente, era diferente... estávamos conversando!

Este longo relacionamento com os moradores de Camburi propiciou uma grande intimidade, na qual não foi necessário fingir papéis. Nossa pequena história foi fluindo naturalmente e o método e as técnicas empregadas na pesquisa ganharam ares informais.

Com o intuito de analisar os conflitos atuais vividos no bairro, principalmente ao que concerne à imposição do Parque Estadual da Serra do Mar em seu território e à polarização dos moradores de Camburi frente à questão de transformar ou não o bairro em “*território quilombola*”, foi necessário resgatar a memória de Camburi, isto é, resgatar a origem do bairro e de seus moradores, enfim seu modo de vida. Para isto, além de documentos oficiais escritos, foi utilizada a técnica de “história de vida”, técnica proeminente frente aos cientistas sociais e que vem encontrando lugar privilegiado dentro da História. Neste campo do conhecimento existe desde os anos 60 uma área de especialização, a “história oral”. Segundo Queiroz (1988, p. 19) trata-se de um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação esteja incompleta, captando a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destas tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim com relatos que contadores de histórias, poetas, cantadores inventam em um dado momento.

A técnica “história de vida” enquanto parte da história oral, consiste na realização de sucessivos encontros entre pesquisador e pesquisado, nos quais o pesquisado relata sua vida, rememora fatos para ele importantes ou mesmo parte de seu cotidiano.

Trata-se sobretudo do registro da história dos excluídos, visto que de modo geral a história oficial, aquela que aprendemos na escola, tende a contar a história dos vencedores, dos conquistadores, deixando ao esquecimento os vencidos e marginalizados. Contudo, este não é um trabalho de história oral, é antes um trabalho que utiliza os relatos, os depoimentos dos pesquisados, ou seja, os relatos são um meio e não um fim em si mesmos.

Coletando os depoimentos das quatro pessoas mais idosas, que são também membros das famílias Ego¹⁷ do bairro por meio de sucessivos relatos destas pessoas, a memória individual e familiar ia tornando-se a memória coletiva de Camburi. Assim a origem do bairro e antigos costumes foram sendo desvendados. A este processo de

¹⁷ *Famílias Ego* são as famílias que dão origem a uma comunidade, ou seja, das quais descendem os membros desta comunidade.

reconstituição da memória, paralelamente era feita a investigação de documentos oficiais escritos.

Realizei também entrevistas abertas com diversas pessoas, de diferentes faixas etárias e posições diferentes frente aos problemas vividos no bairro. Principalmente dentro da polarização estabelecida entre os que são favoráveis à decretação do bairro como “*território quilombola*” e os que são contrários a esta proposta, fazendo um levantamento dos motivos de cada parte. Além, é lógico, das observações da paisagem do bairro, dos costumes de seus moradores, pois o olho treinado mais que olha, vê. O tempo todo eu estava a observá-los e eles a mim, pois estávamos sempre nos interpretando mutuamente.


Entrevistas eram muito mais “*deliciosas conversas*”, quase sempre na praia, junto às canoas, às vendas e bares, onde o povo se junta quando vê algo diferente, ou para tomar uma cachaça.

Histórias de vida eram muito mais “*doces lições*”, longas conversas no aconchego dos lares, durante as quais tomávamos café de cana¹⁸ e comíamos pão caseiro. Ouvi de tudo, da vida familiar, da sociabilidade no bairro, do comércio, da religião. E devo confessar que a princípio não sabia bem, como aqueles relatos, fragmentos de uma história coletiva, às vezes tão ambíguos fariam sentido, mas fizeram. Os fragmentos completaram-se e não só as palavras falaram-me, muitas vezes era um gesto, um olhar, que completavam frases e idéias.

Essa trajetória, foi um longo processo cheio de dúvidas, inseguranças, ansiedades, felicidades, derrotas e conquistas, que de forma alguma chegou ao fim, pois relações humanas não terminam com um ponto final em um TGI ou de uma dissertação de mestrado.

Eu não sei se contribuí para mudar algo lá, mas certamente algo mudou dentro de mim, porque fiz uma pesquisa e muitos amigos, porque “olhei e vi”!

¹⁸ Café de cana é um típico café caiçara, no qual o café é feito com garapa (caldo de cana) e coado em coador de pano.



*Lança no chão do planeta
Sementes de amor
Lança e fica na espreita
Que o bom lavrador
Com o sol se levanta
Com a lua de noite se deita*

*Lança que o bom lavrador
Não apressa a colheita*

Morais Moreira

3. Uma chave de entendimento: a relação Sociedade e Natureza

O conceito de natureza é uma importante chave de compreensão de diferentes sociedades, pois cada povo se relaciona com a natureza por ele interpretada. Em outras palavras, a forma como uma sociedade enxerga a natureza determina de qual maneira ela vai se relacionar com ela. A relação dos povos com a natureza se estabelece no interior das sociedades, tanto quanto as relações sociais. Segundo Gonçalves (2000, p.23):

“o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.”

A forma como a sociedade pensa a natureza legitima suas ações. Fazendo-se uma análise retrospectiva acerca da maneira como a sociedade pensava o mundo que o circundava legitimou o tratamento que este deu ao mundo e a sua própria importância nele.

Portanto, faz-se necessário conhecer o conceito de natureza nas diferentes culturas que se vai estudar, bem como o conceito de natureza de nossa própria sociedade, visto que esta se tornou dominante nos últimos dois séculos, ignorando outras formas de pensar o mundo e especificamente a natureza.

Assim, é necessário partir de uma questão básica: O homem é ou não natureza?

A resposta a esta questão determina o lugar do homem no mundo, assim como legitima as ações e a forma de apropriação da natureza em diferentes culturas.

De modo geral, nossa sociedade, a sociedade ocidental, urbana, industrial e dominante¹⁹ enxerga a natureza apartada de si, apenas como recurso natural a ser explorado

¹⁹ Sociedade urbana industrial e dominante, chamada também neste trabalho de moderna ou apenas dominante, é a que se desenvolveu após a revolução industrial, assentada sobre o capitalismo, e sobre a idéia de homem e natureza separados.

para seu sustento e bem estar. Esta visão privilegia aspectos econômicos em detrimento de aspectos religiosos ou filosóficos.

Entretanto, contraditoriamente, dentro dessa sociedade emergem outras formas de enxergar e de se relacionar com a natureza, como, por exemplo, a forma das populações tradicionais camponesas²⁰.

De acordo com Ponting (1995, p. 236/237) “O modo de pensar sobre o mundo que se tornou dominante nos últimos séculos originou-se na Europa... entretanto suas origens podem ser descobertas, como em outras tantas áreas, na influência dos filósofos da Grécia e da Roma antigas e das idéias que a Igreja cristã herdou de suas origens judaicas.”

Os filósofos da Grécia e Roma clássicas, como Sócrates, Platão e Aristóteles, inauguraram um modo de conceber o mundo que privilegiava o homem e as idéias em detrimento do mundo que passava a ser chamado de natural, opondo-se dessa forma às Escolas de pensamento Pré-Socráticas²¹, cuja preocupação e investigação central era a *Phýsis*, que possuía três sentidos principais:

- 1) ação de fazer nascer;
- 2) a natureza íntima e própria de um ser;
- 3) a natureza como força criadora e produtora dos seres.

“A *Physis* foi traduzida para o latim como *natura* e para o português como *natureza* – é a fonte originária de todas as coisas, a força que as faz nascer, brotar, desenvolver-se, renovando incessantemente; é a realidade primeira e última, subjacente a todas as coisas de nossa existência. (...) a *Phýsis* abarca a totalidade de tudo o que é. Pode ser apreendida em tudo o que existe e em tudo o que aparece e acontece: o céu, a terra, os astros, a aurora, o crepúsculo, o eclipse, as plantas as estações do ano, os mares, o fogo, as pedras, os animais, os homens, a moral humana, a política, as ações e pensamentos dos homens e dos deuses e os próprios deuses ; portanto, o humano e o divino são *Phýsis*.” (Chauí, 2001, p. 46/47)

²⁰ Ao longo deste trabalho será exposto o modo de vida das populações tradicionais camponesas numa contraposição ao modo de vida urbano industrial dominante.

²¹ Segundo Chauí, M. (2001): Escola Jônica (Ásia Menor), Escola Pitagórica ou Itálica (Magna Grécia), Escola Eleata (Magna Grécia), Escola da Pluralidade.

Para o pensamento pré-socrático, ou seja, aquele que antecede ao pensamento de Sócrates, Platão e Aristóteles, havia uma outra concepção de natureza, que seria mais ampla e integradora dos elementos constitutivos do mundo, inclusive do próprio homem. Não existindo separação entre o físico e o espiritual ou ideal, tudo estava contido na *Physis*.

Segundo Gonçalves (2000, p.31) “pensando a *physis*, o filósofo pré-socrático pensa o ser e a partir da *physis* pode então chegar a uma compreensão da totalidade do real: do cosmos, dos deuses e das coisas particulares, do homem e da verdade, do movimento e da mudança, do animado e do inanimado, do comportamento humano e da sabedoria, da política e da justiça”.

A partir de Platão e Aristóteles começou a haver uma hierarquização, as idéias sobrepunham-se à matéria e dava-se início à desumanização da natureza e desnaturalização do homem.

Aristóteles em *A política* revelou uma visão antropocêntrica do mundo dizendo: “...portanto, se a natureza não faz nada incompleto e nada em vão, devemos acreditar que ela fez todos os animais para o bem estar dos seres humanos.” (*Apud* Ponting, 1995, p. 239)

Outros pensadores clássicos, como Cícero e Panaetius, incorporaram ainda argumentos de ordem estética e utilitária para o uso da natureza, ou seja, o homem estava melhorando a natureza.

Porém, foi a partir da expansão judaico cristã pelo Ocidente que a idéia de homem e natureza separados acentuou-se, pois se Deus criou o homem a sua imagem e semelhança, e Deus é único, onipresente, onisciente e onipotente, logo, o homem é superior às outras formas de vida.

De acordo com Ponting (1995, p. 241) “os pensadores cristãos antigos e medievais aceitaram quase que sem dúvidas, a visão herdada da literatura judaica de que Deus dera aos seres humanos o direito de explorar as plantas, os animais e o mundo inteiro para seu benefício”.

A natureza esteve, portanto, a serviço dos homens, ela nada tem de sagrada. O mundo para os pensadores medievais, influenciados pelo cristianismo, era uma criação ordenada e planejada por Deus, pois só um ser superior poderia criar tamanha perfeição e o homem fora escolhido por Deus, pois era o único a ter alma e vida após a morte.

Tomás de Aquino, influenciado pelos escritos clássicos, sobretudo por Aristóteles, reafirmou a capacidade humana de melhorar a natureza criada e cedida por Deus.

Poucas exceções podem ser encontradas neste pensamento da Igreja católica cristã, uma delas foi a de Francisco de Assis, que via a natureza dotada de direitos semelhantes aos dos homens visto que todos eram criações de Deus.

Mesmo a reforma protestante com Calvino não trouxe novidades nesta forma de enxergar a natureza e a posição do homem no mundo criado por Deus.

Porém, segundo Gonçalves (2000) é com Descartes que essa oposição se tornará mais completa, constituindo-se no centro do pensamento moderno e contemporâneo que será marcado pelo caráter pragmático do conhecimento e pelo antropocentrismo.

Descartes, com sua obra *Discurso sobre o Método*, enfatizou a importância de um método científico para pesquisa, o que levou a uma visão reducionista, pois realizava a simples decomposição do todo em partes estudadas isoladamente. Uma visão mecanicista do mundo, na qual o estudo da natureza estava unicamente para que esta melhor servisse o homem, que continuou sendo um ser privilegiado na criação Divina. Segundo Ponting (1995, p. 245):

“A ampla adoção dessa forma de acesso reducionista à pesquisa científica produziria um impacto profundo na formação do pensamento europeu em geral, que inevitavelmente levava a uma visão fragmentada do mundo - para um enfoque nas partes individuais de um sistema ao invés de no todo orgânico, através do estudo do modo pelo qual os elementos constituintes agiam separados e não pela forma pela qual interagiam, ambos através da competição e da cooperação.”

A filosofia cartesiana marcou a modernidade por dois aspectos fundamentais: o caráter pragmático da ciência e o antropocentrismo (homem sujeito x natureza objeto), aspectos estes que não podiam ser vistos desvinculados do Mercantilismo e do colonialismo que, naquela época, afirmavam-se.

A partir de então, devido às grandes conquistas do período Mercantilista e colonialista, o antropocentrismo ganhou força e passou a ressaltar a capacidade humana

para dominar a natureza.

O século XVII foi marcado por avanços da ciência e da tecnologia, corroborando para a idéia de que a ciência era um instrumento vital para que o homem dominasse a natureza. Sobre esta visão, Francis Bacon escreve: “o mundo é feito para o homem, não o homem para o mundo” (*Apud* Ponting 1995 p. 246).

Estes avanços científicos adentram o século seguinte, que foi marcado por um grande otimismo quanto à inevitabilidade do progresso. O Iluminismo do século XVIII impôs o racionalismo e varreu os resquícios da influencia divina da natureza.

Em meados do século XIX, mais precisamente após 1859, com a publicação de *A origem das espécies* de Charles Darwin, abriu-se um debate sobre a origem do homem e sua evolução biológica diante da seleção natural, contrapondo-se ao pensamento imperante, o da criação divina.

Contudo, o homem continuou a ser o centro, pois as interpretações sociais dessa teoria, feitas, por exemplo, por Hebert Spencer, levaram em consideração primordialmente, a seleção natural, ou seja, o homem naturalmente estava mais apto a dominar o restante do mundo, da natureza.

A instituição do Capitalismo, a Revolução Industrial e, portanto, a necessidade cada vez maior de matérias primas para alimentar as indústrias que proliferavam em rápida velocidade, reafirmaram não só a separação entre o homem e a natureza, mas também a posição dominadora do homem diante da natureza, que para ele era apenas recurso natural. Assistiu-se também a uma divisão do mundo em partes, houve a separação entre ciências humanas e ciências naturais. Acentuou-se divisão social e técnica do trabalho, pois o progresso necessitava de saberes especializados e de homens fragmentados.

A idéia de progresso passou a ser exaltada de maneira significativa pelos intelectuais da época²². Ponting (1995, p. 248) a respeito do progresso afirmou: “Essa idéia é um constituinte tão fundamental do pensamento moderno que é muito difícil compreender o quanto é recente, ou como as outras sociedades viam o mundo antes do surgimento dessa idéia”.

O homem dominou não só a natureza, mas também outros homens. Gonçalves (2000) nos diz que ironicamente a falácia dessas teses que opunham peremptoriamente o

²² Intelectuais como Saint Simon, Comte, Spencer e John Stuart Mill.

homem à natureza fica evidenciada na constatação de que historicamente a dominação da natureza tem sido, via de regra, a história da dominação do homem pelo homem e isso, evidentemente, não tem nenhuma justificativa na natureza.

Agora, não se trata apenas de antropocentrismo, mas também de individualismo, pois o modo de produção capitalista engendra-se cada vez mais na vida dos homens. De acordo com Gonçalves (2000, p. 48)

“O capital é uma relação social que se instaura num contexto de luta e não porque é melhor, mais racional ou natural. Estamos, portanto, muito longe de uma concepção atomístico-individualista. A continuidade/ reprodução de uma sociedade em bases capitalistas pressupõe não só a garantia dos meios materiais necessários a cada ciclo de produção, mas também a reprodução das classes sociais, fazendo com que haja sempre pessoas sem condições de produzirem/manterem as suas próprias vidas e que, assim precisam se submeter aos donos do capital. Como não há nenhuma lei objetiva que governa essa luta para reprodução das relações sociais – posto que ela pressupõe luta – a economia nunca poderá ser uma ciência exata. Em suma, não há como continuar pensando em termos de indivíduos. A sociedade humana não é uma soma de indivíduos.”

Como consequência do progresso, já no final do século XIX, por meio de pesquisas científicas, o homem urbano industrial começou a dar-se conta da esgotabilidade da natureza, por ele tida como recurso natural, e das consequências que esta esgotabilidade podia acarretar em seu modo de vida, não só do ponto de vista econômico mas também psicológico. Isto porque a perda de cenários naturais selvagens era irreparável para este homem que via a natureza apartada de si e a usava também como forma de descanso do modo de vida por ele adotado. Deu-se início então à criação de áreas naturais protegidas.

Para Vianna (1996, p.18) “as áreas naturais protegidas são uma apropriação dos espaços e da natureza, dando-lhes um conteúdo histórico preciso. É o avanço da modernização definindo novos territórios, configurados para perpetuar os valores da sociedade moderna, ou de reservar recursos específicos para o futuro”.

O homem dominador da natureza passou a reservar áreas de natureza intocada, verdadeiras ilhas de vida selvagem para usufruto da sociedade urbana industrial. Contudo, estas ilhas foram criadas, via de regra, em territórios de populações tradicionais camponesas, que, justamente por terem desenvolvido um modo de vida diferenciado daquele dominante, com características mais harmônicas com relação à natureza, preservaram do ponto de vista ecológico seus territórios, que passaram a ser usurpados em nome da conservação ambiental, que eles já praticavam.

Desta forma, tornou-se nítida a importância de entendermos não só o conceito de natureza, mas também o contexto no qual ele foi gerado e aplicado. Principalmente quando se vai proceder a estudos de populações nas quais este conceito é diferenciado e que sofreram intervenções da nossa sociedade dominante.

*“Sou moradora das areias
De altas espumas: os navios
Passam pelas minhas janelas
Como o sangue nas minhas veias,
Como os peixinhos nos rios...
Não têm velas e têm velas;
E o mar tem e não tem sereias;
E eu navego e estou parada,
Vejo mundo e estou cega,
Porque isto é mal de família,
Ser de areia, de água, de ilha...
E até sem barco navega
Que para o mar foi fadada”*

Cecília Meireles

4. Populações Tradicionais

Propositadamente este título exige, de início, explicações acerca das palavras nele contidas. Trata-se de termo amplamente usado pelo senso comum, designando várias populações genericamente e de forma ambígua no discurso ambientalista. Até mesmo pela Justiça/Poder Público estes termos são usados sem os critérios adequados, pois são desprovidos de rigor científico e não sendo ainda conceitos consolidados.

“A falta de rigor científico que envolve a idéia de ‘populações tradicionais’ é um dos problemas a serem resolvidos. Muitas e características a elas associadas, assim como muitos exemplos, baseiam-se em estudos sobre populações étnicas e não sobre sociedades rústicas” (Vianna, 1996, p.109).

Esta expressão inspira-se em uma outra, “indigenous people”, forjada fora do contexto brasileiro, durante os anos 60 e 70, nos encontros internacionais para discussões ambientais, promovidos pela IUCN²³ e outras organizações. Neles havia discussões acerca da constatação de que as áreas naturais já protegidas ou a proteger coincidiam com os territórios dos “indigenous people”, ou seja, de “habitantes originais - e seus descendentes - das terras que foram ocupadas pela expansão colonizadora européia, iniciada a partir do século XVI. Estes são definidos como etnicamente distintos das sociedades nacionais dominantes dos países onde vivem” (Vianna, 1996, p. 90).

Estas discussões foram motivadas pelo trabalho realizado por grupos de defesa dos direitos humanos em nome dos “indigenous people”, principalmente para proteger seus territórios freqüentemente ameaçados por grandes obras do poder público e outros tipos de expropriação e marginalização. Há, então, naquele momento, uma aliança entre os grupos de direitos humanos e os ambientalistas, logo desfeita, pois os ambientalistas não queriam obras nestes territórios, mas também não queriam as pessoas, queriam sim a reserva das áreas para a conservação ambiental.

²³ União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, foi criada em 1948 e a partir de 1960 estabeleceu a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas.

Entretanto, a simples tradução desta expressão para o português: “povos tribais” não contemplava a situação brasileira, que, mais que diversidade étnica, tinha e tem diversidade cultural e de modos de vida.

Diante da inadequação desta expressão para a maioria dos casos brasileiros, passou-se a falar em “populações tradicionais”, contemplando assim a diversificada cultura brasileira.

Contudo, criam-se outros problemas, tais como definir quem eram as populações tradicionais e a incompatibilidade das expressões dentro e fora do Brasil. Mais tarde, precisamente a partir de 1991, os documentos do Banco Mundial, por exemplo, passaram a utilizar outra expressão de língua inglesa “native people” - “povos nativos” -, o que aumentou a abrangência da expressão, mas ainda não lhe deu um sentido preciso.

Pesquisadores de várias áreas das ciências humanas vêm se debruçando sobre os estudos das ditas populações tradicionais, tentando conceituá-las. Um deles é Antonio Carlos Diegues, que, em seu livro *O mito moderno da natureza intocada*, descreve-as da seguinte forma:

- a) “dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um “modo de vida”;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de “território” ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse “território” por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de “mercadorias” possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;

- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras” (Diegues, 1994, p.79).

Entretanto, o próprio autor desta proposta alerta para o não engessamento dessas características, pois elas retratam um tipo ideal, no qual dificilmente uma população enquadra-se totalmente, afinal a cultura de um povo é dinâmica, está em constante transformação. Pode ocorrer o fato de algumas destas características estarem mais ou menos presentes de acordo com o grau de articulação com a sociedade dominante urbana industrial.

No caso brasileiro, pode-se afirmar que as populações tradicionais não se constituem apenas de grupos étnicos (indígenas, por exemplo). Portanto, trata-se aqui de expressões essencialmente distintas (indigenous people e populações tradicionais). O Brasil possui uma enorme variedade de modos de vida, culturas que se desenvolveram em diversas partes do país em cujos ambientes ocorrem integrações diferenciadas resultando em culturas diferentes.

No Brasil, populações tradicionais, como categoria da antropologia, incluem-se dentre as que Antonio Candido chama “sociedades rústicas”²⁴, fazendo parte da sociedade dominante, embora marginalizadas.

Autores como Foster (1971), Redfield (1971) e Firth (1974) afirmam que as populações tradicionais camponesas fazem parte da sociedade dominante, pois seus excedentes destinam-se às cidades numa relação que é vital tanto para o camponês quanto para a cidade.

Designa, portanto, populações de pequenos pescadores, pequenos agricultores, ribeirinhos, pantaneiros, extrativistas, caipiras, caiçaras, que utilizam em suas atividades de reprodução de seu modo de vida, recursos da natureza, causando a esta baixo impacto, por deterem um conhecimento etnoecológico desta e por dependerem da continuidade dos recursos, seja prática ou simbolicamente.

Especificamente, as populações caiçaras, foco desta pesquisa, são populações tradicionais, cuja cultura e modo de vida são diferenciados da sociedade dominante, sem dela estar desligada. Pode-se dizer que se tratam de camponeses, uma expressão regional de campesinato, como sugere Diegues (1994, 72) inspirado em Redfield:

“A cultura tradicional não indígena, a das sociedades camponesas, para Redfield, não é autônoma. É um aspecto da dimensão da civilização da qual faz parte. Para se manter como tal, a cultura camponesa requer uma contínua comunicação com outra cultura (a nacional, urbana, industrial). Vista como um sistema sincrônico, a cultura camponesa não pode ser inteiramente compreendida a partir do que existe na mentalidade dos camponeses. Neste sentido, a cultura tradicional camponesa é uma expressão local de uma civilização mais ampla.”

²⁴ Antonio Candido em *Os parceiros do rio bonito* (1971) estudando os camponeses do interior do Estado de São Paulo chama-os de caipiras, uma variação regional de campesinato que pertence às sociedades rústicas, pois seus sistemas de valores estão ligados aos das pessoas que moram nas cidades, afinal estes correspondem a outra dimensão de suas vidas.

Muitas das ditas “populações tradicionais” são, numa análise mais abrangente e teoricamente melhor embasada, populações camponesas, pois ao se analisar o camponês como integrante de uma classe social que ao longo do tempo sofreu e sofre pressões da sociedade urbana industrial e dominante, pode-se perceber que se trata praticamente do mesmo processo subjugador tanto do pequeno agricultor do interior de São Paulo, quanto do caíçara do litoral do mesmo Estado.

Assim como muitas outras populações rurais do Brasil, que por diversos processos foram expropriados e expulsos de suas terras e foram marginalizados dentro do processo de desenvolvimento do país, que privilegiou a urbanização, a industrialização e o incentivo à agricultura extensiva de exportação, as populações tradicionais foram também atingidas por estes processos, contudo, de uma forma diferenciada, pois foi preferencialmente nos territórios destas populações que se instalaram as Áreas Naturais Protegidas ou, como são mais conhecidas no Brasil, Unidades de Conservação Ambiental, uma demanda da sociedade urbana industrial dominante.

As áreas ocupadas pelas populações tradicionais foram, do ponto de vista ecológico, bem preservadas. E, é justamente nestes territórios que, a partir dos anos 30, no Brasil começou a haver a constituição de unidades de conservação ambiental, o que inaugurou uma nova forma de conflitos entre populações camponesas e a sociedade dominante, especificamente com o poder público.

4. 1. O conflito entre as populações tradicionais camponesas e as Unidades de Conservação Ambiental – Um desdobramento da separação entre sociedade e natureza.

A partir do final do século XIX, devido ao grande avanço tecnológico e à Revolução Industrial, a sociedade moderna, manobrada por suas elites dominantes, passou a apropriar-se dos recursos naturais de forma cada vez mais acelerada e ampla, passando a ser denominada genericamente de “sociedade dominante urbana industrial”.

Diante deste modelo de desenvolvimento adotado por esta elite, ela própria deu-se conta da esgotabilidade dos recursos naturais, o que poderia comprometer a manutenção de

seu “desenvolvimento”. Deu-se conta também da necessidade de refugiar-se periodicamente dela mesma, em lugares “paradisiacos”, nos quais o homem não figurava e a natureza reinava soberana.

Foi desta forma que se iniciou uma das principais estratégias de conservação ambiental adotadas no mundo, o processo de criação de “Áreas Naturais Protegidas”²⁵, as Unidades de Conservação Ambiental, como são conhecidas no Brasil, áreas de natureza intocada e intocável, destinadas apenas à preservação, visitação e pesquisa.

Essa concepção de Unidade de Conservação Ambiental existente hoje no Brasil foi em grande parte copiada dos Estados Unidos. Estes, em meados do século XIX, deram início à criação dessas áreas com a finalidade de proteger o *wilderness* ou *vida selvagem*²⁶ ameaçada pela própria sociedade urbana industrial, ou seja, para proteger a natureza deles próprios. O marco fundamental dessa concepção foi a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872²⁷. Este parque localizado no Oeste do país é emblemático também pelo fato de localizar-se na área habitada pelos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock e também de expansão da fronteira agrícola americana promovida pelo *Homestead Act* de 1862, pelo qual todo cidadão poderia requerer a propriedade de até cerca de 70 hectares de terras que estivesse cultivando. A corrida pelas terras devolutas foi tão intensa e rápida que logo foi possível perceber as transformações dos espaços naturais e suas conseqüências para o bem estar da população americana.

Esse procedimento demonstra o tipo de pensamento dessa sociedade, que enxerga o homem separado da natureza e não admite que outros povos ajam de maneira diferente. Portanto, para que o homem urbano industrial possa descansar e refazer-se do modo de vida por ele adotado, é necessário haver áreas de natureza pura, intocada e intocável.

²⁵ Este termo é definido pela IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais) como “uma área terrestre e/ou marinha dedicada especificamente a proteção e conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, e a qual é manejada por disposições legais e outros meios efetivos” (IUCN, 1994). No Brasil as Áreas Naturais Protegidas equivalem às Unidades de Conservação.

²⁶ Segundo Diegues (1994) A noção de Wilderness (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada e propunha-se reservar grandes áreas naturais, sotraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação.

²⁷ Segundo Brito (2003) outras áreas naturais foram protegidas anteriormente a esta, contudo esta inaugura uma concepção diferenciada de proteção da natureza, a delimitação e reservação de áreas.

A simples transposição dessa concepção de Unidade de Conservação Ambiental e do mito da natureza intocada para países como o Brasil, no qual a situação social, cultural, e ecológica era absolutamente distinta, foi incompatível. No Brasil, por exemplo, nas florestas que aparentemente são despovoadas, como é ensinado nas escolas “vazios demográficos”, vivem populações indígenas, extrativistas, ribeirinhas, caboclas etc., as ditas “populações tradicionais”, que, por terem desenvolvido modos de vida distintos do dominante, preservaram do ponto de vista ambiental seus territórios, porém foram propositadamente ignoradas no processo de constituição destas Unidades de Conservação Ambiental, acarretando conflitos que se estendem até hoje.

Discussões relevantes, acerca das populações tradicionais, surgiram apenas a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, ganhando muita força numa perspectiva ecológica, amplamente usada pelo movimento ambientalista. Ganhando maior visibilidade quando um novo ecologismo passou a contrapor-se à antiga, mas não superada, forma de proteção da natureza, que era exatamente a de reservar áreas de natureza intocada, isoladas, onde o homem deveria figurar apenas como visitante.

Este novo ecologismo, que não está apenas preocupado com um parque ou com uma espécie animal ou vegetal, nasceu tanto nos Estados Unidos quanto na Europa no bojo das agitações de 1968, que reivindicavam os direitos das minorias, a paz, a desmilitarização. Tratava-se de uma crítica à sociedade moderna.

Em todo o mundo houve um grande aumento na criação de áreas naturais protegidas durante as décadas de 70 e 80 do século XX, o que era explicável pela percepção da cada vez mais rápida perda de biodiversidade²⁸ causada pelo modo de desenvolvimento adotado. A possibilidade de geração de renda por meio de turismo nessas áreas e a disposição dos fundos internacionais para a conservação faziam parte também das justificativas. Segundo o relatório *Nosso futuro comum*²⁹ de 1986 as áreas protegidas aumentaram em extensão cerca de 80%, e 2/3 destas áreas estavam no terceiro mundo.

²⁸ “Biodiversidade ou diversidade biológica é definida como a variabilidade de organismos vivos de todas as origens compreendendo a totalidade de gens, espécies, ecossistemas e complexos ecológicos. A biodiversidade refere-se ao número de espécies vegetais e animais que compõem a vida numa dada região, e a variabilidade inter-espécies que é disponível graças ao arsenal matricial existente” (Vianna, 1996).

²⁹ Segundo Ribeiro (2001) o também conhecido por *Relatório Brundtland*, foi produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (criada em 1983 por deliberação da Assembléia Geral da ONU). É produto de uma comissão de 21 membros de diversos países que entre 1983 e 1987, estudaram a

O PNUMA³⁰ propôs, em 1989, que 10% da superfície da terra fosse transformada em áreas naturais protegidas. Contudo, atingir essa meta significava dar continuidade a um processo que vinha prejudicando as populações tradicionais, pois era principalmente nos territórios por elas ocupados que em geral ocorria a implantação dessas áreas. Nelas era comum a não permissão para que essas populações continuassem morando em seus interiores. Aliás, essas áreas foram preservadas justamente por elas, pelo modo harmônico como se relacionaram com a natureza.

Segundo Diegues (1994, p.16), “os governos quase nunca avaliam os impactos da criação de parques sobre o modo de vida dos moradores locais, que, muitas vezes, tinham sido responsáveis pela preservação das áreas naturais”. Isto acontece porque há a transposição de modelos de conservação da natureza inadequados para a nossa realidade e que se aliam a outros problemas pré-existentes, como conflitos fundiários, expansão urbana, crises econômicas, desemprego, dívida externa, que, para Diegues (1994), estão na base do que ele chama de “crise da conservação”.

Este processo implicou também a perda do etnoconhecimento que elas e toda a sociedade deixaram de ter. Desperdiçou-se a valiosa ajuda que elas podiam nos dar na conservação.

Um marco acerca da preocupação com as populações tradicionais moradoras de Unidades de Conservação Ambiental; foi o Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais ocorrido em Bali – Indonésia em 1982, no qual foram reafirmados os direitos das populações tradicionais e recomendando que o planejamento das áreas protegidas fosse realizado conjuntamente, levando-as em consideração.

Encontros e documentos internacionais foram firmados desde então, e até mesmo um pouco antes, como na Conferência de Estocolmo em 1972³¹; o lançamento do Programa

degradação ambiental e econômica do planeta, propondo soluções para os problemas detectados no âmbito do desenvolvimento sustentável.

³⁰ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, estabelecido em dezembro de 1972 pela assembléia geral da ONU (Organização das Nações Unidas), cuja sede encontra-se em Nairobo – Quênia. Tem suas ações voltadas para a temática ambiental.

³¹ Segundo Ribeiro (2001) esta Conferência foi proposta em 1968 pelo Conselho Econômico Social das Nações Unidas, para discutir formas de controlar a poluição do ar e a chuva ácida, dois problemas para os países centrais. Para Brito (2003), talvez o maior legado da Conferência de Estocolmo tenha sido a inserção definitiva das questões ambientais na agenda mundial e o estabelecimento do conceito de que os problemas ambientais transcendiam fronteiras, e que estavam relacionados a questões de ordem política, econômica, social e cultural.

Homem e Biosfera em 1972³²; o II Congresso Mundial de Parques realizado em Yellowstone – EUA em 1972³³; a publicação de *Estratégia Mundial para Conservação* em 1980³⁴; a criação da CMMAD em 1983; a publicação de um número inteiro da *Cultural Survival* em 1985 dedicado a questão dos povos e parques; a Conferência da IUCN em 1986 sobre *Conservação e Desenvolvimento: pondo em prática a Estratégia Mundial para Conservação*³⁵; a publicação de *Nosso futuro comum* em 1988; o documento intitulado *Cuidando do Planeta* publicado pela IUCN/PNUMA e WWF³⁶ em 1991; a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992³⁷ e os documentos dela derivados; o IV Congresso Mundial de Parques em 1992 em Caracas-Venezuela, cujo título foi *Povos e Parques*, entre outros, demonstram a preocupação com a conservação da natureza ou dos recursos naturais e com as populações tradicionais, sobretudo das etnicamente diferenciadas.

Em 1994 a IUCN lançou uma nova categorização³⁸ de áreas naturais protegidas a fim de contemplar as populações tradicionais

Por diferentes motivos houve a defesa das populações tradicionais (no plano internacional, falava-se nos “indigenous people”), alguns por acreditarem na unicidade destas com a natureza; outros por acreditarem que o modo de vida destas populações colabora com a manutenção da biodiversidade (faziam bem à natureza).

³² Segundo Brito (2003) O Programa Homem e Biosfera – Man and Biosphere – pela UNESCO tinha como objetivo encorajar o desenvolvimento com equilíbrio nas relações entre o homem e seu ambiente. Começava a ser incorporada a realidade da ocupação humana no interior das áreas naturais protegidas, por meio da instalação de reservas da biosfera.

³³ Este Congresso é o início dos avanços acerca das populações em unidades de conservação ambiental, pois ratificou as propostas de zoneamento estabelecidas pela 11ª Assembléia da IUCN realizada em 1972, em Banff Canadá. Entre as zonas estabelecidas estava a zona antropológica, o que contemplava algumas populações tradicionais, mais especificamente as étnicas.

³⁴ Este documento enfatiza a proteção da diversidade biológica e genética, assim como do etnoconhecimento.

³⁵ A conferência da IUCN sobre conservação e desenvolvimento realizada em Otawa-Canadá em 1986 coloca de forma prática a questão das populações tradicionais em Unidades de Conservação Ambiental recomendando que esses povos não tenham seu modo de vida alterado e não sejam rechaçados se assim não desejarem.

³⁶ IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais; PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio; WWF - World Wildlife Fund (Fundo Mundial para vida selvagem).

³⁷ Esta conferência visava o estabelecimento de acordos internacionais acerca do meio ambiente.

³⁸ As categorias são: Reserva natural Estrita, Parque Nacional, Monumento Natural, Áreas com Manejo de Habitats ou de Espécies, Paisagem Protegida Marinha ou Terrestre e Área Protegida com Recursos Manejados.

Contudo, o centro das preocupações foi sempre a natureza e não as pessoas, em momento algum houve o questionamento efetivo do modo de vida que degradou a natureza e própria sociedade, da qual os ambientalistas faziam e fazem parte.

De acordo com Brito (2003) e Diegues (1994), no Brasil, embora algumas medidas já tivessem sido tomadas como a criação do Horto Botânico e do Serviço Florestal do Estado de São Paulo em 1896 e a criação de Serviço Florestal Federal em 1921, a política ambiental brasileira passou a estruturar-se somente a partir da década de 30 do século XX. Em 1934 foram elaborados o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca e o Código das Águas. A Constituição de 1934 trouxe referências ao dever do Estado em proteger suas “belezas naturais” e a Constituição de 1937 endossou a de 1934 nesta questão. Em 1937 foi criado o Parque de Itatiaia, a primeira Unidade de Conservação Ambiental do país. Em 1965 entrou em vigor o novo Código Florestal (Lei no. 4.771), até hoje vigente³⁹.

Porém, é somente entre as décadas de 70 e 80, que muitas Unidades de Conservação foram criadas ou implantadas. Avaliando-se a conjuntura brasileira naquele momento, pode-se concluir que se tratava de um período de grande endividamento externo do país, junto a organizações como o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que implantaram ou fizeram respeitar cláusulas da conservação do meio ambiente para financiamento de grandes projetos. O país estava sob regime autoritário/militar, e essas Unidades de Conservação foram estabelecidas sem critérios adequados, de cima para baixo, sem consultar ou ao menos avisar as populações atingidas, visto que na maioria delas havia e há ainda hoje populações moradoras⁴⁰.

Furlan (2000, p.178) elencou alguns motivos para a criação de Unidades de Conservação Ambiental no Brasil:

- A pressão exercida por países desenvolvidos e organismos financiadores internacionais (resultado da crescente força política dos ambientalistas e conservacionistas, particularmente após a Conferência Internacional do Meio Ambiente realizada em Estocolmo – 1972);

³⁹ Para informações detalhadas acerca da criação de Unidades de Conservação Ambiental e sobre histórico da política ambiental dentro e fora do país ver: Maria Cecília Wey de Brito *Unidades de Conservação, intenções e resultados*. 2003. São Paulo. UNESP/Annablume.

- Desenvolvimento da indústria do ecoturismo;
- A necessidade dos países com economia frágil, buscarem formas de equilibrarem suas reservas cambiais;
- O desenvolvimento de uma conscientização ecológica das classes dominantes no terceiro mundo.

Para esta autora “não há registro de planos nacionais voltados para uma estratégia conservacionista abrangente que abarque, por exemplo, as diretrizes políticas que incentivaram a industrialização, a urbanização e a agricultura, principalmente o agrobusiness de exportação” (Furlan, 2000, p. 175).

Ou seja, as U.C.A. foram criadas de maneira autoritária, excludente e sem nenhum tipo de participação popular, trabalhos científicos foram ignorados e as metodologias usadas na criação dessas U.C.A. foram pouco ou nada discutidas e embasados em insuficientes estudos ambientais devido a cronogramas políticos reduzidos.

Este quadro de implantação de U.C.A. resultou em Unidades pouco eficientes, cuja fiscalização pode ser prova de que elas são impostas e não legitimadas pela sociedade, visto que reprime principalmente o morador tradicional, cuja presença é anterior à instituição da Unidade.

Para Vianna (1996), a discussão no Brasil acerca das populações tradicionais deve ser entendida sob duas perspectivas históricas:

- Em uma primeira perspectiva, essas discussões ocorreram no meio conservacionista, tanto na sociedade civil quanto no poder público, sob a perspectiva da possibilidade de populações ocuparem o território de unidades de conservação restritivas, como parques, estações ecológicas e reservas ecológicas.
- Na segunda perspectiva, foram os movimentos sociais rurais que aliaram essas discussões às questões sociais mais amplas, como a luta pela sobrevivência, concretizada na garantia de acesso aos recursos e à terra, meio de produção.

⁴⁰ Segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, só neste Estado 80% das Unidades de Conservação têm populações moradoras.

Nestas duas perspectivas havia uma distinção clara: a primeira englobava as populações tradicionais no discurso ambientalista, e a segunda fazia exatamente o inverso, incorporando o discurso ambientalista às populações tradicionais.

Independente das origens históricas, as duas perspectivas acabaram por se cruzarem temporariamente, em uma tentativa de organização das populações que moravam no interior de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, conseguindo inclusive realizar dois Encontros, em 1994 e 1995, dos quais resultaram dois documentos, nos quais foram apontados direitos e deveres dos moradores das Unidades, além de reivindicações e sugestões que deveriam ter sido incorporadas pelo Projeto de Lei que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC - nº 2.892/92.⁴¹

Segundo Furlan (2000), o SNUC foi discutido por meio de algumas audiências públicas em alguns Estados, que, contudo, não tiveram a devida divulgação, resultando em pouca participação da sociedade civil. Porém, mesmo em situação pouco favorável, a audiência do Estado de São Paulo (agosto/1995) foi marcada pela discussão das populações tradicionais nas Unidades de Conservação. Muitas propostas foram feitas, como, por exemplo, a redefinição dos limites físicos das Unidades e/ou sua re-categorização. ONGs⁴² sugeriram propostas criativas para resolução do problema, inspiradas pelas categorias sugeridas pela IUCN, mas quase nada avançou. O governo manteve sua posição, e em 2000 o projeto de lei foi aprovado sem que entre seus objetivos figurasse a conservação da diversidade cultural das populações tradicionais moradoras em U.C.A. Além disso, o novo SNUC não avançou em outras questões tais como a da criação de novas U.C.A., pois o texto diz que são necessários estudos técnicos e científicos, não traz referência a estudos sociais, antropológicos e também não menciona consultas às populações moradoras.

Apesar da mobilização conseguida durante os Encontros de Populações Moradoras em U.C.A., pode-se dizer que muito pouco foi realmente conseguido em favor das populações tradicionais camponesas, pois o movimento foi perdendo força, intensidade e a adesão de muitas populações.

Hobsbawm, em seu artigo *Os camponeses e a política* de 1976, questiona o poder de coalizão e articulação de movimentos camponeses sem que haja um agente maior e exterior

⁴¹ O dito Projeto de Lei transformou-se em Lei sob o número 9.985 (18/07/2000), mas não incorporou a preocupação com as populações tradicionais em Unidades de Conservação Ambiental.

⁴² Organizações Não Governamentais.

a tais movimentos. Contudo, não é absolutamente correta tal afirmação em relação ao movimento das *Populações Tradicionais Camponesas* moradoras de Unidades de Conservação, apesar de se tratarem de muitas e pequenas populações, distantes e distintas, talvez seu problema central tenha sido o que Shanin (s/d)⁴³ chamou de baixa classicidade, faltando o reconhecimento de conjunto das comunidades como o de *classe para si*⁴⁴, ou seja, embora localmente houvesse o auto-reconhecimento caiçara/camponês, em um nível mais amplo não havia esta identidade entre todas as comunidades.

Além disso, a falta de rigidez ou consenso acerca de quem eram as populações tradicionais, permitiu que toda população local e até mesmo veranistas (pessoas com segunda residência nas Unidades de Conservação), reivindicassem para si as poucas concessões feitas às populações tradicionais.

Fato é que, hoje estas populações estão bastante desarticuladas, pois não assumiram uma luta coletiva e foram absorvidos, ao longo do processo de organização, pelo discurso ambientalista.

Este problema não foi enfrentado pelos movimentos sociais rurais, que também incorporaram a expressão “populações tradicionais” e estabeleceram alianças com movimentos ambientalistas. Eles, como foi afirmado por Vianna (1996), absorveram o que era interessante no discurso ambientalista e travaram a luta pelos seus territórios unidos, ao contrário do que aconteceu com os moradores de U.C.A em São Paulo.

Um exemplo claro de avanços conseguidos pelos movimentos sociais rurais é o movimento dos seringueiros amazônicos, que, a partir da década de 70, dá início a organizações sindicais para garantir seu acesso à terra e aos recursos da floresta. Em 1985, eles unificaram a luta no Conselho Nacional dos Seringueiros, e apenas fazendo uso do que lhes era apropriado dentro do discurso e das práticas do movimento ambiental, conseguiram criar uma modalidade de Unidade de Conservação a “Reserva Extrativista”, na qual seu modo de vida está adequado.

⁴³ Shanin, Teodor (s/d) *Naturaleza y logica de la economia camponesa*. Barcelona, Ed. Anagrama.

⁴⁴ *Classe para si* é um conceito discutido por Hanza Alavi em seu artigo *Las clases camponesas y las lealtades primordiales* (1976). Barcelona, Editorial Anagrama. Neste artigo Alavi expõe que o conceito de

4.2. Cultura caiçara, cultura de uma população tradicional camponesa

4.2.1. O caiçara e sua cultura

O entendimento de o que seja a cultura caiçara, necessita em primeiro lugar que se trate do termo caiçara, há controvérsias entre vários autores acerca dele. Pode-se partir de alguns aspectos para a sua definição. Etimologicamente o vocábulo caiçara é de origem Tupi guarani, caá-içara⁴⁵, que se refere aos tocos para prender as canoas próximas às tabas. O dicionário *Aurélio*⁴⁶ traz a seguinte definição: “1. cerca feita de varas ou galhos; 2. Caipira do litoral paulista”. O aspecto localização, por vezes chamado de geográfico, é o mais vago, pois, define como caiçaras todos os indivíduos que nascem e moram no litoral paulista, paranaense e em parte do litoral fluminense. O aspecto étnico, leva em consideração a descendência vinda da miscigenação entre os brancos (colonizadores), os índios (nativos) e os negros (escravos). Contudo, em uma análise mais ampla, esta é a formação do povo brasileiro. O aspecto cultural, este mais complexo, baseia-se no campo simbólico e material dos habitantes do litoral.

A exposição de vários aspectos para a definição do termo caiçara, não quer dizer que haja um certo ou verdadeiro, e sim que neste trabalho ele é apresentado tal qual foi visto e sentido durante o contato estabelecido em campo, isto é, como o morador do litoral paulista, fruto da miscigenação de brancos, índios e negros, que herdou destes, costumes, conhecimentos, mitos, tecnologias, técnicas, que num contexto ímpar de contato com o mar e a Mata Atlântica, desenvolveu características próprias.

Contudo, essas características não fazem dele um ser totalmente diferenciado ou isolado. Sua cultura, chamada de tradicional, o coloca, de acordo com a categoria antropológica, como membro das “populações tradicionais” e essas dentro das “sociedades rústicas”, fazendo parte, ainda que marginalmente, da sociedade dominante.

Firth, R. (1974), expressa a necessidade de ampliar o sentido do termo camponês, a fim de abarcar outros tipos de pequenos produtores tais como o pescador ou o artesão rural,

Classe para si, que tem teor político, é precedido por outro, o de *Classe en si*, que tem teor econômico, e a passagem de um ao outro está mediatizada por lealdades primordiais, como os laços de parentesco.

⁴⁵ Sampaio (1987) O Tupi na geografia nacional. Brasileira. 359p.

⁴⁶ Ferreira, A. B. H. (1985) Minidicionário Aurélio. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.

que participam do mesmo tipo de organização econômica simples e de vida em comunidade.

Antonio Candido influenciado por Firth (1951) e Redfield (1941,1947 e 1953) trabalha em *Os parceiros do Rio Bonito* (1971) com a noção de que o caipira, assim como outros tipos brasileiros, fazem parte das sociedades rústicas. Então, pode-se dizer que o caíçara nada mais é do que a expressão regional do caipira do interior de São Paulo, portanto, um camponês.

Outros autores que estudaram populações caíçaras concordam com esta noção abrangente de campesinato, como Cerqueira (1966), Mussolini (1980), Marcílio (1986), Nofs (1988), Vianna (1996), Mansano (1999), Cavalieri (1999), Adams (2001), Sesti (2001) entre outros.

Desta forma então, o caíçara é um camponês, pois se trata de um agricultor e/ou pescador cujo modo de produzir, visa em primeiro lugar o provimento da unidade familiar, utilizando totalmente ou parcialmente o trabalho desta unidade⁴⁷, e cujo excedente da produção é comercializado, para a obtenção dos bens ou serviços que não possa produzir ou realizar e para manter ou ainda aumentar seus meios de produção.

Maria Luíza Marcílio (1986), que estudou durante anos o modo de vida caíçara em Ubatuba, também os identifica como camponeses, e analisa sua economia:

“A economia camponesa dos caíçaras, caracteriza-se pela oposição à economia primitiva das tribos selvagens de um lado e à economia industrial do outro. Em contraste àquelas duas, ela deve responder a lógica do autoconsumo da família e fornecer de alguma forma, uma contribuição à economia global.” Marcílio (1986)

Sendo o caíçara um tipo de camponês, ainda que com suas especificidades de imaginário, costumes e relações sociais, calcados de forma quase simbiótica com a natureza, é necessário entendê-lo enquanto tal. Segundo Oliveira (1996, p. 49), é necessário

⁴⁷ Podem coexistir outras formas de trabalho como a parceria e a troca de dias, e ainda, membros da unidade podem ter trabalho assalariado fora do sítio, complementando a renda familiar.

enxergá-lo de forma mais ampla: "...o camponês enquanto classe, ou seja, compreendê-lo no contexto da sociedade brasileira"

A definição de Moura (1986, p. 13) também leva em conta esta preocupação:

"Cultivador que trabalha a terra , opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural. Aqui o conceito é estendido a todos os cultivadores que, através do seu trabalho e do de sua família, se dedicam a plantar e transferir seus excedentes de suas colheitas aos que não trabalham a terra. Ao mesmo tempo em que integra um grupo de trabalho familiar, que produz para sobreviver, algum tipo de engrenagem política e econômica encarrega-se de extrair-lhe compulsoriamente os excedentes gerados por sua produção, que garantem a existência de outros grupos sociais não-produtores. Assim, o camponês é um produtor que se define por oposição ao não-produtor, não importando se planta a terra ou se pesca no mar". (grifo meu)

O trabalho familiar talvez seja a característica mais marcante da produção camponesa e de acordo com o volume desta produção e extensão da família pode haver outras formas de trabalho associadas, como a parceria, a ajuda mútua ou mesmo o assalariamento temporário ou mesmo o deslocamento de um membro da família para uma atividade externa ao sítio, inclusive na cidade. Contudo a lógica existente neste tipo de produção distingue-se da produção capitalista, na medida em que não visa a obtenção do lucro e sim a obtenção das condições essenciais para sua reprodução, ou seja, ele gera uma produção cujo excedente se tornará mercadoria para obtenção do que a família não pode produzir, de acordo com Oliveira (1996, 52):

"a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadorias, ou seja, vender para comprar."

Neste trabalho, o camponês é visto como classe social que muito embora em vários aspectos esteja distante da lógica capitalista da acumulação, esta classe fornece seu excedente ao mercado, portanto é uma forma de produção pré-capitalista apropriada pelo modo de produção capitalista. Há autores que seguindo outra vertente teórica utilizam termos como “produtor familiar” ou “pequeno produtor” pois acreditam que este tipo de produção já é ou inevitavelmente se tornará capitalista e na qual ao produtor só cabem dois caminhos: tornar-se um abastado capitalista ou parte do proletariado. Contudo, talvez este seja uma forma de entendimento demasiado simplista diante da complexidade das relações econômicas e sociais existentes na realidade do campo brasileiro. Para Moura (1988) o conceito de camponês e de campesinato tem grande vitalidade e grande força histórica, tanto teórica quanto empiricamente e portanto não pode ser substituído por outro. Segundo Oliveira (1996, p. 48):

“É nesse processo dialético que as vertentes teóricas vão se tornando mais claras, juntamente com as contradições que cada uma contém. É nesse embate teórico que procuramos nos situar, pois entendemos o desenvolvimento do modo capitalista de produção na sua etapa monopolista como um processo contraditório de reprodução ampliada do capital, ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, à troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. Isso decorre do fato de que ele não é na essência um modo de produção de mercadorias em seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia.

Assim, esse processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital, além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução”.

No entanto, é necessário analisá-lo não só do ponto de vista de sua produção, mas também sob o ponto de vista de sua cultura.

A cultura caiçara, que Brandão (1986) chama de modos de viver, sentir, pensar e expressar a vida com uma lógica própria, cognitiva e valorativa de significar o real, assim como qualquer outra cultura é dinâmica, tem movimento, transforma-se ou adequa-se de acordo com as mudanças ocorridas em seu modo de reproduzir-se socialmente.

Não sendo uma cultura isolada, mudanças são inevitáveis. Seria ingenuidade ou mesmo perversidade congelar no tempo e no espaço uma cultura. Assim pensando, não se estaria muito distante da postura dos conservacionistas radicais, que isolaram “áreas naturais”⁴⁸, verdadeiras ilhas para protegê-las deles próprios.

Portanto, incorre-se muitas vezes em equívoco, ao associar-se a cultura a objetos, esquecendo-se das relações econômicas e sociais. No caso caiçara, sua cultura associa-se a objetos como a casa de pau a pique, a casa de farinha, aos cestos, tipitis, canoas etc, e assim pensando, realmente esta cultura praticamente desapareceu.

Mesmo diante da expropriação, das mudanças que lhe foram impostas, o caiçara, pelo menos o caiçara de Camburi, que é o *sujeito observado*⁴⁹ deste trabalho, ainda assume-se, identifica-se como caiçara, assim como identifica outros caiçaras, demonstrando um sentimento de cumplicidade, de pertencer ao mesmo bairro e partilhar códigos, saberes, um modo semelhante de enxergar a vida e também os problemas, como conta este caiçara de Camburi:

“Nós como caiçara, caiçara nascido e criado na terra. Tem que nasce na terra pra entendê dela. Nós conhece tudo aqui. Um caiçara legítimo tem que nascê aqui no litoral, tem que entendê a vida daqui, os costume do seu lugá. Não adianta nasce na praia e se dizê caiçara, tem que entendê das planta, dos bicho, da roça, da pesca, das nossa comida. É que nem assim, vamo dizê, se você pedi pra um caiçara daqui, pra fazê um azul marinho e ele dissé que não sabe ou num fizé direito, não é caiçara. Esse povo que vem morá aqui, nunca vai ser caiçara, porque é que nem se eu ia morar em qualquer lugar, eu nunca vô deixá de ser caiçara, meu mundo é esse aqui e vai comigo pra onde eu for. Mas, eu não vou saí não. É por isso que

⁴⁸ A discussão acerca das áreas naturais ou unidades de conservação é feita no capítulo 4.1..

⁴⁹ Este termo foi exposto no capítulo 2..

esses turista faz essa bagunça aqui, porque eles são assim, o mundo deles é assim e nós é que paga o pato.” (Moisés, caiçara de Camburi)

É principalmente no choque entre culturas, que há a afirmação delas. O auto-reconhecimento, no caso de Camburi, como relata Moisés, é fruto do contato conflitivo entre modos de vida completamente distintos, ou seja, da população caiçara e dos turistas que ali chegam.

Trata-se de um processo dialético, pois ao mesmo tempo em que o caiçara de Camburi distancia-se, compulsoriamente ou não, de elementos de sua cultura, devido às intervenções do poder público e ao contato mais intenso com a sociedade urbana industrial, devido ao turismo, ao mesmo tempo ele passa enxergar as diferenças e auto afirmar-se diante delas.

Hobsbawm (1976) analisa as relações políticas entre camponeses e grupos e/ou instituições para além da comunidade local. Enfocando a separação entre camponeses e não camponeses numa relação de subordinação dos primeiros. E é exatamente isso que acontece em Camburi, assim como em muitas outras partes do Brasil, o subjugamento de populações tradicionais camponesas em benefício dos interesses da sociedade dominante, feito principalmente pelo próprio Estado, que cada vez mais se torna mero representante das elites que manobram a sociedade abrangente.

Contudo, o relativo isolamento dos camponeses, sejam eles caiçaras, ribeirinhos, caipiras e etc., em relação ao mundo exterior ao seu, não torna sua política menos importante, pois trata-se de analisar o papel destas sociedades camponesas num contexto mais amplo, assim como suas relações locais já que as micro e macro-políticas superpõem-se consideravelmente. O campesinato é entendido desta forma como classe *en si* em seu sentido clássico, pois se trata genericamente de um grupo de pessoas que têm o mesmo tipo de relação com os meios de produção (visão econômica), contudo como já visto anteriormente, de acordo com Shanin (s/d), o campesinato é uma classe de baixa classicidade, e principalmente no que se refere às populações tradicionais camponesas, como as caiçaras por exemplo, é muito difícil superar as os empecilhos e atingir um estado de *Classe para si* como um todo, na qual estariam ligados politicamente, com uma visão conjunta de seus interesses, pois se tratam de muitas, pequenas e distantes comunidades.

Entretanto, muito embora exista baixa classicidade, segundo Hobsbawm o campesinato de forma geral é classe, eles se reconhecem e reconhecem suas diferenças frente aos não camponeses, numa posição quase sempre subalterna. Há um auto-reconhecimento frente às diferenças alheias. E de um modo geral e mais abrangente o reconhecimento pode ser diante da exclusão, ou seja, pode haver uma solidariedade entre excluídos.

Porém, diferentemente do que acontece em outros movimentos sociais de camponeses, como o Movimento dos Sem Terra, este auto-reconhecimento ainda que pela exclusão não aconteceu de uma forma ampla e conjunta. O auto-reconhecimento acontece localmente, a população de Camburi por exemplo, se auto-reconhece como caiçara, enxerga as diferenças que os distinguem do restante da população do município de Ubatuba-SP, ou dos turistas que lá chegam, mas este auto-reconhecimento que anteriormente, no “*tempo dos antigo*” como eles costumam dizer, já estendeu-se por muitos outros bairros e praias, chegando a outros municípios, devido as atividades comuns como a pesca, a agricultura e a realização das trocas entre bairros, hoje praticamente desapareceu, assim como a solidariedade entre estes vizinhos. O auto-reconhecimento acontece dentro dos bairros, que se auto afirmam também pelas diferenças entre estes.

O sentimento de debilidade frente à sociedade mais ampla não é apenas social, é também cultural, e enquanto esse sentimento de debilidade, de inferioridade não servir para uni-los definitivamente num sentimento de classe, estará agindo ao contrário tornando-os fracos e separados.

De acordo com Thompson (1998), o costume é o substrato da vida e pode reafirmar-se diante das dificuldades. É isso que ocorre com muitas das Populações Tradicionais Camponesas, as populações caiçaras por exemplo. Na maioria das vezes foram proibidas de manterem vivos seus costumes, suas tradições, em suma, sua cultura, devido às restrições das Unidades de Conservação Ambiental, nas quais a simples presença destas populações tornou-se um crime, contudo, mesmo depois de mais de 40 anos de interferências, principalmente do poder público, muitas delas continuam a existir e redefinem, reinventam seus costumes e essencialmente permanecem Populações Tradicionais Camponesas.

Embora não estejam organizados e como já visto, não constituam coletivamente uma *classe para si*, localmente estas pessoas resistem e há um auto-reconhecimento em

oposição a quem não pertence ao grupo.

Portanto, pode-se dizer que se tratam de questões centradas em “modos de vida” distintos. As populações tradicionais camponesas, tem valores fortemente ligados à natureza, à terra e à família, entrando em choque com os valores das elites dominantes na sociedade abrangente e como tal, esta impõe-se em ações que variam entre desenvolvimentistas e conservacionistas, visando sempre seu próprio bem estar, a despeito do que aconteça com outras populações.

Principalmente no que diz respeito às ações conservacionistas, nas quais entra em jogo a forma como as duas partes enxergam a natureza, as diferenças tornam-se claras. Pois a sociedade dominante, vê-se apartada da natureza e historicamente apropriou-se dela de forma intensa e abrangente, como seu modo de vida exigia, e autoritariamente passa a reservar áreas para sua recreação e lazer, ignorando que outras populações já usavam de outra forma essas mesmas áreas.

E a essência desses modos distintos reside na relação entre homem e natureza, pois o homem não se relaciona com a natureza em si, mas sim com a natureza por ele construída e a partir daí com os outros homens.

5. Os caiçaras de Camburi

Camburi é um bairro rural situado no extremo norte do município de Ubatuba-SP, na divisa com o Estado de Rio de Janeiro. Pequeno agrupamento caiçara com cerca de 467 hectares, formado por sítios compostos de área de morada e de trabalho distribuídos entre uma pequena planície e terrenos íngremes. Foi a partir destes sítios que há quase 200 anos foi formado um território, no qual vem se desenvolvendo um modo de vida ímpar que persiste e que se re-inventa, diante das intervenções externas e da própria dinâmica da vida comum.

Seu morador tradicional vive as conseqüências da forçada inserção em uma unidade de conservação ambiental, entre outras ações governamentais que o levaram ao empobrecimento, a perda de cultura, mas principalmente a perda da união parental, que antigamente representou a base do trabalho, da produção, do lazer, enfim, da vida destas pessoas.

Contudo, mesmo em meio a dificuldades e transformações há uma certeza unânime, que é a auto-identificação caiçara. E, não importa que ele seja, como será visto adiante, um “quilombola”, na definição deles eles são “quilombolas caiçaras” ou “índios caiçaras” ou simplesmente “caiçaras”, pois juntos todos são “parte de parente”, e num contexto e regional econômico, social e cultural construíram esta identidade. Para entendê-la é necessário desvendar a formação dos bairros rurais do litoral norte, é preciso saber de onde vieram esses negros, índios e brancos que, a partir do uso da “terra de liberdade”, que é uma forma de referirem-se ao seu território, construíram o bairro rural de Camburi habitado por caiçaras, expressão regional do camponês.

5. 1. Ocupação do litoral norte paulista

A formação dos bairros rurais⁵⁰ no município de Ubatuba, inclusive de Camburi, está direta ou indiretamente ligada à sua ocupação indígena e às oscilações econômicas

⁵⁰ A definição de bairro rural encontra-se no capítulo 5.3 deste trabalho.

sofridas por todo o litoral norte paulista, durante o que se convencionou chamar de “ciclos econômicos do ouro, café e cana de açúcar”⁵¹.

“Historicamente, a formação das comunidades caiçaras só pode ser entendida no contexto da ocupação do litoral brasileiro e dos ciclos econômicos vividos pela região Sul/Sudeste. O caráter predominantemente agrícola de nossa colonização fez com que as terras férteis, úmidas e quentes das baixadas fossem as mais ocupadas, inclusive graças à facilidade de escoamento dos produtos para o exterior, mercado de seus produtos. Formaram-se então aglomerados grandes e médios, ao redor dos quais gravitavam pequenos núcleos, formados graças a condições particulares da costa, que favoreciam sua ocupação e que enviavam aos núcleos maiores parte de sua pequena produção (farinha de mandioca, peixe e algum café)” (Adams, 2001, p. 111).

Contudo, esta colonização foi tardia neste litoral, pois além de dificuldades naturais (vegetação e serra) houve também a resistência oferecida pelos índios que ali habitavam, principalmente os Tupinambás. Especificamente, a fundação de Ubatuba ocorreu em 1600, na praia de Iperoig, em torno da capela de Exaltação da Santa Cruz do Salvador.

“Quando os europeus aqui chegaram, encontraram criaturas as quais, segundo eles, mais pareciam bichos que homens seja pelo modo como se vestiam, ou não se vestiam, seja por seus comportamentos em relação aos outros homens e à natureza. Os europeus não conseguiam compreender a relação íntima e até mesmo simbiótica dos índios com a natureza e por isso classificaram-nos de selvagens” (Mansano, 1999, p.42).

⁵¹ Apesar da grande importância do entendimento dos ciclos econômicos e de sua influência no estabelecimento de relações sociais, esta questão não será aprofundada, pois neste trabalho não se objetiva relatar a história passada de Camburi, e sim, utilizar-se dela para entender a história atual do bairro. Para melhor entendimento dos ciclos econômicos em Ubatuba ver Marcílio, M. L., (1986) *Caiçara, terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edições Paulinas/CEDHAL, 244p.

Porém, quando o colonizador venceu a resistência indígena, impôs a escravidão aos que não foram dizimados. Durante o século XVII, o índio foi o escravo lavrador de Ubatuba, recebendo a denominação de “negro do gentio da terra”, e foi utilizado principalmente na economia de subsistência, a qual manteve o modo indígena de produzir, ou seja, a forma de fazer a agricultura e seu produto principal, a mandioca e seus derivados como a farinha. Nessa época o indígena foi subjugado, seja pela catequização, ou pelo trabalho na domesticação da natureza, que para o colonizador era selvagem, mas para o índio era parte de sua vida.

Portanto, a história de formação dos bairros rurais do litoral norte, assim como do restante do Brasil, é como diz Worster (1999) a história ecológica da sociedade na qual estão inclusos, ou seja, a nossa sociedade, que se estabeleceu a partir de conquistas e subjugação da natureza.

Mesmo que esta porção do litoral brasileiro não fosse de grande interesse dentro do sistema colonial estabelecido, com a concessão de sesmarias entre os séculos XVI e XVIII, instalam-se nesta região atividades agrícolas para atenderem à demanda do mercado externo, e pequenos focos de agricultura para o abastecimento interno. Neste momento, a mão-de-obra indígena foi substituída pela escrava.

Segundo Marcílio (1986), no século XVIII, como tentativa de racionalização da agricultura, e na tentativa de integrar a periférica Capitania paulista ao circuito mercantilista, foram introduzidas ou intensificadas em Ubatuba, culturas de interesse do sistema colonial, principalmente a cana-de-açúcar. Este processo determinou, a partir de então, uma estrutura fundiária diversificada, onde pequenas e grandes propriedades justapunham-se, o que marcou uma diferenciação social mais nítida em uma sociedade ainda sem classes definidas. Mussolini (1980) diz que os pequenos sítios eram a retaguarda econômica das zonas de engenho, portanto, muito importantes na manutenção da estrutura vigente.

O período da mineração também deixou suas marcas neste trecho de litoral, visto que os portos que escoavam a produção de ouro e pedras que chegavam ao litoral pelos antigos caminhos indígenas eram os de Ubatuba e São Sebastião. Porém, de acordo com Silva (1975), com a construção de um novo caminho, ligando a região das minas ao Rio de Janeiro, os dois municípios saíram da rica rota do ouro.

Também se cultivou o café nesta região, o que atraiu para a região um grande número de imigrantes. Seu auge ocorreu no início do século XIX em grandes fazendas que utilizavam intensamente a mão-de-obra escrava. Mas, com a chegada do café ao Vale do Paraíba, o cultivo no litoral caiu em decadência, inclusive é um período no qual muitos escravos são vendidos para o Vale ou simplesmente abandonados e assim incorporados aos bairros rurais locais.

Para Marcílio (1986); Mussolini (1980); Silva (1975) e França (1954), principalmente no litoral norte paulista, a Serra do Mar e sua exuberante vegetação foram uma barreira, um fator de relativo isolamento das populações que viviam nas baixadas, o que favoreceu a criação e continuidade de um modo de vida próprio. Ele se deu após a exaltação da economia da cana e do café, houve uma grande redução populacional, a vida foi acomodando-se e os elementos que eram secundários nestas economias passaram a ser constitutivos do modo de vida ali estabelecido.

“Do tipo de vida fechada que se desenvolveu no litoral, com poucos contatos com o mundo de fora, ou recebendo dele um mínimo de influências e de produtos, por não se dispor de meio aquisitivo, resultou um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando-se, por assim dizer, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e seu habitat. Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor – para remédios, para construções, para canoas, para jangadas – bem como os fenômenos naturais presos à terra e ao mar e que os norteia no sistema de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para troca ou para a venda: os ventos, os ‘movimentos’ das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequadas para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou uma muda ou colher o que plantou”. (Mussolini, 1980, p. 226).

Assim, o caiçara de Camburi é fruto da miscigenação entre índios, brancos e negros, que neste contexto de desenvolvimento econômico e social regional, fixou-se em Ubatuba ,

onde desenvolveu um modo de vida intensamente ligado à natureza, pois dela dependia material e simbolicamente.

5. 2. Origem dos caiçaras de Camburi – a formação do bairro

Cerqueira (1966), relata que no início do século XIX havia na área, atualmente denominada de Camburi, a *Fazenda Cambory*, na qual funcionava um engenho de cana, movido com mão-de-obra escrava. O dono da fazenda era Manuel de Oliveira Santos, migrante português, que devido à crise da indústria açucareira no início do século XIX, teria abandonado suas terras e escravos, estes teriam dado origem às famílias do bairro de Camburi.

Os documentos do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo confirmam a existência de tal fazenda, sendo que seus sucessivos donos foram: Domingos dos Santos até 1802; seus filhos Manuel de Oliveira Santos e Francisco dos Santos até 1836 e, por último, João Manoel da Silva e José Manoel da Silva França a partir de 1855. Os limites físicos dessas terras são indeterminados.

Esta é uma explicação possível, pois como já visto anteriormente, diante da instabilidade da economia no litoral norte paulista e sul fluminense neste período, muitos proprietários abandonaram suas terras, alguns venderam seus escravos, outros os abandonaram juntamente com as terras.

Segundo Marcílio (1986), Camburi, juntamente com a Vila de Picinguaba, já em 1824, possuía 31 fogos⁵², o que também corrobora com a explicação anterior.

Contudo, nos relatos orais acerca da origem do bairro, colhidos com os descendentes dos primeiros moradores, nunca foi mencionada a *fazenda Cambory*, ou confirmados os acontecimentos relatados acima. Os caiçaras de Camburi têm seu próprio mito de formação do bairro e, segundo Morin (1986 *apud* Diegues 1994, p.):

⁵² Fogos é a denominação dada no século XIX para designar um conjunto de famílias extensas vivendo próximas. (Marcílio, 1986).

“...os mitos são narrativas que descrevem a origem do mundo, a origem do homem, o seu estatuto e a sua sorte na natureza, as suas relações com os deuses e os espíritos. Mas os mitos não falam só da cosmogénese, não falam só da passagem da natureza à cultura, mas também de tudo o que concerne a identidade, o passado, o futuro, o possível, o impossível, e de tudo o que suscita a interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração. Transformam a história de uma comunidade, cidade, povo, tornam-na lendária, e mais geralmente, tendem a desdobrar tudo que acontece no nosso mundo real e no nosso mundo imaginário para os ligar e os projetar juntos no mundo mitológico”.

Os relatos orais sobre a história da formação do bairro indicam que o bairro teria sido formado a partir de oito famílias Ego⁵³, com destaque especial para as quatro primeiras, sendo que a primeira teria sido de escravos fugidos de uma fazenda em Paraty. Estes relatos são feitos com grande emoção e orgulho, pois falam das dificuldades que os ancestrais tiveram para chegar até ali, com coragem e bravura. Há inclusive, a referência constante por parte dos moradores de Camburi à “Josefa”, “uma negra valente”, escrava fugida de alguma fazenda de Paraty. Ela teria morado com seu bando, também de escravos fugidos, em uma gruta no morro, “a toca da Josefa”, como é conhecida por todos até hoje, como relatam estes caiçaras de Camburi:

“Aqui tem uma toca que trata da Josefa, é aqui mesmo em cima do morro. Ainda tem carvão lá do tempo da escravidão. A Josefa foi uma escrava saída da tribo de Paraty, que saiu fugida com seu bando. Eles vinham pescá aqui na praia, tirá marisco das pedra. Foi na época da escravidão”. (Fernando, caiçara de Camburi)

“Nós tinha aqui uma tia, nós chamava de tia né, que era a Josefa. Nunca teve mulhé e nem home tão valente nestas banda, não tinha home para

⁵³ Famílias Ego, são àquelas das quais descendem todas as outras numa comunidade ou população.

desafiá ela não. Hoje você encontra uns buracos anssim grande, de uns dois metros, que ela fazia. Ali era onde ela pegava a caça. A caça passava ali e caía no buraco. No outro dia cedo ela ia lá e tirava, matava e fazia a comida dela lá na toca, dá pra vê. Comia a caça com palmito. Ela vivia anssim na mata virge, nesse matão aí pra cima descia pra pegá marisco e vê o mar. Ela era uma escrava. Ela aproximadamente, se era viva tinha uns 200 anos, então vô dizê para vósuncê que se a negra Josefa tinha hoje 200 anos, então faz quase isso que o Camburi é o Camburi". (S. Genésio, caiçara de Camburi – entre os homens o morador mais velho)

Josefa é uma figura mítica em Camburi, entre os jovens e idosos ela é a referência de heroísmo e dignidade que os moradores do bairro seguem. Não há registro de descendentes de Josefa, contudo, ela é sempre referida como parente, como tia de todos do bairro. Segundo S. Genésio, um dos depoentes desta pesquisa e o morador mais idoso nascido e criado no bairro, Josefa não teve filhos:

"Ela era muito valente, mulher feroz estava ali, ela era anssim arredia, num teve família, ela era anssim praticamente um guerreiro homem, era muito respeitada e é de costume anssim os mais jóvis tratar os mais antigo por tio, tia" (S. Genésio, caiçara de Camburi)

A tia Josefa é um mito porque foi idealizada dentro dos sistemas simbólicos desta comunidade, ela é a referência que apóia a resistência dessas pessoas em seu território, ela é o símbolo da transição entre a "terra cativa" e a "terra de liberdade". Segundo Claude Lévi Strauss, prefaciando Marcel Mauss (1974, p. 7) "é próprio da natureza da sociedade exprimir-se simbolicamente em seus costumes e em suas instituições (...) toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos". O mito insere-se nesses sistemas simbólicos com importância variável. De acordo com Mauss (1989) o mito é a história de um deus, é uma fábula, até mesmo uma invenção de uma coletividade, o deus mítico não tem data de nascimento e morte, ele vive na eternidade e exerce um papel

importante para a coletividade que o criou. Embora Josefa tenha sido uma mulher de carne e osso, o mito “Josefa” é uma invenção da comunidade de Camburi. Sua personalidade valente é o que permanece e é festejada, não há memórias sobre seu nascimento e morte, a memória calca-se sobre seus atos heróicos.

Segundo Mansano (1999), que elaborou em sua dissertação de mestrado, o gráfico genealógico dos moradores de Camburi, **(VER GRÁFICO DE PARENTESCO)** foi a partir de pessoas que faziam parte do bando de Josefa que teria surgido a família dos Basílio, os primeiros habitantes, uma das famílias Ego do bairro, que estariam ali a pelo menos 180 anos.

Minha família é do ramo dos Basílio, eu não sei mais contá porque tô ruim das idéia, mas meu pai contava que era da linhagem dos escravo, dos quilombo, meu pai e o pai dele era negro, num sei se chegaram a ser escravo, mas era negro que nem eu. Os negro corrido da escravidão vieram aqui para o Camburi, casaram, se misturaram. A velha Cristina foi escrava, eu conheci muito ela, ela morreu com mais de cem anos, ela enterrô o filho mais velho dela. (Dona Maria, caiçara de Camburi, entre as mulheres a mais velha nascida e criada no bairro)

Logo depois chegaram ao bairro os Conceição. Esta família procede também do Estado do Rio de Janeiro, provavelmente do sul fluminense. Negros, Fronzina Conceição e seu marido do qual não lembram o nome, os primeiros Conceição no bairro, trouxeram vários filhos nascidos no Rio de Janeiro, inclusive Constancia Maria que tinha apenas 10 dias de vida (e por isso é considerada a primeira geração desta família “nascida” no bairro). Constancia Maria Conceição casou-se com José Antonio Basílio, que por sua vez era neto do Véio⁵⁴ Basílio e de Edviges Basílio⁵⁵. Maria da Conceição e José Antonio Basílio são

⁵⁴ Foi mantida a forma como os habitantes de Camburi falam Velho, pois foi considerada uma marca importante do linguajar destas pessoas.

⁵⁵ Edviges é uma das duas esposas do Véio Basílio, a outra seria a escrava fugida Josefa, não se sabe ao certo se as duas foram esposas contemporâneas ou não. Uma das possíveis explicações é que o Veio Basílio seria casado com Edviges e ambos pertenciam ao bando liderado por Josefa e esta por sua vez, como líder do grupo e figura de respeito e fascínio “rouba” ou “compartilha” o Veio Basílio de Edviges. Esta explicação vem do fato de Edviges ser lembrada como Edviges Basílio, enquanto Josefa é apenas Josefa, a figura mítica da memória do bairro de Camburi.

os pais de S. Genésio, hoje um senhor de 75 anos, e um dos principais depoentes desta pesquisa.

Pouco depois dos Conceição vieram outros Basílio (que não eram parentes dos primeiros Basílios). A Véia Cristina e seu marido do qual perdeu-se o nome, também eram negros, tiveram vários filhos, um deles é José do Rosário, pai de Manuel Inácio, ainda vivo e residente em Ubatuba. Esta família mudou-se toda para outras localidades, mas ela é sempre lembrada nas histórias do bairro, porque, por volta de 1960 a então velha Véia Cristina vendeu suas terras no bairro e melhorou muito de vida, logo depois indo embora de Camburi. Ela foi a primeira a vender terras no bairro, dando aos outros uma errônea impressão de prosperidade.

Algum tempo depois desses Basílio, chegaram os Bento, também descendentes de negros, ex-escravos fugidos da região de Paraty. Os primeiros Bento eram Manoel Bento, sua mulher e cinco filhos: José Bento (Ié-Ié Bento), Manuel Pequeno, Benedito Bento, João Bento e Maria Pequena. Segundo um descendente desta família, Antonio Conceição Bento (o Inglês), seu pai José Bento Ié-Ié, já nasceu em liberdade no Camburi e quando moço foi trabalhar em um engenho de cana próximo a Ubatuba (Vila), mas morava no Camburi. José Bento conheceu Maria Conceição Abreu, filha do dono do engenho e casou-se com ela. Segundo o “Inglês” (caiçara de Camburi, hoje com cerca de 70 anos), que é filho de José Bento e Maria Abreu, seu pai era negro e sua mãe branca de olhos azuis, o que explica seu fenótipo: branco de olhos azuis e de cabelo crespo “*caracolado*”. Com isso, infere-se que os Bento estão no bairro a pelo menos 100 anos.

Depois temos a família Zacarias, da qual não há muitas memórias, não se sabe de onde vieram, apenas sabe-se que Zacarias e sua esposa, juntamente com um filho já casado, João Damásio, casado com Georgina e sua filha Celina vieram para o Camburi há cerca de 90 anos.

Logo em seguida, os Firmino chegaram ao bairro, descendentes de índios vindos de Trindade. Segundo os relatos destes descendentes, há pelo menos 65 anos, os Firmino estão em Camburi.

“Nós somos descendente de índio, índio daqui de perto, de Trindade,

aqueles índio era selvagem, vivia assim livre, quando não dava mais pra continuá livre eles saíram aí por essas beira de praia. Eles era chamado de índio Karapeva” (S. Carmo, caiçara e primeiro Firmino no bairro)

Segundo um descendente dos Firmino, seus avós, Manoel Firmino e Romualda, teriam chegado ao Camburi trazendo seus filhos: Manoel Firmino, Carmo Firmino e Lucília.

Esta família que tem ascendência indígena misturou-se com os Conceição e com os Basílio, que são negros, sendo possível notar visivelmente os traços de ambas ascendências no fenótipo desta família e também em características culturais, por exemplo: os filhos de S. Carmo e Vitória, que é descendente da família Conceição, mantiveram traços mais próximos dos indígenas, tanto fisicamente como culturalmente, pois são exímios na confecção de utensílios domésticos, como cestos de palha e bambu, fruteiras esculpidas em madeira etc, com forte influência indígena.

Com cerca de 45 anos no bairro estão os Lúcio, Manoel Lúcio e Adelaide, juntamente com seus filhos Paulinho Lúcio e José Lúcio vieram de Itamambuca, outro bairro rural da Ubatuba 45 anos atrás. S. Zé Lúcio, hoje com cerca de 60 anos, é também um dos depoentes desta pesquisa.

Por último, chegaram ao bairro duas outras famílias, a de João Querino há 15 anos e de Miguel Cruz há cerca de 20 anos. Embora alguns dos filhos destas pessoas tenham se casado com moradores tradicionais, eles não são totalmente aceitos como “gente de dentro”, tão pouco são “gente de fora”, eles estão em um meio termo difícil de definir, e talvez o maior empecilho para o aceitamento é o fato de terem ido para o bairro já na condição de caseiros, sendo assim, estão em situação quase constrangedora frente aos moradores tradicionais, que na maioria das vezes foram expropriados de suas terras.⁵⁶

⁵⁶ Sobre a questão fundiária ver capítulo 6.1.1.

Mansano (1999), em seu trabalho analisa os relatos dos moradores de Camburi e diante do fato deles nunca terem mencionado a tal Fazenda Cambory, revela que a memória e a identidade de seus moradores está calcada no patamar da liberdade. Suas referências sempre se voltam aos antepassados valentes e desbravadores, que conheciam os segredos das matas e do mar.

Também é provável que os escravos que por ventura foram abandonados por Manuel de Oliveira Santos, tenham ido para outro lugar. Pois, constata-se que não há registros documentais ou relatos sobre estes escravos. Desta forma, uma versão não anula a outra.

De qualquer forma, de acordo com os relatos orais dos moradores de Camburi e por seus fenótipos encontram-se na gênese do bairro negros, índios e brancos. A intensa miscigenação ocorrida em quase 200 anos de permanência naquela área produziu uma cultura, um modo de vida particular àquelas pessoas.

A herança dessa mistura pode ser percebida até hoje, na fala rápida dos caiçaras de Camburi, principalmente dos mais velhos, que usam expressões antigas como braça⁵⁷, Réis⁵⁸, litro para farinha, o uso freqüente da 1ª e da 2ª pessoa do plural, a troca da letra “V” pela “B”, denotam as influências portuguesa e negra.

A confecção de utensílios como cestos, tipitis⁵⁹, esteiras, colheres, fruteiras, gamelas, utilizando madeiras, cipós, fibras e outros materiais. A confecção das canoas em madeira, o modo de cultivar a terra, praticando a coivara e o pousio florestal⁶⁰, e o modo de produzir a farinha de mandioca, são heranças indígenas, com influências portuguesas.

⁵⁷ Braça é uma unidade de medida, uma braça equivale aproximadamente a um metro

⁵⁸ Réis, refere-se à moeda

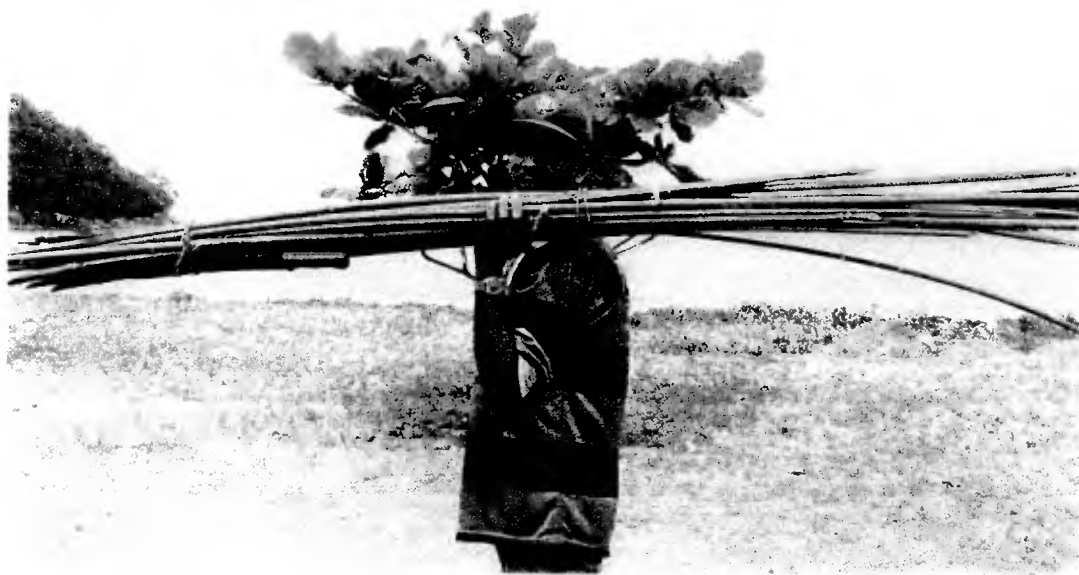
⁵⁹ Tipitis são cestos de cipó tímumpeva/timbupeva, onde é colocada a farinha de mandioca ainda em caldo, para eliminar ao excesso de água.

⁶⁰ Coivara e pousio florestal é a queima de um trecho de mata para o plantio e o posterior descanso da terra antes de um novo cultivo.

Tanto a herança dos antepassados, quanto seu aprimoramento pelo constante aprendizado dia a dia, construíram um modo próprio de vida, transparente nas relações sociais, nos hábitos alimentares, no trabalho etc. (**VER FOTOS No. 01, 02, 03 e 04**).



*Moisés, caiçara de Camburi, esculpindo madeira para fazer utensílios e artesanatos
Fotos no. 01 e 02: Simone Rezende (nov. 2003)*



*Caiçara de Camburi carregando taquara (bambu) para fazer cestos de inspiração indígena
Fotos no. 03 e 04: Simone Rezende (nov. 2002)*



*Utensílios produzidos por Moisés e Celso, filhos de S. Carmo, uma família de artesãos
Fotos no. 01 e 02: Edegar Rosa (set. 1997)*

5.3. Formação territorial de Camburi

Nesta pesquisa Camburi foi considerado um bairro rural, pois segundo os relatos orais dos caiçaras de Camburi, desde quando escravos fugidos fixaram-se lá, e posteriormente, com a chegada de outras famílias, passaram a cultivar a terra, a pescar e a utilizar a natureza para sua sobrevivência, dando início a um aglomerado, solidário e com fortes vínculos familiares, que embora bastante transformados persistem até hoje.

Antonio Candido (1971, p. 62) estudou os caipiras do interior de São Paulo e os denominou como sendo expressão regional de campesinato, assim como o são os caiçaras, definiu o espaço de sua territorialização como bairro rural:

“...consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar a tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega.”

A geógrafa Nice Lecoq Muller, estudando zonas de ocupação antiga dos sitiantes paulistas em 1946, percebeu que naquela região sua presença acontecia de maneira dispersa, porém constituindo uma unidade que dava sentido ao modo de vida camponês e a partir desta experiência definiu bairro rural como:

“Qualquer conjunto de casas dispersas suficientemente próximas para que se estabeleçam relações entre seus habitantes, não sendo propriamente uma unidade morfológica, pois que abrange várias formas de dispersão, o bairro é na realidade uma célula de comunidade social onde existem certos tipos de relações sociais a lhe darem corpo: laços de parentesco ou de vizinhança, reforçados freqüentemente pela existência de uma venda, capela ou escola cujo raio de ação marca comumente os limites do bairro”. (Muller, 1946, p. 142).

Deste modo, o bairro rural é, ao mesmo tempo, uma unidade geográfica e sociológica, pois é a territorialização de relações sociais em um determinado espaço. A identidade e o sentimento de pertencimento a um território constrói-se a partir de uma base material, mas também simbólica. Em Camburi esta interação é facilmente percebida, ao tomar-se conhecimento das origens do bairro, pois o fato de escravos fugidos ocuparem o espaço antes pertencente a uma fazenda escravocrata, exaltava o orgulho da fuga e a nova condição de liberdade no local, onde antes era o território da opressão, além de ter intensificado a identidade e solidariedade conjunta.

De acordo com Sesti (2001, p. 33), seguindo uma linha culturalista, o território é fruto de uma apropriação feita por meio do imaginário ou da identidade social sobre o espaço. Esse imaginário, como conjunto de crenças, mitos, sentimentos por meio dos quais um indivíduo ou uma comunidade enxerga a realidade, revela-se de diversas formas como, por exemplo, na forma de apropriação dos recursos naturais, no traçado de seus caminhos, no respeito aos seres mágicos da mata e na identidade que é construída sob bases físicas e sociais.

Desta forma, a construção de uma identidade mescla-se com a territorialização material e simbólica de determinados espaços, como conta esta caiçara:

“Ah! Isso tudo aqui era roça, da gosto de vê. Quando eu era mocinha anssim que nem vossuncê eu morava lá embaixo e quando ia na praia via no morro as roças, era uma alegria. Depois vim morá cá arriba e via o mar da minha janela, também era uma alegria, tudo que eu via era o nosso Camburi, que era lindo! Agora não tem mais roça, da minha janela só se vê a mata que está no lugar da roça, mas a roça era baixa dava para ver o mar. Eu não enxergo mais, mas também não tem mais nada do nosso Camburi para vê.” (Dona Maria, caiçara de Camburi, hoje com 85 anos – nov. de 2002)

No caso de Camburi, a formação do bairro acontece por meio do uso da “terra de liberdade”, de espaços dos quais seus antepassados, agricultores/pescadores iam se

apropriando em uma relação dialética com a natureza, que ora era a amiga, mãe provedora das necessidades, ora a entidade que não devia ser desafiada, pois podia tornar-se inimiga (muitas chuvas, mar agitado, pragas).

Contudo, segundo Diegues (1994), sua relação com esta natureza era quase simbiótica, seu modo de vida incorpora esta dimensão de respeito à natureza, e isto não quer dizer, que eles não a usassem, muito pelo contrário, é por meio do uso concreto ou abstrato de um espaço, que este se territorializa. De acordo com Raffestin (1980, p. 143):

“É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. ...o território, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si.”

O geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes, que estudou a conceituação de território, acredita que este seja uma possibilidade de reconciliação da geografia com a história, visto que este pode ser tido como o resultado do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento. Este autor define território como:

“o território pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais.” (Moraes, 1994, p. 65).

Portanto, Camburi é um bairro rural, é um território caiçara constituído pelo modo com qual os camburienses ocuparam o espaço e relacionaram-se com ele, não apenas materialmente, mas também simbolicamente. O processo de territorialização, consistiu muitas vezes na luta para continuar a existir, para exercer plenamente seu modo de vida, cuja produção estava calcada na unidade familiar e prioritariamente para seu provimento. Esses pequenos agricultores/pescadores que se fixaram em Camburi, tiveram que se confrontar com os grandes fazendeiros de café e de cana da região, que produziam para exportação, usando mão-de-obra escrava. Segundo a memória do “*tempo dos antigos*” o importante era manter a liberdade do trabalho e da vida, renegando ou simplesmente tentando esquecer a condição de escravos que um dia tiveram.

A configuração dos limites físicos do bairro, aconteceu pela diferença entre modos de vida entre grandes fazendeiros e caiçaras para os quais a terra tinha representação absolutamente distinta, sendo para os primeiros a possibilidade do lucro, da reserva de patrimônio ou apenas de *status social*, enquanto para os outros era a possibilidade da vida livre, da reprodução de seu modo de vida.

A apropriação dos espaços não se deu apenas pelo uso direto e contínuo destes espaços, por meio de moradias e roças etc, mas também pelos usos esporádicos, quando da caça e extração de produtos da mata, pelo uso indireto, pois as nascentes dos rios, que eram utilizados na baixada, foram incorporadas ao território, e pela dimensão simbólica e mítica destes espaços, que habitam o imaginário dos caiçaras de Camburi, um exemplo disso é a incorporação da toca da Josefa ao território do bairro. Portanto, de uma forma ou de outra, estes caiçaras territorializaram esses espaços. Em complemento Raffestin (1993, p. 158) expõe:

“a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”.

Depois dos fazendeiros, vieram os especuladores imobiliários, a BR 101⁶¹, que dividiu o bairro ao meio e, principalmente, surgiram as proibições impostas pela

⁶¹ Maiores informações no capítulo 6.3.

implantação do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar ⁶², e contra todos esses agentes e ações o modo de vida caiçara ainda tenta se impor, em usos secretos de seu território, que foi fragmentado e normatizado, mesmo que para isso ele precise abrir mão de parte deste território.

5.4. Organização territorial do bairro de Camburi – a praia, o sertão e a favela

A organização territorial do bairro rural de Camburi, em virtude das muitas interferências que este viveu nos últimos 40 anos, sofreu grandes transformações. A “venda”⁶³ dos sítios da planície e o conseqüente deslocamento das famílias para as encostas mais íngremes, onde antes havia apenas a mata, o sertão do bairro, por si só já representa uma mudança brusca na paisagem

Porém, principalmente a proibição da agricultura, tem papel fundamental nestas mudanças, visto que era em torno desta atividade que a vida no bairro desenvolvia-se. A tomada do território caiçara de Camburi por uma unidade de conservação ambiental, produz transformações no modo de vida destas pessoas, modifica sua cultura e por conseqüência interfere nas relações sociais e estas passam a interagir de outra forma com o espaço, transformando assim a configuração do território. Uma caiçara de Camburi conta um pouco de como era essa ordenação do bairro no “*tempo dos antigo*”:

“A casa era que nem tem muitas ainda, de pau a pique (VER FOTO No.05) só que o telhado era sapê, ficava perto do rio, a minha inda tá, e a cozinha era virada pro rio, que era mais fácil de lavá, de pegá água, tomá banho essas coisa. Em volta da casa tinha terreno sempre limpo para evitá as cobra, vira e mexe aparece. Tinha mais planta perto de casa, às vezes umas rocinha de banana, uns pé de café, planta de remédio, todo

⁶² Maiores informações no capítulo 6.4.

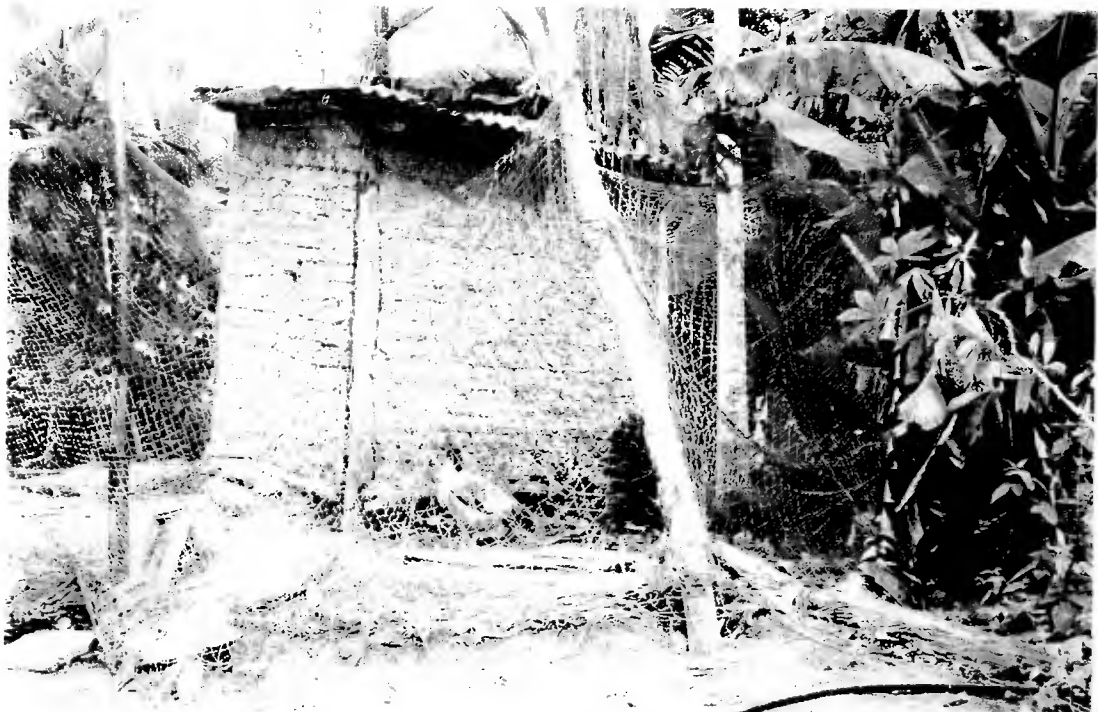
⁶³ A palavra venda foi colocada entre aspas devido à anormalidade com que esta ocorreu no bairro, estando mais próxima de uma expropriação do que de uma venda. Maiores informações acerca da questão fundiária estão no capítulo 6.1.1.

mundo sabia usá. Tinha também criação de animais, ficava no quintal mesmo, só que mais afastado da casa, devido ao mau cheiro dos animais. A gente criava geralmente, porco em chiqueiro feito de madeira do lugá ou bambu e galinha nuns galinheiro era cercado com rede de pesca que não servia mais e uma casinha de pau a pique pras galinha botá seus ovo, tem muita gente que inda faz assim (VER FOTO No. 06). As vezes a roça era perto, no sítio ou na encosta. Naquele tempo num tinha cerca nenhuma por aí, agora não dá .Cada um sabia onde era suas roça e respeitava o plantio do outro". (Dona Justina) (VER CROQUI NO. 01)

Em geral, depois de casados os filhos moravam próximos aos pais, formando assim, um pequeno aglomerado familiar. Os sítios de quase todos no bairro ligavam-se por trilhas e caminhos, um verdadeiro emaranhado, que os moradores conheciam bem. Então, passar em um sítio amigo no caminho de casa, para um "dedo de prosa", era um hábito. Ainda hoje muitos caminhos existem, e há é claro sociabilidade entre os moradores, contudo, em proporções reduzidas.

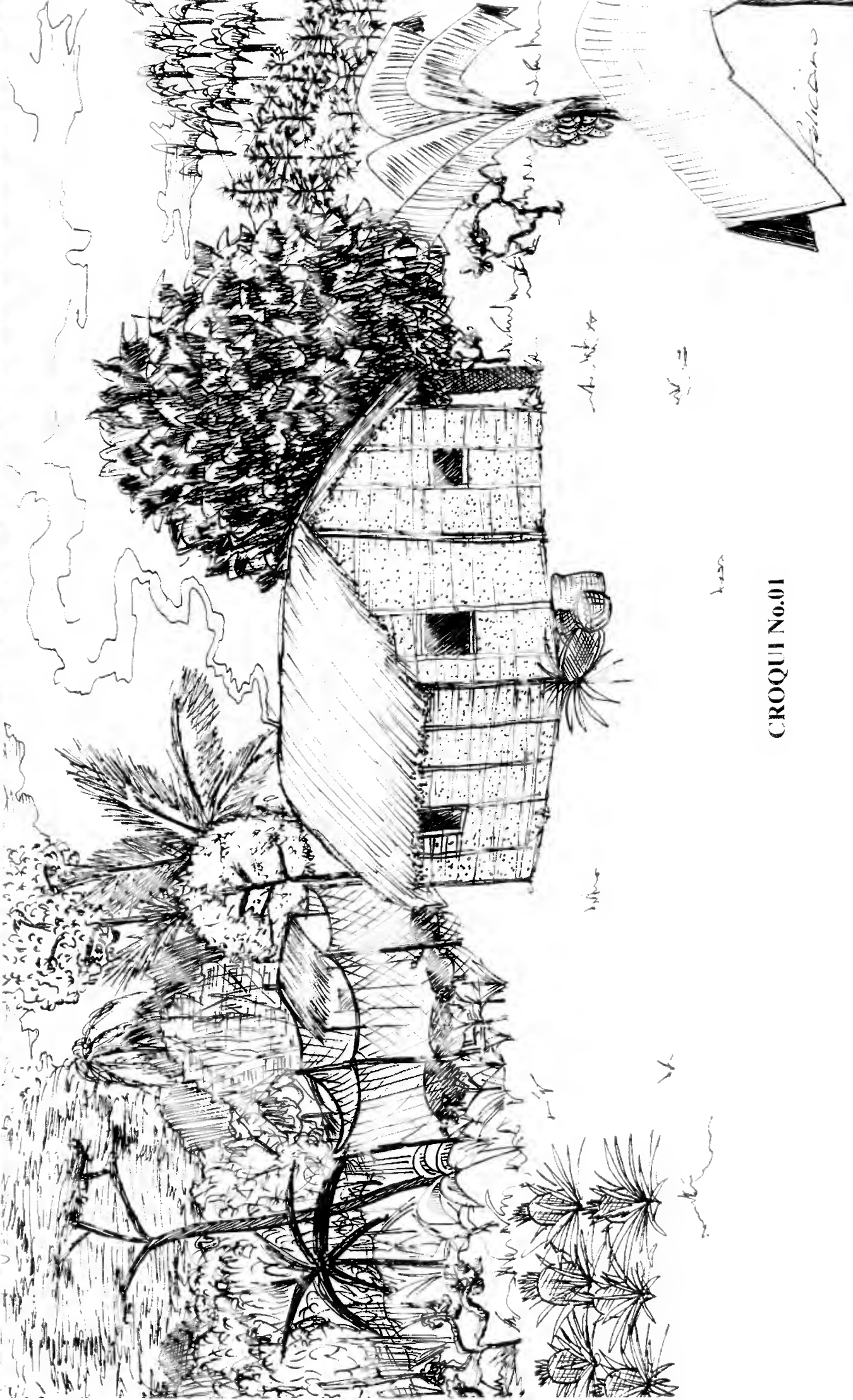


A casa de pau a pique
Fotos no. 01 e 02: Javier Amadeo (Nov. 2003)



Um galinheiro do "tempo dos antigos". A rede que não serve na pesca é usada na cerca
Foto no. 06: Javier Amadeo (Nov. 2003)

CROQUIN °. 01



CROQUI No.01

Arca

Arca

Arca

Arca

Hollano

5.4.1. A praia

A praia era o lugar da sociabilidade máxima, o lugar do encontro, pois era dela que saíam as canoas que transportavam os moradores e seus excedentes de produção até a Vila de Ubatuba ou Paraty, era a articulação com o mundo exterior ao bairro, como conta este caiçara:

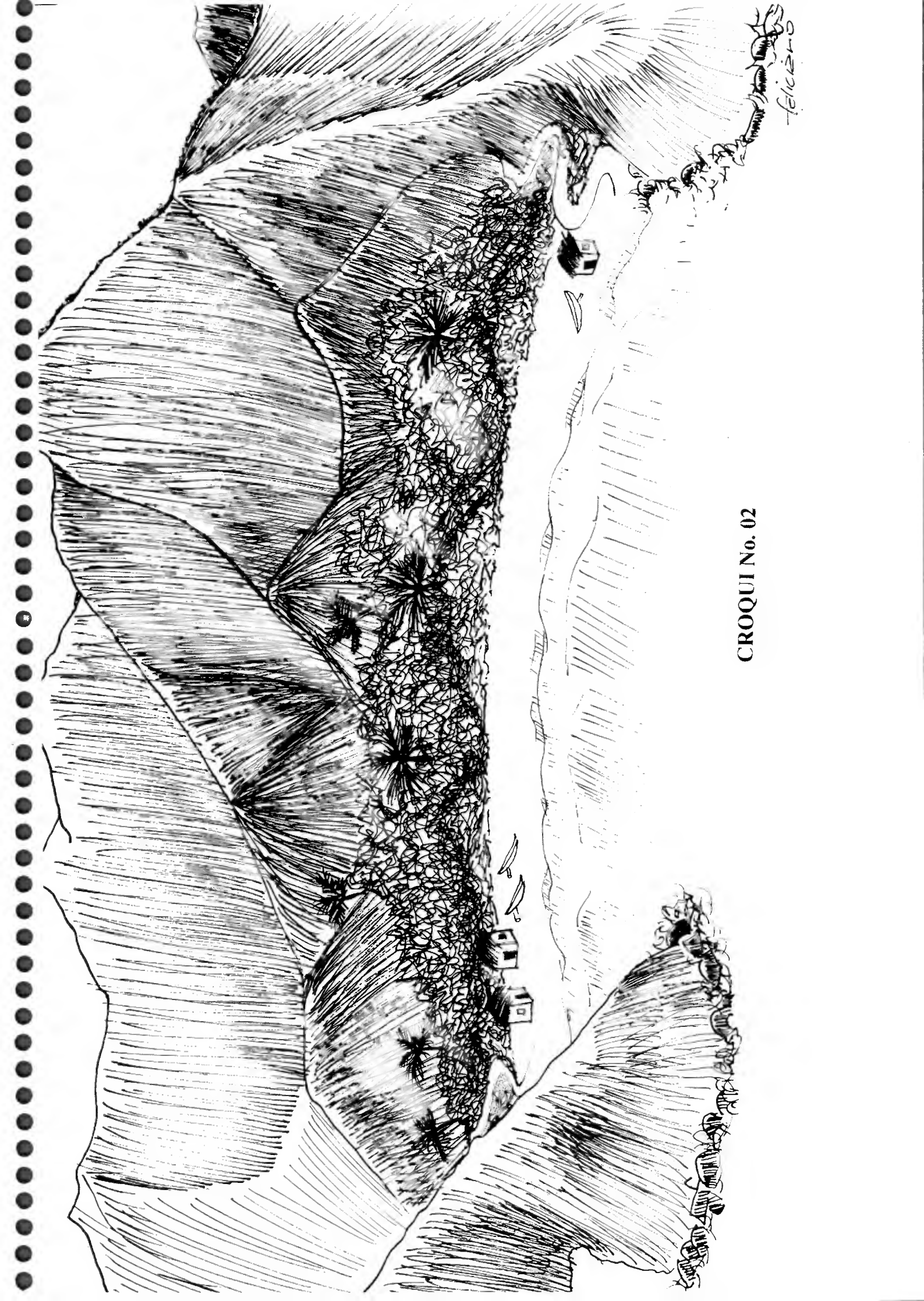
“Naquele tempo na praia só tinha uns rancho de pesca, mais a turma era unida, se encontrava aqui, que era daqui que ia pra Ubatuba, se não ia de pé por trilha e ia junto também. Esse matinho perto do mar, bem ali, onde agora o povo põe as tal barraca, era viçoso, num tinha casa aí na beira, modo de que a moça sabe, no inverno o mar fica uma brabeza só e avança té ali em cima. As casas ficava mais ali pra trás, quem morava ali, tinha roça ali mesmo. Do lado de lá da barra só tinha o sítio do pai do Genésio (lado esquerdo de quem está de frente para o mar), olha só... o pai do Genésio, faz tempo mesmo! Hoje a praia é diferente, tem os turista, as veis nós ainda coloca as rede para arrumar aí na praia, eu ainda fico muito aqui na praia” (S. Zé Lúcio) (VER CROQUI No. 02 e FOTO No. 07)

Era na praia que as redes de pesca eram tecidas ou concertadas, era o lugar onde o pescado era repartido entre os camaradas e o excedente dado aos moradores que por ali estivessem, ou reservado para uma viúva, que não contava com um homem em casa para lhe trazer peixe, visto que esta era uma atividade essencialmente masculina. Na época da pesca da tainha (julho/agosto) era também na praia que o “*esforço de pesca*” realizava-se, ou seja, boa parte dos moradores, homens e mulheres ajudavam a arrastar a rede, que surgia farta de peixes.

Ary França em 1951 descreveu essa intensa ocupação da praia em oposição às encostas dizendo que não havia planície desabitada, pois, devido a pouca disponibilidade de terras planas, todas eram intensamente utilizadas. Contudo, ele também se refere ao uso das encostas para outros fins como a caça, o fornecimento da madeira para as canoas etc.



*A praia de Camburi
Fotos no. 07a e 7 b: Simone Rezende (nov. 2003)*



CROQUI No. 02

Feliciano

“as escarpas das montanhas mais abruptas apresentam-se inteiramente vazias, não abrigando senão choças temporárias de fabricantes de canoas, ou oferecendo refúgio em suas grotas naturais a um ou outro eventual caçador”. (França, 1951, p. 45)

Paulo Noffs em 1988, também se refere à praia como um espaço de grande importância para a sociabilidade caiçara

“Na praia, por excelência, configurava-se a trama das relações sociais deste campesinato litorâneo, porque, antes de mais nada, o mar determinava a qualidade e a essência da vida do caiçara. O mar era a fonte primeira de alimentação.” (Noffs, 1988, p. 65)

Mas, mais do que fonte de alimentos o mar é uma entidade mítica na vida dos caiçaras, é elemento da natureza cuja força não deve ser desafiada, inclusive no Camburi onde o mar é “bravo”, as mães não permitem que seus filhos brinquem livremente na água e desde cedo os ensinam a respeitar esta entidade que é provedora, mas também ameaçadora. Portanto, a praia é o limite, o local onde a terra encontra o mar.

Com a construção da BR 101, em meados da década de 70, o bairro foi cortado ao meio, o que sem dúvida interferiu no uso de determinados espaços do bairro e a sociabilidade entre os moradores também foi alterada, esta passa da praia ponto de encontro para o ponto de ônibus na BR.

A rodovia é uma linha demarcatória, além da qual passou-se a ir cada vez menos, pois já naquela época havia poucos moradores ali.

5.4.2. Sertão

Embora pareça estranha a presença de um sertão em pleno litoral, esta palavra nomeia uma parte do território caiçara, pelo menos é assim no litoral norte paulista. Porém, sertão no Brasil tem um significado abrangente. Sesti (2001), estudando a cultura caiçara em Ubatuba, dedicou-se de maneira apaixonada sobre os sertões do Brasil e os do litoral definindo sua origem:

“Sertão... Conceito inicialmente criado em Portugal, referia-se a toda terra distante de Lisboa. Como a colonização se dá pelo mar, o litoral apresentava-se como a área sob poder direto da Coroa, enquanto o interior era o sertão desconhecido, o qual podia ser desbravado também por desconhecidos. Este dualismo entre litoral e interior já aparecia na cartografia portuguesa do século XVI. O sertão é, pois, pensado a partir do litoral, local de onde se olha.” (Sesti, 2001, p. 66/67)

Para o caiçara, o sertão é o local oposto à praia, que como já visto era o local da sociabilidade. O sertão era o local ao qual se ia esporadicamente para caçar, coletar materiais (cipós por exemplo), para tirar uma madeira para canoa, era também o local mítico, morada dos animais, de figuras folclóricas como o Curupira ou ainda local de trabalho, pois algumas roças ficavam em meio às matas do sertão. Era o local distante da morada, mas parte do território caiçara, seja prática ou simbolicamente.

E se antes, “no tempo dos antigos” o sertão era de difícil delimitação, não se sabia ao certo onde começava e onde terminava, hoje ele é claro e seguro como uma linha reta. A mesma Rodovia BR 101, que transformou a sociabilidade das praias, dividiu muitos bairros ao meio, determinou que o sertão passasse a ser tudo o que está na margem da estrada, oposta à praia. Assim, o que na maioria dos casos aconteceu foi a transformação de um bairro rural caiçara em dois bairros, no primeiro a praia e no segundo o sertão, foi o que aconteceu, por exemplo, com o Promirim em Ubatuba, bairro estudado por Sesti em 2001, no qual atualmente existe a praia do Promirim e o Sertão do Promirim, como coisas distintas.

Contudo, diferentemente da divisão em dois bairros, o Camburi continua como apenas um. Isto ocorreu devido ao fato de que a BR 101, quando corta o bairro distancia-se da praia um pouco mais do que em outros locais de Ubatuba. Além disso, a planície em Camburi é pequena, logo havendo terrenos bastante íngremes. Depois que os “*de fora*” “compraram” as planícies, os caiçaras ergueram seus sítios, ainda próximos à praia, mas já em terrenos íngremes. De imediato, não houve interesse nesses terrenos, pois, diferente de agora, naquela época ainda havia muitas planícies no litoral norte para serem apropriadas pela especulação imobiliária.

No Camburi, quando a estrada corta o bairro, praticamente todos os sítios ficam na “*parte de baixo da estrada*”, a “*parte de cima*” continua sendo o território de caça, coleta do bairro, situação que só muda com a imposição do Parque Estadual da Serra do Mar no território de Camburi.

A partir de então, as relações dos moradores de Camburi com seu território são realmente alteradas, pois quase todas as suas atividades ficam proibidas, inclusive a agricultura, fonte de sustento de suas vidas. A impossibilidade da agricultura mudou drasticamente a paisagem do bairro:

“antes, até uns, 15, 20 anos atrás pra qualquer lugá que você olhasse tinha roça, agora só tem esses morro sem nada, essa capoerinha, mas num pode plantá” (Moisés, caiçara de Camburi)

Utilizando menos “*o lado de cima da estrada*”, pode-se verificar que cada vez mais **este espaço está deixando de fazer parte do território do bairro**, pois mesmo que ainda haja no morador de Camburi uma identidade muito forte com o bairro, com suas origens, com a terra e continuando a fazer usos secretos, por meio de rocinhas clandestinas, extração de palmito, cipós etc, quando muitas vezes são multados “por crimes ambientais”, o caiçara de Camburi está disposto a abrir mão deste território, estrada acima, mesmo sabendo que as nascentes de seus rios estão neste sertão do bairro.

Esta intenção foi indicada em um zoneamento preliminar feito pelo Núcleo Picinguaba em 1992, no qual a proposta dos moradores era que a estrada para cima fosse considerada área de preservação permanente e que para baixo fosse área de ocupação

tradicional, conforme mostra o **MAPA n.º 02** e o relato deste caiçara:

“Eu acho que Parque devia de ser do lado de cima da estrada, da BR, na verdade lá sempre foi mata, de certo que nós usávamos, quer dizer, vez em quando sobe, pega uns palmito, coisa pouca. Mas é difícil andá nesses lugares, é uma pirambera só e os novo não tão interessados em aprendê essas coisa. Aqui sim, aqui é um bairro, tem que tê moradia, banheiro, roça. Se os florestal deixasse nós sossegado aqui tava tudo bem. Mais veja que sendo parque, algumas das nossas nascentes, que estão do lado de cima da estrada, não ia ser mexida e a água não ia faltá aqui”. (Celso, caiçara de Camburi)

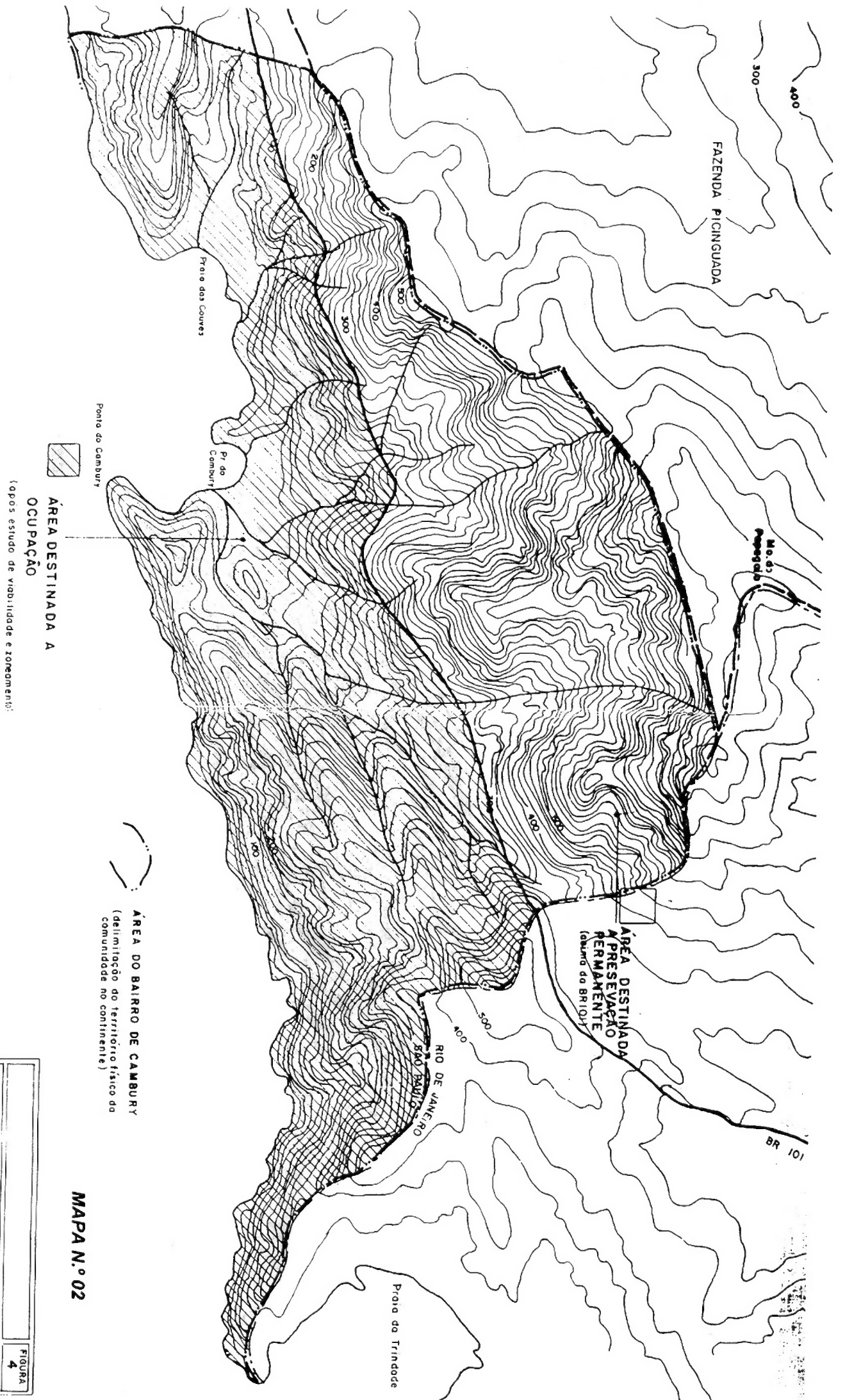
Contudo, os cenários, os espaços do bairro povoam o imaginário e as recordações dos moradores, como quando contam sobre sua antepassada “Josefa”, que viveu em uma toca no alto do morro. No momento em que o caiçara se reporta a estas dimensões do imaginário e das recordações, esses espaços que ele está proibido de usar continuam fazendo parte de sua vida. E há também a preocupação em continuar tendo acesso à água provinda de nascentes no alto do morro, como é possível ver no **MAPA n.º 03**. Inclusive, o acesso às nascentes foi um dos motivos para a incorporação destas áreas tão íngremes ao território do bairro pelos antepassados dos moradores de Camburi. Ainda no mapa n.º 03 é possível ver que a ocupação do bairro está concentrada abaixo da rodovia e que há um uso intenso desta parte do território com roças; quintais, onde há o cultivo de várias plantas medicinais, ornamentais e frutíferas; além da vegetação de mata de encosta e restinga, de onde os caiçaras coletam materiais clandestinamente e há também as capoeiras, que em geral são antigas roças, abandonadas devido às proibições ambientais.


Na impossibilidade de uso pleno de seu território, o caiçara de Camburi prefere abrir mão de parte dele “*estrada acima*”, para garantir algum uso “*estrada abaixo*”. Trata-se de um processo contraditório, mas fato é que, o caiçara de Camburi procederia desta maneira se pudesse ter de fato, seu território “*estrada abaixo*”.


Contudo, o **Mapa N.º 02**, no qual é possível visualizar o zoneamento proposto pela população de Camburi, foi elaborado pela administração do Núcleo Picinguaba e, a

despeito de qualquer postura da população do bairro, esta foi apenas mais uma proposta do poder público, que criou expectativas e posteriores frustrações aos moradores de Camburi, pois nada foi realizado neste sentido. Novamente a administração do Núcleo Picinguaba engavetou um projeto, por não assumir postura alguma diante dos problemas que as populações tradicionais, moradoras desta Unidade de Conservação enfrentam cotidianamente.


ZONEAMENTO PRELIMINAR PROPOSTO PELA COMUNIDADE



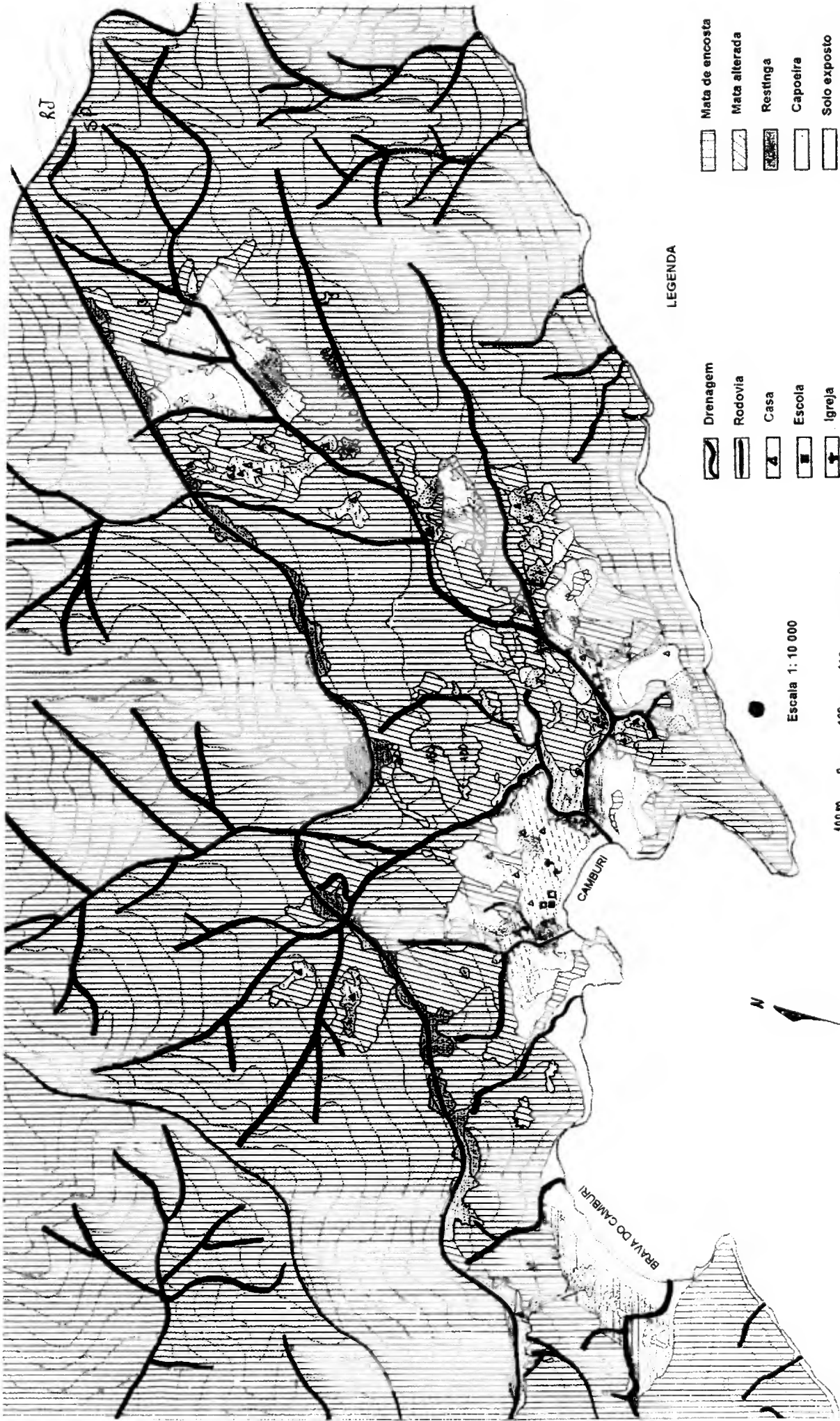

ÁREA DESTINADA A OCUPAÇÃO
 (após estudo de viabilidade e zoneamento)


ÁREA DO BAIRRO DE CAMBURY
 (delimitação do território físico da comunidade no continente)

MAPA N.º 02

 Direção de Reservas e Recursos Estaduais - ORPE Coordenadoria de Informações, Documentação, Pass Ambiental Secretaria do Meio Ambiente		FIGURA 4
BAIRRO DE CAMBURY Município de Ubatuba-SP UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - P.E. da SERRA DO MAR NÚCLEO PICINGUABA		
ESCALA APROXIMADA 1:10 000		

MAPA No. 03 USO DA TERRA EM CAMBURI



LEGENDA

- | | | | |
|--|-----------------|--|------------------|
| | Mata de encosta | | Drenagem |
| | Mata alterada | | Rodovia |
| | Restinga | | Casa |
| | Capoeira | | Escola |
| | Solo exposto | | Igreja |
| | Deslizamento | | Posto de saúde |
| | Quintal | | Limite do bairro |
| | Rocha | | Campo de futebol |

Escala 1: 10 000



ELABORAÇÃO: REZENDE-SILVA (2000)
 BASE CARTOGRÁFICA: FONSECA (1995)

5.4.3. Favela ou o Jambeiro

Um outro aspecto da ordenação do território de Camburi é a sua fragmentação indireta. Além da fragmentação direta, feita pela Rodovia, esta indiretamente causou outras, pois o acesso facilitado, a vinda dos especuladores imobiliários, dos turistas, mudou a configuração dos sítios, que antes eram mais afastados uns dos outros e com o passar do tempo foram aglomerando-se, como é possível constatar retomando o **MAPA N.º 03**.

Ao longo do curso do Rio da Barra, concentraram-se várias casas e sítios, formando assim, o que se conhece hoje por "*a favela*", uma nítida incorporação de um termo urbano, trazida pelos que vieram de fora. Na verdade, ela não se parece em quase nada com a favela urbana, exceto pelo fato de parte dela estar em uma área bastante íngreme.

Entretanto, assim como o morador da favela urbana é discriminado pelo restante da cidade, o morador da favela em Camburi, é discriminado em relação ao morador da praia. Mas, este, assim como tantos outros, não são fatos explícitos, eles só tornam-se visíveis depois de um longo tempo de convívio e entendimento do histórico de desagregação dos moradores de Camburi.

Inclusive, como veremos adiante, são os moradores da favela, principalmente os descendentes dos Basílio e dos Conceição, que reivindicam o reconhecimento das terras do bairro como sendo um território quilombola, pois como já visto na gênese do bairro, encontrou-se escravos fugidos, que se instalaram ali, dando início ao que hoje em dia é o Camburi. E são seus moradores que hoje querem mudar o nome de seu micro território para Jambeiro, revelando assim uma atitude de auto-valorização.

A partir destas reivindicações dos moradores da *favela/ Jambeiro*, fato é que eles passaram a ser duplamente discriminados, primeiro porque moram na área menos nobre do bairro, a favela/jambeiro, em segundo porque querem ser quilombolas.

5.5. Modo de vida no "*tempo dos antigo*" e as transformações no cotidiano do bairro

Neste trabalho já se identificou o caiçara como uma variação regional de campesinato. Contudo, ainda falta explicar como vive este sujeito social, como produz,

como se relaciona com seus parentes e vizinhos, quais festas são importantes, qual seu calendário de atividades, enfim, qual é o seu modo de vida. Pois, mesmo analisando-o como parte marginal do modo de produção capitalista, como parte marginal de nossa sociedade, para a qual o caiçara sempre mandou seu excedente produtivo quando este existiu, o caiçara tem suas especificidades, um modo de vida próprio.

Marx definiu em *Ideologia alemã*, e no Prefácio para a crítica da economia política, modo de vida, da seguinte forma:

“O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. (...) Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada de atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Aquilo que eles são, coincide, portanto com a sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são, depende, portanto das condições materiais da sua produção.” (Marx, 1984, p.15)

“O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário.” (1991, p. 29)

Contudo, o modo de vida não é apenas o modo de produção e reprodução material da vida como é colocado nestes fragmentos de Marx, neste trabalho entende-se que ele abarca dimensões subjetivas como a cultura, a identidade criada por um grupo, a partilha de símbolos e mitos de explicação da vida, a sociabilidade e a solidariedade estabelecida.

Deste modo, buscou-se entender o modo de vida caiçara e suas transformações no tempo, a partir da vivência e observações no bairro, mas principalmente por meio dos depoimentos dos moradores de Camburi, resgatando assim a memória dos mais idosos, aqueles que viveram o “*tempo dos antigos*” e pelos depoimentos de jovens e adultos que vivem hoje no bairro o trabalho, o lazer, a religião, as festas, a educação, a saúde, o casamento, a herança, os mitos etc.

“O tempo dos antigo” é uma expressão usada pelos caiçaras para colocar em oposição o tempo da fartura das roças, dos peixes, frutas e liberdade, com o tempo atual, no qual na falta tudo, no qual a liberdade foi cerceada e as condições de vida digna foram expropriadas.

S. Carmo, um caiçara de Camburi com mais de 70 anos, definiu em certa ocasião o “tempo dos antigo” como sendo:

“Ah! Era o tempo bom...da liberdade do trabalho, da fartura e do respeito”

Este tempo do qual os caiçaras falam coincide com a época em que não havia restrições ambientais no bairro, “é o tempo que existia antes dos “florestais” chegarem.”⁶⁴ É o tempo em que as roças, as construções de casas, a retirada da madeira da mata e tudo mais que era comum ao modo de vida caiçara não era proibido.

Aquele também era o tempo em que havia fartura de peixe no mar e nos rios, era o tempo em que o conhecimento acerca da natureza era passado de pai para filho, assim como os costumes, a religião. Nesse tempo, o excedente da produção era trocado na cidade por querosene, sal e tecidos. A terra só tinha valor de uso e era o centro de suas vidas, era seu cultivo que orientava o calendário do bairro e acima de tudo era o símbolo de sua liberdade.

Todos os relatos indicam que desde sua origem a atividade principal dos moradores de Camburi era a agricultura e secundariamente a pesca, assim como outras atividades extrativas e de caça, todas voltadas para o próprio provimento e desempenhadas pelo grupo familiar.

O trabalho nestas atividades era dividido segundo as habilidades e possibilidades de cada um e ao longo do ano, num calendário que grosseiramente dividia-se em duas partes, o tempo frio e o tempo quente (**VER CALENDÁRIO I**).

O tempo frio, que ocupava os meses de (mais ou menos abril), maio, junho, julho, agosto e setembro, era o tempo de preparar a terra, fazer a coivara e plantar, podendo muitas vezes o plantio da mandioca e do milho estender-se nos meses de outubro e novembro. Era um trabalho pesado, praticado principalmente pelos homens, mas que

⁶⁴ Frase dita por S. Carmo, caiçara de Camburi já falecido.

contava é claro com a ajuda feminina, com exceção da coivara, considerada a fase mais insalubre do processo, as mulheres acompanhavam seus maridos ou pais na roça. No tempo frio, principalmente nos meses de maio, junho e julho, era realizada a pesca da tainha, que nesta época vinha do mar em direção aos rios. Era também a época da festa do Divino, julho. Neste mês os caiçaras pediam a proteção do Divino para suas plantações e agradeciam pela fartura da tainha.

O tempo quente, que ocupava os meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril, era o tempo de pescar e colher. A pesca era a única atividade essencialmente masculina, pois às vezes ela exige uma ausência prolongada da casa (para aqueles que trabalham embarcados nessa época) e por superstições, lendas que dizem que mulher no mar atrai mau agouro. Entretanto, enquanto os homens pescam, as mulheres cuidam praticamente sozinhas dos sítios.

Apesar de não haver uma divisão muito rígida do trabalho, havia momentos nos quais esta separação ocorria. As atividades de produção da farinha, as atividades domésticas (lavar, cozinhar, cuidar das crianças) cabiam em geral às mulheres, assim como cuidar das criações e das plantas do quintal (geralmente medicinais e pequenas roças).

Começava-se a trabalhar cedo, em geral aos 10 anos de idade, as crianças já acompanhavam seus pais na roça ou em outras atividades, onde iam aprendendo o trabalho e a enxergar a vida como um caiçara. Quando a mãe estava na roça, sempre um dos filhos ou filhas mais velhos ficava em casa para cuidar dos irmãos pequenos e do restante das atividades. Nestes fragmentos, dois moradores relembram essa época:

“A pessoa quando tinha uma idade anssim de uns 10 anos, acompanhava os pais e ia aprendendo o plantijo. E era muito colhia muita abóbora, batata doce, e mandioca, mandioca doce... aquela de fritá e aquela da farinha! E tinha criação, porco, galinha, galinha comia banana madura, e eu vou falá, a alimentação das galinha mais competente para elas botá os ovos é a banana madura, quatro vezes mais que o milho, todo mundo criava”. (S. Genésio)

“Desde quando essa terra é terra, nós planta, por que Deus deu a terra

para nós plantá. Nós tem que lavrá a terra e com o suor do trabalho alimentá a família.

Naquele tempo, no tempo dos antigo, eu também sô antigo, inda vivi na fartura. Naquele tempo os filho aprendia cedo, aprendia na roça, em casa e tinha respeito, a família era sagrada, unida, qué dizê, nossa família inda é, tem neto que não conheço, porque nasceu quando já não podia enxergá, mas conheço a voz de cada um. Eu ensinei minha arte, para os filho que tinha também o dom, Celso aprendeu, Moisés também. Mais todos eles sabe lidá com a terra, que essa não tem jeito, tem que sabe cuidá. Eu quase num pescava, mais tinha gente que dividia plantava e pescava, mais sempre garantia a roça, uma beleza, tudo isso aqui era roça” (S. Carmo, caiçara de Camburi)

Havia casos também, de um ou mais filhos saírem do sítio para trabalhar em outra atividade nas cidades, garantindo assim, outras formas de renda familiar.

Quando um filho ou uma filha casava-se, sua casa⁶⁵ era construída próxima a de seus pais, portanto ele ou ela recebia a área de moradia, diferentemente da área de roça que não era recebida dos pais, e sim, era aberta uma nova área para a nova família. Contudo, muitas vezes algumas atividades eram comuns, como a das criações ou as de produção da farinha.

Geralmente, os casamentos eram realizados nos sábados ou nos domingos pela manhã, pois estes eram os dias da missa e dos negócios na cidade. Nunca se casava durante o advento (Natal e as três semanas que o antecedem), pois era o tempo da folia de Reis e também não se casava na quaresma (40 dias antes da Páscoa) devido ao desaconselhamento da Igreja, e apenas em casos extremos, como uma gravidez “antecipada”, o casamento era realizado. Dificilmente os casamentos eram realizados também no civil, os “papéis” não tinham importância na vida caiçara, pois a herança, ou qualquer outra coisa que para os ricos era necessário estar escrito em leis, para o caiçara era regido pelo direito costumeiro.

⁶⁵ A casa era, até bem pouco tempo, de pau a pique (esteios de madeira revestidos com barro) e cobertura de sapê (capim longo e resistente, seco era colocado em tufo). Hoje quando há permissão para reformas ou construções, ou mesmo quando estas são clandestinas, são feitas em alvenaria.

Além disso, a questão do matrimônio em Camburi tem outra especificidade que deve ser entendida levando-se em consideração a gênese do bairro. Como o bairro foi formado a partir de escravos fugidos, este fato trouxe para Camburi a forma de casamento realizada/permitida aos escravos, que era, quando muito, a união do casal sem registro civil, contando às vezes com cerimônia religiosa. Assim, o casamento formal acontecia, obviamente, mas muito mais pela festa ou pela religiosidade das famílias do que por respeito a um código moral.

Havia também um outro componente na questão do matrimônio, que era a consangüinidade das uniões, como pode ser observado nos diagramas de parentesco. Os casamentos sempre foram realizados entre parentes, principalmente entre primos, o que formou uma comunidade de parentes ou como dizem os caiçaras “*tudo é parte de parente*”.

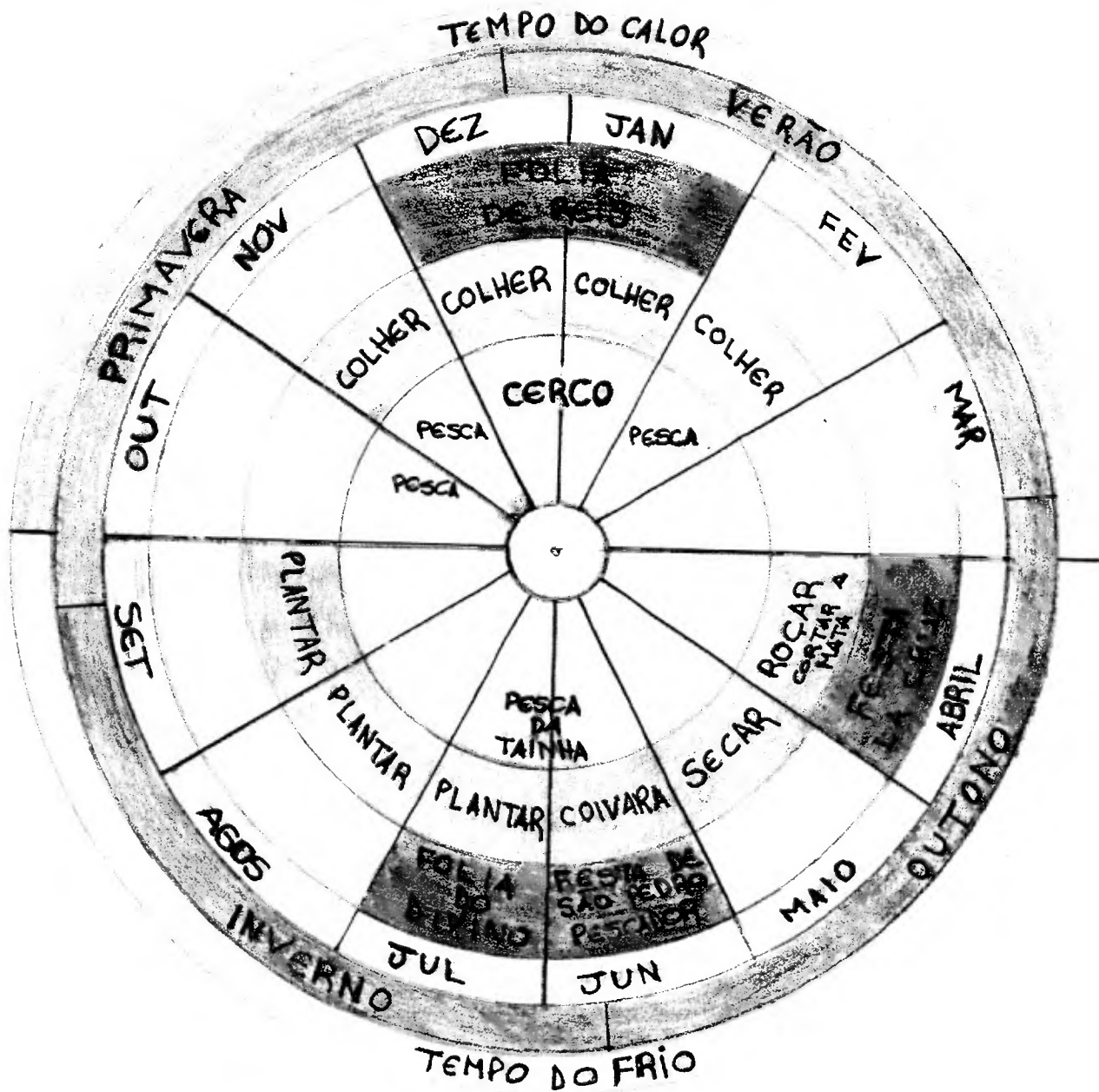
Além das relações de produção serem centradas na unidade familiar, num conjunto mais amplo, as relações entre as famílias eram marcadas pela amizade e solidariedade, o que gerava um sentimento de pertencimento àquele lugar, àquele bairro.

Desta maneira, a forma de produção em Camburi podia ser denominada como camponesa, pois o trabalho não era uma mercadoria e dependia de conhecimentos acerca dos ciclos da natureza. Porém, estabeleciam relações com os centros próximos (Ubatuba e Paraty), para negociarem seus excedentes, comprar o que não podiam produzir, a exemplo do querosene, tecidos, sal etc, além de estimular as relações de amizade que mantinham com moradores de outras praias e sertões. Segundo Diegues (1994):








“Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, dentro desta perspectiva, são aquelas que se desenvolveram dentro de modo de produção mercantil. Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho como a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria).”

Nesta época os produtos cultivados, assim como o pescado, eram destinados primeiramente para o provimento familiar, e era esta necessidade da família que orientava o plantio, a pesca, somente seu excedente sendo comercializado para a aquisição do que não podiam produzir. Assim, a lógica estabelecida era a de produzir mercadorias para o consumo e para ter algum dinheiro para comprar outras mercadorias, ou seja, a lógica camponesa.

CALENDÁRIO I



LEGENDA

- | | | | |
|---|-----------------|---|-------------|
|  | Clima Quente |  | Festas |
|  | Clima Frio |  | Agricultura |
|  | Estações do Ano |  | Pesca |
|  | Meses do Ano | | |

5.5.1. O tempo de plantar, a agricultura

A agricultura que era praticada em Camburi caracterizava-se principalmente pela rotação de terras. Consistia na derrubada de um trecho de mata próxima às casas ou nas encostas dos morros, geralmente de 1/4 a 2 hectares. A madeira era utilizada para lenha ou para construção de casas, se fosse necessário. A madeira que sobrava era deixada no local até que secasse e, em seguida, era realizada a coivara, que é a queima controlada por aceiros (faixas de terra limpa/nua ao redor da área a ser queimada) deste trecho de mata. A direção do vento era observada para que o caiçara não perdesse o controle da queima. Nessas etapas do trabalho muitas vezes era usado o trabalho em mutirão, ou seja, para abrir uma nova roça, em geral, o caiçara chamava alguns vizinhos e/ou parentes para ajudá-lo. Às vezes eram 10 ou 15 homens, uns solidários com os outros, pois os mutirões eram freqüentes.

O posterior cultivo de produtos, tais como batata doce, inhame, banana, abóbora e principalmente a mandioca, eram feitos pelo caiçara e sua família. Mas, sua manutenção era realizada principalmente por sua esposa e filhos.

A época do plantio e da colheita também obedecia a critérios como as fases da lua, por exemplo, a mandioca devia ser picada para o plantio entre as luas crescente e cheia, como conta este caiçara:

“A lua pra picá a rama da mandioca tem de ser da crescente pra cheia, pra mode a planta cresce forte. Se a moça pica a rama na minguante a planta mingua também. E na hora de colhe é também necessário vigia a lua, porque se a moça vai cozinhá a mandioca, ela tem que ser succulenta, então tem que colhê na lua nova, que é quando a água desce para a terra. Agora se a moça vai fazê farinha, então a rama tem que estar seca, colhe na lua crescente ou cheia.” (S. Genésio)

Quando a produtividade da terra na roça caía, após 3 ou 4 anos, a área era abandonada, era o pousio, que durava cerca de 15 anos.

Este sistema de cultivo, que a princípio parece rudimentar e agressivo ao meio ambiente, adequava-se perfeitamente às condições físicas do bairro, pois como a planície é estreita, as encostas sempre foram utilizadas para cultivo. A alta declividade (25 a 45 graus), aliada às freqüentes chuvas, ocasionavam um rápido lixiviamento do solo. Além disso, o solo arenoso e pouco fértil, para ser cultivado com sucesso, necessitava da nutrição conseguida pela queima de matéria orgânica (a coivara). Nos dias de hoje, há pesquisas acerca dos efeitos benéficos da agricultura de rotação de terras em áreas florestais, o que os caiçaras, assim como outras populações tradicionais já sabiam, empiricamente. Diegues (1994, p. 138) citando os trabalhos de Balée (1988 e 1992) e Gomez-Pompa (1971 e 1972) diz que a manutenção e o possível aumento da biodiversidade em florestas tropicais está relacionada com as práticas tradicionais da agricultura itinerante, pois o sistema regenerativo da floresta úmida parece estar muito bem adaptado às atividades das populações tradicionais.

A agricultura praticada em Camburi, assim como muitas outras de suas atividades, estava intrinsecamente relacionada com as condições e com os ciclos da natureza, dentre os quais o ciclo lunar tem grande importância, como conta este caiçara:

“Nós plantava de acordo com a lua, tem lua certa para tudo. É anssim, na Nova, é bom plantá o que dá debaixo da terra, se plantá no quarto crescente dá rápido, cresce num instante, na cheia e na minguante não é época de plantá. Para colhê depende, no quarto crescente é bom tirá mandioca mansa que cozinha rápido, tá cheia de água, na minguante é bom tirá mandioca brava para fazê farinha, que ela tá seca.” (S. Carmo)

Há também uma distinção dos lugares indicados para cada cultivo:

“Tem a terra quente e a terra fria, na terra quente nós plantava o que era de sol, na terra fria o que era de sombra, mas podia ser também o lugá onde batia o vento sul. Tem coisa que dava para plantá na encosta, tinha coisa que não, que tinha que ser na várzea.” (S. Genésio)

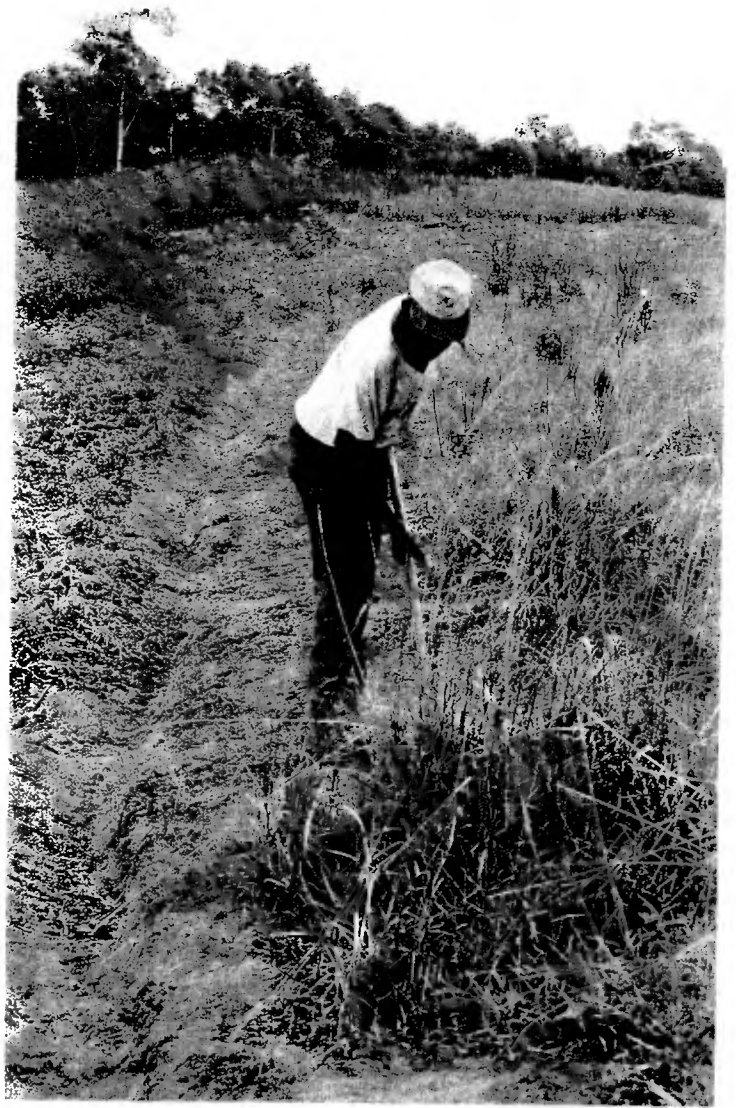
Com a implantação do Parque, estas atividades foram sendo reduzidas. Os caiçaras puderam continuar cultivando as áreas que já eram de roças quando da implantação do Núcleo Picinguaba, contudo, não puderam mais rotacionar os solos, o que inviabilizou sua agricultura, pois com um solo desgastado a produtividade caía vertiginosamente, não compensando o trabalho.

O caiçara de Camburi foi proibido de continuar praticando a agricultura tradicional (dentro de sua cultura) e não foi auxiliado a desenvolver outras formas de cultivo, que fossem compatíveis com a manutenção dos ecossistemas.

Ainda hoje, quando pesquisas sobre agriculturas alternativas, de manejo biológico, estão bastante avançadas, e portanto, a compatibilização entre a conservação dos ecossistemas e o desenvolvimento seria possível, as propostas que envolvem agricultura e outras formas de manejo de florestas, não são bem vistas dentro das Unidades de Conservação, como o Núcleo Picinguaba, que prefere incentivar atividade ligadas ao turismo como forma de desenvolvimento local.

Mesmo diante deste quadro desfavorável para agricultura, alguns moradores mantêm pequenas roças, insuficientes para o próprio provimento familiar. Atualmente, há uma iniciativa da administração do Núcleo Picinguaba para regulamentar espaços para roças, que inclusive foram mapeadas⁶⁶ e estão em processo de discussão.

⁶⁶ Ver foto aérea no. 3 no capítulo 6.4.2.1.



*S. Genésio roçando o capim, preparando o terreno para o plantio da mandioca. Na foto 09 (em seu lado esquerdo) é possível ver mandioca jovem plantada em 2003
Fotos Nos. 08 e 09: Simone Rezende (FEV. 2004)*

5.5.1.1. O cultivo da mandioca e a produção de farinha

A mandioca era o principal produto das roças caiçaras e, portanto, desenvolveram-se técnicas que aumentavam sua produtividade, como cultivar diversas variedades de mandioca na mesma roça para evitar o ataque de pragas.

Ao cultivo da mandioca associava-se um outro costume tipicamente caiçara: a produção artesanal de farinha de mandioca, uma herança indígena com influências portuguesas⁶⁷, que é realizada quase sempre pelas mulheres.

O lugar de produção da farinha é chamado “casa de farinha”, em geral, um pequeno cômodo, ligado ou não à casa. Os instrumentos utilizados na casa de farinha também são feitos artesanalmente. A mandioca (a raiz da *manihot utilissima*) é lavada e ralada, depois é colocada em tipitis, que são cestos feitos de cipó timumpeva, onde a farinha é colocada para que o excesso de caldo seja retirado (ácido cianídrico) nas prensas esculpidas em madeira. Finalmente é colocada no tacho de cobre do forno de barro (forneio), que segundo as caiçaras, é a etapa mais desgastante do processo, pois elas ficam num calor intenso, às vezes com muita fumaça.

A mandioca utilizada na produção de farinha é a “mandioca brava”, como é conhecida popularmente no bairro.

Todo o processo de produção da farinha, desde o cultivo da mandioca até o forneio da farinha, era realizado pelo grupo familiar. Sendo a farinha um dos produtos básicos na alimentação caiçara, essa atividade sempre foi tida como prioritária para o grupo. Além do mais era um importante marco de sociabilidade entre os caiçaras. Quando devido a uma boa colheita de mandioca a farinha a ser produzida era grande, requeria o auxílio dos amigos e parentes dos sítios vizinhos, estas ocasiões eram conhecidas como “farinhadas”. A ajuda resultava sempre em festa, principalmente quando a “farinhada” ocorria objetivando a venda da farinha para a compra de enxovais e para o custeio de festa de casamento. Um dos moradores mais antigos do bairro lembra de uma “farinhada”:

⁶⁷ Alguns equipamentos foram introduzidos pelos portugueses no processo de produção da farinha, como o fuso e o tacho de cobre.

“Tinha aqui S. Manezinho Bento, quando ele ficou noivo para casá, ele tinha muita mandioca na roça, ele desmanchou o mandiocal, teve a farinhada, nós tudo ajudô, fez a farinha, embarcô na canoa para levá tudo para o comércio de Ubatuba, para obtê aquela importância e comprá o enxoval e casá com a moça. Vê, tudo era produto da roça.” (S. Genésio)

Com a implantação efetiva do Núcleo Picinguaba, em 1984, quando a legislação dos Parques Estaduais Paulistas passou a ser exercida, a rotação dos solos para agricultura foi proibida, assim como a caça e a extração de produtos da floresta.

Essas proibições levaram ou aceleraram transformações de muitos costumes. A dificuldade no cultivo da mandioca, **quase extinguiu a produção de farinha no bairro** e, junto dela, todas as práticas e festejos a ela associados. Existe apenas uma casa de farinha em atividade em Camburi, pois a mandioca cultivada é insuficiente para produção de farinha, que agora por vezes é comprada fora do bairro, como conta este caiçara:

“É um absurdo! Agora se eu quisé come farinha, farinha que sempre comi e da melhor qualidade, que era assim que a gente fazia aqui, eu tenho que comprá fora. Se não tem mandioca, também não tem farinha.”
(Maximiliano)

As proibições e os conseqüentes “usos secretos”, causaram duas situações no bairro: ou os jovens realmente não conhecem os costumes, as plantas e animais do lugar ou conhecem, mas não falam facilmente sobre isso, porque, muitas vezes, além de serem atividades ilegais (considerados crimes ambientais), são também antiquados.

O advento do turismo mostrou ao caiçara novos costumes, novos hábitos alimentares. Não podendo cultivar elementos básicos de sua dieta alimentar, e necessitando cada vez mais de dinheiro para comprar fora o que não pode ter dentro de seu sítio, o caiçara de Camburi, antes arredio ao contato com os turistas, passou a estar mais aberto aos visitantes, passou a aproveitar algumas oportunidades de conseguir o dinheiro, agora necessário. O caiçara incorporou o tempo do turismo ao seu calendário, já tão alterado pelas proibições de suas atividades. **(VER FOTOS No. 10, 11, 12 e 13)**



*Dona Virgínea, esposa de S. Genésio mostrando os apetrechos para a fabricação da farinha de mandioca
Fotos No. 10 e 11: Javier Amadeo (Nov. 2003)*



*Dona Virgínea forneando a farinha, etapa geralmente realizada pelas mulheres, pois exige paciência e atenção para não deixar a farinha queimar
Fotos No. 12 e 13: Javier Amadeo (Nov. 2003)*

5.5.2. O tempo do manejo da floresta – cheiros, remédios, arte e construções

Tendo ao seu redor uma natureza exuberante como o é a Mata Atlântica, o caiçara de Camburi aprendeu a manejar a floresta para que esta lhe provesse os meios materiais e simbólicos de sua vida.

Contudo, esse manejo, esse uso da natureza sempre ocorreu de modo respeitoso, pois o caiçara sabia que deveria retirar dela apenas o necessário para manter sua família e modo de vida. Ele, enquanto homem, não se diferenciava da natureza de modo a ser superior a ela, antes de tudo ele era parte daquele ambiente formado pelo mar e pela mata. O caiçara de Camburi entendia que se soubesse como extrair plantas da mata, se soubesse quando era possível caçar e como cuidar dos rios, a comida e a água jamais faltariam. O que fica claro na fala de um caiçara:

“Eu sou parte disso tudo que a moça tá vendo! A gente que é do lugá sabe que não é qualquer época que pode adentrá a mata, tem que ter a sabiduria das coisas da natureza, mode de que nós que somos do lugá somos parte de tudo isso.” (S. Genésio)

A mata era a extensão de seu quintal, pois fazia parte do território caiçara, local que ele vez por outra visitava em busca de plantas, cipós, madeira, animais etc, e que ele conhecia como a “palma de sua mão”.

Algumas plantas eram domesticadas e plantadas ao redor da casa “no terreiro”. Eram “os cheiros” para temperar a comida e “as planta de cura” para fazer remédio caseiro. Essas plantas via de regra eram cultivadas pelas mulheres e eram elas que detinham o conhecimento de quais eram as ervas para determinadas doenças e quais eram as que davam bom cheiro à comida, como conta esta caiçara:

“No tempo dos antigo, nenhum de nós aqui tomava remédio da cidade, remédio era tudo da terra, naquele tempo as mulher tinha conhecimento das planta e num tinha sítio pra num tê no terreiro as planta de cura e os

cheiros pra botá na comida”

Hoje, são poucas as mulheres que detém estes conhecimentos, visto que, se a mata agora é parque, não é mais quintal. Além disso, aumentou a facilidade de chegar até a cidade (Ubatuba) e consultar-se com um médico que receita remédios da farmácia. Entretanto, como em geral, o caiçara não tem dinheiro, alguns remédios caseiros ainda são usados.

Com a ajuda de algumas caiçaras de Camburi foi elaborada uma lista das ervas mais utilizadas:

Lista de ervas utilizadas no Camburi para fins medicinais

Nome popular da erva	Tratamento de:
Canela	Dores no corpo
Hortelã	Vermes
Chapéu de couro	Dor no fígado e rins
Broto de Embaúba	Bronquite
Pariparoba	Dor no fígado
Camomila	Dor de estômago e insônia
Novalgina	Dores de cabeça ou no corpo
Poejo	Cólicas
Hortelã de folha preta	Vermes
Saião	Machucados
Abacate	Problemas nos rins e fígado
Coxa-goiaba	Diarréia
Jatobá	Dores no fígado e rins
Erva de Santa Maria	Vermes e ferimentos
Quina cruzeiro	Dores
Sete sangria	Dor nos rins e pressão alta
Urtiga	Intoxicações (banhos)
Cipó Abuta	Limpeza geral

Picão	Dor nos rins e fígado
Erva moura	Limpeza
Carobinha	Sarna
Taioba branca	Intoxicações (chás)
Confrei	Infecções
Cidreira	Nervosismo (Calmante)
Capim Santo	Pressão e Nervosismo
Rosa branca	Tosse e febre
Boldo	Dor de estômago e fígado
Barba timão	Ferimentos e inflamações

Lista de cheiros utilizados na cozinha caiçara

Urucum
Loro
Manjeriçã
Pimenta
Taioba

A mata propriamente dita, era mais conhecida pelos homens, visto que estes é que tinham a tarefa de caçar e coletar materiais como cipós ou madeiras que eram utilizados para fazer as casas, os barcos e cestos.

As casas hoje, quando há permissão da “*florestal*”, ou mesmo as clandestinas, são construídas em alvenaria, as cestarias e outros utensílios, antes comuns no bairro, hoje são escassos, assim como as canoas de madeira, pois a mesma “*florestal*” que proíbe as casas, proíbe também a coleta. Este fato leva ao desaparecimento dos “artesãos”, havendo poucos hoje que ainda dominam a “arte” como eles dizem. E, foi com a ajuda de um desses poucos artesãos (Moisés) que se elaborou listas das madeiras e cipós mais utilizados no bairro, assim como dos animais mais apreciados na culinária caiçara:

Lista de madeiras e cipós mais utilizados em Camburi

Madeiras	Uso
Pau abóbora	Tingir rede
Canelas parda e preta	Construção
Jacatirão	Construção
Pati	Construção
Araçarana	Construção
Timbuíba (timbuíva)	Canoa
Ingá	Canoa
Figueira	Canoa
Cedro	Móveis e utensílios
Caixeta	Utensílios
Sapucaia	Esteio
Goricanga	Cobertura
Juçara	Ripa
Ipê	Construção

Lista de materiais mais utilizados para cestarias

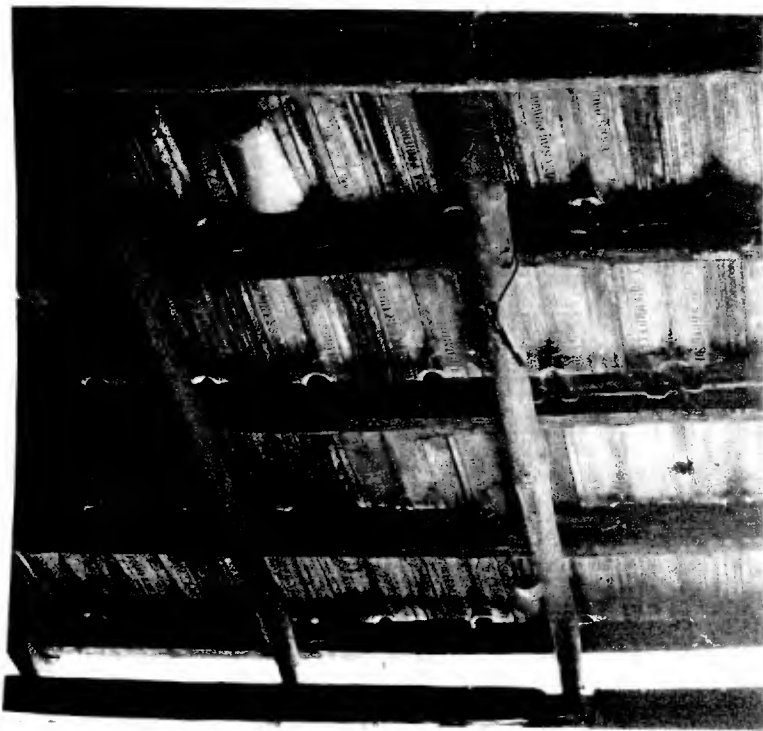
Cipó Timbupeva
Cipó Cambira
Taquara (parece um bambu)

Lista dos animais utilizados na culinária caiçara

Paca
Capivara
Cotia
Porco do mato
Quati
Tatu
Jacú
Macuco

Muitos outros materiais eram utilizados no modo de vida caiçara, eles iam do barro para o revestimento da casa à carne caçada na mata⁶⁸. Alguns destes hábitos são ainda encontrados, mas em pouca proporção se comparado ao “*tempo dos antigos*”, porque se um caiçara é pego coletando uma madeira para fazer um utensílio, poderá ser preso por crime ambiental, que foi o que ocorreu em 2000 com um morador de Camburi, preso em flagrante, foi multado em um montante em dinheiro, o qual seguramente nunca havia visto na vida, pior ainda, por fazer algo que ele aprendeu com seu pai e, ainda, foi exposto ao vexame de ser preso como um delinqüente na frente de seus filhos.

⁶⁸ A caça geralmente era feita com ceva, ou seja, deixa-se uma comida para o animal e quando este aparecia para come-la o caçador que escondido o esperava, mata o bicho. Também podiam ser feitas armadilhas, principalmente buracos no chão cobertos de folhas e galhos, quando o bicho passava por cima caia e ficava preso.



Detalhes de tradicional casa caiçara – detalhes do telhado e de uma parede – Barro, madeira local e amarrações com cipó.

Fotos No. 14 e 15: Simone Rezende (Fev. 2004)



Moisés, caiçara de Camburi mostrando o pomar no terreiro de sua casa
Foto No. 16: Simone Rezende (fev. 2004)

5. 5. 3. O tempo da pesca em camburi

A pesca em Camburi era, para a maioria dos moradores, uma atividade complementar às atividades ligadas à agricultura, que ocorriam o ano todo.

Contudo, na agricultura as atividades que exigiam maior dedicação concentravam-se nos meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro, que era chamado pelos caiçaras de “*o tempo frio*”. Nos meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março, chamado de “*o tempo quente*”, era realizada a pesca, que assim como a agricultura, era realizada pelo grupo familiar e para o provimento deste, somente os excedentes sendo comercializados.

No “*tempo dos antigos*”, como costumam dizer os caiçaras de Camburi, os excedentes eram conservados em sal, num processo chamado de “*salga*”, transportados em canoas para o porto de Ubatuba ou Paraty. Nesta época, até as décadas de 60 e 70, eram os próprios pescadores que levavam os peixes para o comércio, por esta razão e porque não era possível congelá-los, a salga era realizada. As idas ao comércio eram semanais ou quinzenais, dependendo da quantidade de peixe. Nestas ocasiões, aproveitava-se para comprar os produtos que não podiam ser produzidos nos sítios.

Pode-se afirmar que os caiçaras de Camburi eram “agricultores pescadores”, já que combinavam as duas atividades em um complexo calendário anual, intrinsecamente ligado aos ciclos da natureza. A pesca podia ser realizada por algum membro da família durante todo o ano, principalmente nos rios, fora das safras, mas em quantidades mínimas, apenas para o provimento familiar. Além disso, a pesca podia ser o destino de um ou de vários membros da família. Fora do sítio e do bairro, um filho, por exemplo, podia trabalhar embarcado⁶⁹ em Santos, trazendo para a família uma renda complementar.

Diegues, analisando a produção das populações caiçara do litoral Norte de São Paulo, faz uma inversão de ordem, referindo-se a estas populações como de “pescadores lavradores”.

“Os pescadores lavradores exploram um ambiente ecológico extremamente limitado, constituído, no litoral norte de São Paulo, de enseadas e baías

⁶⁹ Embarcado é o indivíduo que trabalha assalariado em grandes barcos de pesca.

fechadas. São pescadores de praia, onde utilizam pequenas redes, como tresmalho, pequenos arrastos, a tarrafa e também a linha de mão. A canoa a remo não lhes permite ir muito longe. Os camaradas se reúnem para pescar em sociedade, uma unidade doméstica que pode reunir seja membros de uma mesma família (pais e filhos), seja membros de família diferente, mas pertencentes a uma mesma praia ou povoado.” Diegues (1983, p. 161)

A produção do caiçara de Camburi, tem também essas características. Entretanto, de maneira geral, quando este fala de suas atividades, prioriza a terra, a agricultura. Por esta razão mantém-se neste trabalho a denominação de “agricultores pescadores”, ou seja, camponeses.

Camburi já foi um dos melhores pesqueiros⁷⁰ da região, juntamente com a Vila de Picinguaba e a Almada⁷¹havendo entre estes bairros grande solidariedade. Principalmente devido ao tipo de pesca mais praticada, a pesca da “espia”. Tratava-se de um tipo de pesca, cujo companheirismo, a confiança assim como conhecimentos acerca do meio natural eram fundamentais. Esta pesca foi abandonada e substituída por outras, como relatado nesta conversa com S. Zé Lúcio, na qual ele desvenda parte do mundo da pesca:

“Simone: Conte da pesca, S. Zé.

Zé Lúcio: No tempo dos antigo as rede era de algodão ou de fibra de planta da mata que a gente conhece, depois tingia em caldo de casca de pau abóbora, pra enganá os peixe que não via a rede, nós pescava mais na espia, os pessoal mais velho, eu era rapaizinho novo.

A espia é ali naquele ponta, cê sabe né? Um companheiro ficava ali espiando, tinha vez de passá tempão, e avisava quando o peixe vinha, tinha que entendê do assunto, vinha sempre do sul pro norte, a gente em duas canoa, cercava o peixe, espremia ele nas pedra, aí tirava com a rede

⁷⁰ Lugá propício à pesca, onde há fartura de peixe (caiçara de Camburi).

⁷¹ Praias /bairros vizinhos ao Camburi.

por dentro, era carapau, xaréu, tirava 3, 4 canoada 15, 20 mil por mês, a cavala era a mesma coisa, 15 mil cavala, isso foi indo, indo, até enfraquecê. No tempo dos antigo, o peixe era farto e as pessoa se respeitava, tá tudo assim virado, é por isso que Deus prendeu o peixe. A moça viu, que inverno danado foi esse que passô. Consegui tirá 60 conto.

E tem o problema das canoa, agora é uma complicação, a moça sabe, os florestal diz que vai tudo se acabá se nós tirá um pau da mata, a moça acha? Se nós depende disso! Antes a gente escolhia a madeira e mesmo fazia a canoa, que nem essa ali (**VER FOTO No. 17**), agora tem que comprá, e comprá com que dinheiro?

Aquela é uma tarrafa (mostra), é só percurá um poço limpo, um lugá bom no mar ou no rio e joga.

Quando inventaram o cerco, não tinha aqui, depois sim, eu pesquei 30 anos pro Maciel. O peixe era tanto, tanto, agora enfraqueceu, cê vai lá pega quase nada. Caiu 90%, cê vê, tem um feriadão desse e não tem peixe pra vendê. Tem lula, lula tá bom, mais as pessoa qué peixe grande pra assá.

Lula a gente pesca de garateia (**VER FOTO No. 18**), eu pesco no cerco, pego 100, as vezes 30, 15 quilo por vez. pegá um pau e pindurá várias garateia, em cada uma pega uma lula. Mais eu vou no cerco, pego lá. Fui de manhã e vou 18h00, peguei uns piragica, uns 4 xaréu e o reto de lula. O moço da peixaria vem buscá, a gente avisa pelo rádio e ele vem buscá.

Simone: Muita gente trabalhava com pesca?

Zé Lúcio: Ah! Naquele tempo, uns 20 home. Aqui tinha 2 cerco, 5 home em cada cerco. Agora só tem 1, que nem é meu. O outro é do Inglês, mais ele tirô causa de que não tava dando nada.

Simone: Como é o cerco?

Zé Lúcio: Ele é assim cheio de ancora, umas 14, levamo umas 40 braça de corda, a cada braça e meia a gente coloca um bambu daquele, vai quase 20 bambu e a rede é de botão (ele mostra o botão) tem uns 50 botão na rede, a gente larga rede e depois vai visitá. (**VER DESENHO**

DO CERCO CROQUI N.º 03)

Esse cerco que tá aí é do moço do Ubatumirim – metade do que nós consegue é dele , a outra meia divide em 5 , e da parte dele, eu recebo uma parte porque cuido do cerco e o Altino também, porque remenda a rede. O dono dá a rede, o fio de remendo, a canoa. Nós corre com o trabalho.

Cada ano a gente trabalha 6 meses, no inverno não dá pra trabalhá, no máximo a gente coloca uma rede de espera . Essa aqui é minha (mostra a rede), a gente pega uma rede boa , um tresmalho (ele mostra a rede volteada de chumbo). Aqui tem 150 braça de rede, dá pra pegá tainha, que vem aqui perto. Larga ela pra fora (no sentido do mar aberto) na pedra, entoca ela, com a canoa, vai largando a rede, aí fica lá, quando o peixe entra pelo sul, ele malha, depois vai lá e visita despesca.

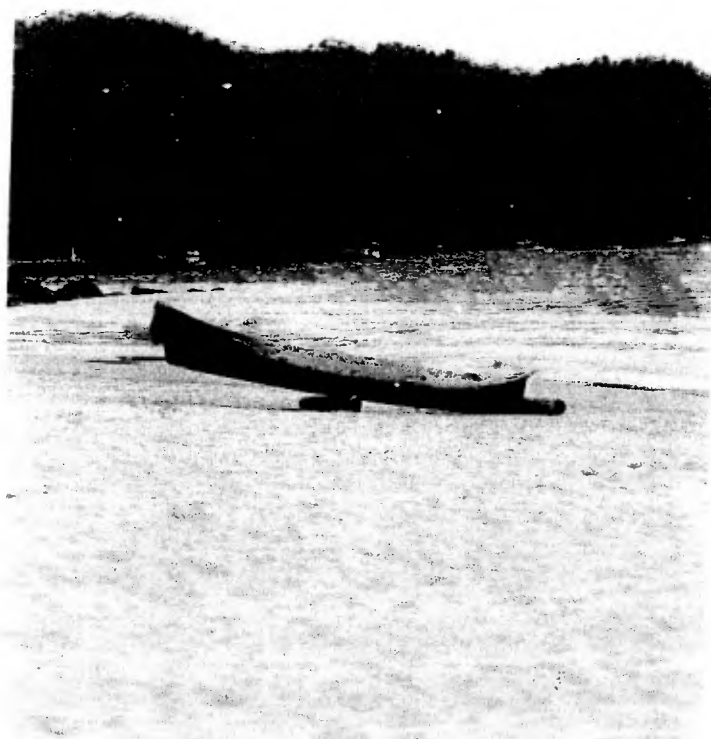
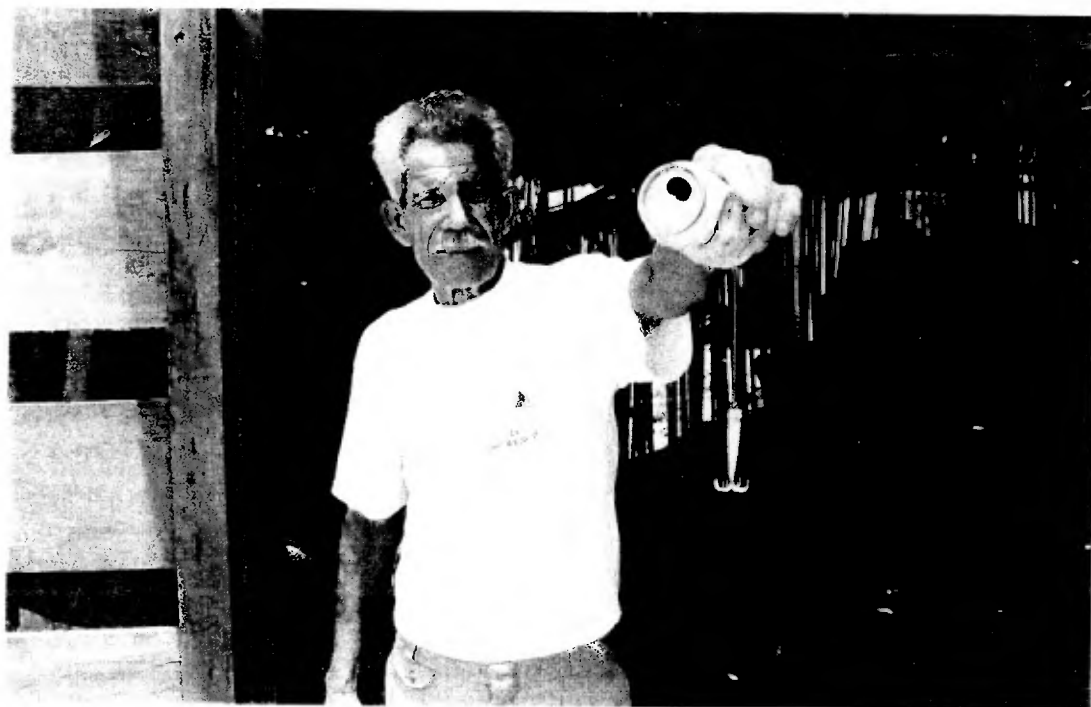
Tem a pesca do espinhel, que é com anzol, aqui não tem a corda, pra pegá cação, é uma cordinha mais fina. A gente compra 100 , 150 anzol , do tamanho que quisé fazê , e vai colocando na corda, uma linha 80, uma braça um anzol, uma braça um anzol , pega curvina, pega cação.

Simone: Até onde dá pra ir com essas canoas?

Zé Lúcio: A gente vai uns 500, 1000 metros pra fora da baía, dá pra ir pra Trindade, dá pra ir pra Ubatuba, mais a gente não vai mais, porque tem ônibus na BR. A gente saía daqui 9h da noite e chegava lá 6, 7h da manhã, 4 home remando, as vezes quando voltava tava quase morto, que além de remá , tinha que carregá as coisa que ia levá e buscá. Mais naquele tempo a rapaziada era forte, era todo mundo baixinho, mais a turma era forte. Hoje não dá , hoje tô com 65 anos.

Simone: E lá no rio?

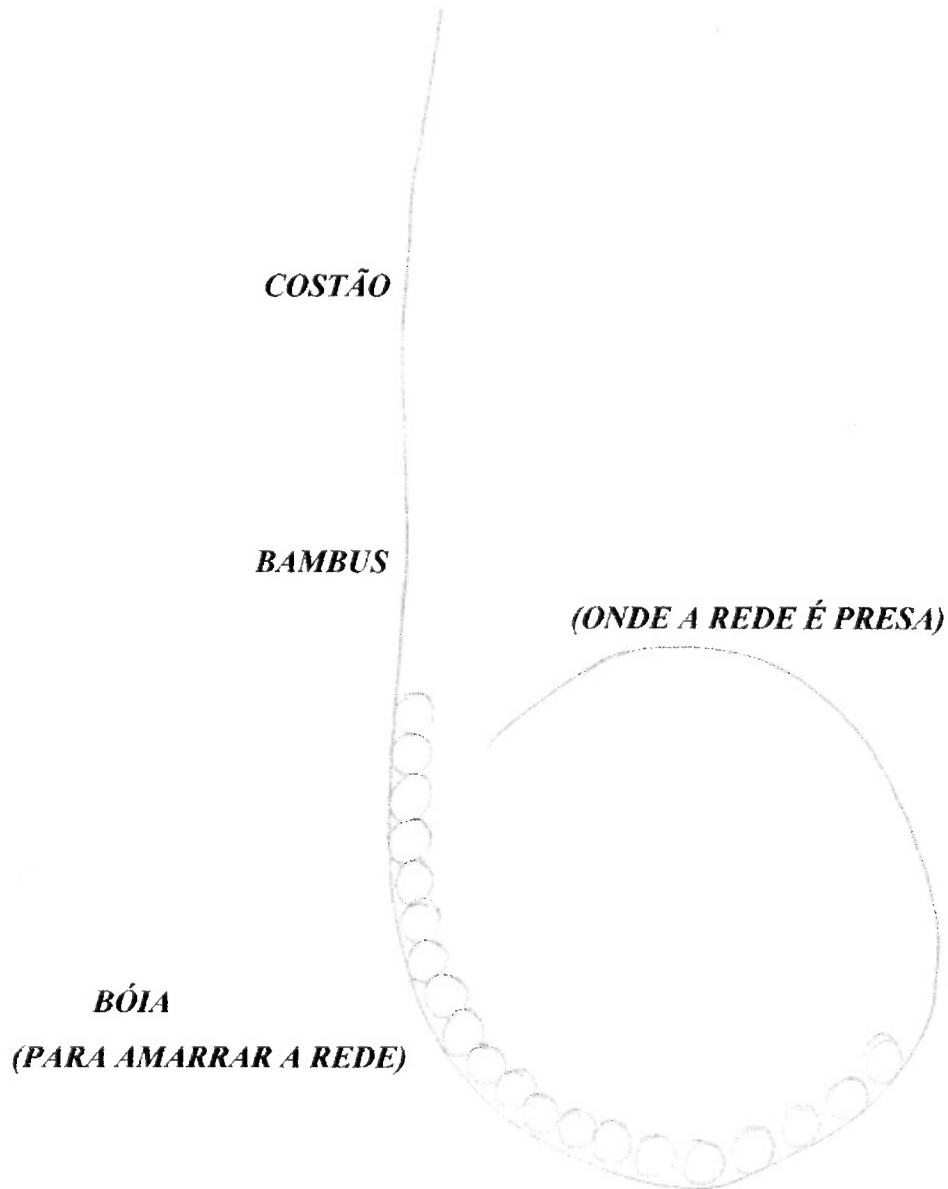
Zé Lúcio: Tinha muito peixe, agora tem muita areia, mais tá criando uns robalo de novo, vamo vê. Tem Pitu, tem lagosta. No



*Canoa feita artesanalmente com madeiras do lugar e S. Zé Lúcio mostrando a
garateia
Fotos No. 17 e 18: Simone Rezende (Dez. 1999)*

CROQUI N.º 03

**CROQUI DE COLOCAÇÃO DO
CERCO (INFORMAÇÕES DO INGLÊS)**



FONTE: RELATÓRIO CAMBURI (1992)

mar a gente não pega sempre, mas tem lá na costa. Tem marisco na costeira, agora tá tudo miúdo. A meninada pega os pitu no rio, isso se aprende cedo, é muito fácil, e como as casa são junto do rio, logo cedo mesmo já tá pegando os bichinho e té inventa jeito novo de catá, depois vende pros turista (VER FOTOS No. 19 e 20).

A gente tá fazendo a marisqueira aqui, ali naquelas bóia azul (ele mostra), eu, o Celso, Maximiliano, a turma aqui. É do Instituto de pesca, a gente colocamo lá dois peso de concreto de 1.040 quilo cada um (ele desenha a marisqueira na areia). Chamemo um barco que levou o peso pra lá, eu marquei a posição, cortou a corda, foi perigoso, mas deu certo. Hoje tá com 15 dias. Eles falaram que em 6 meses dá pra vê o produto deles. E cria robalo perto da marisqueira.

Mais eu vou fazê depois uma pra mim, que essa eu não sei como vai ficá. No Tamar dá pra consegui.

Eu tando no mar, pra mim tá bom, eu trabalhei na roça quando podia, mas eu sou do mar. Trabalhei embarcado, viajei. Eu acho ruim tá na terra, eu quero é sempre tá ali (aponta o mar).” (Zé Lúcio, caiçara de Camburi)

Atualmente, em Camburi, poucas pessoas dedicam-se à pesca. Ocorre ainda a pesca de linha e canoa, e a pesca no cerco, sendo que este último pertence a uma pessoa de fora. Portanto, com exceção de algumas safras⁷², como a da lula que S. Zé Lúcio relata, a pesca tem contribuído pouco para a economia do bairro.

⁷² "Safra é quando é época de pescá um tipo de peixe, tem safra da tainha, da lula" (caiçara de Camburi).



*Wellington pegando pitu no Rio da Barra
Fotos No. 19 e 20: Simone Rezende*

O grande motivo do abandono gradativo da pesca, não é a falta de interesse dos jovens, pois estes ainda encantam-se com a pesca e com o mar⁷³. O desânimo, como conta S. Zé Lúcio, é devido à escassez de peixes e à dificuldade de ser proprietário dos equipamentos de pesca, como a canoa, que antes era feita pelo próprio pescador, com madeiras, que hoje são proibidas de serem derrubadas⁷⁴.

Por esta razão, a marisqueira torna-se uma idéia tão atraente, que vem ganhando força no bairro, pois o Projeto Tamar⁷⁵ e o Instituto de Pesca de Ubatuba vêm colaborando para a instalação destas marisqueiras.

O fato de trabalhar para outros numa situação, quase sempre, de desvantagem, é bastante incômoda para estes pescadores que têm muito orgulho de contar sobre os tempos áureos da pesca, quando tinham suas canoas, sobre os saberes que aprenderam com os pais e que agora vão se perdendo.

Ainda não há estudos acerca das causas da escassez de peixes nesta região, contudo, há vários indícios de que ela esteja associada à construção da BR 101, que causou muitos danos ambientais ao bairro, dentre eles, o principal foi o assoreamento do Rio da Barra, que deságua no mar.

Essa hipótese é apontada por alguns dos moradores mais antigos do bairro, que conheceram o rio quando seu estuário era um importante criadouro de peixes:

“... o Rio da Barra, era um rio rico, era peixe que ia do rio para o mar e do mar para o rio, quando a onda do mar esta muito forte, que não dava para pescadô saí para pescá de canoa, os caiçaras fazia pesca no Rio da Barra, e não era peixinho pequeno, era peixe grande, todo tipo de peixe, o Rio da Barra era rico para toda espécie de peixe. Agora a moça vê, hoje não tem mais nesse rio, por que? Porque veio a Rio Santos, foi cortando a Serra e todo esse areião desceu para os rio e foi fazendo um aterro onde era a

⁷³ Muitas vezes quando estava na praia com as crianças, estas ao verem as canoas chegando corriam para acompanhar a chegada dos pescadores.

⁷⁴ Devido ao Código Florestal - Lei nº4.771/95; Lei de Crimes ambientais n.º 9.605/98 e ao Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas Decreto n.º 25.341/86.

criação dos peixes. Hoje nem canoa entra, entrava barco a motor para tirá ostra do rio, hoje a moça passa de sapato e meia no pé, que é aqui na boca da barra e naquele tempo nós para passá, tirava a roupa, arrumava na cinta, punha na cabeça e atravessava de anado e vestia a roupa do outro lado. É o progresso!” (S. Genésio, caiçara de Camburi).

Uma outra hipótese colocada pelos caiçaras é da diminuição dos peixes ter sido causada por um desequilíbrio provocado pela pesca imprópria, praticada pelas grandes embarcações, que entravam na baía de Camburi para fazer arrasto⁷⁶, em qualquer época, não respeitando o defeso⁷⁷.

“Esses barco grande entrava aqui e pescava tudo, não respeitava nada, agora nem vem, acabou o peixe. E não adianta a lei proibí de pescá um peixe numa época, porque eles pescava anssim mesmo e muitas vez o tempo do defeso tava errado e não adiantava nada.” (Leonel, caiçara de Camburi)

O mar está absolutamente presente na vida, no imaginário do morador de Camburi, mesmodaqueles que não pescam. Diferentemente da terra, o mar não é uma extensão de seu corpo, de sua vida. Ele é um “Ser”, quase uma “entidade” de muito poder, com a qual não se deve brincar.

O Caiçara tem um grande respeito pelo mar, encarando-o muitas vezes como o limite, uma barreira quase intransponível.

“Não tenho medo não, mais não pode abusá, o próprio nome dele já diz tudo: Mar, ele pode tá bem com você, daqui a pouco tá de mar. Ele é bicho valente, abusá pra quê? Tá com 10 anos agora, que deu uma maresia braba aqui. Eu falei que não dava para saí. Os menino quis saí, só foi entrá

⁷⁵ O Projeto Tamar - IBAMA, visa a preservação de espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no litoral brasileiro, contando com a colaboração dos pequenos pescadores. Com o sucesso e crescimento do projeto, este passou a atuar em outros setores, auxiliando os pequenos pescadores e seus bairros.

⁷⁶ Arrasto é um tipo de pesca, em geral, realizada por grandes embarcações, que com uma grande rede de malha fina, arrastam todos os peixes que estiverem no caminho, não selecionando nada.

⁷⁷ Defeso é o período de reprodução de determinada espécie de peixe, quando a pesca é legalmente proibida.

no mar, a canoa foi longe, a correnteza levava pra lá e pra cá, um saiu quase morto, o outro morreu, foi dia 20 de abril. Não pode desafiá, não pode, o nome dele é esse: mar.” (S. Zé Lúcio, caiçara dedicado à pesca)

Até mesmo as crianças, desde muito cedo têm uma relação de medo e de respeito com o mar, inclusive muitas mães proíbem seus filhos de ficarem na praia sozinhos. Os desenhos das crianças, feitos na areia, já demonstram a impressão que têm: elas representam o mundo achatado, rodeado de mar; um abismo e o mar; um mar forte e bravio como do Camburi.

Há uma mistura entre o imaginário construído ao longo de anos de observações e usufruto no lugar e o imaginário instituído pela religião. Seus conhecimentos entram em choque com o caráter punitivo e resignado da religião, que lhes diz que as coisas estão assim porque “*Deus quis*”. Este conflito pode ser percebido na fala deste caiçara, quando lhe foi perguntado sobre os motivos do peixe estar acabando:

“Isso aí não posso explicá. Aqui tinha muito peixe, não tinha lugá de Ubatuba, da Joatinga de tudo aqui , não tinha lugá melhó. Tem gente que fala que era época de acabá mesmo, outros diz que foi por causa dos arrastão, do rio cheio de areia, os barco grande entrava aqui e levava tudo, não respeitava as época certa e as vezes o defeso tava marcado errado, que em cada lugá é diferente, então as vezes nem crime era. Tudo é verdade, por isso Deus prendeu os peixe no fundo do mar.” (S. Zé Lúcio)

Entre resignado, indignado e esperançoso este homem, mantém um modo próprio de viver essas situações, por isso ainda se auto define como caiçara de Camburi.

5.5.4. A religião, as festas e o entretenimento

A religião ou a religiosidade é um aspecto muito importante da cultura de um povo, além de ser uma chave para o possível entendimento desta. Sesti (2001, p.114-/115) diz

que:

“A palavra religião provém do latim *religare*, indicando-nos uma possível e desejada religação do homem em sua vida terrena com o outro mundo almejado. A religião aparece, pois, como uma mediadora entre o mundo que se vive e o que se quer alcançar, mediação esta que se dá através dos ritos. (...) As religiões, seitas e crenças, com construções históricas ou espirituais, surgem para responder às angústias humanas acerca dos sentidos da vida e da morte. De onde vim, o que faço aqui e para onde vou são questões que nos acompanham desde os primeiros sinais de consciência.”

Todos os caiçaras de Camburi eram da religião Católica, porém, de um catolicismo popular, ou seja, que continha ritos e festejos realizados nas ruas, praças e nas casas dos camponeses, que manifestavam sua devoção com danças e cantos.⁷⁸

Assim, com havia uma ligação muito grande entre os ciclos naturais e as atividades do bairro, havia também entre estas e as festas religiosas.

A festa do Divino Espírito Santo por exemplo, ocorria em julho, mês no qual as roças estavam quase prontas e o trabalho diminuía, coincidindo apenas com a vinda da tainha, pois eles agradeciam uma boa safra de tainha. Segundo S. Carmo:

“Tinha um mastro com uma bandeira, era eu que fazia a bandeira, cheia de fita e com um pombo que era o Espírito Santo. Saía dois com viola e dois com violino (rabeca), um com o tambor, e quem quisesse acompanhá, nós ia cantando de casa em casa, em cada uma cantava para o dono, comia, bebia, dançava e pegava um dinheiro para ajudá na festa, assim ia de praia em praia até chegá em Ubatuba. Mas eu fui o primeiro a pará, que eu e meu irmão Manuel, começamo a ir na Igreja Crente em Paraty, isso tá com 40 anos. Muitos fazia ainda a festa, mas foi se acabando, depois nós consegui

⁷⁸ Segundo Sesti (2001) esse catolicismo popular contrapunha-se ao catolicismo oficial, que era mais contido e limitado à Igreja.

fazê a igreja aqui, fez 20 anos, quase todo mundo virô crente também.” (S. Carmo)

A mudança de religião dos moradores de Camburi passa a ocorrer mais intensamente, após a chegada da igreja Pentecostal “Assembléia de Deus” no bairro. Este é um processo complexo, o qual este trabalho não tem pretensão de desvendar, contudo, ele entra no bojo das muitas mudanças que ocorreram nos últimos 40 anos, com maior intensidade nos últimos 20 anos.

De acordo com Sesti (2001), o Pentecostalismo nasceu nos Estados Unidos no início do século XIX, como uma expressão popular do protestantismo histórico ou como uma nova Igreja. Algumas de suas características são o batismo nas águas e o batismo no Espírito Santo, realizado na festa de Pentecostes, que conferiam aos fiéis os dons carismáticos das línguas, da cura, da profecia e da libertação. Difundida no Brasil, a partir da de 1910, seu público alvo sempre foi a população mais pobre, marginalizadas e tendo como modelo de seguidores homens virtuosos e trabalhadores, de vidas regradas, sem luxo ou lazer, por isso aceitam sua condição de miséria.

Segundo relato dos moradores, eles sentiram-se abandonados pela igreja Católica, pois o padre quase nunca vinha celebrar missas na capela do bairro (Capela Nossa Senhora Aparecida), a capela deixou de ser o lugar do conforto, do alívio e do encontro, como conta esta caiçara:

“A capela tava sempre fechada, vez ou outra o padre vinha, rezava uma missinha e ia embora correndo, a vida da gente virando de ponta cabeça e nem na igreja a gente podia pedi ajuda. Lá na Assembléia todo mundo se conhece, se encontra, conversa e quando tá na igreja não tá fazendo o que não presta, não tá bebendo por aí e escuta a palavra de Deus.” (Catarina, evangélica da Assembléia de Deus)

Atualmente, pouquíssimas pessoas do bairro se dizem Católicas, e apenas uma família cuida da capela. Quase todas as famílias hoje freqüentam a igreja Pentecostal “Assembléia de Deus” ou a “Adventista” (esta última localizada no Ubatumirim).

Diante de tantas transformações, é preciso recorrer a alguém, e por que não a Deus? Diferentemente do “*tempo dos antigos*”, quando a religião era um meio de agradecer e celebrar a fartura, agora ela é um subterfúgio para o desespero. O caiçara de Camburi entrou na igreja que tinha os braços estendidos, pelo menos para lhe dizer que “*Deus proverá*”.

E, se por um lado, ela lhe oferece o conforto e o abrigo de pelo menos ter com quem falar, por outro, tira deste o momento da festa, do mito, das lendas. No entanto, não se pode dizer que a Assembléia de Deus não seja um lugar realmente do encontro e de união no bairro.

Grande parte dos caiçaras de Camburi reinventou seus ritos de sociabilidade e seus mitos de explicações da natureza. Muito mais do que o próprio caiçara, Deus passa a governar sua vida e quase tudo acaba resumindo-se em “*Deus quis assim*”. Mesmo quando se trata de questões que ele domina, como as que se referem à natureza e muitas vezes esconde seu conhecimento empírico, a exemplo da escassez de peixes, que o caiçara sabe que se relaciona à pesca das grandes embarcações, e ao assoreamento dos rios úepois da construção da BR 101, mas na igreja lhe dizem que “*Deus prendeu o peixe no fundo do mar por descontentamento*.”

A igreja Assembléia de Deus está no bairro há mais de 20 anos, porém, foi na última década que ela absorveu mais fiéis, justamente o período no qual as proibições impostas pela legislação ambiental desestruturaram as relações entre os moradores de Camburi e a natureza, gerando um estado de miséria, por isso que agricultores passaram a ser desempregados e o número de alcoólatras aumentou vertiginosamente. Desta maneira, a saída vista na religião, que apesar de hoje ser um laço importante no bairro, gera um estado de conformismo, pois quando se coloca a responsabilidade pelos problemas vividos cotidianamente nas mãos de Deus, retira-a das mãos da sociedade, das autoridades responsáveis. Segundo Sesti (2001, p. 135):

“O movimento pentecostal apela para as experiências emocionais, de êxtase religioso, centradas nos indivíduos, sendo que estas são vivenciadas em rituais coletivos. Nestas Igrejas, é reservado um espaço para a colocação e participação dos indivíduos, não só por todos cantarem e orarem juntos, mas

por haver sempre depoimentos relativos a suas vidas particulares, seus percursos de vidas tortas até o encontro da Igreja e o 'renascer em Cristo'. A Igreja assume assim o papel de dar o espaço e atenção aos indivíduos que lhes é negada no mundo. Forma-se assim uma coletividade de indivíduos..."

Contudo, deve-se ter claro que não é pela mudança de religião que as transformações passam a ocorrer no bairro. É sim a proibição da agricultura, da caça, da coleta devido à imposição da legislação ambiental e pelos efeitos da especulação imobiliária que as transformações aceleram-se, porque se não há colheita, não há o que agradecer e, se não há mandioca, não há farinha, nem farinhada. Diante da ausência da Igreja Católica, as pentecostais ocuparam este espaço deixado.

Além da igreja, hoje em Camburi, um dos poucos lugares e momentos de sociabilidade e entretenimento no bairro é o campo de futebol, nos dias de jogo. Há no bairro uma grande empolgação com este esporte, inclusive as mulheres jogam e são muito habilidosas. Os troféus das conquistas em jogos dentro do município de Ubatuba ficam expostos em um dos bares da praia e são motivos de grande orgulho da população. Pode-se dizer que os dias de jogos são dias de festa no bairro.



*Capela Nossa Senhora Aparecida. Raramente o padre vem ao bairro.
Foto No. 21: Simone Rezende (Jan. 2002)*



*Igreja Evangélica Assembléia de Deus. Os cultos são realizados vários dias por semana.
Foto No. 22: Simone Rezende (Jan. 2002)*

5.5.5. O tempo do turismo

Especificamente em Camburi, devido à dificuldade de acesso ao bairro, realizado apenas por trilhas ou por uma estrada de chão batido (a partir da BR 101), sempre em precárias condições, pois o bairro situa-se entre uma estreita planície litorânea e uma encosta íngreme, estendida por 3Km, sempre houve um turismo diferenciado do restante do município de Ubatuba.

A aventura de chegar ao Camburi, acampar na praia, fazer sua própria comida, ficar sem energia elétrica, sem água encanada (**por alguns dias**), atraía jovens aventureiros.

Além dos aventureiros “saudáveis”, dispostos a integrarem-se de certa forma à vida do bairro, ou a interferirem o mínimo possível na vida de seus moradores, houve também o turista disposto a adquirir uma casa no bairro, transferindo para lá seu modo de viver, ou ainda, o turista “baderneiro”, que passa longos períodos acampado no bairro e que quase o tempo todo está alcoolizado, ou então, sob efeito de algum entorpecente, perturba os moradores.

Hoje em dia, o turismo em Camburi tem essas mesmas características, no entanto, ainda mais agravadas. Na medida em que as atividades costumeiras do modo de vida ali desenvolvido foram sendo proibidas e o desemprego aumentando/desocupação, cresceu e cresce o número de famílias que vivem do turismo ou que o enxergam como alternativa para sua sobrevivência.

Devido ao abandono do Poder Público, no que se refere à infra-estrutura, transporte coletivo; postos de saúde; melhorias na estrada de acesso ao bairro etc, o turista passou a ser um apoio com o qual conta-se nos momentos emergenciais. Isto acontece quando é necessário transportar para a cidade (centro de Ubatuba ou Paraty), um doente, uma grávida, ou mesmo uma simples carona para um morador que caminha na estrada com as compras do mês.

Inclusive, muitos moradores permitem que turistas acampem em seus quintais, pagando quantias irrisórias, geralmente 1 ou 2 reais. Muitos transformaram seus antigos ranchos de pesca em bares na praia, como aconteceu com o Inglês, que por alguns anos chegou a recolher seu cerco e viver apenas do bar. Ultimamente seu cerco foi recolocado,

mas ele continua a esperar o tempo do turismo:

"No tempo dos antigo nós esperava o tempo de plantá, de pescá, mais a pesca tá ruim, num dá nada. Só coloco o cerco de teimoso, pra tê prijuízo. Agora nós espera o turista, os feriado, o verão, antes nós nem lembrava desses feriado, mais agora espera esse tempo" (Inglês, pescador cujo rancho de pesca foi transformado em bar).

Uma questão polêmica no bairro sempre foi o *camping* na praia. Camburi é a única praia de Ubatuba na qual o "camping selvagem"⁷⁹ era permitido. Apesar de legalmente proibido pelo Decreto 52.388, de 13 de fevereiro de 1970, nem a prefeitura, nem a administração do Núcleo Picinguaba, nunca tomaram providências a respeito do assunto.

Até bem pouco tempo (menos de três anos), as opiniões dos moradores dividiam-se. Alguns eram favoráveis a proibição deste tipo de *camping* no bairro, em geral, estes não trabalhavam com o turismo e, por isso, eram acusados pelos que preferiam a continuidade do *camping*, de quererem a proibição por que não tinham interesse nos turistas. Em praticamente todas as reuniões de moradores, nos últimos quatro anos, esta questão causou brigas e desentendimentos entre os moradores do bairro.

Porém, a despeito das controvérsias deste assunto, os moradores sempre foram unânimes quanto à degradação do bairro, causada pelo turismo, a diferença era que alguns estavam dispostos a pagar este preço, outros não.

Da forma como vem sendo realizado o turismo em Camburi, sem qualquer infraestrutura, sem apoio da prefeitura de Ubatuba ou do Parque Estadual da Serra do Mar, sem policiamento, contribui pouquíssimo com a economia do bairro, pois os turistas trazem quase toda comida e bebida de suas casas. É claro que consomem algo no bairro (refeições, porções, cerveja), às vezes pagam para usar os banheiros das casas, entretanto, a contrapartida é bastante alta. Esse turismo degradava o bairro, não só fisicamente, com a imensa quantidade de lixo que gerava, com a destruição da vegetação de praia (o jundu), com a poluição dos rios (com produtos químicos e fezes), mas principalmente, degradava a vida e a cultura do bairro, como conta esta caiçara:

⁷⁹ *Camping Selvagem* é aquele realizado fora de locais com infra-estrutura, como banheiros ou cozinhas

“Té uns tempo atrás, a moça sabe, nós não precisava de tê preocupação com nada. Agora... agora não, essa história de tóxico, tem gente de fora que fica amiga, que gosta do lugá, é família! Mas tem aqueles que é só mau exemplo prá criança e pros grande sem juízo também. Chega tê vez que nós, nós não dorme com a baderna na praia. Nós precisa das pessoa vim pra cá, mas pessoa assim... família, que come a nossa comida e gosta, fica amigo”. (D. Justina)

Entretanto, uma proposta foi capaz de agregar todas as opiniões, que é a de fechamento da praia ao *camping* selvagem e a implantação de um “camping da Associação de Moradores”.

Era necessário então, conseguir a área para este fim. Depois de muitas negociações, os moradores conseguiram que um dos grandes “proprietários” do bairro, o Sr. João Bento, cedesse uma área.

Este fato foi encarado pelos moradores como uma grande vitória e, é claro, serviu de estímulo para a união do grupo, que inclusive realizou um mutirão para a limpeza do terreno.

Entretanto, a Associação de Moradores, apesar de ter pedido autorização informal para implantar o *camping*, foi multada pela polícia florestal (**multa em anexo**) por infringir o artigo 5º da Lei 4.771 - Código Florestal. O episódio foi contado pelo presidente da Associação de Moradores de Camburi na época, Celso (janeiro de 2000):

“Tá vendo essa área? Então era para o camping estar ali, são 5400 metros quadrados de um lado e mais 5400 do outro lado, então dá 10800 metros quadrados. Agora um engenheiro, o Maurício, tá medindo pra gente. Mas antes disso eu fui pedir pra fazer, o Bepo deu a autorização, só que não deu por escrito, deu de boca, falou assim “ah! É pra associação? É pra fechar a praia? Pode fazer” Depois ele mesmo impediu, mandou prendê, proibiu os quatro banheiros. E agente levou uma multa de 2000 e tantos reais, que vamos recorrer, que não temos condições de pagar. Vamos até lá, pra você

vê. ... Olha , nós fizemos um camping improvisado, o cidadão paga cinco contos e fica quantos dias quiser, e a gente explica que o dinheiro é pra associação de moradores, que fomos multados por isso não tem banheiro. Depois vai ficar tudo direitinho, cercado com estacionamento de carro, vigia, tudo, aí temos como cobrar o justo e aí a praia vai ser interditada, ninguém vai acampar na praia, acampar só nos camping, no nosso, no Ype, que o Ailton toma conta, nos quintais de quem quiser. Aí a praia vai ficar mais bonita, o turista vai chegar, vai tomar seu banho, vai embora e a gente vai continuar sossegado.

Simone: Como que foi na hora que eles vieram embargar o camping?

Celso: A gente tava limpando, tinha feito um mutirão de 28 pessoas, os próprio funcionário do Parque veio ajudá a medir, o Douglas veio. Eles passaram umas duas, três vezes e não iam parar, mas por causa daquela obrinha ali, eles pararam. Ta vendo que tá cercada essa parte do terreno? Apareceu um dono desse terreno, quer dizer , ele vendeu isso pro João Bento há uns 20 anos e agora diz que é dele de novo, então aí fez um alarde essa briga do cidadão aí com o João Bento , que já tinha liberado o terreno pra gente e tem documento disso, nada mais de boca! Pra depois não vim com essa de "liberei camping e não banheiro" , onde já se viu isso, camping sem banheiro, o que que isso ia adiantar pra gente , se os turista continua sujando nossa água, nossa praia?

Simone: Tem que ser assim mesmo, o Moisés me contou como foi no dia que os florestais vieram e vocês não deixaram eles levarem os materiais.

Celso: É, foi assim, a gente falou "isso aqui é nosso, ninguém vai levá nada!" Juntou todo mundo, mulher, criança, homem, levamos tudo pra igreja e eles foram embora sem levar nada."(Celso, o então presidente da Associação de Moradores)

O fato de não terem conseguido implantar o *camping* indignou profundamente os moradores de Camburi, no entanto, segundo Celso, continuarão tentando.

O episódio revela mais uma vez a relação conflituosa entre a população de Camburi

e a administração do Núcleo Picinguaba ou com a polícia florestal, mais ainda, revela a incoerência dos órgãos ambientais, pois o *camping* da Associação ajudaria sanar sérios problemas ambientais no bairro, que acontecem devido ao atual *camping* desorganizado, que polui as águas dos rios, destrói vegetação etc. Seria muito mais eficiente e lógico ter a população trabalhando para evitar esta situação caótica naquela época instalada, contudo, devido aos entraves jurídicos e burocráticos, nada é feito como assumiu o próprio diretor do Núcleo na ocasião:

“Deveríamos apoiar, porque vem de encontro a tudo que nós já discutimos, é uma iniciativa da comunidade, é uma obra coletiva, da Associação de Moradores, que visa resolver um problema grave ambiental, que gera renda pra população, que gera sustentabilidade sem degradação da área, é uma obra que fixa a comunidade no seu território. Todavia eu não posso, não tenho instrumentos para autorizar aquela obra. Até posso dar um parecer favorável, encaminhar pra o IF. Eles ainda não solicitaram formalmente, o que já deveriam ter feito, mas eu não posso autorizar e caso eu faça algum tipo de visia grossa, vou estar sujeito a ser enquadrado em crime também.” (Bepo Roberto Numa de Oliveira)

Um outro problema deste turismo que ocorre em Camburi é o uso e tráfico de drogas, que aumenta dia-a-dia. Os pais temem por seus filhos, que sem emprego, ou atividades diárias, caem nos vícios, como contam estes moradores:

Celso: É por isso que tem que fechá a praia e vai ter polícia aqui, se qué fumá, vai pro meio do mato, a gente não tem que aguentá isso.

Zé Lúcio: E tem uma coisa que eu num tô de acordo, a polícia quando pega, leva embora, chega lá o fulano paga uns conto e é solto e volta pra cá com o mesmo fumo. Isso é lei? Outro dia mesmo, pegaram um com um pedaço de fumo, quando foi a tarde ele já tava de volta batendo no peito e dizendo “eu tinha mais”. Isso é uma lei que não vale nada.

Ailton: Pagou sai fora!

Zé Lúcio: A gente que é adulto, num pega esses vício, mas as criança ainda num sabe nada, já viu né? Tem que acabá com isso!

Celso: Tem um povo que tá aqui na praia acampados faz 5 meses, direto e todo dia é aquela algazarra a noite.

Zé Lúcio: Quando a polícia veio aqui multá nós, devia de tê levado tudo eles, isso eles não faz..

Celso: Ontem mesmo eu notifiquei a polícia, até agora eles não vieram.

Inglês: Esse ano nós entremo pelo cano, que o parque não deixô fazê a estrada, nem o campi. Agora esse povo tá tudo aí, sujando nossa água, fazendo as cachoeira de banheiro, isso o Parque não vê! Eles proíbe tudo, vai matando aos pouco. Imprensa o povo de um jeito .



*Área onde seria o camping da Assoc. de Moradores e os banheiros embargados
Foto No. 23: Simone Rezende (Jan. 2000)*



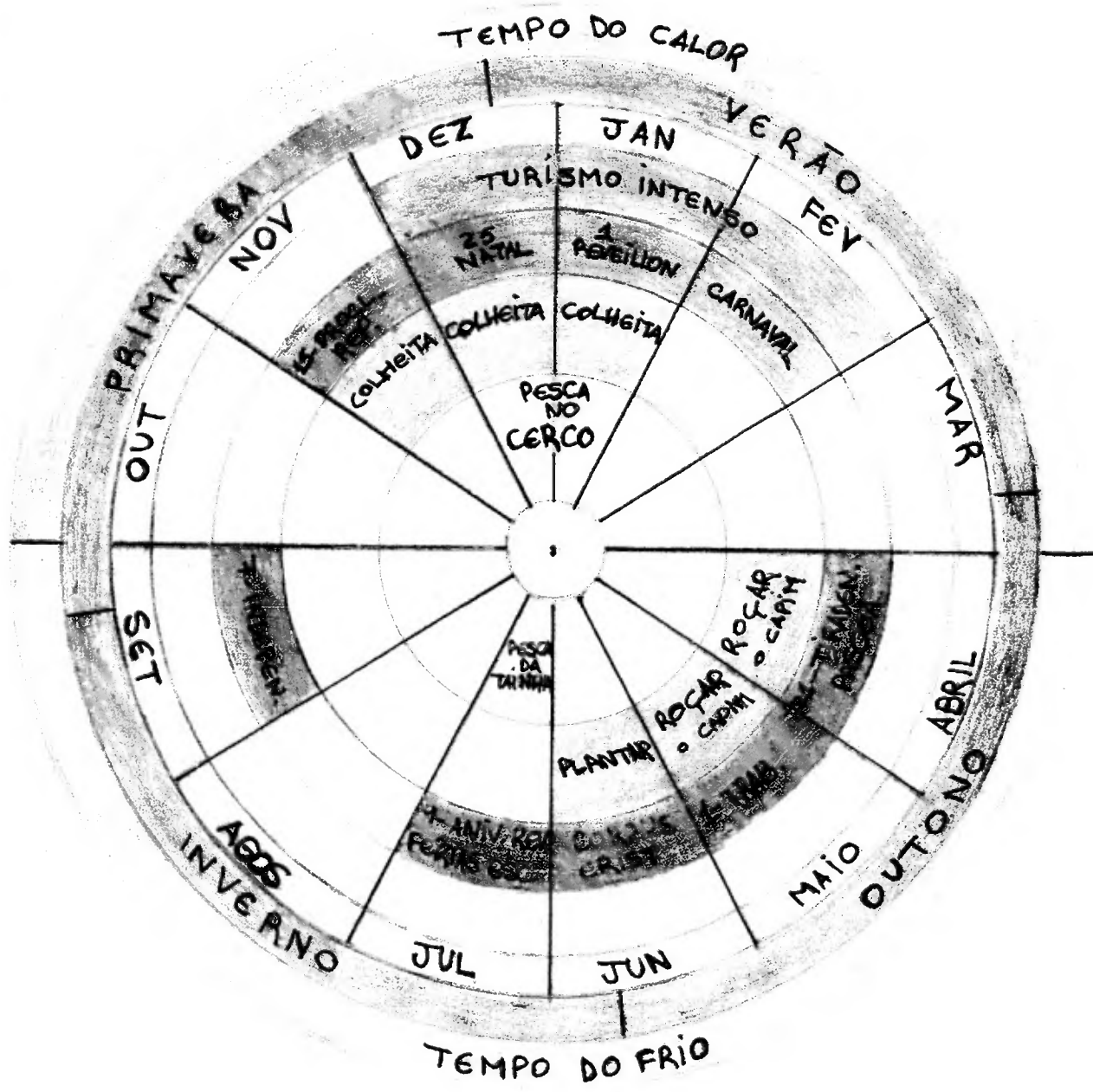
*Praia de Camburi em feriado de 2000.
Foto No. 24: Simone Rezende (Jan. 2000)*

Nesse jogo de empurra-empurra, entre prefeitura e órgãos ambientais, problemas como o gerado pelas drogas ou pela ausência de melhorias nas infraestruturas básicas do bairro são relegados. E o turismo, atividade que consta tanto nos objetivos do Parque, quanto nos da prefeitura do município, ao invés de ser um instrumento de desenvolvimento, pelo menos econômico, torna-se um instrumento de degradação física e humana para a população de Camburi.








Contudo, o fato é que, apesar de todos os problemas gerados pelo turismo, grande parte dos caiçaras de Camburi acredita que ele é um mau necessário à sua sobrevivência, e cada vez mais, incorpora-se o tempo do turismo ao seu calendário de atividades, já tão alterado (**Ver Calendário II**).

CALENDÁRIO II

CALENDÁRIO II



LEGENDA

- | | | | |
|---|-----------------|---|---------------------------|
|  | Clima Quente |  | Tempo do turismo/Feriados |
|  | Clima Frio |  | Agricultura |
|  | Estações do Ano |  | Pesca |
|  | Meses do Ano | | |

Principalmente os mais jovens, que não conheceram o tempo de fartura dos “antigo”, aderem às atividades turísticas, sem no entanto, renegar suas raízes ou deixar de ser um caiçara de Camburi, como acontece com Wellington :

“Eu gosto daqui, queria que muitas coisa fosse diferente, mas a gente é daqui, sabe. A gente tem que aproveitar essa época pra trabalhá um pouco, e eu tô de férias da escola, mas eu sou daqui, eu conheço isso daqui, sei nadá, tirá palmito, pescá peixe, pitu, minha mãe me ensinou a pegá pitu, dá pra pegá com cofre, que é isso aqui, a gente corta a garrafa, coloca arroz ou farinha, vira a tampa e põe n’água, facinho.”

Contudo, esse turismo degradante começa a enfraquecer. A insuportabilidade da situação chegou a tão alto nível que, finalmente, os moradores de Camburi conseguiram se unir em torno de uma questão: o fechamento da praia ao *camping*. Essa medida ocorreu a partir do feriado de natal e ano, na passagem de 2002 para 2003, devido aos pedidos dos moradores e contou com a colaboração dos funcionários do Parque e policiais militares.

Desde então, o *camping* só é permitido nos quintais caiçaras, em um *camping* particular e em uma área em que um morador tradicional improvisou outro *camping*. Isso resultou em uma sensível melhoria das condições ambientais/sanitárias do bairro, assim como da simples condição de circular pelo bairro. E o mais importante é que esse pode ser o primeiro passo para uma retomada do seu lugar pelo caiçara, pois partiu deste a determinação de tomar de volta para si a praia que sempre foi sua.

Juntamente com estes novos fatos ocorre também a mudança da diretoria no Núcleo Picinguaba, o que, entre outras coisas como será vistos adiante, tem um efeito bastante positivo em relação ao turismo no bairro, pois uma das primeiras medidas da nova gestão foi a realização de um projeto de capacitação turística no Camburi.

O projeto intitulado “Ecoturismo e Desenvolvimento sustentável: o passaporte para o futuro da comunidade do Camburi”, foi financiado pelo Instituto Souza Cruz e organizado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, Instituto Gondwana, PESM – Núcleo Picinguaba, Associação de moradores de Camburi e Associação Quilombo de Camburi,

consistiu na aquisição de equipamentos⁸⁰ e capacitação de monitores ambientais para trabalharem na condução de turistas em trilhas no bairro, inclusive trilhas marítimas (visitas ao cerco) e passeios de barco. O curso contou com a participação de 42 pessoas do bairro e foi dividido em cinco módulos⁸¹. Ultimamente, o grupo formado neste curso administra os equipamentos e formou uma equipe de monitores para atuar nos feriados e nos períodos de férias.

⁸⁰ 1 barco de alumínio de 6 metros de comprimento, 1 toldo de lona, 1 motor de 25 HP, 1 tanque de gasolina, 8 coletes salva-vidas, 1 âncora, 1 bóia circular rígida, 1 extintor de incêndio, 50 metros de cabo e ferramentas para lavar o motor.

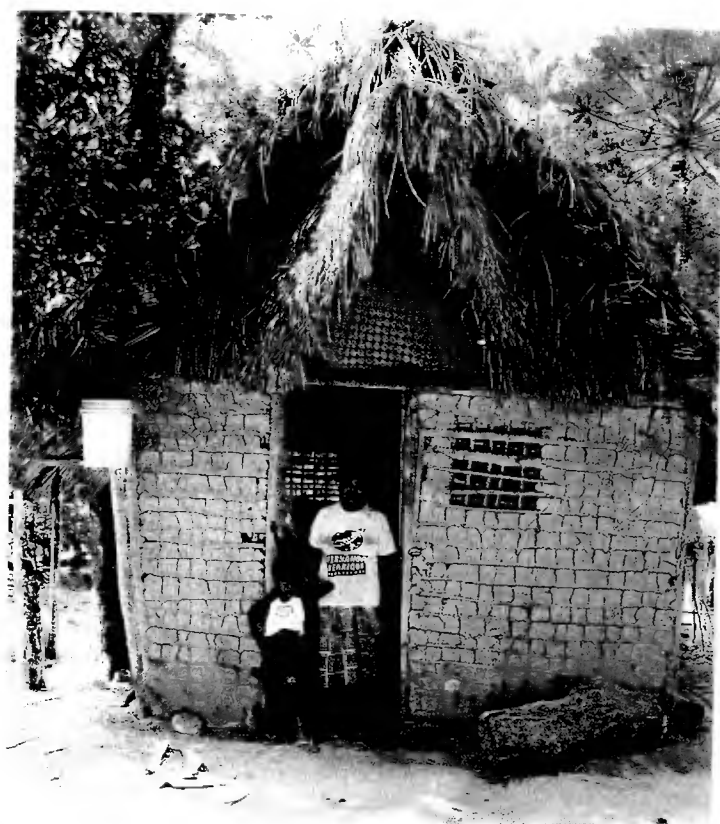
⁸¹ 1 - Introdução ao ecoturismo, 2- Primeiros socorros, 3- Levantamento de trilhas, 4- Visita à Ilha do Cardoso e 5 - Planejando o bairro para o turismo.

*“Enquanto os homens exercem seus podres poderes
morrer e matar de fome, de raiva e de sede
são tantas vezes gestos naturais”*

Caetano Veloso



*Uma antiga casa de farinha vendida para um turista
Foto No. 25: Simone Rezende (Jan. 2002)*



*Catarina, caiçara de Camburi, na casa construída para receber turistas
Foto No. 26: Simone Rezende (Jan. 2004)*

6. Camburi, uma história de conflitos

6.1. As primeiras interferências em um modo de vida: ações governamentais e a desterritorialização da comunidade

O bairro de Camburi, desde sua origem (200 anos), estando inserido na estrutura política e econômica da sociedade dominante, ainda que de forma marginal e guardando características próprias, sofreu influências destas estruturas.

A análise pretendida neste trabalho caminha nesta mesma direção, ela vê o caiçara de Camburi no contexto desta sociedade, pois conforme Oliveira (1996) “...é preciso entender o camponês enquanto classe, ou seja compreendê-lo no contexto da sociedade brasileira em geral.”

Contudo, a partir da década de 60, o bairro passa não apenas a sofrer influências indiretas deste contexto geral, como também a sofrer a interferências diretas do Poder Público Federal e Estadual. Contraditoriamente, lançam-se, por um lado, as ações desenvolvimentistas, do outro, as ações conservacionistas, mas todas sem estudos e planejamento adequados em seus aspectos físicos, biológicos, econômicos e sociais, como as ações promovidas pelo IBRA, O Projeto Turis, a construção da rodovia BR 101, a implantação do PESM e PNSB.

No caso de Camburi, seus moradores sofreram um tipo mais sutil de expropriação de seu território que não a simples expulsão de suas terras, em sua maioria os caiçaras permanecem no bairro, ainda que ocupando áreas menos privilegiadas como as encostas íngremes. Porém, sofreram uma desterritorialização simbólica, pois foram proibidas várias atividades que ocorriam em seu território.

O território também é delimitado pelo poder e, desta forma, o Estado o exerceu de forma a cercear o domínio material e simbólico do caiçara sobre o seu lugar. Como bem enfatiza Furlan, S. A. (2000.p. 45):

“Território não é apenas o substrato material, os limites físicos, o espaço social, em si, mas sim um campo de forças e ações políticas (...) Neste campo de forças considera que as ligações afetivas e de identidade entre

um grupo social e seu espaço são importantes para a gênese ou manutenção de um território. Mas o domínio do território por um grupo social se estabelece e se mantém nas relações de poder que o definem, ou seja, o território caçara pode ser entendido a partir do modo como os pescadores-agricultores pensam e se apropriam de um espaço, ainda que a partir dos múltiplos valores que atribuem para esse espaço, sejam eles valores materiais ou espirituais. Mas o seu domínio depende das relações de poder que historicamente se estabeleceram entre seu modo de vida e outros advindos da sociedade majoritária”

6.1.1 Da ação do IBRA à expropriação das terras/território

Durante o controverso e tenso período de governo militar, a reforma agrária, pelo menos o que na época chamou-se assim, foi considerada uma das prioridades. Para tanto, foi criado em 1964, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, hoje INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que era subordinado diretamente à presidência da República.

No entanto, o IBRA não realizou nenhum projeto de reforma agrária, mas apenas alguns levantamentos:

“iniciou seus trabalhos fazendo levantamentos de dados, principalmente através de cadastramento dos imóveis e sua análise. Para tanto montou-se, inclusive, um aparato para processamento das informações dos mais avançados para a época. Foi tão grande o envolvimento com este tipo de atividade que poder-se-ia dizer que os meios tornaram-se os fins.” (Pinto, 1995 *Apud* Feliciano, 1999)

Neste contexto, em 1965, o IBRA promoveu no bairro de Camburi a primeira grande interferência na vida de seus moradores.

A agricultura, que foi a principal atividade do bairro, era realizada rotação de solos.

A terra não tinha para o caiçara valor em si mesma, valor monetário, todavia, para ele, a terra tinha valor de uso e não de troca. Sua maior preocupação era o provimento familiar, a produção e a reprodução de seu modo de vida. Para este fim a terra tem importância fundamental, contudo, trata-se da terra cultivada, na qual ele depositou seu trabalho. O que lhe pertencia era o fruto de seu trabalho, nela plantado. É por esta razão que as áreas de mata densa não pertenciam a ninguém e a todos ao mesmo tempo. Assim como a praia, o mar, a mata era o lugar comunitário, usado só por quem conhecesse seus segredos. A mata era trabalho da natureza, como conta este caiçara:

“Nesse matão aí para cima só entrava os filho deste lugá, que no tempo dos antigo, se conhecia tudo isso. E era nosso, porque nós buscava cipó para os cesto, plantas, casca de arvre para remédio, ia caça, tinha as cachoeira. Então a moça vê, que ninguém ia derrubá uma mata rica, uma mata que não era trabalho nosso, era trabalho da natureza e que servia a todos” (S. Genésio)

Este tipo de uso do solo era incompatível com as imposições dos técnicos do IBRA, que não entendiam como poderia haver tanta flexibilidade nas posses:

“...minha terra, nós nem chamava assim, a moça sabe, meu, era onde eu tinha minha casa e onde eu fazia minha roça, quando a terra enfraquecia, mudava, a mata logo cobria tudo e se depois outro fazia roça lá, eu não ligava não...” (Inglês, caiçara de Camburi).

Contudo, os moradores tiveram mesmo que delimitar suas posses e, a partir de então, começaram a pagar os impostos.

“... Nós não entendia... do dia pra noite nós tinha que pagá pelo que era nosso... mas lei é lei, nós não desobedece...” (Inglês).

Esta interferência não teve apenas cunho material e prático, pois atingiu também o

campo simbólico da percepção dos moradores.

Como nada lhes foi devidamente explicado, um grande medo e muitas dúvidas recaíram sobre a população do bairro, criando posteriormente atritos internos, devido a uma nova situação de propriedade, a qual não estavam habituados.

Além do mais, como não tinham, em geral, dinheiro para pagar os impostos, tinham grande medo de perderem seus sítios e não terem o que fazer, nem para onde ir. Esse medo acabou abrindo um espaço para os especuladores imobiliários, que usavam o artifício de se propor a “comprar” as terras e pagar os impostos e ainda permitir que os caiçaras continuassem morando nelas, muitos caíram nesta armadilha.

Nesta mesma época começou um processo que seria intensificado na década seguinte (década de 70 do séc. XX), a especulação imobiliária. Começaram a aparecer os “compradores de terra”, dois destes grandes compradores de terras no bairro foram Francisco Munhoz e João Bento, ambos “adquiriram” grandes extensões de terra iludindo os caiçaras e fazendo as cercas “andarem”.

Motivados pelo fácil acesso pela BR 101 e pelos projetos de incentivo ao turismo, os especuladores procuravam terras na região para realizarem grandes empreendimentos imobiliários.

Para adquirir as terras, que logo seriam muito valorizadas, estas pessoas usaram variadas estratégias. Em Camburi, na maioria das vezes, bastava oferecer uma quantia irrisória em dinheiro e ter uma boa conversa, pois os caiçaras não tinham a noção do quanto valiam suas terras e estavam assustados com a possibilidade de perdê-las para o governo, já que muitos não tinham dinheiro para pagar os impostos.

Então duas coisas aconteciam: ou o caiçara vendia iludido com a promessa de que o comprador pagaria os impostos e ele continuaria morando no sítio, ou ele vendia, saía e abria um novo sítio, cada vez em lugares mais íngremes.

“Começou assim, tinha aqui uma senhora que vendeu seu sítio, todo mundo estranhô que ela continuava no sítio e melhorô de vida, comprô mais criação, tinha umas coisas a mais que o resto do povo. Aí muitos acharam que era fácil ficá rico e venderam também”. (Fernando).

Segundo relatos, esta senhora permaneceu algum tempo como caseira de seu antigo sítio, e logo se mudou do bairro. Porém, muitos venderam seus sítios ou parte deles e permanecem como caseiros, algumas vezes dos seus antigos sítios.

Houve também, coação para que os caiçaras vendessem suas terras. Para conseguir todas as terras que queriam, pois objetivavam grandes empreendimentos turísticos imobiliários, os especuladores compravam um sítio e, por meio de grilo, aumentavam a área “comprada”, e para forçar os vizinhos atingidos pelo grilo a saírem, usavam por exemplo, a artimanha relatada por este caiçara:

“Naquele tempo nós não conhecia gado, vaca. Então eles trazia pra cá aquele tanto de gado, que ficava solto, andando por aí, entrava nas roça, pisava, assustava as criança, era duro”. (Fernando, caiçara de Camburi).

Um caso ilustrativo do problema fundiário no bairro foi o que aconteceu com as terras do pai de S. Genésio, um dos principais depoentes desta pesquisa, e que se tornou emblemático em Camburi, pois foi uma situação a que boa parte das pessoas pode vir a ser submetida, que foi sofrer uma **ação de despejo**, ele conta:

“Eu nasci e me criei aqui, minha mãe também, minha mãe teve 13 filho com meu pai José Antonio dos Santos, o Zé da Barra, porque morava para cá da barra. Que acontece, meu pai viveu com minha mãe, teve esses 13 filho, aí meu pai achô por bem arrumá outra mulhé, encostô minha mãe. Uma tal de Maria Filisbina, tinha apelido de Maria Paca, se juntô com meu pai, o tempo passa e ele vira crente da igreja Assembléia de Deus, e para fazer parte das cerimônias da igreja tinha que casá, senão era só ouvinte, então ele casô com a tal de Maria Paca, com a minha mãe ele não era casado, era amasiado, tenho té medo dessa palavra, não gosto desse negócio de juntá, para mim tem que casá, por isso casei duas vezes, a primeira não deu certo, depois casei com uma viúva, mãe de 7 filho, que estou com ela té hoje. Mais aí, meu pai casa com a tal, nessa época apareceu um grileiro, eu não esta aqui, minha mãe foi morá do outro lado do rio, eu fiz a casa para

ela, eu morava lá, mas meu desfruto era no sítio do meu pai, inté, quando veio o IBRA cadastrá as terras, eu requeri essas terra e paguei os imposto. Mas eu fui para São Paulo, trabalhei lá de copero, fiquei 6 anos. Nesse tempo meu pai vendeu as terra para o João Bento, vendeu, mais não deu a parte da minha mãe, ele não falô para o João Bento que tinha duas mulhé. Ai a moça vê que o tempo foi passando, ele registra o terreno, quando eu cheguei, fiquei sabendo, meu pai me falou que nós não tinha direito porque ele não era casado com minha mãe. Do mesmo jeito, fui para o sítio, morei sozinho lá uns 5, 6 meses aí, botaram fogo na minha casa, destruíram tudo, eu tava pescando, era 22 de março, destruíram tudo, foi o João Bento, veio falô comigo, dizendo que o sítio era dele. Ele é adevogado dele mesmo, aí luta daqui, luta dali, eu num tinha dinheiro, arrumei esses adevogado de Ubatuba, primeiro foi o Dr. Nélio, depois foi Joaquim Barbosa, mais não tinha dinheiro para dá para eles, abandonaram e o João Bento não, aí o Dr. Joaquim Barbosa me chamou em Ubatuba e disse "S. Genésio, o senhor perdeu a causa". Nós recorreu, depois de 2 anos ele disse de novo "perdeu", depois que minha mãe morreu ele veio mesmo em cima de mim. Fui atrás de adevogado. Mais nestas história, o João Bento falava que eu não era filho do Zé da Barra, já que não constava o nome dele. Teve muita complicação. Quando a polícia veio aqui, o oficial de justiça, eu não tinha para onde ir, aí o povo me ajudô, veio todo mundo, não deixô a polícia me achá e desmanchá minha casa, depois desmancharam, só ficô a do delegado, a casa de farinha e a casa do Fabi. Não tá defimido ainda , tá com 32 anos essa história.

A moça vê, o que é o caiçara. Eu não me conformo, isso não é terra tombada, terra do governo e como pode ser isso, como é que ele é dono e pode dá um despejo para um caiçara nascido e criado na terra. Se a terra era do governo se é reserva, se eu tivesse chegado depois, mais não! Eu tenho 73 anos!

O Brasil é um país abençoado, não tem guerra, terremoto, mais só que a lei no Brasil, é para quem tem o Real. Ele comprou naquele tempo por uma

mixaria, 2 mirréis, para classe baixa nada!" (S. Genésio)

Segundo Mansano (1999, p. 121), :

“O fato de se falar em coerção não implica num querer atribuir ingenuidade aos caiçaras, afirmando terem eles vendido porque foram coagidos. Venderam porque quiseram, mas este ‘querer’ foi acompanhado por graus diferentes de ‘dever-querer’, pois muitas vezes chegaram a ser coagidos e enganados. Ao mesmo tempo, o governo federal lançava uma verdadeira campanha de ‘redenção da região pelo turismo’, colocando nos jornais daquela época artigos falando das vantagens do turismo e o quanto elas estariam diretamente relacionadas à melhoria das condições de vida das populações caiçaras.”

Após a implantação do Núcleo Picinguaba - PESM⁸², este processo especulativo foi freado, porém a maioria das atividades dos moradores foi proibida, e muitas áreas nos sítios ficaram sem uso. O caiçara passou a destinar usos diferenciados a estes espaços em seus sítios.

Houve um novo tipo de expropriação das terras, uma vez que a criação do Parque inviabilizou a constituição de grandes empreendimentos turísticos imobiliários, de fato freou a ação dos especuladores imobiliários. Porém, como a maioria das atividades caiçara tornou-se ilegal, estes se adaptaram cada vez mais ao tempo do turismo, e é para o turista que ele passa a vender suas terras. Contudo, nesta fase, em geral, ele não se vende o sítio inteiro, e sim parte dele ou ainda, apenas a casa.

A organização espacial dos sítios muda e, quando se consegue construir clandestinamente uma casa, esta já não tem o espaço do quintal, tão importante para as mulheres, além disso, uma casa pode ser vendida a um turista. Casas de farinha, quando eram desativadas devido à impossibilidade do cultivo da mandioca, também eram vendidas e transformou-se em casas de segunda residência de pessoas de fora. A casa de um filho que foi morar na cidade, muitas vezes é vendida ou a mãe vende o sítio e vai morar com um

⁸² A discussão acerca da implantação do Núcleo Picinguaba é feita no capítulo 6.4.

filho. Os vizinhos não são mais os membros da família e, de uma forma ou de outra, o caiçara acaba virando caseiro de quem vem de fora.

Todo esse processo de compra e venda, principalmente quando se trata apenas da casa no quintal de um caiçara, é em geral, informal, são negociações “de boca”, sem nada escrito. Poucos são os casos com um mínimo de organização documental, porque poucos também são os que ainda têm os documentos de posse feitos pelo IBRA em 1965. Contudo, a palavra dada, está dada e é respeitada pelo caiçara, que no tempo dos antigos, vivia regido pelo direito costumeiro. Um caso claro disto é relatado por este morador:

“Está com bem uns 20 anos que eu vendi parte do meu sítio para dois suíço, era um casal, nós fez tudo direitinho no papel, ele pagou e foi embora, disse que não ia fazê nada com as terra, só queria que ficasse anssim esse matão do jeito que tava, e tá té hoje. Eu podia ter dito para os moço que veio aqui de novo, do governo, que tudo era meu, eles nunca mais apareceram... mas eu sabia que não era mais, num ia menti.”(S. Carmo)

Outra consequência da expropriação das terras caiçaras é a aglutinação das casas, pois nos espaços onde apenas existia um sítio passa a haver dezenas de casas. É a fragmentação indireta do território com o surgimento de espaços como a “favela”, que era um antigo sítio caiçara, pertencente ao S. Benedito (descendente dos Basílio e dos Conceição), que foi sendo subdividido por seus filhos e netos, para que estes construíssem suas casas. Isto ocorreu uma vez que eles não poderiam abrir uma área nova, devido ao “meio ambiente”, e também subdividido pela venda para pessoas de fora, pois a venda informal da posse para os turistas passou a ser uma das poucas fontes de renda do bairro, o que vem aumentando muito, sobretudo nos últimos quatro anos.

O aumento da venda de posses no Camburi é consequência da expropriação territorial e cultural de seus moradores, visto que ele estando proibido de exercer suas atividades de provimento tradicionais, tem que buscar emprego fora do bairro, na zona urbana. Entretanto, estando mal ou não qualificado, dificilmente consegue emprego, ou quando muito é mal remunerado. Sendo assim, sua única forma de obtenção de dinheiro é por meio do turista que compra um “pedacinho de chão” do caiçara e com muita sorte este

ainda vira caseiro do novo “dono” desse chão.

Além do mais, a expropriação do território caiçara, principalmente pelos “*florestal*” chega a ser contraproducente, pois quando o poder público se omite de resolver os problemas das populações tradicionais moradoras de unidades de conservação, ele “impede” o desmatamento, mas cria outros problemas ambientais. Entre estes problemas está a contaminação dos rios e nascentes pelas populações que antes moravam dispersas, e hoje se encontram amontoadas em uma ribanceira, como ocorre em Camburi, pois não é apenas o turista que suja as águas, mas também o caiçara, nessa nova territorialidade a que foi submetido.

6.1. 1. 2. A Ação Discriminatória

Em meados de 1996, a Fundação Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”) iniciou um levantamento fundiário em Camburi, com o objetivo de recolher dados para posterior ação discriminatória movida pelo Estado.

A ação discriminatória insere-se em um contexto no qual, diante de pedidos de indenizações milionárias, em áreas de unidades de conservação do Estado de São Paulo, por parte de grandes “proprietários” e devido a grande confusão de títulos que se sobrepunham, quando na verdade tratava-se de terras devolutas. O governo do Estado, na figura da Procuradoria Geral do Estado, decidiu proceder então, à discriminação destas terras, ou seja, chamar todos os ocupantes e supostos proprietários para provarem suas afirmações, ou originalidade de seus documentos, caso contrário, o governo arrecada como suas as terras, as chamadas terras devolutas.

Para tanto, foram firmados convênios e parcerias, como o estabelecido entre a prefeitura de Ubatuba e o ITESP, que visava, por meio de uma conjugação de esforços e recursos materiais e humanos, a discriminação de terras devolutas situadas em Ubatuba, o que facilitaria o trabalho de regularização fundiária do município, que arrecadaria assim, mais impostos.

O diploma legal que rege o procedimento das ações discriminatórias é a Lei 6.383 de 07 de dezembro de 1976, que diz que cabe ao Estado seu pedido e que nesta ação deve

proceder-se a duas fases. A primeira, visando dotar o Estado de documentos que comprovem que as terras em questão são devolutas. E a Segunda, de composição amigável com os “possuidores” das terras devolutas, caso eles existam.

Em Camburi, a maioria dos moradores colaborou com os técnicos, que chamavam “*moços do governo*”, visto que tinham medo de estarem infringindo as leis e depois serem penalizados com a perda de suas terras. Contudo, nunca deixaram de mostrar sua indignação por terem que provar que estavam ali há quase 200 anos. Alguns se recusaram a dar quaisquer informações, revelando grande desconfiança e desânimo nas ações governamentais, fruto do processo histórico do bairro em seus conflitos com o poder público.

Após os levantamentos, que consistiam em medir e mapear as glebas⁸³, recolher documentos pessoais e acerca das terras, os técnicos do ITESP, concluíram que as terras do bairro eram realmente devolutas. Ninguém, morador tradicional ou pessoa de fora que comprou posse dos primeiros, possuía uma sucessão de documentos que remontassem às sesmarias, legitimando assim, a propriedade.

O título de sesmaria é uma das chaves para estudar a propriedade no Brasil, segundo Lígia Osório Silva, que em 1996 publicou livro sobre o tema, a sesmaria é a transposição de um instituto jurídico existente em Portugal. A sesmaria é o título inicial a que se deve originar grande parte das propriedades no Brasil.

No caso de Camburi, como uma antiga fazenda escravocrata de cana-de-açúcar, provavelmente esta foi concedida em nome do Rei de Portugal pelo Donatário da Capitania Vicentina como sesmaria a Manoel de Oliveira Santos ou a quem o tenha antecedido como proprietário da Fazenda Cambory, pois estas só eram concedidas a homens de posses que podiam ter escravos para produzirem dentro do sistema colonial. Porém, como já mencionado anteriormente, a fazenda foi abandonada e ocupada posteriormente, pelos escravos fugidos fundadores do bairro rural de Camburi. Sendo assim, é praticamente impossível existir atualmente um título autêntico de propriedade neste local.

Quanto à regularização fundiária promovida pelo IBRA, ela também não remete a direito de propriedade, pois se tratou de regularização de “posse”, e não de propriedade.

⁸³ Gleba foi a denominação dada pelos técnicos do ITESP aos sítios caiçaras.

Sendo assim, o Itesp forneceu à Procuradoria Geral do Estado os documentos e informações necessárias para o andamento da ação discriminatória, em um memorial descritivo, no qual contém:

- Perímetro com as características e confinancias (doc. n.º 01).
- Rol das ocupações conhecidas e indicação do registro da transcrição ou matrícula das propriedades (doc. n.º 02).
- Esboço circunstanciais da gleba a ser discriminada em seu levantamento através de carta planialtimétrica do IGC (Instituto de Geografia e Cartografia), escala 1: 10 000, “Over Lay” (doc. n.º 03).
- Cadeia sucessória dos imóveis (doc. n.º 04).

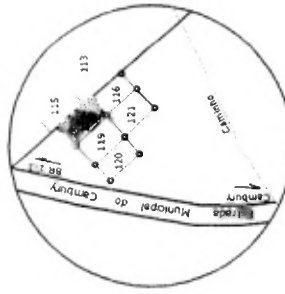
Tanto no documento n.º 02 – “Rol das ocupações” (que foi incluso na citação entregue aos moradores), quanto no n.º 03 - “Over Lay”⁸⁴, pode-se ver que existe um certo equilíbrio, em número, entre ocupação declarada de caiçaras e de pessoas de fora. Contudo, nas glebas de caiçaras existem várias casas também ocupadas por caiçaras, geralmente membros da mesma família e, em cada ocupação de pessoa de fora, existe um caseiro com sua família caiçara.

Outro fato importante a ser observado no “Over Lay” do bairro, documento n.º 03, é que as maiores áreas, assim como as mais valorizadas, as que são a beira mar, pertencem a pessoas de fora, sendo que os maiores “proprietários” são o Sr. João Bento de Carvalho e o Sr. Francisco Munhoz ou suas respectivas empresas. E são com estas pessoas que os litígios de terras ocorrem e ocorreram na história do bairro.

Depois que todas essas informações foram levantadas e materiais produzidos, não houve retorno algum dos técnicos do Itesp ou de funcionários da prefeitura de Ubatuba, no sentido de informar aos moradores, acerca dos procedimentos que se seguiriam. Por esta razão, a etapa seguinte, a citação dos ocupantes, causou tantos transtornos e surpresas.

Esta etapa de citação dos ocupantes, moradores e pessoas de fora que declaram possuir aquelas terras, serviria para que estes fossem acompanhados de seus respectivos advogados, e apresentassem defesa, quando a audiência fosse marcada.

⁸⁴ Não foi fornecido acesso aos documentos n.º 01 e n.º 04 para esta pesquisa



DETALHE "B"
em escala

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OCEANO ATLÂNTICO

OCEANO ATLÂNTICO

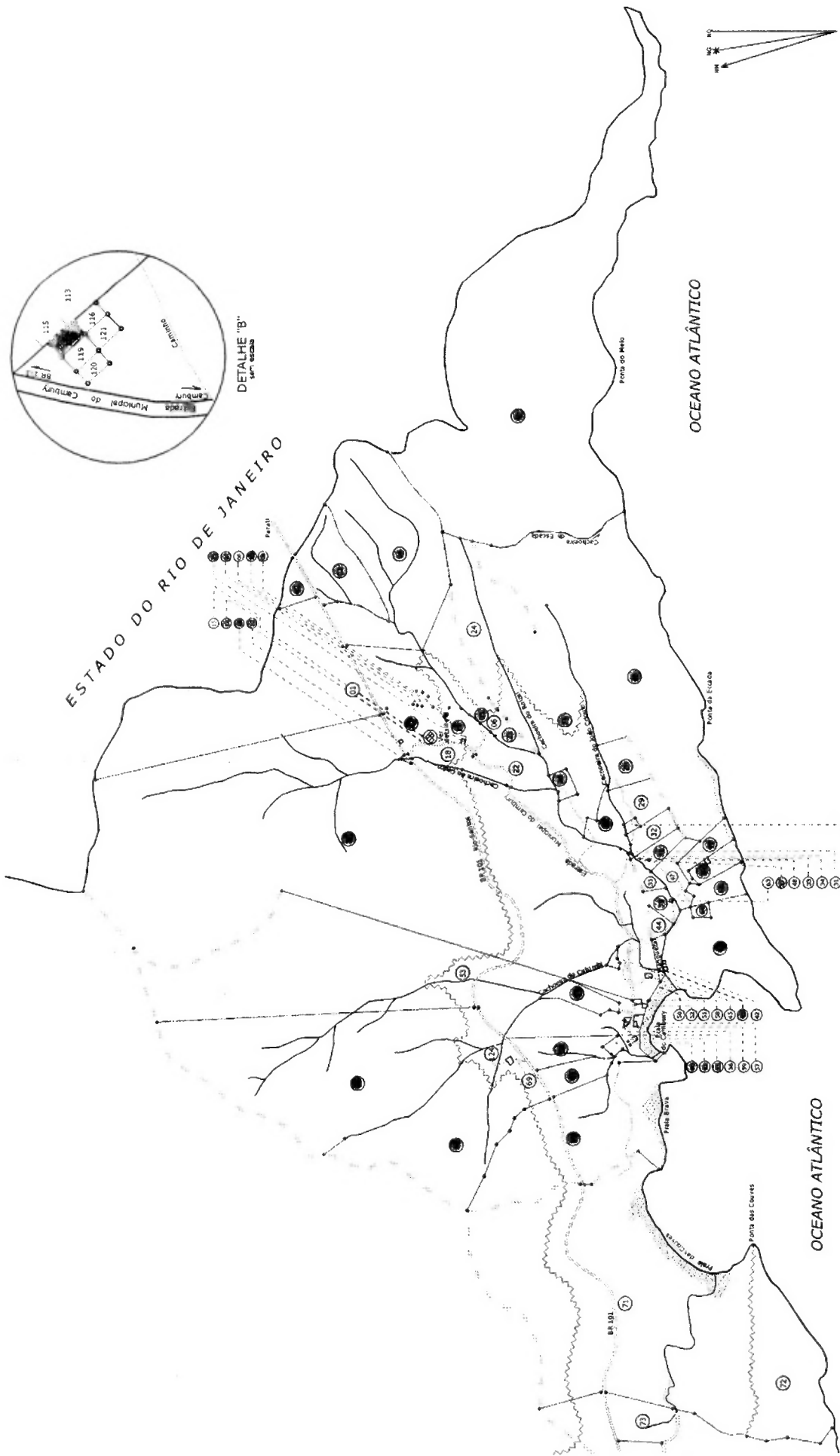
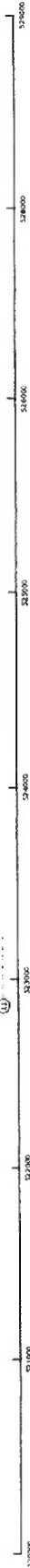
LEGENDA

- CORREGO - CACHOEIRA - RIOS
- DIVISOR DE ÁGUAS
- CAMINHO
- ESTRADA
- PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR
- PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA
- PRAIA
- CATÇARA
- PESSOA DE FORA CASA COM CATÇARA
- PESSOA DE FORA
- EM LITÍGIO

- NÃO APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO
- EMPRESA
- USO PÚBLICO
- NÃO LOCALIZADO

- VENDEU A GLEBA APÓS INÍCIO DA AÇÃO DISC.

FONTE:
OVERLAY - 1º Perímetro de Ubatuba - A (AÇÃO DISCRIMINATÓRIA)
DEPARTAMENTO DE REGULIZAÇÃO FUNDIÁRIA
INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "José Gomes de Silva"
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
Org. SILVA, S.R. e OLIVEIRA, W.F.



ROL DE OCUPANTES:

Gleba N0. 1 Manuel dos Santos
Gleba N0. 2 Idolino Valentim da Cruz
Gleba N0. 3 Fernando Soares
Gleba N0. 4 Antonio Marinho da Silva Filho
Gleba N0. 5 Sérgio Dutra
Gleba N0. 6 Dorival Dino
Gleba N0. 7 Carlos Alfredo Rodrigues
Gleba N0. 8 Manuel Martinez Touceda.
Gleba N0. 9 Antonio Marinho da Silva Filho
Gleba N0. 10 Antonio da Conceição
Gleba N0. 11 Wilson Roberto de Almeida
Gleba N0. 12 Isaias Soares
Gleba N0. 13 Henry Iken
Gleba N0. 14 José Agostinho
Gleba N0. 15 Kati Mari Karuman
Gleba N0. 16 Maria Cristina Zaba
Gleba N0. 17 Ocupante não localizado
Gleba N0. 18 Marcos Menghini
Gleba N0. 19 Isaias Soares
Gleba N0. 20 Ocupante não localizado
Gleba N0. 21 Simoni Brazolin Krus
Gleba N0. 22 Connell S. K. Chow
Gleba N0. 23 Isaias Soares
Gleba N0. 24 Jonpeter Germano Glaeser
Gleba N0. 25 Ocupante não localizado
Gleba N0. 26 Carmo Firmino Soares
Gleba N0. 27 Agro Comercial Ypê Ltda.
Gleba N0. 28 Maria da Conceição de Abreu
Gleba N0. 29 Euclides Lúcio
Gleba N0. 30 Ocupante não localizado
Gleba N0. 31 Otacilio Zinato
Gleba N0. 32 Altino Maciel Leite
Gleba N0. 33 Josias Alves
Gleba N0. 34 Darcy Freitas Neves
Gleba N0. 35 Mauricio Gonçalves Nogueira Laredo
Gleba N0. 36 André Luiz da Conceição
Gleba N0. 37 Adriano Elias Filho
Gleba N0. 38 Ângela Maria Azevedo
Gleba N0. 39 Celina Correa dos Santos
Gleba N0. 40 Trindade Desenvolvimento Territorial S/A
Gleba N0. 41 Genésio dos Santos
Gleba N0. 42 Juraci de Oliveira Santiago
Gleba N0. 43 Fabio Tomaidis de Andrade Luz
Gleba N0. 44 Jairo Xavier
Gleba N0. 45 Tomas de Carle Gottheiner
Gleba N0. 46 Ocupante não localizado
Gleba N0. 47
Gleba N0. 48 Marcio da Costa Gomes
Gleba N0. 49 Maria Verginia dos Santos
Gleba N0. 50
Gleba N0. 51 Igreja Evangélica Assembléia de Deus
Gleba N0. 52 Mitra Diocesana de Santos
Gleba N0. 53 Joao Bento de Carvalho
Gleba N0. 54 Minoru Masaoka
Gleba N0. 55 Isaias Soares
Gleba N0. 56 Marina Lopes Sabará
Gleba N0. 57 Governo do Estado de São Paulo
Gleba N0. 58 Prefeitura Municipal de Ubatuba
Gleba N0. 59 Prefeitura Municipal de Ubatuba
Gleba N0. 60 Georgina de Socorro Oliveira
Gleba N0. 61 Ocupante não localizado
Gleba N0. 62 Elias do Rosário
Gleba N0. 63 Sílvia Aparecida de Carvalho
Gleba N0. 64 Alice Lúcio dos Santos
Gleba N0. 65 Celina Correa dos Santos
Gleba N0. 66 Ocupante não localizado
Gleba N0. 67 Ocupante nao localizado
Gleba N0. 68 Ocupante nao localizado
Gleba N0. 69 Tania Regina Menezes saraiva Michel
Gleba N0. 70 Agro Comercial Ypê Ltda.
Gleba N0. 71 Espólio de Francisco Munhoz Filho
Gleba N0. 72 Espólio de Francisco Munhoz Filho

Um oficial de justiça visitou o bairro distribuindo as citações aos “ocupantes”, sem dar maiores informações. Este fato provocou uma movimentação muito grande no bairro. Os moradores transtornados, sem saber o que fazer com aqueles papéis, que poucos sabiam ler ou tinham discernimento jurídico para avaliar o que estava ocorrendo⁸⁵.

Esclarecido o que deveria ser feito, a grande questão dos caiçaras de Camburi era: “*Que advogado?*” Se mal tinham dinheiro para o sustento. Uma alternativa encontrada foi a contratação dos advogados da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Ubatuba, que prestam serviços para população de baixa renda (até 2 salários mínimos), remunerados pelo Estado.

Porém, nem todos procederam assim, a desconfiança da população, mesmo daqueles que procuraram a OAB, ainda hoje está presente. Eles não entendiam como um advogado contratado pelo Estado, os defenderia do próprio Estado:

“O governo num é bobo, já faz essas coisa anssim pra nós não tê como se defendê, onde se viu isso? Voismice acha que o Estado vai pagá pra um adevogado ganha dele? Num vai! Mas, nós num tem dinheiro pra contratá um adevogado de verdade, bom, que esses aí trabalha tudo pros grande.”
(Inglês, caiçara de camburi)

“Eles tão querendo tirá a gente daqui de um jeito ou de outro, uma vez proíbe de plantá, de construí, agora tão achando os meio de tirá a gente daqui, aí vêm os alemão⁸⁶, porque quem é que vai pagá adevogado descente para prová que tamo aqui há 200 anos? Por isso é que eu acho que no fundo eu sou PT⁸⁷.mesmo, radical, por mim a gente fazia uma greve, fechava a BR, num deixava ninguém passá até resolve o problema, chamava a televisão, essas coisa.” (Moisés, caiçara de Camburi)

⁸⁵ Dias após a vinda do oficial de justiça ao bairro, fui para lá fazer campo, li para alguns caiçaras o conteúdo da citação, que consistia em linguagem hermética, que a um leigo em direito, deixava muitas dúvidas. Contudo, procurei os advogados da ANSUR (Associação Nacional do Solo Urbano) em Ubatuba, estes me esclareceram todo o processo e pude voltar ao bairro com as informações que os moradores necessitavam.

⁸⁶ Moisés refere-se à idéia que os caiçaras de Camburi incorporaram, sobre a venda do bairro aos alemães, devido às notícias do convênio Brasil/Alemanha, feito pela Secretaria de Meio ambiente do Estado de São Paulo e que financiou várias atividades do Núcleo Picinguaba nos últimos 4 anos.

⁸⁷ Alusão ao partido político PT, Partido dos Trabalhadores.

O medo, a indignação dos caiçaras do bairro, no entanto, serviu para agregá-los. Tanto que, os que procuraram a OAB foram juntos até lá, e dias depois eles fizeram uma pequena manifestação em frente ao fórum de Ubatuba. Houve, a partir deste episódio, uma grande movimentação da Associação de Moradores, numa tentativa de reorganização, que rendeu frutos, como o mutirão para arrumar a estrada que dá acesso ao bairro; a reivindicação pela coleta semanal de lixo, que foi atendida; o transporte escolar para as crianças que estudam fora (as que estão além da 5ª série do 1º grau); o pedido de energia elétrica, ainda não atendido e a tentativa de instalação do *camping* da Associação.

A ação discriminatória encontra-se ainda hoje em andamento, pois é um processo demorado que deve arrastar-se pelos próximos 20 anos. Os caiçaras de Camburi, já acostumados aos sobressaltos freqüentes, aguardam uma decisão sobre o assunto e temem que a qualquer momento “os alemães cheguem e os tirem de lá.”

6.2. O projeto turis

Atrelado ao ideal desenvolvimentista do Poder Público (governo Federal e Estadual) nas décadas de 60 e 70, surge o projeto Turis.

Ligado diretamente à construção da BR 101, já que a Rodovia estava sendo construída a beira mar, o projeto Turis foi elaborado em 1973, pela EMBRATUR e Ministério do Comércio e Indústria, visando o desenvolvimento turístico do litoral norte paulista e sul fluminense.

Neste projeto ficava clara, a redenção das áreas citadas ao turismo. Segundo o projeto tratavam-se de regiões atrasadas:

“...de uma potencialidade agrícola relativa, isto é, onde a economia agrícola se caracteriza por ser basicamente de subsistência... a atividade rural é até hoje, o elemento essencial da economia regional, mas que todas as áreas que margeiam o litoral da Rio-Santos, afastadas ou não do mar, dotadas ou não de praias, são áreas potencialmente turísticas... Cada palmo

de estrada conseguiria medir um novo índice de desenvolvimento potencial...” (projeto turis, p. 3-4, *apud* Mansano, 1999)

Durante algum tempo o trecho da BR 101 entre Ubatuba e Paraty, ficou conhecido como Rodovia da Redenção. Contudo, o que aconteceu, foi a vinda de um turismo desordenado e de muitos especuladores imobiliários, pois o projeto apenas “divulgou” a região, nunca forneceu qualquer infra-estrutura ou ação efetiva e prática que viabilizasse a absorção do contingente turístico que a região passou a receber.

6.3. A construção da BR 101

A construção desta rodovia aparece no bojo das ações desenvolvimentistas, das obras faraônicas que se alastraram por todo o país durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e, posteriormente (após o golpe militar de 1964), retomadas por Castelo Branco (1964 - 1967) e seus sucessores.

Grandes mudanças aconteciam em todo o país, como a consolidação do predomínio da população urbana sobre a rural; grandes obras para produção de energia elétrica; a crescente industrialização; projetos de “colonização”; implantação de um amplo plano rodoviário.

A BR 101, a Rio-Santos como ficou mais conhecida, foi autorizada no ano de 1967 e concluída em 1975. Concebida para atender às necessidades de escoamento da produção e das relações estabelecidas entre dois grandes pólos econômicos do país, São Paulo e Rio de Janeiro (passando por alguns portos) e facilitadora do turismo na região.

O trecho que passa pelo bairro de Camburi só foi concluído por volta de 1975. Durante os anos em que as obras estenderam-se, houve um fluxo migratório para a região (litoral norte paulista e sul fluminense). As pessoas eram atraídas pelos empregos gerados na construção e pela possibilidade de fixarem-se em terra ainda “desocupada”.

Em Camburi, a maior parte destas pessoas foi embora, entretanto algumas permanecem ainda hoje no bairro, como o S. Paraíba:

“Eu vim, modo de que, um amigo disse que aqui tinha emprego. Aí, fui ficando e tô aqui até hoje, vendendo os bolos que minha senhora faz.”

Porém, não só trabalhadores “sem terra”⁸⁸ foram atraídos pela Rio-Santos. Antes de qualquer ação efetiva, no sentido de andamento das obras, quando ela estava sendo planejada. A perspectiva de exploração da bela e “isolada” região do litoral norte paulista (e sul fluminense) aguçou os interesses de especuladores imobiliários, que queriam garantir as terras que logo seriam muito valorizadas para fins turísticos. Para tal, era necessário “adquiri-las” das populações que as habitavam, em geral, há séculos. No Camburi, efetivamente, boa parte das terras foi vendida a estes grandes especuladores ou a turistas que queriam montar suas casas de veraneio⁸⁹.

Essa obra feita sem estudo e planejamento adequados, “cortou” o bairro de Camburi, assim como quase todos os outros do município de Ubatuba, dividindo-os em duas partes, interferindo em sua territorialidade⁹⁰ e sociabilidade.

Nestes bairros, já existia a divisão entre praia e sertão. Porém, essa divisão territorial era bastante subjetiva e de caminhos tortuosos. Com o advento da rodovia, esta passou a ser a linha (reta) limite entre a praia e o sertão, dividindo populações, interferindo em suas vidas, no uso de seus próprios territórios.

No Camburi, a rodovia também é uma linha demarcatória, além da qual passou-se a ir cada vez menos, pois havia (e há) poucas famílias morando, no que presentemente é conhecido como “*lado de cima da estrada*”. Devido ao reduzido povoamento estrada acima (em relação à praia) quase não se fala em “sertão” no Camburi. Contudo, isso não quer dizer que a rodovia em nada interferiu na vida dos moradores. O bairro foi fragmentado direta e indiretamente, houve alterações na relação que os moradores desenvolviam em seu território.

E se no bairro quase não se fala da divisão Praia-Sertão, fala-se muito da divisão entre **praia e favela**, que é um outro tipo de fragmentação do território, que aconteceu

⁸⁸ Aqui não há nenhuma alusão ao movimento organizado MST, tratam-se apenas de pessoas desprovidas de terra e que buscavam alternativas de sobrevivência

⁸⁹ As questões referentes a venda das terras encontram-se no capítulo 6.1.1.

⁹⁰ A discussão acerca da territorialidade e do território de Camburi estão no capítulo 5.3.

devido à influência que passou a ser exercida “*pelos de fora*” e conseguiu incorporar um termo urbano, na fala cotidiana dos moradores do bairro rural de Camburi.

A construção da Rodovia Rio Santos facilitou e induziu que as relações passassem a estabelecerem-se por meio dela. Abandonaram-se as trilhas tortuosas que passavam pelos sítios amigos, ou o encontro na praia para o comércio e transporte por canoa até outras praias ou a Ubatuba, como lembra este caiçara:

“Naquele tempo, daqui a Ubatuba era um dia de viagem. Saía daqui 5h da manhã para chegá 5h da tarde em Ubatuba, a pé, pegá um canto de praia, subi morro , descê, pegá outro canto de praia até saí em Ubatuba, eu vô té citá as praia: Camburi, praia Brava do Camburi, Praia da Fazenda toda, pegava o Ubatumirim, batia aquela praia toda, saía no canto do Puruba , subia morro, saía na praia do Meio, depois Praia do Léo, saía no Promirim, saía no Felix, subia o morro , saía no canto da praia da Itamambuca, saía na Praia do Alto, passava, saía no Canto da Barra Seca, saía no Perequeaçú , para então saí na Barra dos pescadores para então fazê o seu trabalho, ficava em Ubatuba e no outro dia voltva, que chovia, que ventasse , tinha que voltá. Se não fizesse anssim, tinha que viajá de canoa, que levava 12h, 6h para ir e 6h para voltá, 4 home remando, mais quando o tempo estava ruim, não dava. As pessoa tinha anssim uma alegria , um compromisso suave que não tem hoje. Então, a moça vê que agora tem estrada, numa parte o progresso ajudô e em parte destruiu...” (S. Genésio)

A praia foi deixando de ser um lugar de sociabilidade como bem coloca Setti (1985).

“Na verdade a praia foi , outrora, como sugere Ary França (1951:44), o centro de ‘articulação com o mundo exterior’; o ponto de concentração das informações; atividade pesqueira, como a saída e chegada das canoas; a manutenção dos apetrechos; a conservação das redes, que exigiam longas e pacientes horas; tudo se fazia na praia, dentro e fora dos ranchos de pesca”.

A BR tornou-se um referencial tão marcante, que é sempre lembrada em qualquer conversa. O ponto de ônibus, o próprio ônibus ou o terminal da empresa Costamar⁹¹, passam a ser pontos de encontro ocasional, o que fica claro na fala deste morador:

“... a gente chega na BR e pronto, vai pra cidade, vai pra Paraty, trindade e volta... sempre a gente encontra alguém no ponto da BR ou na Costamar, troca uma prosa, sabe como é, né?” (Moisés, caiçara de Camburi)

É também por esta rodovia que chega o turista⁹². O acesso facilitado possibilitou a vinda de um crescente contingente de turistas que querem descobrir o “selvagem litoral paulista”. Deste contato crescente advém uma nova fragmentação do território.

Além dos impactos sócio-culturais causados pela Rodovia, há também impactos ambientais. As obras feitas apressadamente, sem estudos e planejamento adequados, destruíram vegetação, implodiram rochas, mataram animais, cortaram morros, alteraram drenagens. Tudo isso causou muitos e diferentes estragos nas margens ao longo da rodovia, dentre os quais, um dos mais visíveis é o represamento de drenagens, que pode ser visto em quase todo o trecho que corta o município de Ubatuba.

No caso de Camburi, que se localiza numa encosta íngreme, o corte para instalação da estrada, causou vários problemas de instabilidade dos terrenos e alterou drenagens, causando problemas de assoreamento em alguns rios, inclusive no principal do bairro, o rio Camburi, que dá seu nome ao bairro, mais conhecido pelos caiçaras como Rio da Barra. Mesmo em escalas distintas, é nítida a diferença que pode ser observada comparando-se fotos aéreas n.º 01 e n.º 02 (1962 - 1: 25 000 e 1978 - 1: 8 000), que são respectivamente antes e depois da construção da rodovia BR 101. Na foto n.º 02 é possível observar o corte da rodovia e a interrupção das drenagens, os deslizamentos de terra nas margens desta, que provavelmente com a diminuição do fluxo de água dos rios, desencadeou os processos de assoreamento nestes, principalmente no estuário do Rio da Barra. Segundo os moradores mais antigos este rio era, antes da BR, navegável (por pequenas embarcações), hoje seu

⁹¹ Costamar é a empresa que realiza o transporte rodoviário no município de Ubatuba

⁹² As questões referentes ao turismo estão no capítulo 5.5.5.

fundo raso e cheio de areia não permite navegação nem por canoas, como conta um dos moradores mais antigos do bairro:

*“o Rio da barra, era um rio rico, era peixe que ia do rio para o mar e do mar para o rio, quando a onda do mar esta muito forte, que não dava para pescadô sai para pescá de canoa, os caiçaras fazia pesca no Rio da Barra, e não era peixinho pequeno, era peixe grande, todo tipo de peixe, o Rio da Barra era rico para toda espécie de peixe. Agora a moça vê, hoje não tem mais nesse rio, por que? **Porque veio a Rio Santos**, foi cortando a Serra e todo esse areião desceu para os rio e foi fazendo um aterro onde era a criação dos peixes. Hoje nem canoa entra, entrava barco a motor para tirá ostra do rio, hoje a moça passa de sapato e meia no pé, que é aqui na boca da barra e naquele tempo nós para passá, tirava a roupa, arrumava na cinta, punha na cabeça e atravessava de anado e vestia a roupa do outro lado. É o progresso! Hoje nós sai daqui 7h30 sobe ate a estrada, vai pra Ubatuba e 12h00 já está de volta, mais é anssim, melhorou numa parte e piorou noutra.”*

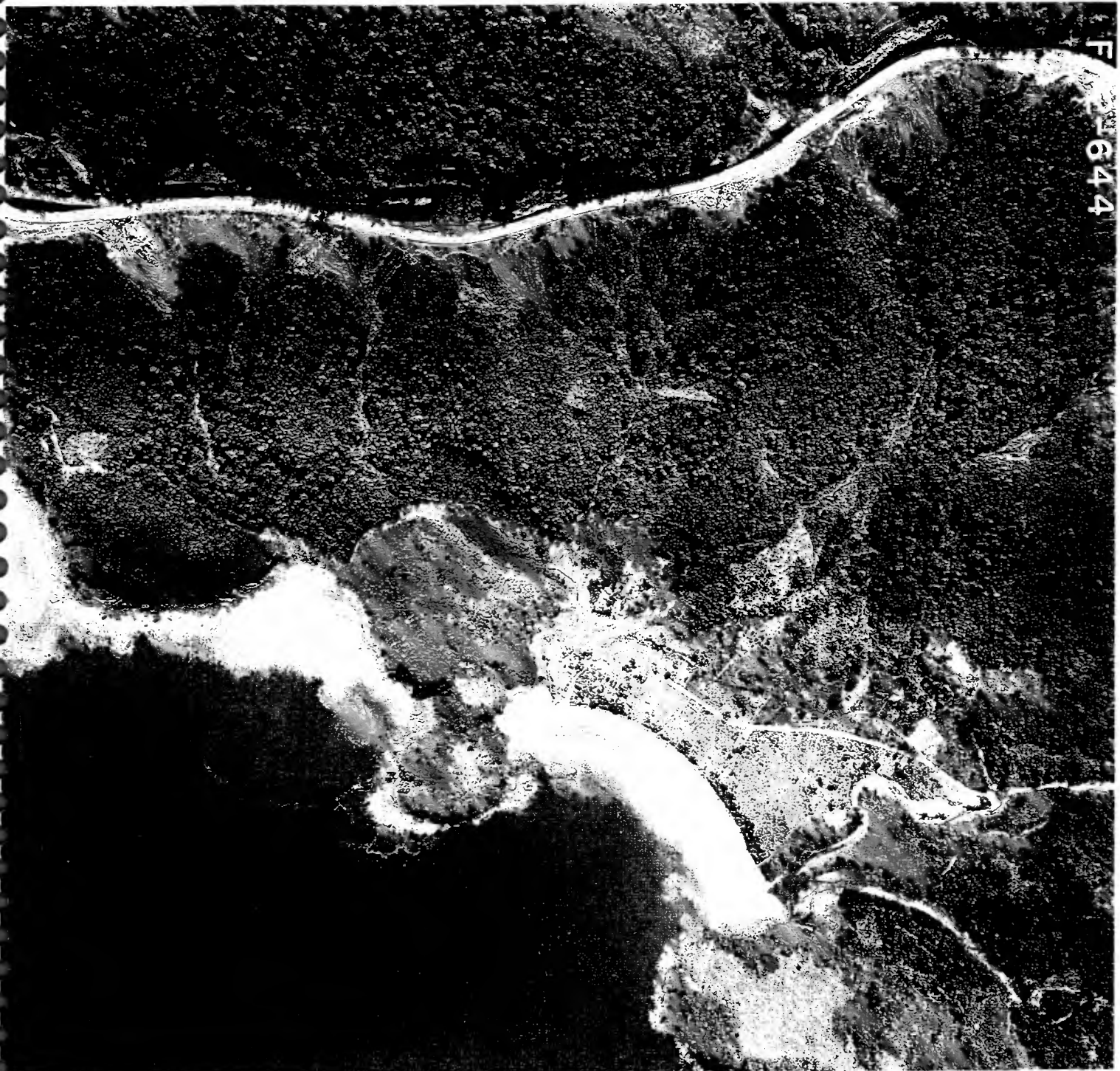
Os problemas para o bairro, em relação às drenagens interrompidas, não são maiores, porque há água em abundância em Camburi e ainda não existem estudos que comprovem que a diminuição do fluxo d'água no rio principal, que desemboca no mar, tenha contribuído para a escassez de peixes na baía de Camburi.

FOTO AÉREA N.º 01



Aérofoto Natividade - 1962 - Região 07
Foto aérea 8003 - Escala 1: 25 000
Instituto Agrônômico - Sec. da Agricultura do Estado de São Paulo

FOTO AÉREA N.º 02



F-72-644

Terra foto - 1978
Foto aérea F - 72- 644 Escala 1: 8 000
Instituto Agrônômico - Sec. da Agricultura do Estado de São Paulo

6.4. A criação do PESH - Núcleo Picinguaba

Depois de um período de 1960 a 1975, cujas ações do Poder Público tiveram cunho eminentemente “desenvolvimentista”, seguiu-se uma tendência “conservacionista”.

Com o objetivo específico de preservar os remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados, no Estado de São Paulo e com objetivos suplementares de fornecer à população do Estado uma grande área de lazer, educação ambiental e pesquisa científica, foi criado pelo Decreto 10.251, em 1977, o Parque Estadual da Serra do Mar, cujos limites foram alterados pelo Decreto 13.313, em 1979, devido à incorporação da área de 8.000 hectares, denominado Núcleo Picinguaba.

A criação desta grande unidade de conservação (agora com 310.000 ha), não contou com estudos adequados dos aspectos físicos, biológicos, e muito menos sociais e culturais, para determinação de seus limites e funções. Houve a simples transposição do modelo de parques norte-americanos para nosso país. Em momento algum foi levada em consideração a especificidade do Brasil e das regiões que o Parque abrangeria.

Principalmente no que diz respeito à incorporação do Núcleo Picinguaba ao Parque Estadual da Serra do Mar, o assunto é controverso, pois um dos argumentos utilizados para sua criação foi o da existência de “populações tradicionais”, de uma “cultura caiçara” que deveria ser incentivada e preservada. Essa medida aconteceu devido à pressão realizada por um grupo de técnicos da SUDELPA (Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista), que durante a década de 70 atuou na região (litoral norte paulista), ficando conhecido como o “grupo da terra”. Como trabalhavam com a questão fundiária, a intenção destes técnicos era conter a especulação imobiliária, já acentuada naquela época, devido ao acesso facilitado pela construção da Rodovia BR 101, e garantir a permanência das populações em suas terras.

Entretanto, as coisas não aconteceram como o “grupo da terra” esperava. A especulação imobiliária diminuiu, mas estando estas populações numa Unidade de Conservação do tipo Parque Estadual, uma categoria de uso indireto e restritivo, suas vidas foram amplamente alteradas.

O regulamento dos parques estaduais paulistas, aprovado pelo Decreto 25.341 de

04/01/86 (em anexo), é bastante restritivo. Nele, por meio de seus artigos 03, 04, 08, 09, 10,11, 13,14, 16, 27 e 38, fica clara a proibição à coleta de qualquer produto ou espécime vegetal na mata (frutos, sementes, raízes, plantas, madeiras), à caça, bem como ao plantio de qualquer espécie vegetal, principalmente exótica ao ecossistema, à prática de queimadas, à realização de quaisquer obras de construção civil, bem como a existência de moradias ou criação de animais. Ou seja, tudo que é necessário à reprodução do modo de vida caiçara.

Diante dos itens deste regulamento, os moradores do PESM, mesmo sua permanência na área sendo anterior ao Parque, passaram a viver na ilegalidade.

Tendo um modo de vida diferenciado daqueles que estabeleceram o regulamento dos parques estaduais paulistas, a população de Camburi, assim como muitas outras, foram surpreendidas com proibições de práticas comuns no seu dia-a-dia.

As atividades agrícolas, as mais importantes para o bairro, foram as mais afetadas. O tipo de agricultura realizado em Camburi há quase 200 anos, infringia vários artigos do referido regulamento.

Outras atividades, como a extração de produtos da floresta, como cipós, frutas, madeiras, plantas em geral e a caça de animais silvestres, também foram terminantemente proibidas. Contudo, estes são facilmente burlados, enquanto que as roças são formas visíveis de territorialização, são demonstrações concretas, no espaço, de sua cultura, bem como sua casa, que também é ilegal.

No Núcleo Picinguaba as construções⁹³ que já existiam deveriam permanecer inalteradas, pois faziam (e fazem) parte do patrimônio cultural do Parque. Reformas, como por exemplo, a construção de um banheiro (que ainda hoje, boa parte das casas não possui), deve ter autorização da administração do Núcleo Picinguaba.

Outro costume que praticamente extingui-se devido às proibições do regulamento de parques, é o da abertura de um novo sítio próximo à casa dos pais, após o casamento. Afinal, um sítio implica na construção de uma nova casa e área de roça, esta é uma das situações que mais indignam os moradores do bairro, pois promove a desagregação familiar, para eles tão importante:

⁹³ No caso, as construções tradicionais, como a casa de pau a pique ou a casa de farinha

“Que tenha a lei do parque, num derrubá as mata, tudo bem, mas não fazê uma moradia? Isso não está certo. Quando casa vai morá onde? Debaixo de uma árvre?” (S. Genésio, caiçara de Camburi)

Os caiçaras de Camburi, em momento algum foram consultados ou avisados destas mudanças e também não foram indenizados para que saíssem. Posteriormente, quando o Núcleo já estava implantado efetivamente, inclusive com seus funcionários já atuando, muitos discursos foram realizados, reuniões com os moradores, contudo, não havia “comunicação”, havia e há ainda um sério problema em relação à linguagem utilizada pelas duas partes, e principalmente há uma grande diferença entre os modos como elas enxergam a situação, a falta de entendimento fica clara nesse relato de um morador:

“Th! Naquele tempo, eu lembro, lembro bem, os florestal vinha aqui, vinha os chefão também! Falava, falava... que queria ajudá, ajudá a preservá a cultura caiçara, aí sabe o que aconteceu né? Eles vieram e deram foi um tiro na cultura caiçara! De uma hora para outra eles queria que tudo fosse diferente, mas eu não, eu fui até o fim, eu enxergava naquele tempo, tava forte, não ia deixá de ir pra lida. Teve uma vez que os florestal vieram me percurá aqui em casa, iam me prendê! Eu botei pra corrê. Só parei de trabalhá quando a luz apagou de vez⁹⁴. Outra vez veio um agromo, veio aqui, ele era deles lá, foi um tempo em que eles dizia que podia plantá, mais não podia mudá de área, e ele disse que eu plantava errado, que não prestava queimá o mato. Prá garanti eu plantei um tanto do jeito dele e outro tanto do nosso jeito... do jeito do tal, deu uns milho que fazia dó, do jeito nosso, foi aquela fartura, eu sabia, quando nós planta direitinho a planta vinga, isso aqui tudo em volta era roça.” (S. Carmo)

A relação entre os caiçaras de Camburi e as sucessivas administrações segue-se tensa até hoje. Muitos projetos foram elaborados, como a capacitação de moradores tradicionais para serem monitores de ecoturismo ou a contratação destes moradores como

⁹⁴ S. Carmo era cego. Faleceu em 2002.

funcionários do Parque ou ainda, grandes reuniões, workshops, encontros, oficinas, para discussão dos conflitos entre a população moradora e o Parque. Todas essas foram medidas paliativas, frutos das boas intenções de funcionários que estiveram à frente destes conflitos.

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, assim como seus órgãos e institutos subordinados, não têm uma postura definida acerca de como avançar para a resolução destes conflitos como é possível constatar nesse fragmento de entrevista realizada com o biólogo Luiz Roberto Numa de Oliveira, diretor do Núcleo Picinguaba em janeiro de 2000 (quando foi realizada a entrevista), hoje diretor do DRPE⁹⁵:

Simone: “Eu queria que você me falasse sobre a posição da direção do Parque, a posição do Instituto Florestal em relação às populações que vivem aqui dentro.”

Luiz Roberto: “A posição do Parque. É difícil falar da posição do Parque porque institucionalmente isto nunca foi oficializado. Quando o Parque foi criado em 1977, a estrada aqui, a BR 101, tinha acabado de ser aberta e aqui estava um processo de especulação da terra muito grande. As pessoas vinham e compravam terra dos moradores por qualquer quantia. Isso foi uma tentativa de se evitar a remoção dessas pessoas daqui, evitando que elas vendessem suas terras por qualquer preço. O segundo passo desse processo seria regulamentar a ocupação desses agrupamentos humanos. Sempre se imaginou que iam regularizar essa situação, inclusive isso foi colocado como um dos objetivos do Parque, da proteção e valorização da cultura e tudo mais ... foi feito um seminário com a população, onde foram colocadas as questões dos conflitos que estavam acontecendo já na época e quais seriam as propostas. O problema naquela época e até hoje. Depois desse seminário houve um workshop no Instituto Florestal em 94, onde foi discutido essa questão das populações em Unidades de Conservação e não se chegou a uma conclusão viável e recentemente fizemos o plano de gestão

⁹⁵ Divisão de Reservas e Parques Estaduais

nosso e todas essas iniciativas, todas essas ações por parte da Secretaria do Meio Ambiente, por parte dos técnicos que sempre trabalharam aqui sempre foram nesse sentido de tentar compatibilizar a Unidade de Conservação com comunidades morando dentro. Agora tudo isso sempre esbarrou em problemas que hoje estão se revelando intransponíveis, porque o centro da questão é a posse da terra, da propriedade da terra, que sempre é uma coisa muito discutida, existem vários documentos de propriedade que se sobrepõem, existem documentos de posse onde ninguém exerce a posse, existem matrículas registradas em cartório com ampliação de até duas vezes a área, existem situações em que uma determinada pessoa tem um documento mas quem exerce a posse é outra pessoa, então tem o conflito, e existe o problema do Estado não ser o detentor da propriedade, isso já dificulta qualquer atuação, principalmente no sentido de restringir direitos. Um outro problema, que parece insolúvel é a regulamentação dessa categoria de Unidade de Conservação, que é um Parque Estadual, um Parque Estadual, assim como uma Reserva Ecológica, é uma categoria chamada de uso indireto, ela foi criada para a proteção mais integral possível dos ecossistemas, então, teoricamente só seria permitido atividades de ecoturismo, lazer, educação ambiental, uma visitação controlada de determinados espaços, atividades de pesquisa e as atividades de fiscalização e gerenciamento da Unidade. Não é previsto em lei qualquer outro uso dentro desta Unidade, então, isto são problemas que persistem até hoje 20 anos depois de terem criado o Parque e que a Secretaria de Meio Ambiente não foi capaz de solucionar. Isso cria dois problemas: o primeiro é a diferença entre o discurso e a prática do órgão gestor e o outro problema que é consequência deste é justamente o descrédito e as frustrações que este tipo de discurso dúbio gera. Então, por tudo isso, é difícil dizer qual é a posição do Parque, porque ela não existe, isso é um problema.”

Além dos problemas gerados pela presença de moradores em uma Unidade de Conservação de uso indireto, o então diretor do Núcleo lembra a questão dos conflitos fundiários na região, como um dos entraves para se chegar a uma solução.

No que diz respeito à legislação, há a possibilidade de mudança dos limites físicos/espaciais das Unidades de Conservação de uso indireto, retirando do perímetro destas, as áreas de ocupação humana, bairros como o Camburi. Esta não seria a melhor saída para as populações dessas áreas, pois mesmo fora de uma Unidade de Conservação, muitas atividades continuariam incidindo sobre o Código Florestal e sobre a nova Lei de Crimes Ambientais. Além do mais, a exclusão dessas áreas, favoreceria a ação dos especuladores imobiliários, principalmente no caso de bairros como o Camburi, que se localiza à beira mar.

Outra mudança possível é, ao invés de excluir as áreas de ocupação humana, no caso das populações tradicionais, é possível a mudança de categoria da Unidade de Conservação para uma outra melhor adequada a realidade da Unidade. O SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação em seu capítulo III, artigos 7º, 14º, 18º e 21º, propõe Unidades de Conservação de Uso sustentável, com duas subcategorias que se adequariam às áreas com ocupação humana tradicional, como é o caso de Camburi. São elas: Reserva Extrativista e Reserva Ecológica Cultural.

Tanto no caso da reserva extrativista, quanto da reserva ecológica cultural, as terras devem ser de domínio do poder público, e utilizadas pelas populações tradicionais com manejo adequado dos recursos naturais.

Esta seria uma solução viável, contudo, no caso de Camburi, ela não contempla todos os interesses de seus moradores, pois o sentimento de ligação com a terra, e a desconfiança nos procedimentos do Poder Público, fazem com que eles exijam que as terras pertençam a eles, com títulos individuais, dos quais possam dispor, como diz este morador, um dos mais velhos do bairro.

“Essa terra é da minha família, nós chegou aqui tá para mais de 100 anos, eu já tô velho, quero ficá aqui mesmo, agora, e se meus filho não quisé? Ele perde tudo? Nós temo que tê direito de decidi o que queremos para as nossa terra e não os governo” (Inglês, caiçara de Camburi)

Então, pode-se dizer que a resolução dos conflitos entre a população de Camburi, assim como tantas outras no Estado, e os órgãos ambientais, e também a resolução dos problemas fundiários do bairro, estão absolutamente imbricadas e dependem de mudanças jurídicas amplas, de agilidade em encaminhamentos políticos e burocráticos, como fica claro neste segundo trecho da entrevista com o então diretor do Núcleo:

“teria que se fazer uma retificação do status legal de conservação da área, invés de Parque, passaria a ser uma Reserva Extrativista ou qualquer outra coisa nesse sentido. Só que para que isso aconteça é preciso aprovação da Assembléia Legislativa e o que está previsto no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), é que você só pode tirar uma área se anexar outra, então já teria o problema de achar uma outra área. Então, é uma situação assim, que não tem uma solução encaminhada.”

Simone: “Então, é bem pouco provável que o limite do Parque mude, ou que mude a categoria da Unidade nas áreas onde estão as populações?”

Luiz Roberto: “Olha, eu diria que é obvio que isso terá que acontecer, mas isso já era obvio há 20 anos e até agora não aconteceu.”

E mesmo quando parte da solução parece estar em instâncias mais acessíveis do poder, como no caso do PGA (Plano de Gestão Ambiental) do Núcleo Picinguaba publicado em 1998, que deveria resultar em Plano de Manejo, tornando-se assim, um importante instrumento legal de conciliação dos conflitos, o processo não avança.

6.4.1. O plano de gestão ambiental

O PGA do Núcleo Picinguaba faz parte do PPMA (Projeto de Preservação da Mata Atlântica) que é fruto do convênio estabelecido entre a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e o banco alemão KFW (Kreditanstalt für Wiederaufbau), para preservação dos remanescentes de Mata Atlântica neste Estado. Pelo convênio foram

contempladas a Polícia Militar Florestal e nove Unidades de Conservação Ambiental, que abrigam tais remanescentes, entre elas o Núcleo Picinguaba⁹⁶.

O dinheiro do projeto foi distribuído em quatro componentes de acordo com Rodrigues (2001):

A – Fiscalização (mais de 50% dos recursos).

B – Consolidação das Unidades de Conservação (por volta de 27% dos recursos).

C – Apoio aos Componentes (dentro deste componente estão os PGAs).

D – Coordenação geral e consultoria (juntamente com o componente C teve 23% dos recursos).

Pela distribuição dos recursos é possível perceber o perfil “conservacionista” desse projeto, cujo objetivo estava centrado na contenção de desmatamentos e não na resolução dos diferentes conflitos que as diversas U.C. escolhidas apresentassem.

O Plano de Gestão Ambiental de Picinguaba foi elaborado a partir de reuniões e oficinas, que por exigência dos financiadores, foram participativas, isto é, com vários segmentos interessados (ONGs, pesquisadores, funcionários, populações moradoras, representantes de órgãos ambientais oficiais etc). Portanto, as populações moradoras do Núcleo foram chamadas a participar.

Alguns moradores de Camburi compareceram. Contudo, a metodologia usada nesses encontros era a ZOPP⁹⁷, uma metodologia alemã que pressupõe alfabetização e uma forma sintética e desinibida de expressar-se, alto grau de abstração intelectual, pois consiste em trabalhar com palavras-chave escritas em cartões que vão formando uma grande tabela, que deve “dizer” algo.

Os caiçaras tiveram muitas dificuldades, que na medida do possível, foram superadas e conseguiu-se chegar a um esboço do PGA, cujo zoneamento incluía o Camburi em *zona de uso intensivo, subzona de ocupação tradicional*.

Este plano, o PGA foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 28 de março de 1998. Na época, isso foi encarado como um grande avanço na relação parque x

⁹⁶ Núcleos Cubatão, Caraguatatuba, São Sebastião e Santa Virgínea, todos pertencentes ao Parque Estadual da Serra do Mar; Parque Estadual de Ilhabela; Parque Estadual de Ilha do Cardoso; Parque Estadual de Pariquera-abaiixo e Estações Ecológicas de Chauás e Bananal.

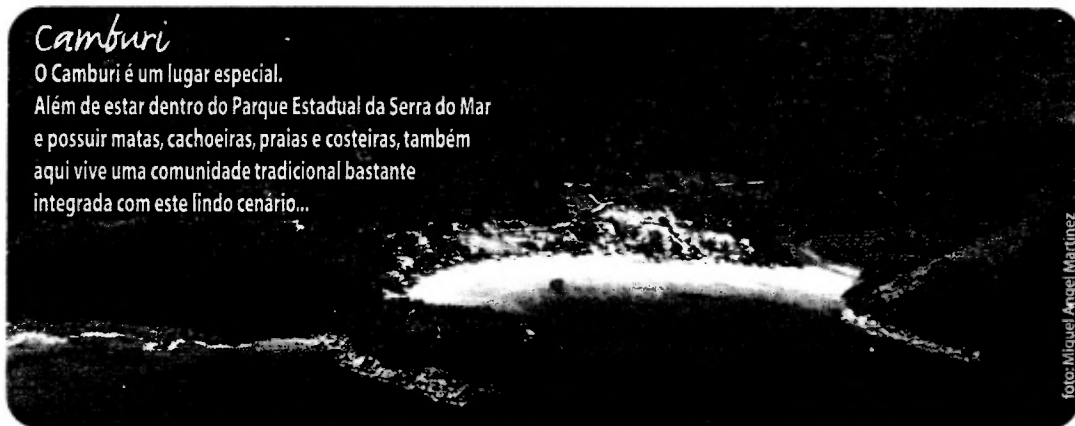
⁹⁷ ZOPP – Zielorientierungsprojektplanung – Planejamento de Projeto orientado por objetivos. Esta metodologia é difundida pelo GTZ – Agencia Governamental Alemã, responsável pelos serviços de cooperação internacional.

população, pois dali a no máximo dois anos, após estudos complementares, tornar-se-ia Plano de Manejo e este sim, seria um documento legal, previsto no regulamento dos Parques Estaduais Paulistas.

Entretanto, o PGA não foi complementado e o Núcleo continua sem Plano de Manejo. Mais uma vez os caiçaras de Camburi viram frustradas suas chances de terem a volta de algumas de suas atividades e de resolverem este conflito, que já dura 20 anos.

Há uma contradição entre o discurso e as práticas dos órgãos gestores das Unidades de Conservação, pois, ao mesmo tempo em que não há avanço para resolução destes conflitos, a imagem das “Populações Tradicionais Caiçaras” é usada na divulgação destas Unidades, como pode ser visto nos materiais de divulgação turística do Núcleo Picinguaba, também financiado pelo PPMA

FOLDER DE DIVULGAÇÃO DO NÚCLEO PICINGUABA



Camburi

O Camburi é um lugar especial.

Além de estar dentro do Parque Estadual da Serra do Mar e possuir matas, cachoeiras, praias e costeiras, também aqui vive uma comunidade tradicional bastante integrada com este lindo cenário...

Para sua melhor estadia no Camburi, nós, moradores locais, gostaríamos de contar-lhe algumas coisas:



Lixo

Muitos visitantes não respeitam o Camburi e jogam lixo para todo lado: nas cachoeiras, nas praias, nas casas dos moradores locais. Dê sua contribuição: vá guardando o seu lixo e depois leve-o embora com você (garrafas, latinhas, embalagens descartáveis, papel). Restos de comida? Você pode enterrar.



Camping

Se você vier acampar no Camburi: seja bem vindo! Uma dica importante: procure um morador local, que permita camping em seu quintal. **Na praia é proibido acampar.** Se assim mesmo você insistir: poderá ser incomodado, obrigado a pagar multa e também convidado a se retirar.



Banheiros

Estamos nos organizando no bairro para oferecer o serviço de banheiros públicos. Enquanto isso, colabore procurando os campings e bares locais. Não faça de nossos rios e matas o seu banheiro...



Cachoeiras

Para a sua segurança e bem estar estamos monitorando as nossas trilhas e cachoeiras. Faremos, inclusive durante este verão, plantão nas cachoeiras. Procure, para maiores informações, um monitor de ecoturismo!



Uso de drogas

Não importa de onde você venha, nós respeitamos seus direitos, sua forma de viver e de ser. Gostaríamos que você entendesse que o Camburi é a nossa casa e que também respeitasse nosso modo de vida, nossa família e nossos filhos. Que tal viver de forma mais saudável enquanto estiver por aqui?



Estacionamento

Não pare seu carro na praia, em cima da areia. Use as ruas e travessas de acesso a praia. A praia é dos banhistas e dos moradores locais e não comporta carros!

Esperamos você de novo no Camburi.

Ah! Quando você voltar, como você quer encontrar este lugar?

Que bom! Nós já sabíamos a sua resposta:

VOCÊ também se importa, COMO NÓS, com o Camburi.

Iniciativa

Monitores de Ecoturismo do Camburi
Associação do Quilombo do Camburi
Associação dos Moradores do Bairro do Camburi

Patrocínio



Apoio



6. 4. 2. Plano de gestão emergencial para Camburi

Em decorrência de uma epidemia de hepatite e das pressões exercidas desde meados de 2001, pela Associação do quilombo de Camburi, apoiada pela Comissão Pró Índio, junto ao Ministério Público Federal para atendimento de uma série de demandas do Bairro de Camburi, como, por exemplo, melhorias na estrada, instalação de energia elétrica e saneamento básico, o MPF por sua vez pressionou o Instituto Florestal e a direção do Núcleo Picinguaba para que tomassem uma atitude em relação ao bairro, pois além de todos os direitos que qualquer bairro do município de Ubatuba tinha, o MPF entendia e entende que Camburi trata-se de um território quilombola⁹⁸, que deve ser retirado do perímetro do parque.

Cedendo às pressões tanto da população de Camburi, como do MPF, CPI, pesquisadores de universidades, ongs etc, foi criado em 2002 pelo Comitê Consultivo do Núcleo Picinguaba um Grupo de Trabalho, que realizaria um plano de gestão emergencial para Camburi na verdade tratava-se de uma “Proposta de regulamentação da ocupação humana tradicional da comunidade do bairro de Camburi, Ubatuba, SP” (EM ANEXO), visando dar andamento às propostas feitas no Plano de Gestão do Núcleo publicado em 1998, no qual indicava o bairro de Camburi em uma *zona de uso intensivo, subzona de ocupação tradicional*, adotando assim a premissa de se compatibilizar a preservação dos ecossistemas com o desenvolvimento sustentável da população tradicional de Camburi.

Em meio ao processo de discussão desse plano emergencial dá-se a mudança na direção do Núcleo Picinguaba. Este fato foi positivo, deu um novo impulso na relação entre moradores tradicionais e o Parque, porque não só a nova direção deu continuidade ao processo, como o colocou como prioridade, conforme é possível constatar nesse fragmento da entrevista realizada com a diretora do Núcleo, a bióloga Eliane Simões em fevereiro de 2003, na qual ela analisa o momento atual:

Eliane Simões: “Em relação às comunidades que vivem dentro do parque acho que teve um certo avanço no seguinte sentido, em 2000 foi publicado o

⁹⁸ Esta questão será abordada no capítulo 7.

SNUC e em 2002, mais precisamente foi publicado um Decreto que regulamenta a implantação do SNUC, nesse Decreto tem lá uns artigos que prevêem que as comunidades moradoras em Parques, até que elas sejam reassentadas, indenizadas ou eventualmente a área re-classificada uma qualidade de vida adequada e a realização de suas atividades. (...) Com relação ao que está sendo feito especificamente com o Camburi, acho que também está num momento muito bom. Deste julho de 2001 acontecem várias coisas que se convergem no Camburi, que chamam atenção das autoridades. Primeiro rola uma epidemia de hepatite, tinha a CPI (Comissão Pró Índio) fazendo um trabalho no sentido de apoiar o reconhecimento da área como quilombola, e a CPI com a comunidade se articulam com o Ministério Público Federal, (...) e com o mote da questão da saúde e voltando a levantar as demandas que a comunidade sempre apresentou, a CPI montou um documento com uns 10 itens de demandas da comunidade na forma de um relatório e encaminhou isso para o Secretário do Meio Ambiente, para o diretor do IF, para o prefeito, fizeram várias reuniões, algumas secretarias da prefeitura também bancaram, eles foram ao Governador e criaram um fato que resultou numa reunião com todas as entidades possíveis que se relacionavam com a área, e foi onde o IF se posicionou dizendo que num prazo de 30 dias ia dar uma resposta para as reivindicações mais importantes da comunidade”

A regulamentação da ocupação humana foi embasada pelo Parágrafo 2º. do Artigo 42 da Lei 9985/2000, que instituiu o Sistema nacional de Unidades de Conservação regulamentado pelo Decreto 4340/2002:

Art. 35. “O processo indenizatório de que trata o art. 42 da Lei 9985/02 respeitará o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais.”

Art. 36. “Apenas as populações tradicionais residentes na Unidade no momento de sua criação terão direito ao reassentamento”

Art. 39. “Enquanto não forem **reassentadas**, as condições de permanência das Populações Tradicionais em Unidades de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por Termo de Compromisso, negociado entre o Órgão Executor e as Populações, ouvido o Conselho da Unidade de Conservação

Parágrafo 1º. “O termo de compromisso deve indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação de seus modos de vida”.

O SNUC, como se pode ver nestes artigos, abre realmente uma possibilidade para a permanência dos moradores “tradicionais” nas Unidades de Conservação, mas somente enquanto estas não forem **reassentadas**, sem que tenham seu modo de vida prejudicado. Além disso, o SNUC não define de modo preciso quem são estas populações.

Embora as pessoas que propuseram o plano de gestão emergencial para o Camburi, aproveitando esta brecha no SNUC acreditem que este reassentamento não ocorrerá, devido às dificuldades do Poder Público, em encontrar uma área livre para que as famílias sejam removidas, trata-se de uma alternativa sem nenhuma garantia para os moradores de Camburi. E foi por isso que na apresentação da proposta do plano para o Conselho Consultivo, em novembro de 2002 os representantes do bairro presentes na reunião manifestaram-se radicalmente contra esta proposta, pois é uma nova normatização imposta pelo poder público, que retira mais uma vez a autonomia dos moradores e lhes impõem um modelo de desenvolvimento, neste caso com forte viés turístico, como fica claro na fala desta caiçara durante a reunião de apresentação do plano emergencial:

“A gente ouve muito falar em turismo, turismo ecológico. Eu creio que o turismo ecológico não vai ser bom para Camburi porque vai ser um turismo limitado para meia dúzia de pessoas. Esse planejamento tinha que ser feito pela comunidade, é ela que tem que saber quantos turistas pode suportar ou não ou se a gente que turismo ou não!”(Rose, caiçara e Camburi, 30 anos,

desempregada)

Este plano emergencial para o Camburi, segue as determinações estabelecidas pelo plano de gestão do Núcleo, confirmando que o bairro seja uma zona de uso intensivo, sub-zona de ocupação tradicional, e esta fica dividida em seis outras zonas:

- Sub-zona 1 Z-1: Estradas e Caminhos
- Sub-zona 2 Z-2: Equipamentos públicos.
- Sub-zona 3 Z-3: Praia.
- Sub-zona 4 Z-4: Planície da praia.
- Sub-zona 5 Z-5: Área de moradia atual.
- Sub-zona 6 Z-6: Área agrícola.

Cada uma dessas sub-zonas contém objetivos, nos quais fica sub-entendido que seria necessário um grande aporte de investimentos no bairro para que estes fossem alcançados, o que aumenta a desconfiança dos moradores, pois mesmo que eles concordassem em assinar um termo de compromisso de “uso até o reassentamento”, seria necessário também prever de onde viria o dinheiro para a realização dos objetivos, um exemplo disso é a questão da energia elétrica, uma das principais reivindicações do bairro e é também emblemática da situação geral deste. Como é possível notar na pergunta deste caiçara também presente na reunião de apresentação do plano emergencial e na resposta da direção do Núcleo Picinguaba:

Inglês: “Eu só sei que no resto do parque, na sede onde vocês fica, tem luz, porque no Camburi não tem? Depois desse falatório vocês vão deixá a luz chegá no Camburi?”

Eliane Simões: “O que a gente está tentando fazer é um planejamento para uso do espaço de uma forma um pouquinho mais pensada e planejada, do jeito que não tenha prejuízo para quem mora e nem para o meio ambiente. A questão da luz é uma condição é obvio e ela está pensada, tem que

acontecer, assim como o saneamento, mas a gente não está nisso ainda. A gente precisa pensar o uso do bairro como um todo e a gente tem questões de legislação para resolver. Eu só pediria aos participantes um pouquinho de paciência para a gente ouvir o plano como um todo e aí a gente discute os pontos.”

Inglês: “Nós estamos esperando faz 20 anos.”

O tempo para estas duas partes, um velho caiçara e a nova diretora do parque, é absolutamente distinto, ele está no fim da vida e ainda não pode ter uma geladeira em casa, ela acaba de receber um cargo de grande responsabilidade e sabe que a burocracia é lenta.

A reunião de apresentação do plano emergencial terminou sem que houvesse consenso algum entre administração do Núcleo Picinguaba, moradores de Camburi e demais autoridades presentes.

Os moradores não quiseram assinar um documento, no qual se estabelece que a qualquer momento eles terão que deixar o seu lugar, e também não vêem com bons olhos a atitude da direção do Núcleo, determinando mais uma vez o que eles podem ou não fazer, assim como todas outras normatizações e legislações que já incidem no bairro.

A proposta de plano de gestão emergencial foi re-elaborada e encontra-se hoje em fase de revisão e levantamentos de campo, tais como a localização das moradias e das roças. Segundo a atual diretora do Núcleo, o dito “*até que sejam reassentados*” deverá mudar para “*até que a área seja reclassificada*”, o que acabaria com parte do problema, a outra parte, ou seja, a normatização dos usos, ela acredita que os moradores aceitarão a proposta mesmo diante da rejeição que os caiçaras de Camburi têm em relação ao parque, como é possível notar nesse segundo fragmento da entrevista com a diretora do Núcleo a respeito do encaminhamento da questão do plano:

“A comunidade não agüenta mais nos ver discutindo o sexo dos anjos, para eles as questões são práticas. Bom, o resultado você viu lá, antes de terminar a reunião o MPF apresentou um veto quanto a questão do “até que” e a comunidade fincou o pé porque não quer o IF zoneando e

planejando, eles mesmos querem decidir o que querem da vida, eles não acreditam no turismo como perspectiva, várias falas pipocaram e surgiram as questões do asfalto, da luz e a emergência das coisas, enfim... (...) fomos refazer e está previsto no SNUC que os parques já implantados ou já decretados teriam um período para revisão e reclassificação inclusive, no sentido de ajustar possíveis problemas, então a gente usou isso como mote e mudou o “até que a comunidade seja reassentada para até que a áreas seja reclassificada”, ou seja, a comunidade permanece. O zoneamento é o mesmo, assim como o termo de compromisso, mas com uma clausula que diz que a área precisa ser reclassificada, no sentido de definir uma alteração nos limites do parque ou uma transformação da área em zona de amortecimento e eventualmente numa Reserva de desenvolvimento sustentável. Tudo isso é importante pra comunidade ganhar tempo e se fortalecer e se auto definir quilombola ou não.

(...) coisa tem andado, agora ela está com a equipe de planos de manejo e eu estou esperando eles me chamarem para discutir e a gente tentar fechar isso junto e aí sim eu apresentar ao conselho consultivo e aí iniciar a discussão com a comunidade, porque se a gente elimina a questão do “até que” o resto pode se discutido, ainda que eles tenham muitas questões sobre o que é planejar, do que é impor um sistema de uso do solo. E espero que para esse ano a gente consiga resolver isso, então vamos ter que implantar um mecanismo de gestão de fato”. (Eliane Simões, fev. 2004)

Embora a situação atual seja favorável ao início da resolução de alguns dos problemas vividos pela comunidade de Camburi, devido a uma conjunção de fatores e pela pré-disposição da direção do Núcleo em assumir responsabilidades e liderar os projetos, a população do bairro, depois de 20 anos de conflitos, mostra resistência a tudo que venha do governo, principalmente do Parque.

“Vê se pode um negócio desse Simone... a vida do homem não tá valendo nada! É mais fácil eu ir preso por cortar uma árvore do que por tirar a

vida de outro homem!

Eu não entendo essas leis que só vale pra gente, porque eles matam a gente cada dia que passa, de pouquinho em pouquinho, mas eles não levam multa, nem são preso, né? Agora a invenção é o tal zoneamento, vieram primeiro com a história de tirar a gente daqui, mas como o povo protestou parece que mudaram o negócio, mas eu só acredito vendo, e mais só acredito se for nós aqui do lugá que disser o vai ser feito” (Maximiliano, filho de S. Carmo, 40 anos)

A fala deste morador de Camburi, que inclusive já foi funcionário no Núcleo Picinguaba, expressa a revolta com a situação de ilegalidade vivida pelos caiçaras, com tudo que torna sua existência mais difícil, com o que mais uma vez trás à tona o choque entre sua cultura e a cultura e os interesses de quem elabora e pratica as leis ambientais.

6.4.2.1. O estopim – Ocupação do Núcleo Picinguaba pelos Moradores de Camburi

Após mais de 20 anos de intervenções em seu modo de vida e território, o caiçara de Camburi tem pressa. Após a apresentação da primeira versão do plano de gestão emergencial para o Camburi, proposta essa rechaçada pela população do bairro, passou-se a um período turbulento, a impaciência e o medo dos moradores aumentou depois de um fato trágico, o estupro de uma moradora local.

Esse fato, que causou indignação e medo nos moradores de Camburi, também fez com que pensassem sobre a vulnerabilidade de sua posição. E, receando que a situação fosse além decidiram se reunir para modificá-la, afinal, logo viria outra temporada de turismo e novamente o bairro seria “invadido” por turistas baderneiros, bandidos e traficantes.

“Pra mim preservação ambiental pode ser traduzido como criação de marginal, porque foi isso que aconteceu aqui no Camburi. O povo não tem trabalho e por isso não tem dignidade. O Camburi está abandonado e por

isso os marginais vêm pra cá. As drogas estão aqui dentro, nossas crianças estão sujeitas a tudo. Aqui está cheio de homem nascido e criado aqui, que sabe trabalhar na terra e não pode, então o que acontece com esse camarada? Ele começa a beber, vende seu sítio a troco de nada e a miséria só se multiplica. É por isso que eu não quero essa história de quilombo aqui, porque é mais uma vez o governo mandando em nós, dizendo o que pode e o que não pode, e na verdade bem verdadeira nunca pode nada e o povo aqui do Camburi continua assim... abandonado. A polícia só vem prender um pobre coitado, pai de família que faz uma roça ou que pegou um cipó na mata, mas cadê a polícia para prender esses marginais traficantes que andam aqui? Do governo eu não quero mais proibição, quero é solução para o que já existe e é isso que vai acontecer daqui para frente.” (Moisés, caiçara de Camburi e presidente da Associação dos Moradores de Camburi - 08/01/2004)

O depoimento de Moisés, este caiçara de trinta e poucos anos, logo após sua eleição como presidente da Associação de Moradores de Camburi, é revelador do que acontece hoje no bairro, ou seja, seus moradores cansaram de esperar que o governo promovesse algum tipo de melhoria em suas vidas e decidiram reivindicar essas melhorias. Logo após sua eleição Moisés, que é uma pessoa muito respeitada no bairro, promoveu ou pelo menos impulsionou a organização dos moradores para que realizassem um protesto, no qual bloquearam a rodovia BR 101 no trecho em frente à sede administrativa do Núcleo Picinguaba e logo depois ocuparam a própria sede do Núcleo.

Durante esta ocupação os moradores apresentaram uma carta de divulgação do protesto e uma minuta de reivindicações (**documento em anexo**) a serem discutidas com os responsáveis do Instituto Florestal e com o Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (**VER FOTOS No. 27 e 28**).

Neste protesto, compareceu a grande maioria dos moradores que revezaram-se para manter a sede ocupada até que firmassem um acordo. Mulheres, homens, crianças, jovens, todos passaram pela sede do Núcleo em um momento de união entre quilombolas e não quilombolas, porquanto o que estava sendo reivindicado, asfaltamento da estrada,

segurança, energia elétrica etc., o que interessava a todos.

Os moradores saíram vitoriosos, após dois dias de ocupação conseguiram marcar uma reunião com Maria Cecília W. de Brito, uma das responsáveis pelo Instituto Florestal. Nesta reunião, que contou com a presença também de representantes da prefeitura municipal de Ubatuba, ficou acertado que esta última faria um asfalto emergencial na estrada do Camburi, e que o Instituto Florestal tentaria captar recursos para fazer uma pavimentação mais adequada a uma área de Parque. A Polícia Militar, que também estava presente na reunião, comprometeu-se a atuar mais freqüentemente no bairro, assim que a estrada oferecesse condições.

Moisés conta como tudo aconteceu:

“Nós nos organizamos da seguinte forma, fizemos uma reunião e tiramos uma lista de reivindicação que tinha pedido de luz elétrica, asfaltamento da estrada, saneamento básico, comunicação, educação, infraestrutura, estacionamento, lixo, emprego, especulação imobiliária e saúde. Fui até a câmara dos vereadores e digitamos direitinho nosso documento. Nosso projeto era fechar a rodovia até que alguém viesse discutir o documento com a gente e se compromettesse em nos atender, era pra ter sido no dia 15 de novembro mas como era feriado não ia ter expediente na Secretaria do Meio Ambiente, então não adiantava nada. Marcamos então para o dia 25 de novembro, nesse dia bloqueamos a rodovia em frente a sede do Parque por algumas horas, depois

nós ocupamos a própria sede do Parque. Houve um tumulto, os funcionários do parque chamaram a gente de vagabundo e isso me deu muita bronca porque se nós chegamos ao ponto de ocupar a sede é porque somos trabalhadores e queremos uma vida melhor para a nossa comunidade. Passamos duas noites lá, era mulher, criança, os homens, a comunidade compareceu mesmo e só saímos quando eles marcaram a reunião na escola de Ubatuba com as autoridades e foi nessa reunião que conseguimos esse asfalto emergencial para os pontos críticos e algumas outras coisas. Até

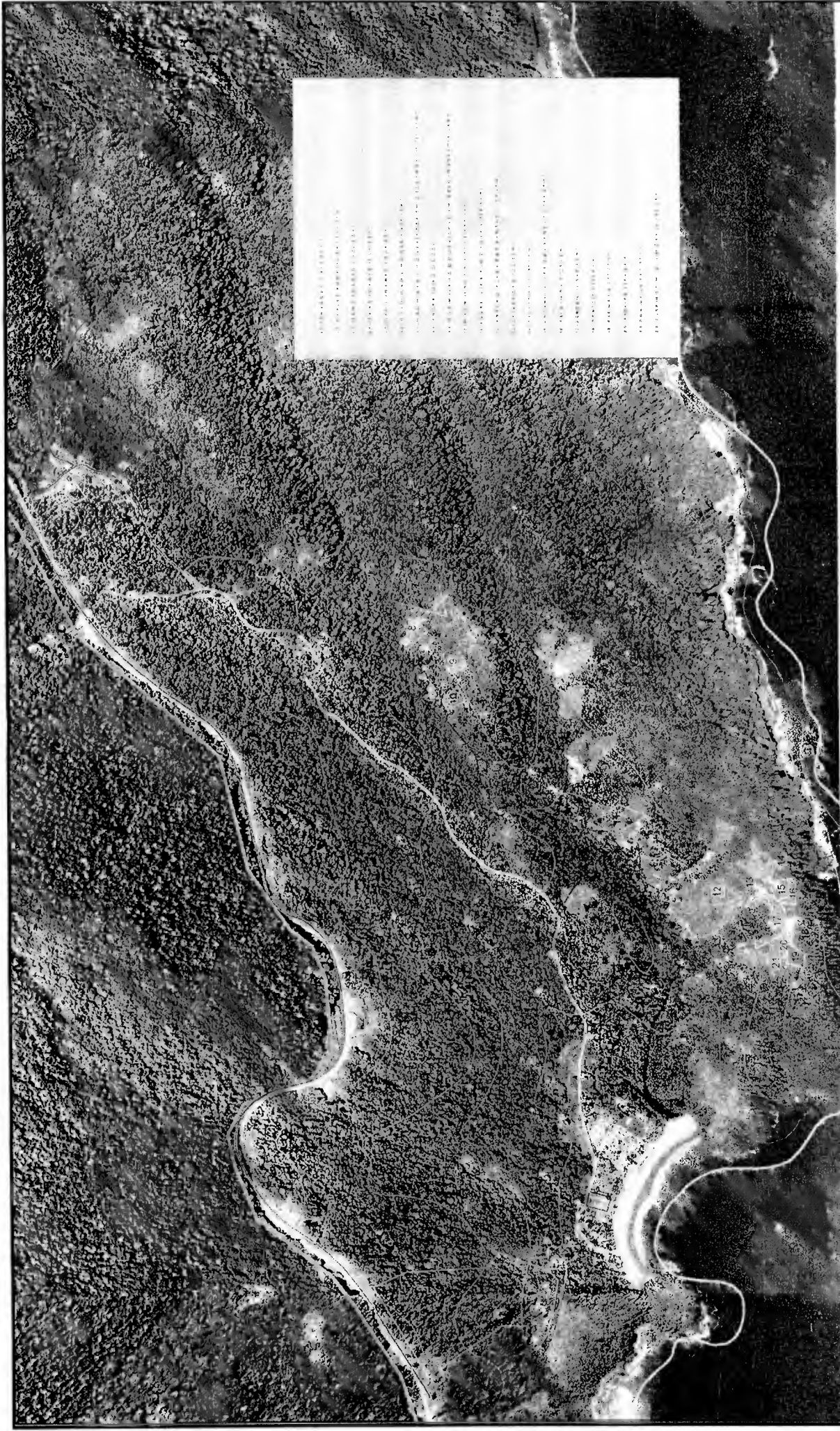
agora está indo tudo bem, o material para o asfalto já está aqui, precisa só fazer um tempo bom para começar o trabalho, mas estamos cientes que não podemos perder essa união, e isso não foi jogo político, nós estávamos ali reivindicando as nossas necessidades.

Essa ocupação do Núcleo por parte dos moradores do Camburi mobilizou o Instituto Florestal e acelerou o andamento do plano de gestão emergencial para o bairro, pois acordos foram firmados e mais uma vez promessas foram feitas, mas dessa vez a comunidade parece estar no limite de sua tolerância.

Entendendo a emergência da situação o IF acelerou o andamento do plano de gestão do bairro e começou a fazer os levantamentos necessários ao zoneamento deste. As prioridades desse zoneamento foram as moradias e as roças, que segundo a proposta em andamento serão regulamentadas. **(VER FOTO No. 03)**



*Ocupação da Sede do Núcleo Picinguaba do PESH
Fotos No.26 e 27 : Fernanda (funcionária do Núcleo - Nov. 2003)*



O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar o levantamento dos dados da foto aérea, a partir dos arquivos PPMA, para a elaboração do mapa de ocupação humana reinvidicada em Cambury - fevereiro de 2004.

O levantamento dos dados foi realizado a partir dos arquivos PPMA, utilizando-se o software ArcView 3.2a. O mapa de ocupação humana reinvidicada em Cambury - fevereiro de 2004, foi elaborado a partir dos dados levantados, utilizando-se o software ArcMap 3.2a.

O mapa de ocupação humana reinvidicada em Cambury - fevereiro de 2004, apresenta as seguintes informações:

- Rio Santos
 - Curvas de nível
 - Limite PFSM (PPMA)
 - Focos
 - Edificações
 - Estrada
 - Trilhas



Escala 1:10000

Ocupação Humana reinvidicada em Cambury - fevereiro de 2004

Projeto de Preservação da Mata Atlântica
 arquivos PPMA
 Rio Santos
 Curvas de nível
 Limite PFSM (PPMA)

Levantamento com GPS - José da Silva - AEP
 Focos
 Edificações
 Estrada
 Trilhas

Edição dos dados na foto aérea: Adriana Matoso

“Eu não odeio o parque não, mas acho que tem coisas muito injustas que são de acordo com os interesses de quem está no poder, por exemplo, deixaram asfaltar a estrada de Picinguaba, por que? Por que tinha bacana com casa lá? Eu queria saber! Hoje a Lica não deixa asfaltar a nossa, qual é a lei que está certa? Por que que a nossa estrada tem que ser diferente, tem que ser ambientalmente correta se a da Picinguaba que também está em área de parque não é?

Então, ficou acertado na reunião que seria feito o asfalto emergencial e que seria encaminhado para captação de recurso o projeto da estrada com bloquete, que parece que é super bom, ambientalmente correto. Porém, tenho receio porque se o dinheiro vai vim do governo do estado vai entrar em questão política, isto é, será que vai interessar para o governo gastar tanto dinheiro com o Camburi que tem 150, 200 eleitor? Estou duvidando, mas ainda espero algo, vamos dar um prazo para ver o que acontece e se não acontecer nada a gente se organiza e ocupa de novo o parque.

Tem um projeto para a luz elétrica também. Taí tramitando e a perspectiva é que em março a gente tenha uma resposta.

Esse feriado do fim de ano deu muito maluco beleza aqui, foi muita bagunça, mas pelo menos a gente conseguiu que a praia não tivesse acampamento, só teve um problema com a Dica que cercou um pedaço da praia e fez um camping, eu avisei a Lica e ela não fez nada. Para completar choveu muito e ficou difícil descer, então a polícia não desceu aí é a festa dos maluco beleza. Teve muita droga! A droga rolou solta porque não tinha polícia.

Para perseguir o caiçara eles são muito valente, para humilhar um pai de família que constrói alguma coisa, que faz uma roça eles aparecem, mas não aparecem para prender esses traficantes e bandidos que se instalam aqui.

E tem esse projeto do Governo Federal que diz que vai levar energia elétrica para todos os municípios do Brasil, eu quero que o Camburi entre

nisso, afinal nós não estamos longe da rede e não queremos mais esperar, já esperamos demais e esse foi nosso erro, nosso tempo é agora.” (Moisés, caçara de Camburi)

*O que será
Que será?*

Chico Buarque

Capítulo 7

Questão quilombola em Camburi

7. Questão quilombola em Camburi

7.1. De onde vem essa possibilidade?

A possibilidade do bairro rural de Camburi ser reconhecido como território de comunidade remanescente de quilombo, foi pensada de fora para dentro, isto é, partiu de pessoas de fora do bairro, mas que o conheciam, assim como o seu mito fundador.

Como já visto, as origens de Camburi remontam ao “tempo da escravidão” quando “negros valentes”, em busca de liberdade fugiram de fazendas no Rio de Janeiro e esconderam-se no que hoje é o bairro rural de Camburi.

Foi a partir deste mito de origem que em 1996 a ANSUR (Associação Nacional do Solo Urbano), que neste momento prestava serviços à prefeitura de Ubatuba que objetivava promover regularizações fundiárias no município, levou ao conhecimento da Secretária de Assuntos Comunitários, Sonia Maria Bomfim, e esta por sua vez fez chegar às lideranças do bairro de Camburi a possibilidade de que este viesse a se tornar um território de comunidade remanescente de quilombo.

Esta proposta foi pensada como alternativa para o bairro que vivia e vive situação precária decorrente, conforme já abordado, de ações governamentais como a construção da BR 101, que facilitou a vinda do turismo e da especulação imobiliária, mas principalmente da imposição de Unidades de Conservação no território de Camburi (Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba e Parque Nacional da Serra da Bocaina), pois estas impediram a continuidade das atividades constituintes do modo de vida caiçara e causaram problemas como a escassez de alimentos, desemprego, descaracterização cultural etc.

Contudo, embora esta proposta apresentasse uma possibilidade de autonomia em relação às Unidades de Conservação, já que no caso de reconhecimento a área do bairro seria desafetada da área dos dois parques hoje ali sobrepostos, a população de Camburi em sua maioria rejeitou tal proposta, pois sua identidade era caiçara e não quilombola, que aliás eles nem sabiam o que realmente era.

Rechaçada, a idéia do território quilombola saíria de cena por quase três anos. Nesse interim, como já visto anteriormente, houve outros acontecimentos que agitaram a vida dos moradores de Camburi, como a elaboração do Plano de Gestão do Núcleo Picinguaba, em

1997, o início da Ação Discriminatória movida pela Fazenda do Estado de São Paulo via Procuradoria Regional de Taubaté, em curso até hoje e que visava discriminar a dominialidade das glebas de algumas áreas de Ubatuba, incluindo o Camburi, o que causou grande confusão e medo entre os moradores, uma vez que era mais uma vez o Estado, agora na figura da Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) que realizou o levantamento das áreas, interferindo em suas vidas e, neste momento, definindo quem era dono do que no Camburi.

Como nenhuma destas ações governamentais resultou em ações práticas, ressurgiu a questão quilombola e agora, de maneira mais organizada, pois em 2000 foi criada por alguns moradores do bairro a **Associação do Quilombo do Camburi**.

Apoiados pela Comissão Pró Índio de São Paulo e pelo Ministério Público Federal, essa associação encaminha à Fundação Itesp⁹⁹, um ofício com data de 05 de julho de 2000, pedindo o reconhecimento do bairro como território de comunidade remanescente de quilombo.

Contudo, devido a uma agenda apertada e com outras prioridades da Fundação Itesp, os levantamentos para o reconhecimento só aconteceram a partir de agosto de 2001, depois de pressões do MPF motivado pelas reivindicações da Associação do Quilombo do Camburi e frente à escandalosa epidemia de hepatite ocorrida em 2001 no bairro, que mobilizou a opinião pública e criou um “fato” para o qual não se podia virar as costas.

Nessa mesma época, motivada pelas mesmas evidências e por pressões, a direção do Núcleo Picinguaba também começa a elaborar alternativas para melhorar a degradada vida no Camburi. Além disso, é de grande interesse desta direção que o reconhecimento do território remanescente de quilombo realmente aconteça, retirando assim o bairro da jurisdição do Instituto Florestal.

⁹⁹ Que no Estado de São Paulo realiza o processo de reconhecimento e titulação de territórios remanescentes de quilombo.

7.2. O reconhecimento dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos: Legalidade e Competência

Os quilombos foram as primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravidão, mas também à discriminação racial e ao preconceito. A resistência negra muitas vezes foi marcada por uma territorialidade, o quilombo, este livre e sagrado.

A abolição da escravatura não tornou o negro um cidadão de fato, uma vez que apenas retirou do Senhor a responsabilidade sobre ele, ficando o negro entregue à sua própria sorte e duramente marginalizado pela sociedade dominante branca.

Embora o movimento negro (de combate à discriminação e garantia de direitos) tenha se caracterizado mais urbano, nas zonas rurais sempre estiveram as comunidades remanescentes de quilombos, que ao longo de mais de um século vinham e vêm resistindo às pressões de fazendeiros, de especuladores imobiliários e até mesmo do poder público.

Organizados e se organizando para garantir seus direitos às terras que ocupam, a questão quilombola passou a fazer parte da agenda política e, de forma mais contundente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), reconhece a propriedade das terras ocupadas por comunidades quilombolas, sendo o Estado obrigado a emitir-lhes títulos pertinentes, como está evidenciado na Constituição Brasileira:

“Artigo 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”

Também nos artigos 215 e 216 há o objetivo de valorização e difusão de manifestações culturais, materiais ou não, das comunidades quilombolas:

“Artigo 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

- 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
- 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Artigo 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;*
 - II - os modos de criar, fazer e viver;*
 - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
 - IV - as obras, objetos, documentos e edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
 - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.*
- 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
 - 2º. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
 - 3º. A lei estabelecerá incentivo para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
 - 4º. Os danos e ameaça ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
 - 5º. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombolas.”

Contudo, estes artigos suscitam três questões fundamentais para a identificação e reconhecimento oficial das comunidades remanescentes de quilombo:

- 1) Quem são as comunidades remanescentes de quilombos? Qual a definição de quilombo deve-se levar em consideração para identificar seus remanescentes hoje?
- 2) Quem faz a titulação das terras?
- 3) Como deve ser o título? Individual ou coletivo?

7.2.1. Quilombos: Discussão para definição de critérios legais

De acordo com o Novo Dicionário Aurélio (1988), quilombo é “Valhacouto de escravos fugidos”, o senso comum também nos diz isso, que se trata de um local de refúgio de escravos fugidos. Por muito tempo a “história oficial” considerou os quilombos como lugares longínquos e isolados, constituídos exclusivamente por escravos fugidos.

Dois fatos desencadeiam a promoção de estudos mais aprofundados e abrangentes a respeito dos quilombos: o primeiro é justamente refere-se aos artigos constitucionais, que garantem direitos aos “remanescentes de quilombos”, pois desencadearam polêmicas a respeito de sua aplicação, abrindo assim uma frente de investigação no sentido de orientar as ações do poder público; o segundo fato é a Constituição ter sido promulgada justamente em 1988, ano do centenário da abolição da escravatura, o que sem dúvida foi motivo de promoção de estudos sobre o período da escravidão brasileira, fazendo-se assim uma grande revisão acerca deste período histórico.

Todos estes estudos acabaram por influenciar o poder público na ampliação dos critérios para a compreensão da organização social dos antigos quilombos, como também dos procedimentos para se identificar as comunidades remanescentes destes quilombos. Segundo Arruti (2000, p. 8), estudioso do tema:

“Nos termos da legislação (colonial e imperial), quilombo poderia

designar desde os minúsculos agrupamentos de três escravos, sem residência fixa, que viviam dos assaltos às estradas e fazendas e da solidariedade das senzalas, até as grandes e complexas organizações territoriais, política e economicamente organizadas, como o grande quilombo de Palmares. Se ampliarmos nossa consulta para além dos textos legais, incluindo locais de reunião e concentração de escravos no interior de uma cidade como o Rio de Janeiro, em pleno século XIX, naturalmente suspeitos e perigosos aos olhos da ordem vigente. Isso faz com que o termo quilombo – segunda consideração – antes de designar uma formação social específica, tendeu a funcionar como um amplo campo semântico, no qual cabiam uma variedade de formações sociais muito diversificadas.”

Esta ampliação semântica, a qual o autor refere-se, possibilitou a uma grande fração do campesinato negro reivindicar o reconhecimento de seus territórios como remanescentes de quilombos, pois a ampliação inclui casos em que negros libertos compraram terras, terras cedidas por herança dos senhores aos seus escravos, terras ocupadas pacificamente depois de abandonadas pelos senhores em momentos de crise econômica, ocupação e/ou administração de terras doadas aos santos padroeiros dos povoados etc., porquanto todas estas formas deram origem às terras de pretos, mocambos, comunidades negras e, mais recentemente, remanescentes de quilombos.

Diante da ampliação semântica, os critérios para identificação dos remanescentes destes quilombos vêm também sendo ampliada. De acordo com o relatório técnico-científico sobre a população de Camburi, a definição de quilombo proposta pela Associação Brasileira de Antropologia em 1994, e incorporada pelo então Presidente da Fundação Cultural Palmares, Dr. Joel Rufino dos Santos, é a que tem norteado os procedimentos de identificação atualmente. Diz a definição:

“toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado.”

Então, pode-se dizer que esta definição não exige necessariamente que uma comunidade reconheça-se como descendente de escravos fugidos e sim de escravos.

Entretanto, a auto-identificação como descendente de escravos, ou escravos fugidos, não é suficiente, é necessário também o reconhecimento étno-histórico, feito a partir de estudos históricos e antropológicos que resultem em um relatório consistente.

Portanto, segundo o relatório técnico-científico de reconhecimento dos remanescentes de quilombo de Camburi (2002, p. 15) pode-se dizer que as etapas para se chegar ao reconhecimento de um território remanescente de quilombo obedecem às seguintes fases:

- 1) “a reconstrução pelo agente do Estado (antropólogo, historiador) do processo histórico de ocupação territorial e de formação étnica de uma determinada comunidade através da articulação da memória dos seus atuais moradores remanescentes (recolhida através da história oral) aos levantamentos documentais e bibliográficos (quando existente) sobre ela.
- 2) ...a auto-identificação atual por parte de cada membro da comunidade enquanto remanescente de quilombos (e não por parte de um agente externo, no caso o antropólogo).
- 3) ... que seria síntese esperada das duas ações anteriores, o processo de discussão dos limites do futuro território quilombola com a comunidade, pois caberia a ela, ao mesmo tempo, a auto-definição identitária e a auto-delimitação territorial.”

Superada, pelo menos no âmbito paulista, a polêmica sobre quem seriam os remanescentes de quilombos, deve-se proceder uma análise sobre os avanços da legislação pertinente à questão.

Devido às indefinições e demora nos procedimentos por parte do governo federal, alguns Estados, entre eles São Paulo, tomaram para si esta responsabilidade de legislar sobre o assunto. Ao que diz respeito especialmente ao Estado de São Paulo, foi instituído a partir do Decreto 40.723 de 21 de março de 1996, um grupo de trabalho visando garantir os

direitos destas comunidades remanescentes de quilombo.

Este grupo de trabalho foi integrado por representantes das Secretarias da Justiça e da Defesa da Cidadania; do Meio Ambiente; de Cultura; Instituto de Terras do Estado de São Paulo, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de SP, Subcomissão do Negro; Comissão de Direito Humanos da OAB, Fórum Estadual de Entidades Negras e das comunidades remanescentes de quilombo.

Depois de empossado este grupo deu-se início a três procedimentos:

- pesquisas bibliográficas e obtenção de pareceres técnicos;
- divulgação dos trabalhos e chamamento à participação;
- pesquisas de campo;

Procedimentos estes, que resultaram em grandes avanços para o Estado de São Paulo, pois foi este grupo que elaborou a minuta de anteprojeto de lei que, posteriormente, resultou na Lei 9757/97 e a minuta do Decreto 41.774/7 que cria programa específico para ação governamental.

Quando o governo traz para si esta responsabilidade, elimina-se o problema de quem emite os títulos, no caso é o Estado, e por meio de negociações com as comunidades organizadas que reivindicavam seus direitos, principalmente as do Vale do Ribeira, acordasse que os títulos seriam coletivos e inalienáveis. A Lei 9757/97 e o Decreto 42.839/98 que a regulamenta diz que:

“**Art. 2º. (Lei 9757/97)** – O título de legitimação de posse será expedido, sem ônus de qualquer espécie, a cada associação legalmente constituída, que represente a coletividade dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade.”

“**Art. 2º. (Decreto 42.839/97)** – Os Remanescentes das comunidades

de Quilombos, assim definidos, conforme conceituação antropológica, obedecido o disposto no artigo 15 do Decreto no. 41.774, de 13 de maio de 1997, serão identificados a partir de critérios de auto-identificação e dados históricos-sociais, escritos e/ou orais, por meio de Relatório Técnico-Científico, elaborado no âmbito do Instituto de Terras do Estado de São Paulo 'José Gomes da Silva' - Itesp.”

Contudo, embora haja estes grandes avanços na legislação paulista, que muito beneficiaram comunidades do Estado, há que se ressaltar que desde setembro de 2001, por meio do Decreto 3.912 do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, abriu-se uma nova discussão, pois por meio desse Decreto fica estabelecido em seu artigo 1º:

“**Art.1º.** Compete à Fundação Cultural Palmares – FCP iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos bem como de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas.”

Abre-se então, a discussão sobre a competência para efetivar os processos de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo. Segundo Rothenburg (2001, p. 18) que é Procurador da República em SP, “o decreto é exclusivo mas não excludente: determina que, na esfera federal, a Fundação Cultural Palmares (e só ela) ocupe-se das terras de quilombos. Mas não exclui – e nem poderia – os órgãos locais (sobretudo os estaduais de realizar, no âmbito de suas competências, os atos de regularização fundiária das terras de quilombos.”

Com isso, pode-se deduzir que ao Estado cabe agora apenas legislar sobre as terras devolutas. Embora todos os processos levados adiante pelo Estado tenham coincidentemente sido realizados em terras devolutas, instaura-se assim uma limitação aos poderes deste, não sendo possível ao Estado proceder a indenizações, se forem necessárias.

Esta limitação pode-se aplicar inclusive à situação do Camburi, caso este venha a ser definido juridicamente como remanescente de quilombo, pois como o bairro passa por

uma Ação Discriminatória, só ao final dela é possível determinar se trata de terra devoluta ou não, embora tudo indique que sim, não há garantia.

Além disso, este Decreto tem outras restrições, pois é menos abrangente que a legislação estadual paulista, em relação à conceituação dos quilombos e também determina em seu Art. 1º, parágrafo único, a obrigatoriedade das terras de quilombo terem sido ocupadas anteriormente a 1888, data da abolição da escravatura, e que deveriam ainda estar ocupadas em 05 de outubro de 1988, ignorando assim a marginalização que os negros sofreram antes e depois dessas datas.

Dalmo de Abreu Dallari, renomado jurista em 2001 diz a respeito das pesquisas realizadas acerca dos quilombos, formados antes e após a abolição, e critica o Decreto 3.912:

“Um fato importante, revelado por esses novos estudos e pesquisas, foi a comprovação de que, além dos quilombos remanescentes do período da escravidão, outros quilombos foram formados após a abolição formal da escravatura em 1888, pois, desde que extinto o direito de propriedade sobre os negros, estes foram abandonados à própria sorte e para muitos o quilombo era um imperativo de sobrevivência. Desprovidos de qualquer patrimônio, vivendo na mais absoluta miséria, os negros foram forçados a conviver numa sociedade que os considerava inferiores e nem mesmo os respeitava como seres humanos. (...) Assim, muitos dos quilombos formados anteriormente não se desfizeram e outros se constituíram porque continuaram a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade, segundo sua cultura e preservando sua dignidade. Foi tudo isso que inspirou a proposta e aprovação do artigo 68 do ADCT, de 1988 (...) Com o intuito de orientar a aplicação do artigo 68, estabelecendo regras para a emissão dos títulos nele prevista, o governo federal editou o Decreto no. 3.912, de 10 de setembro de 2001. Longe, porém, de eliminar as dúvidas e harmonizar as situações de conflito, esse decreto federal agravou o problema por conter várias restrições aos direitos conferidos pelo dispositivo constitucional.”
(Dallari, 2001, p. 11/12)

Além do mais, deve-se lembrar que no caso do reconhecimento de Camburi, como remanescente de quilombo, este ainda encontra-se dentro dos limites físicos de duas Unidades de Conservação, e diferentemente do que acontece nos territórios indígenas, que imediatamente têm todos os títulos incidentes na área como nulos de pleno direito, mesmo para os parques federais, estaduais ou quaisquer tipo de Unidade de Conservação, quando a área é identificada como indígena, nos territórios quilombolas, é necessário proceder a uma desafetação da área quilombola que se sobreponha a uma Unidade de Conservação antes da titulação, pois o cartório não registra uma área onde já existe um título válido, o da Unidade de Conservação legalmente constituída. Portanto, de posse de um relatório favorável ao reconhecimento do território como remanescente de quilombo pelo órgão competente, no caso de São Paulo o Itesp, este deve pedir a alteração dos limites da Unidade por meio de decreto ou por lei, como determina a constituição e como aconteceu nos Parques Estaduais de Intervales e Jacupiranga, dentro dos quais foram reconhecidas as comunidades remanescentes de quilombo de Nhunguara, Sapatu e André Lopes (Lei no. 10.850 de 06 de julho de 2001).

7.3. O Relatório Técnico-Científico

Foram realizados estudos de natureza antropológica e histórica sobre a comunidade do Camburi, cujas informações resultaram de fontes primárias e secundárias provenientes de:

- a) Estudos de cunho antropológico e sócio-ambiental elaborados por técnicos do governo e pesquisadores que estudaram a comunidade.
- b) Documentos relacionados à regularização fundiária do litoral norte paulista.
- c) Dados e avaliações decorrentes do diálogo em campo com membros da comunidade e também com os diversos agentes envolvidos no processo de regularização fundiária.
- d) Documentos históricos e cartoriais decorrentes de pesquisa realizada junto ao

Arquivo Histórico de São Paulo e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

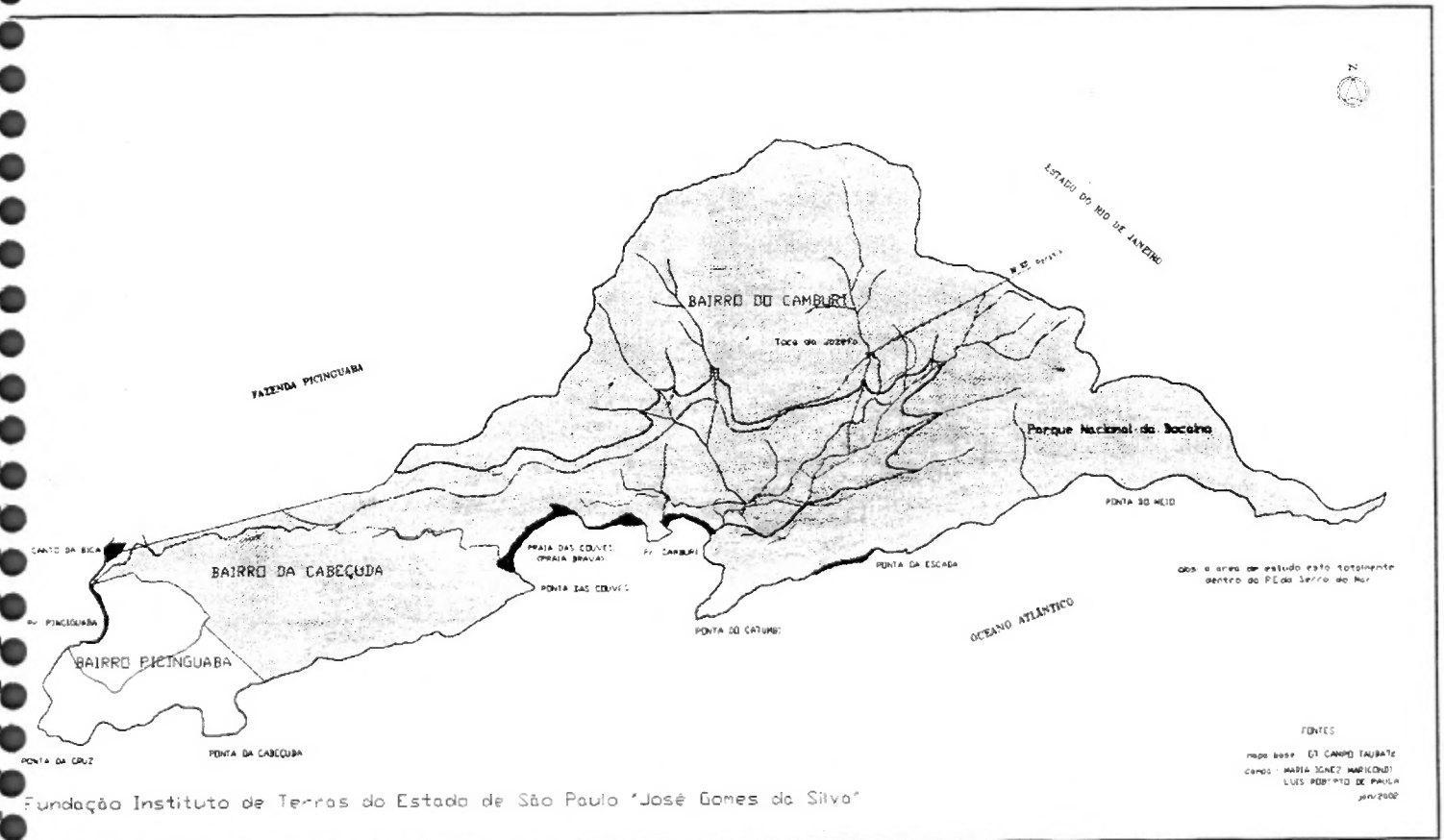
Após estes estudos, foi realizado um “Relatório Técnico Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Camburi/ Ubatuba-SP”, finalizado em abril de 2002. Cabe ressaltar que não se trata de um Laudo Antropológico, que é um documento muito mais complexo. Este relatório está dividido em duas partes: a primeira é a história de ocupação territorial e composição étnica de Camburi e a segunda parte é composta de cinco propostas para regularização fundiária do Camburi, ou seja, qual seria a delimitação do território quilombola, visto que na primeira parte fica constatado que o território de Camburi e sua população trata-se de remanescente de comunidade quilombola. As cinco propostas são:

- **Proposta 1:** todo o bairro é território remanescente de comunidade quilombola.
- **Proposta 2:** todo o bairro é território remanescente de comunidade quilombola, excetuando-se a ponta da cabeçuda (que está na transição com a Vila de Picinguaba – lado esquerdo do mapa).
- **Proposta 3:** todo o bairro é território remanescente de comunidade quilombola, excetuando-se a ponta da cabeçuda, a praia Brava do Camburi e a parte do bairro acima da rodovia BR 101.
- **Proposta 4:** apenas a área do bairro conhecida como Jambeiro, na qual mora a maior parte das pessoas que querem o território quilombola e mais a “propriedade” de Francisco Munhoz, onde está a toca da Josefa, fazendo parte assim do território simbólico.
- **Proposta 5:** apenas a área do bairro conhecida como Jambeiro.

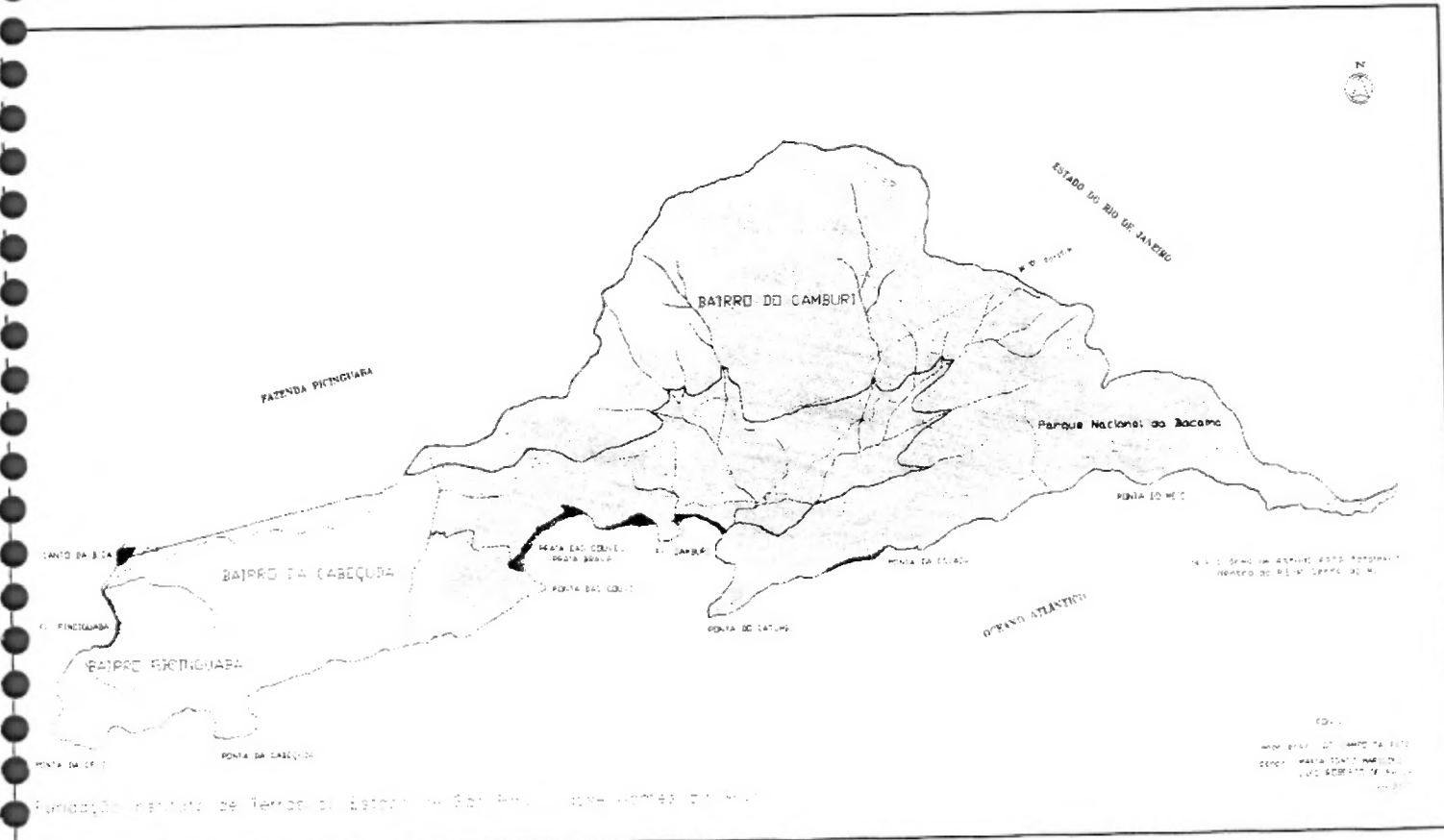
O passo seguinte foi a discussão aprofundada das cinco propostas junto à comunidade que deveria resultar na escolha de uma delas, fechando assim a delimitação territorial da comunidade. Em seguida, o Itesp deveria publicar o Relatório Técnico-Científico no Diário Oficial, pois segundo o Decreto 42.839/98 cabe a este órgão estadual o reconhecimento da comunidade. Passaria-se então, a fase de titulação da área, cujos procedimentos dependeriam das características jurídicas das terras envolvidas.

Contudo, em relação ao Camburi o processo encontra-se parado. Apesar do RTC ter

PROPOSTA DE ÁREA 1
CAMBURI - Município de Ubatuba - SP



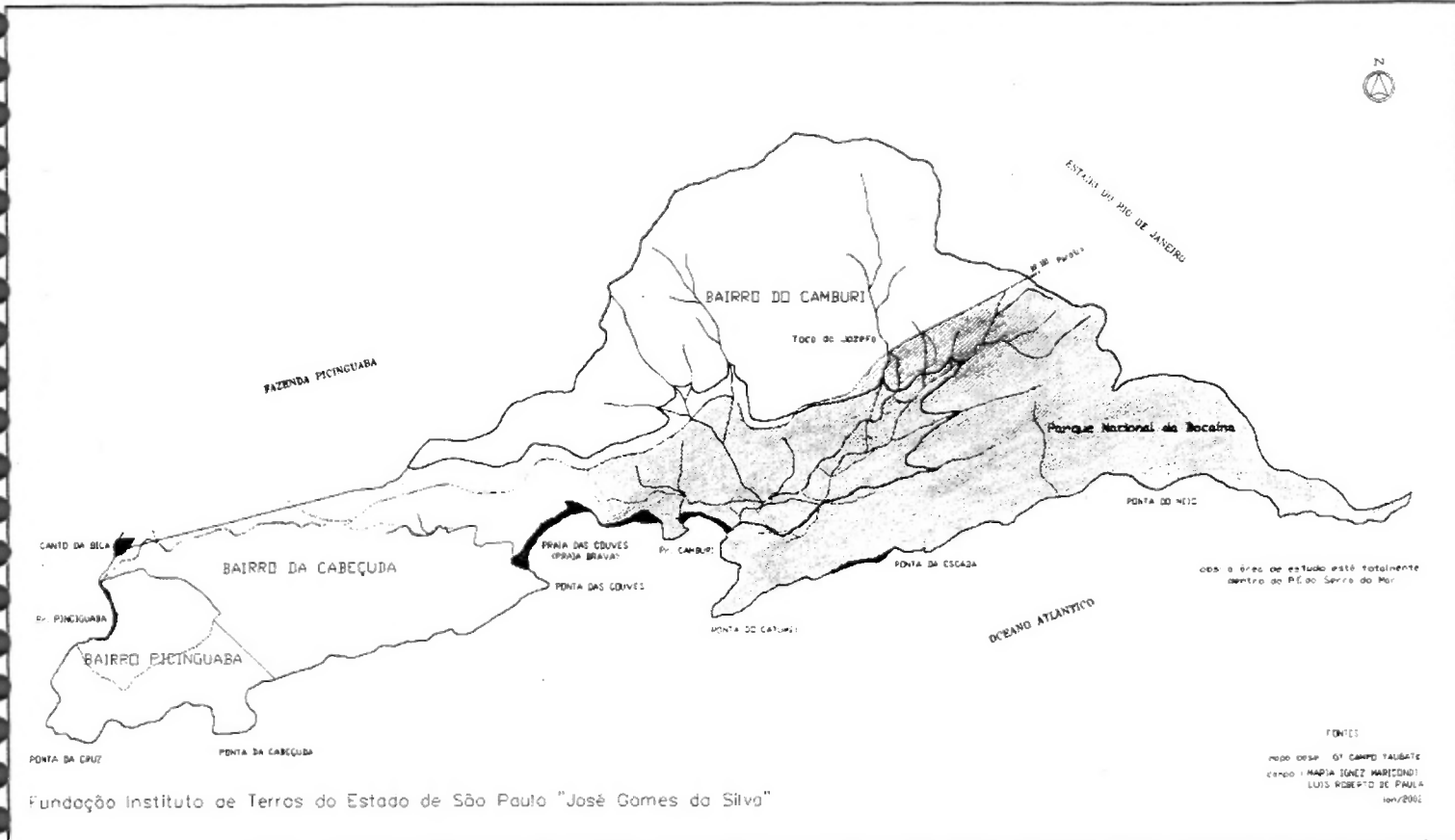
PROPOSTA DE ÁREA 2
BAIRRO DO CAMBURI - Município de Ubatuba - SP



territorio quilombola

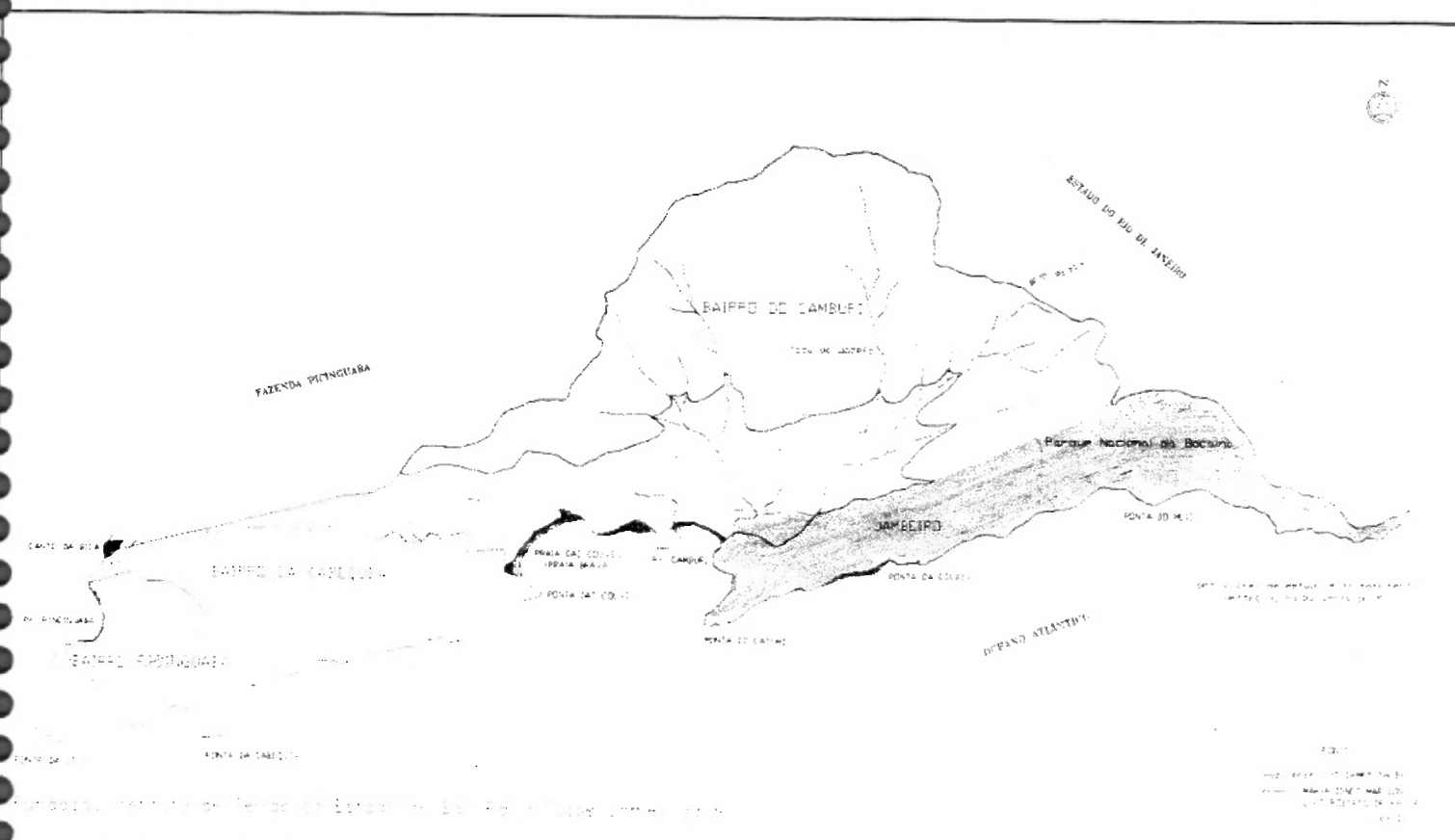
PROPOSTA DE ÁREA 3

BAIRRO DO CAMBURI - Município de Ubatuba - SP



PROPOSTA DE ÁREA 5

BAIRRO DO CAMBURI - Município de Ubatuba - SP



constatado que toda a população do bairro poderia ser considerada remanescente de quilombo, pois tem uma genealogia comum e um forte mito fundador ligado ao tempo da escravidão, não há coalizão dos moradores em relação à questão, ou seja, eles encontram-se divididos em os que querem e os que não querem esse reconhecimento.

Para que mais uma vez o Estado, agora na figura do Itesp não impusesse mais uma vez sua autoridade no território de Camburi, os técnicos deste órgão, responsáveis pelo processo de reconhecimento quilombola no bairro, decidiram retardar o processo para que a comunidade chegasse a um acordo interno, como conta a responsável pelo processo no Itesp:

“No Camburi a turma não quer lembrar dessa parte da história, você conhece a turma do Maximiliano, o Celso, aquela turma, o Celso fala “eu não sou negro, sou índio”, ele prefere ser índio que negro. Se nós partimos do princípio do autoreconhecimento, como é que vou trabalhar com um grupo que só 10% se autoreconhece?

Nós ficamos num beco sem saída, para resumir, ou você realmente reconhece o quilombo como historicamente foi provado pelo relatório, que o Camburi inteiro é um território antigo de ocupação quilombola, de ocupação de negros, e você fere toda a vontade de um grupo maior, ou você faz sair a área onde realmente o grupo que se autoreconhece ocupa, mas você fere a possibilidade deles se desenvolverem e se reproduzirem e prosperarem no futuro, porque é pouca terra ali.

O que foi decidido com eles é que respeitáramos o não reconhecimento deles, nós estamos respeitando e não vamos passar por cima de vocês, mas vamos dar um tempo para que vocês continuem se entendendo e agente continua a vir aqui mostrar as vantagens ou não vantagens. E por enquanto está parado assim.” (Maria Ignez Maricondi, funcionária da Fundação Itesp - 2002)

Desde então se passaram 2 anos e a situação é a mesma, a população continua

dividida e a Associação do Quilombo de Camburi continua a pedir a delimitação de seu território, o que deve acontecer em uma porção reduzida do conjunto do bairro de Camburi, abarcando as terras do Jambreiro e as de Munhoz (proposta 4), ou seja, a divisão da comunidade será confirmada fisicamente.

7.4. Ser negro, ser quilombola, recusar por quê?

De acordo com Gusmão (1981), inspirada nas idéias de Jaime Pinsky “a escravidão no Brasil se realiza de modo que um homem escravo, tenha em seus filhos e nos filhos de seus filhos, a extensão de sua condição escrava”.

Portanto, faz-se necessário esconder e esquecer a condição de escravo fugido ou ex-escravo. Mansano (1999), que estudou a população de Camburi, argumenta que suas memórias estão calcadas no patamar da liberdade e não da escravidão, que a todo custo tentam esquecer.

Ao longo de quase 200 anos de permanência em Camburi seus habitantes construíram a identidade, identidade esta que os igualava aos demais habitantes dos outros bairros da região. O “ser caiçara” não se assenta sobre a cor ou posição social e sim sobre vínculos parentais, conhecimentos acerca da natureza, compartilhamento de costumes e tradições, ou seja, sobre a cultura.

Os negros fugidos, abandonados, ou recém libertos, que em Camburi constituíram a “*terra da liberdade*” sofreram, antes de chegarem ali, os estigmas da condição de negro e de escravo. Portanto, passaram a valorizar e exaltar a conquista da liberdade.

Além do mais, em Ubatuba a condição social existente propiciou uma maior integração entre os camponeses que a habitavam dispersamente, pois fazia parte de uma capitania periférica, sem muita importância para o sistema colonial e, posteriormente nacional. Neste contexto, surge e solidifica-se a identidade caiçara, que abriga a mistura de índios, negros e brancos, todos parte da mesma classe social, a dos camponeses.

Anderson B. (1993), analisando o conceito de nação diz que todas as comunidades são imaginadas, até as menores, de contato direto, variando apenas no estilo com que são imaginadas. Além do mais, a comunidade reconhece outros indivíduos que participam da

mesma comunidade imaginada, ou seja, o caiçara de Camburi que nunca viu o caiçara de Cananéia o reconhece como caiçara quando informado que este partilha dos mesmos signos.

Portanto, a identidade é um conceito chave para se entender por que os caiçaras de Camburi rejeitam serem tratados por quilombolas.

A palavra quilombola para o morador de Camburi, assim como para outras comunidades no Brasil, é uma forte e não boa recordação da escravidão. De acordo com funcionários do Itesp que trabalham com o reconhecimento dos territórios quilombolas em São Paulo essa palavra é “pesada”, carregada de sentido pejorativo, pois em alguns lugares do Brasil quilombo é sinônimo de confusão. Ou seja, se a comunidade a ser identificada não está bem organizada politicamente, e ciente do que é ser um quilombola, é difícil que de imediato compreenda as vantagens de sê-lo.

O morador de Camburi acredita que ao rechaçar a identidade já construída e consolidada, a de caiçara, ele mergulhará novamente na escravidão e nos preconceitos da condição negra, como pode ser observado na fala desses caiçaras:

“Aqui nunca teve escravo, aqui todo mundo era livre, ninguém aqui veio da África não. A Cristina foi escrava, ela contava como era sofrido, eu num quero ni saber dessa história de “colombo” modo de que isso é sofrimento. Hoje já misturó tudo, branco com preto, com índio, num tem que inventá história de “colombo”. (Inglês, caiçara de Camburi, descendente de negros e brancos, Páscoa de 2002.)

“Eu sou contra o quilombo porque eu não me reconheço nisso, a minha genealogia vem de uma descendência indígena, dos índios Karapeva. Eu sou caiçara! Não sou racista, minha esposa é negra, mas não posso, não aceito que nós seja remanescente de quilombo. (Moisés, caiçara de Camburi, descendente de índios 11/2002)

Mesmo depois de várias reuniões dos técnicos do Itesp no bairro e de uma pequena comitiva ter ido conhecer outros quilombolas (do Vale do Ribeira), a opinião da

maior parte dos moradores não mudou, (**VER DIAGRAMA DE RECONHECIMENTO QUILOMBOLA**), pois além de resistirem a assumir a identidade quilombola, eles temem mais uma intervenção do Estado em suas vidas, como mostra esses relatos:

“Eu penso que isso é só mais uma coisa para modo de enganar o povo, porque a terra vai ser do Estado e não do povo do Camburi, eles não querem nem pagar pela terra do povo”. (Inglês, caiçara de Camburi, descendente de negros e brancos, Páscoa de 2002.)

“Eu fui nas reuniões mas os técnicos do Itesp não me convenceram, nem convenceram a maioria do povo, quem está nisso é mais gente de fora e isso eu não achei bom. Então, ficou mesmo reivindicando o quilombo o Genésio e os parentes mais próximos dele que moram ali no Jambreiro”. (Moisés, caiçara de Camburi, descendente de índios 11/2002)

“Eu não sei se essa história de quilombo é boa, não sei, mas tenho medo das coisas ficarem ainda pior, porque é mais uma coisa do Estado nas costas do povo. Isso só veio dividir o povo, porque uns querem outros não. Aqui não teve escravidão, mas tem muita gente que o tronco é negro e o povo se misturou. A pesca aqui tá muito ruim, não pesquei nada. O cercão está lá na água, mas está ruim, continuamos sem luz, sem estrada, sem liberdade de trabalhar, nós somos cativos do Estado”. (S. Zé Lúcio, caiçara de Camburi, pescador, Páscoa de 2002)

A escravidão é o pior de um processo de marginalização e exclusão social ao qual os negros foram submetidos desde sua chegada em terras brasileiras, mas ela não se encerra em si mesma, a escravidão engendrou um mundo bastante complexo que deixou marcas para além dela, pois a sociedade dominante continuou sendo a branca ou pelo menos a que

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSE GOMES DA SILVA"

Diagrama de reconhecimento quilombola

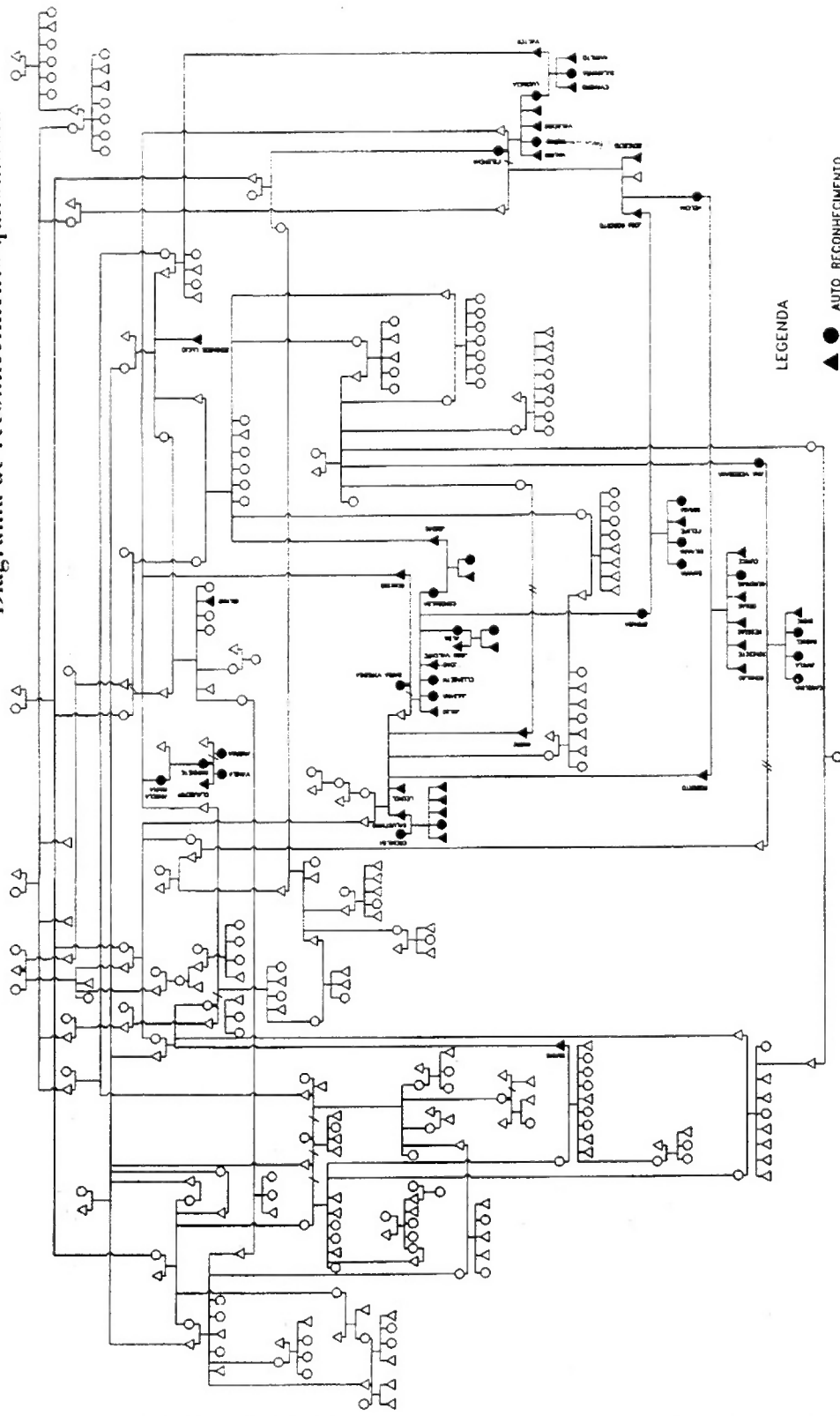


DIAGRAMA DE PARENTESCO - membros da comunidade que se reconhecem como quilombolas

CAMBURI - Município de Ubatuba - SP
(dados coletados de julho de 1996 a agosto de 1997)

(diagrama base elaborado por Candice Filipak Mansono)
(distinção dos membros que se auto reconhecem é de autoria do antropólogo Luis Roberto de Paula-2002)

quer ser branca, e esta impõe que a identidade negra construa-se numa representação branca, na qual segundo Gusmão (1981, p. 176):

“Privilegia-se a alma branca ou o espírito mestiço em nome de uma suposta integração social marcada pelo recalçamento ideológico. O recalçamento ideológico está presente na prática etnocidiária da sociedade branca impedindo a construção do negro como sujeito e impedindo até mesmo a construção do negro como sujeito e impedindo até mesmo, a construção de uma personalidade singular e particular que permita o assumir-se como negro.”

Levado a crer num suposto mito da democracia racial, desde a abolição da escravatura, muitas vezes o negro passa a negar sua identidade original, mais ele ainda muitas vezes nega o reflexo do espelho, ou seja, ele nega sua exterioridade que é negra, em nome de uma mestiçagem que na verdade mascara a tentativa de embranquecimento, feito aliás, não pelo casamento, mas sim pelas relações clandestinas que geraram mestiços também marginalizados. Ainda segundo Gusmão (1918, p. 176):

“Ser negro de alma branca é mais uma vez, ter por padrão o branco, negando sua exterioridade que é negra, assumindo o fetiche da brancura. (...) O fetichismo em que se assenta a ideologia racial faz do predicado branco, da brancura, o sujeito universal e essencial. (...) Hipnotizado pelo fetiche do branco, ele está condenado a negar tudo aquilo que contradiga o mito da brancura.”

Para Moura (1977, p. 19), o processo de marginalização do negro em nossa sociedade é ainda mais perverso, pois segundo este autor a sociedade faz crer que o negro é marginalizado porque é sujo, incapaz, desleixado e não por sua cor, quando na verdade ele encontra-se sujo, incapacitado e desleixado porque foi marginalizado pela sua condição negra.

“O negro marginalizado, por isto, é visto através de racionalizações como sujo, incapaz de disputar com o branco a liderança da sociedade, nos seus diversos níveis. Fazem uma ligação reificada, para usarmos a terminologia lukacsiana, entre a etnia negra e a situação de pobreza, exploração e delinquência a que os seus elementos marginalizados pela sociedade capitalista chegaram, especialmente nas grandes cidades. A partir daí conclui-se que se ele se encontra presentemente marginalizado e em situação inferior ao branco, isto se deve fundamentalmente, à sua própria incapacidade e não às barragens de peneiramento que lhe foram impostas”

Segundo este mesmo autor, mesmo após a abolição da escravatura o negro foi marginalizado porque:

1. O escravo não tinha condições cognitivas capazes de elevar suas lutas – pela sua própria condição estrutural de escravo – ao nível de tomada do poder político.
2. Devido aos mecanismos de direcionamento econômicos que ele, escravo, não controlava. Houve um peneiramento que permeou as oportunidades de integração social do ex-escravo.
3. A não política de absorção do ex-escravo à sociedade. A preferência à vinda de migrantes estrangeiros.

Desta maneira, o negro foi submetido à marginalização, ao sub-emprego, ao desemprego, à prostituição, pois a sociedade dominante fez das diferenças culturais e estéticas, marcas de inferioridade, que se desdobram em preconceitos e racismos.

Contudo, em Camburi, há que se tomar cuidado com a expressão “racismo”. Ele existe no bairro? Essa questão foi crucial para esta pesquisa, pois era definidora de caminhos e, por isso, dominou várias idas a campo, em busca da resposta que foi negativa. Conforme se observa no diagrama genealógico da comunidade, as famílias misturaram-se e continuam misturando-se. Além disso, nenhum caiçara nega sua origem negra. Entretanto, percebem que não é fácil ser negro em nossa sociedade, por haver preconceitos e, por isso,

não querem assumir outra identidade que não a de caiçara.

Um outro fator de rejeição ao território quilombola é o fato de que essa é uma proposta trazida pelos “de fora” e por agradar tanto aos “florestal”, a exemplo do que mostra a fala do diretor do Núcleo, em 2000:

“Uma outra coisa interessante seria colocar a área de quilombola, porque a constituição lhes garante o direito a terra. Isto seria ótimo pra nós e pra eles. Mas, ainda há uma resistência muito grande da população em admitir que são descendentes de escravos.” (Luís Roberto Numa de Oliveira)

Todavia, a maioria da população de Camburi não vê com bons olhos a proposta de tornar o bairro uma área quilombola. Apesar da profunda mistura entre as famílias que deram origem ao bairro, muitos moradores fazem questão de frisar que são descendentes de índios e os que falam da origem negra, referem-se aos antepassados com grande orgulho, pois tratam-se sempre de negros fugidos, desbravadores, valentes e livres, não escravos.

Um outro motivo para a resistência ao reconhecimento do Camburi como território remanescente de comunidade quilombola é o fato das terras não serem divididas. Ou seja, o título das terras é coletivo e isso vai contra ao seu modo de vida no qual o trabalho familiar no sítio que pertence à família ocupa lugar central, afinal são camponeses que querem ter o seu chão.

“Essa história de quilombo não dá certo não, lá no ‘Campinho’, tá tudo arrependido, porque a terra não são deles. E nossos filho? Depois como fica? Quem garante que o governo vai deixa morando aqui? E se eu quiser ir embora? Não tenho direito de vender minha terra? E se meu filho não quiser ficar?”
(Maximiliano, caiçara de Camburi)

Embora no passa o tipo de agricultura realizado no bairro tenha sido de rotação de solos, a área de seu sítio, onde estavam as criações, as frutas e as plantas de cura, sempre

foi fixa. E se antes o caçara não se importava ou nem sabia da existência de papéis que confirmassem sua posse, hoje ele aprendeu e quer tê-los. Após tantos anos de expropriações, o camponês de Camburi quer garantias.

Eles também temem que na condição de “quilombo”, o território continue impedido para o “progresso”. E fato é que, todos querem ter acesso às inovações tecnológicas e ao conforto, inclusive a população de Camburi, que não quer correr o risco de continuar proibida de reformar suas casas ou mesmo de vendê-las e ir embora.

Contudo, apesar desta ser a saída que teoricamente melhor se adequaria às condições do bairro, esta não é uma solução mágica que resolverá os problemas dos moradores. Muito pelo contrário, pode inclusive aumentá-los, pois se não houver união da comunidade, em torno de uma decisão acerca do assunto o Itesp procederá à delimitação do território quilombola de Camburi apenas nas terras ocupadas pelos moradores do Jambeiro, onde mora a maior parte dos que querem este território e nas terras de Francisco Munhoz (que na verdade são devolutas, como aponta a Ação Discriminatória já referida), como quer em última instância a Associação do Quilombo de Camburi.

Agindo assim, o Itesp estará reconhecendo um direito da Associação do Quilombo de Camburi, mas seus técnicos sabem que vão estar colaborando para uma maior divisão entre os moradores de Camburi.

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença das estrelas!*

Mario Quintana



9. Considerações finais

Em cinco anos de pesquisa, de convívio em Camburi, meu olhar navegou por variadas problemáticas deste bairro rural, e é claro, foi se transformando. Arrisco a dizer que quanto mais eu sabia sobre os problemas, conflitos e contradições do bairro, dialeticamente, mais eu me aproximava e me distanciava deles. Pois, fui percebendo como todos, de uma forma ou de outra, estavam interligados e o quanto eram amplos.

Mais do que uma população tradicional inserida arbitrariamente em uma Unidade de Conservação Ambiental, o Núcleo Picinguaba do PESM, Camburi é um exemplo do descaso da nossa sociedade, do nosso Poder Público, que ainda não aprenderam a lidar com as diferenças.

Esta população, assim como tantas outras no Brasil, foi excluída do processo de “desenvolvimento” do país, porém, ela teima em existir, persiste recriando, reinventando seu modo de vida que ao longo dos últimos 40 anos sofreu interferências e conseqüentes transformações.

Eles não deixaram de ser caiçaras, camponeses que lutam para permanecerem em seu território, com o qual têm uma ligação que vai além das atividades que deixaram de exercer sobre ele, está no simbolismo que o território, que a terra dos antepassados tem em suas vidas.

A identidade caiçara, construída ao longo de quase 200 anos, tornou a todos, negros, índios e brancos, iguais. Misturaram-se e constituíram o bairro rural de Camburi, cuja origem remonta ao tempo da escravidão, quando negros valentes fugiram do cativeiro e fundaram a “terra da liberdade” como contam seus moradores.

A memória coletiva calcada no patamar da liberdade, excluiu o tempo da escravidão, que é o tempo em que ainda não se era caiçara.

Esse mito fundador, juntamente com a genealogia de Camburi, demonstra que esta é uma comunidade remanescente de quilombo e que portanto, tem o direito ao seu território reconhecido constitucionalmente.

Mas, mesmo diante desse mito, dessa origem dos moradores de Camburi eles, em sua maioria, recusam a identidade quilombola, recusam essa possibilidade que seria o

caminho mais fácil para que deixassem de fazer parte do Núcleo Picinguaba.

E por que recusam? Essa pergunta norteou essa pesquisa e chegou-se a conclusão de após tantas interferências do poder público no bairro, seus moradores não acreditam que seja o Estado a resolver seus problemas. Eles querem liberdade de atividades e ações, querem sair da tutela desse Estado que sob figura do Núcleo Picinguaba, "*os florestal*" como eles dizem, interferiu em suas vidas e impediu que o Camburi fosse um bairro como todos os outros de Ubatuba. Na fala dos camponeses de Camburi "*hoje essa terra é cativa, nós somos tudo cativo do Estado*", e isso eles não querem mais.

Além do histórico de interferências que este bairro sofreu ao longo das últimas décadas, para uma comunidade que se desenvolveu refutando a condição escrava de seus antepassados é complexo reelaborar sua identidade, principalmente quando essa identidade é até hoje estigmatizada em nossa sociedade, pois o negro ainda sofre preconceitos e continua lutando por sua dignidade.

Portanto, o reconhecimento do território do bairro como remanescente de quilombo deveria ser motivo de união da comunidade, mas ao contrário, serviu para separá-los. Pois, uma parte da população quer esse reconhecimento e vai consegui-lo mesmo que em uma parcela reduzida do território de Camburi, enquanto a outra vai permanecer nos limites do Núcleo.

Demonstrando essa divisão hoje existe no bairro duas associações de moradores, a "Associação de Moradores de Camburi" e a "Associação do Quilombo de Camburi", essas duas entidades, que de forma genérica representam os contrários e os favoráveis ao território quilombola, raras vezes estão juntas e por isso a ocupação, realizada por ambas, da sede do Núcleo Picinguaba foi tão surpreendente.

Esse fato reflete a indignação de toda a comunidade diante da precariedade da vida cotidiana em Camburi, a qual estão submetidos, devido às ações, e também às não ações do poder público.

O Poder Público ao implantar o Núcleo Picinguaba conteve em parte a especulação imobiliária na região, mas ao mesmo tempo criou um grande problema que prejudica a sobrevivência física e cultural dos moradores tradicionais do Núcleo. O bairro rural de Camburi é o exemplo extremado desse problema, pois ali a situação de ilegalidade das casas, roças e demais atividades de seu modo de vida levou à marginalização desse bairro e

de seus habitantes.

Camburi até hoje não possui energia elétrica; a estrada de acesso ao bairro é precária e não asfaltada, por isso também não conta com nenhum tipo de transporte público; não há telefones ou outros meios públicos de comunicação; não há policiamento no bairro; não há abastecimento de água tratada, nem coleta e tratamento de esgoto ou qualquer tipo de saneamento básico (fato que desencadeou a epidemia de hepatite no bairro em 2001). Ou seja, o mesmo poder público que um dia quis proteger os remanescentes de Mata Atlântica e preservar uma cultura tradicional ameaçada pela especulação imobiliária condenou-os a uma vida de constante degradação, pois além de faltar infra-estruturas básicas em Camburi, as atividades de seu modo de vida também foram impedidas.

O problema fundiário, apesar de encaminhado, visto que está em andamento a ação discriminatória, constitui-se em um processo lento, que segundo especialistas no assunto, se arrastará pelo menos por 20 anos. E para os caiçaras de Camburi, esta ação, é como caminhar na corda bamba, pois não confiam em um desfecho favorável para o processo. Mesmo porque quem restará daqui a 20 anos no bairro? Serão ainda caiçaras?

Os problemas acabam por se misturarem, pois envolvem a posse e o uso da terra, da qual o caiçara vem sendo expropriado material e simbolicamente.

O caiçara de Camburi, ao longo de sua permanência no bairro desenvolveu técnicas e saberes, observando a natureza e recebendo a herança do conhecimento familiar, portanto indigna-se com a postura contraditória da do poder público que de uma hora para outra o proíbe de continuar mantendo o modo de vida que preservou durante gerações aquelas áreas, hoje consideradas tão importantes para a biodiversidade global.

E é essa indignação que começa a mover este caiçara na busca de alternativas para sua permanência em seu lugar. A delimitação de um território quilombola em parte do bairro é uma dessas alternativas, assim como a ocupação da sede do Núcleo Picinguaba, pois demonstram que esta comunidade está viva e disposta a lutar pela retomada do pleno uso de seu território.

E, apesar das dificuldades que certamente esta comunidade ainda enfrentará até reencontrar sua dignidade, esta pesquisa chega ao seu final assinalando a retomada de um processo de luta por parte dos moradores de Camburi, e espera-se que se fortifique e siga conquistando vitórias, tanto como camponeses caiçaras, como camponeses quilombolas.



Bibliografia

- BRASIL - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; s/d. Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (folheto de divulgação).
- BRASIL - Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico Senado Federal, 1988. 292 p.
- BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação, intenções e resultados**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2ª ed., 2003. 230 p.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1971. 284 p.
- CALVENTE, Maria Del Carmen M. H. **No território do azul marinho, a busca do espaço caiçara**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CERQUEIRA, Beatriz Westin (1966) Um estudo da escravidão em Ubatuba. **Estudos históricos (Revista do Departamento de História, FFCL-UNESP)**, Marília-SP, n. 6, 1967.
- CERQUEIRA, Beatriz Westin (1967) Um estudo da escravidão em Ubatuba. **Estudos históricos (Revista do Departamento de História, FFCL-UNESP)**, Marília-SP, n. 7, 1967.
- CHAUI, Marilena. **Brasil, Mito Fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, 4ª ed. 103 p.
- CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2001. 309 p.
- CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001. 118 p.
- CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência – Aspectos da Cultura Popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CICOUREL, Aaron. Teoria e Método em Pesquisa de Campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980, 2ª ed., p. 87 - 121.
- CLAY, J. W. Parks and People. **Cultural Survival**, 9 (1), p. 2-5, 1985.
- CLOUD, J Forest Resources and Rural Populations in Chiapas. **Cultural Survival**, 9 (1), p. 21-24, 1985.

- CORBIN, Alain. **O território do vazio, a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- CRUZ, Olga. **A Serra do Mar e o litoral na área de Caraguatatuba: contribuição à geomorfologia tropical**. 1974. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CUNHA, Lúcia Helena. O. (Org) **Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos; o Caso de Guaraqueçaba (Paraná)**. São Paulo: Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, USP – Ford Foundation – IUCN, Case Study 2, 1989.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350 p.
- DEMO, Pedro. **Elementos Metodológicos da Pesquisa Participante: Mito e Realidade**. Brasiliense: UNB/INEP, 1982.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995. 190 p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana & NOGARA, José Paulo. **Nosso Lugar Virou Parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá Parati-RJ**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. 187 p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. 163 p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983. 287 p.
- DUJARDIN-LACOSTE, Camille. A Relação de Inquérito. **Herodote**, Paris, n. 08, 1977.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1998, 14ª ed., 170p.
- EILERS, H. Protected Areas and Indigenous Peoples. **Cultural Survival**, 9(1): p. 6-9, 1995.
- EVASO, A. et al. Desenvolvimento Sustentável: Mito ou Realidade? **Terra Livre (Geografia, Política e Cidadania)**, Ed. Marco Zero/AGB, n.º 11/12, p. 91-102, 1996.

- FAULHABER, Priscila. A terceira margem, índios ribeirinhos do solimões. **Terra Livre (Território e Cidadania, da luta pela terra ao direito à vida)**, Ed. Marco Zero/AGB, n. 6, p. 77-92, 1989.
- FIRTH, Raymond. Mudança Social em Comunidades Camponesas. In: _____. **Elementos de Organização Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 95 - 132.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral, possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas/ Imprensa Oficial, 2002. 143 p.
- GHIMIRE, K. **Parques e Populações: Problemas de Sobrevivência no Manejo de Parques Nacionais na Tailândia e em Madagascar**. São Paulo: Universidade de São Paulo – NUPAUB, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa 3, 1993.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2000, 7ª. ed. 148 p.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. **Terra Livre (Geografia, Política e Cidadania)**, Ed. Marco Zero/AGB, p. 9-76, n. 11/12, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In BECHER, B. K. et al. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. p. 309-333.
- GONÇALVES, Carlos, Walter Porto. A defesa da natureza começa pela terra. **Terra Livre, (Geografia: pesquisa e prática social)**. São Paulo: Ed. Marco Zero/AGB, p. 43-52, n. 7, 1990.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Estrutura Agrária e Dominação do Campo, Notas para um Debate. In: SANTOS, Milton. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988, 2ª ed. p. 143-164.
- GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **Terra de Pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: MINC/Fundação Cultural Palmares, 1995. 260 p.
- HOBBSAWM, Eric. **Los campesinos y la política**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Igreja e Camponeses**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996. 255 p.

- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Os dilemas Históricos da Questão Agrária no Brasil. In: **Terra Livre (Geografia, Política e Cidadania)**, Ed. Marco Zero/AGB, p. 135-152, n. 11/12, 1996.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1989, 8ª ed. 540 p.
- KRENAK, Ailton. Tradição indígena e ocupação sustentável da floresta. **Terra Livre (Território e Cidadania, da luta pela terra ao direito à vida)**, Ed. Marco Zero/AGB, n. 6, p. 9-18, 1989.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez editora. 2001. 239 p.
- LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen, marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1994. 220 p.
- MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 134 p.
- MANSANO, CANDICE FILIPAK. Quem matou esse rio, hoje proíbe a gente de plantá. 1998. Relatório (Qualificação). Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade de Campinas.
- MANSANO, CANDICE FILIPAK. Do “Tempo dos Antigo” ao “Tempo de Hoje”: o caiçara de Cambury entre a terra e o mar. 1999. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade de Campinas.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara, terra e população**. São Paulo: Edições Paulinas/CEDHAL, 1986.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, 2ª ed., 174 p.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998, 7ª ed., 156 p.
- MARTINS, José de Souza. **Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. 137 p.

- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. 342 p.
- MENDES, Francisco (Chico Mendes). A luta dos povos da Floresta. **Terra Livre (Geografia: pesquisa e prática social)**. Ed. Marco Zero/AGB, n. 7, p. 9-21, 1990.
- MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. A interação homem natureza no futuro da cidade. In: BECHER, B. K. et al. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil.**, São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. p. 371-395.
- MORAES, Antonio Carlos Robert & COSTA, Wanderley Messias da. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, Milton. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988, 2ª ed. p. 111-130.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. O que é território? **Orientação**, São Paulo, n. 5, p. 91, 1984.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988, 2ª ed., p. 78.
- MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. São Paulo: Paz e Terra, 1980. 290 p.
- MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988. 416 p.
- NERES, J. M.; CARDOSO, M. & MARKUNAS, M. **Negro e Negritude**. São Paulo: Loyola, 1997. 173 p.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. (Org) **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2001, 2ª. ed.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1996, 6ª ed., 128 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996. 164 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura Brasileira: Desenvolvimento e Contradições. In BECHER, B. K. et al. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. p. 163-180.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Espaço e tempo, compreensão materialista dialética. In: SANTOS, Milton. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 66-110.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
 - OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. De “na prática a teoria é outra” para a teoria na prática não pode e não deve ser outra. **Seleção de textos da AGB**, n. 11, p. 01-05, 1985.
 - OLIVEIRA, Bernadete de Castro. Reforma Agrária para quem? Discutindo o campo no Estado de São Paulo. **Terra Livre (Território e Cidadania, da luta pela terra ao direito à vida)**, Ed. Marco Zero/AGB, n. 6, p. 115/122, 1989.
 - OLIVEIRA, Bernadete de Castro. **Tempo de Travessia, Tempo de recriação: Profecia e Trajetória Camponesa**. 1998. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
 - PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
 - QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. São Paulo: Paz e Terra, 1979. 155 p.
 - QUINTILIANO, Aylton. **A guerra dos tamoios**. Rio de Janeiro, 1965.
 - RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
 - RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. 1999. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
 - RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001. 175 p.
 - RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastreri. Enfoque geográfico do espaço turístico – algumas reflexões. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 6, 1992.
 - RODRIGUES, Eliane Penna Firme. **Projeto comunidades litorâneas, Camburi-SP: Ensaio de planejamento para o bairro**. 1992. Monografia - Faculdade Belas Artes, São Paulo.
 - ROSS, Jurandy Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.
- SCHIERHOLZ T. Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais. **Ciência Hoje**, São Paulo, n. 12, p. 71, 1991.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir**. São Paulo, Vértice, 207 p.

- SACHS, Ignacy. **Espaços, Tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo, Vértice, 224 p.
- SANCHES, Rosely Alvim. **Caiçaras e a Estação Ecológica da Juréia-Itatins. Uma Abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem – meio ambiente**. 1997. 209 p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p.
- SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.
- SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. 142 p.
- SÃO PAULO (ESTADO). Instituto Florestal. **Relatório do Bairro de Camburi, 1ª etapa**, fevereiro de 1992, NP/PESM.
- SÃO PAULO (ESTADO) Instituto Florestal. **Diagnóstico Sócio-econômico e fundiário Núcleo Picinguaba-Parque Estadual da Serra do Mar**. 1994. São Paulo, N.P/PESM.
- SÃO PAULO (ESTADO) ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Quilombos em São Paulo, Tradições, direitos e lutas**. 1999.
- SÃO PAULO (ESTADO) ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”- **Relatório técnico científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Camburi/Ubatuba-SP**. 2002.
- SETTI, Kilza. **Ubatuba nos Cantos das Praias (Estudo do Caiçara Paulista e de sua Produção Musical)**. São Paulo: Editora Ática, 1985. 293 p.
- SILVA, Armando Correia. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SILVA, Armando Corrêa da. **O litoral Norte do Estado de São Paulo (formação de uma região periférica)**. São Paulo: Instituto de Geografia, USP – Série Teses e Monografias nº 20, 1975. 273 p.
- SHANIN, Teodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Ed. Anagrama, s/d.
- SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de cultura econômica, 1979. 404 p.

- SILVA, Lauro Leal da. **Ecologia: Manejo de áreas silvestres**. Santa Maria: MMA, FNMA-FATEC, 1996. 301 p.
- SILVA, Lúgia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio, Efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. 373 p.
- STÉDILE, Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. 322 p.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 332 p.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa – I A Árvore da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 204 p.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa – II A Maldição de Adão**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 347 p.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa – III A Força dos Trabalhadores**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 440 p.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado, história oral**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 1989, 2^a. ed. 385 p.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980. 288 p.
- VIANNA, Lucila Pinsard. **Considerações críticas sobre a constituição da idéia de população tradicional no contexto das Unidades de Conservação**. 1996. 217. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- VIOLA, Eduardo. **Meio Ambiente: Desenvolvimento e cidadania. Desafios para ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora/ UFSC, 1995. 220 p.
- WOORTMANN, Ellen, WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbologia da lavoura camponesa**. Brasília, EDUNB, 1997.
- WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec/ EDUNB, 1995. 336 p.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília/Rio de Janeiro, EDUNB/Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Cristina. **Caiçaras na mata atlântica, pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2000. 337 p.
- ALAVI, Hamza. **Las clases campesinas y las lealtades primordiales**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.
- ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. Da FURB, 1998. 402 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Formação territorial do Brasil. In: BECHER, B. K. et al. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. p.163-180.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O desafio ecológico, utopia e realidade**. São Paulo: Hucitec, 1994. 108 p.
- ANGELO-FURLAN, Sueli. **Lugar e Cidadania, implicações sócioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do PEIB na Ilha de São Sebastião-SP)**. 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ANGELO-FURLAN, Sueli. **Distribuição e ocorrência de isópodos terrestres (Crustacea - Oniscidea) em fragmentos de Mata Atlântica insular e continental do litoral paulista**. 1992. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ANGELO-FURLAN, Sueli. **Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do Estado de São Paulo**. In: II Simpósio da costa sul e sudeste brasileira. Anais, 1990, volume 4: 96-120.
- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade, Lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª ed., 1994. 482 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. 252 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 211 p.

Anexos I – Entrevistas

SIMONE: Me fale sobre o Camburi, como era, como é agora?

S. GENÉSIO: A moça sabe, já conhece faz tempo o lugar, no tempo dos antigos, e até a pouco, antes dos "florestal do Casarão do Estado"¹ chegá, antes do "casarão do Estado", nós não era rico, nunca, isso não! Mas tinha fartura, ninguém passava fome como agora. O Camburi mudou, não é mais aquele Camburi que era no passado. Eu nasci numa riqueza, num berço de ouro, era uma democracia, esta riqueza era anssim, não era de dinheiro, era de fartura do plantio, da lavoura. A pessoa quando tinha uma idade anssim de uns 10 anos, acompanhava os pais e ia aprendendo o plantio. E era muito colhia muita abóbora, batata doce, e mandioca, mandioca doce... aquela de fritá e aquela da farinha! E tinha criação, porco, galinha, galinha comia banana madura, e eu vou falá, a alimentação das galinha mais competente para elas botá os ovos é a banana madura, quatro vezes mais que o milho, todo mundo criava.

Eu era garotão e meu pai criava 25, 30 cabeça de porco, aí o que acontecia... quando estava bem cevado, ele mandava eu nos vizinho oferecê, porque ia matá uma ou duas e não tinha consumo só para a família. E a moça vê que eu saía oferecendo e todo mundo dizia anssim "meu filho fala para o seu pai que nós também estamos aqui com uma ou duas para matá". Então a moça vê, a difereça dessa época, que era uma verdadeiro berço de ouro, o dinheiro era pouco, mais tinha fartura. As coisa não tinha bem dizê valô, porque todo mundo tinha, mas a mudança vindo, vindo e se a moça pergunta "S. Genésio porque que mudou?" Eu vou dizê que mudou, que não tem mais aquela democracia, aquela libertação, aquele direito, eu vou culpá quem? Vou dizê... eu vou culpá o nosso governo. Porque quando eu vejo o Parque aqui... não é que a pessoa seja desobediente ao Parque, não é isso, até que o Parque tá no conhecimento dos caçara daqui, eu quero dizê que os guardas do Parque havera de sê os próprios caçara, o verdadeiro caçara, não precisava nem polícia, florestal pra olhá, pra tomá conta, porque o caçara, ele cuidava, respeitava, tinha conhecimento. Bom falá anssim... que a pessoa fosse descultivá uma nascente de água, uma cabeceira de morro, ele sabia que o prejuízo era para os filhos e netos, para os que tavam vindo, então o conhecimento do que era certo também era passado adiante.

Agora o Camburi mudou, mudou demais! A pesca... tinha gente que vivia da grande fartura de peixe, 6 meses na lavoura, 6 meses de pesca. Agora a moça vê, faltou té a pesca, se a moça vier aqui pra comprar 1 quilo de peixe não tem. E a lavoura teminô também, porque nós não temos o direito de lavrá a terra para fazê aquele plantio, criá aqueles animal que criava no passado. Não podemos lavrá a terra e o lugar hoje tá sofrendo. A moça sabe, está estudando, vô falá... o sofrimento que está neste lugar. Será que esse povo que trabalha nesta área de terra num tem um compromisso, um conhecimento? Tanto que as pessoa luta aqui, mais a moça sabe que cada vez está sendo pior. Muitas reunião, Ubatuba, aqui na Fazenda da Caixa, em diverso lugares, para que a pessoa tenha aquela esperança de uma vida melhor aqui dentro. Mais, a coisa está complicando cada vez mais e não tem melhoria.

Naquele tempo, daqui a Ubatuba era um dia de viagem. Saía daqui 5h da manhã para chegá 5h da tarde em Ubatuba, a pé, pegá um canto de praia, subi morro, descê, pegá outro canto de praia até saí em Ubatuba, eu vô té citá as praia: Camburi, praia Brava do Camburi, Praia da Fazenda toda, pegava o Ubatumirim, batia aquela praia toda, saía no canto do Puruba, subia morro, saía na praia do Meio, depois Praia do Léo, saía no Promirim, saía no Felix, subia o morro, saía no canto da praia da Itamambuca, saía na Praia do Alto, passava, saía no Canto da Barra Seca, saía no Perequeaçú, para então saí na Barra dos pescadores para então fazê o seu trabalho, ficava em Ubatuba e no outro dia volta, que chovia, que ventasse, tinha que voltá. Se não fizesse anssim, tinha que viajá de canoa, que levava 12h, 6h para ir e 6h para voltá, 4 home remando, mais quando o tempo estava ruim, não dava. As pessoa tinha anssim uma alegria, um compromisso suave que não tem hoje. Então, a moça vê que agora tem estrada, numa parte o progresso ajudô e em parte destruiu... o Rio da barra, era um rio rico, era peixe que ia do rio para o mar e do mar para o rio, quando a onda do mar esta muito forte, que não dava para pescadô saí para pescá de canoa, os caçaras fazia pesca no Rio da Barra, e não era peixinho pequeno, era peixe grande, todo tipo de peixe, o Rio da Barra era rico para toda espécie de peixe. Agora a moá vê, hoje não tem mais nesse rio, por que? Porque veio a Rio Santos, foi cortando a Serra e todo esse areião desceu para os rio e foi fazendo um aterro onde era a criação dos peixes. Hoje nem canoa entra, entrava barco a motor para tirá ostra do rio, hoje a moça passa de sapato e meia no pé, que é aqui na boca da barra e naquele tempo nós para passá, tirava a roupa, arrumava na cinta, punha na cabeça e atravessava de anado e vestia a roupa do outro lado. É o progresso! Hoje nós sai daqui 7h30 sobe até a estrada, vai pra Ubatuba e 12h00 já está de volta, mais é anssim, melhorou numa parte e piorou noutra.

É que nem os nome dos lugar aqui, das cachoeiras, tem muitos da minha subrinhada que não conhece os nome de verdade. Que nem: Cachoeira da Toca Escura, Morro do Café, Morro da Taquara, Cachoeira da Carvoeira, Norro do Indaia, Cachoeirado Guaracipô, Picada da Pefra Cumprida, Carazá. Tem muitos que não conhece, só aqueles que são um pouco mais melho, o problema é a criançada que não sabe nada. Tem os pesqueiro, os ponto de pesca: Ponta da Andorinha, Ponta da Espia, Pesqueiro do Difirino, Caréu Grande, Saco da Vajinha, cachoeira da Escada, a Ponta do Meio. Esses com menos de 20 anos não sabe nada, porque não puderam aprendê e as veze não quiseram.

Agora a moça vê, tenho medo de quando eu faltá, de não tê ninguém para falá dessas coisa. Eu tô esperando aquela moça que disse que ia escrevê um livro do Camburi, aquela que foi casá...

¹ Ele refere-se às instalações administrativas do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar.

SIMONE: A Candy?

S. GENÉSIO: É, e o seu também, é bom porque se vósunseis dão valô, quem sabe os jovis daqui também. É que essa mocidade não conheceu a fatura! Tinha aqui S. Manezinho Bento, quando ele ficou noivo para casá, ele tinha muita mandioca na roça, ele desmanchou o mandiocal, teve a farinha, nós tudo ajudô, fez a farinha, embarcô na canoa para levá tudo para o comércio de Ubatuba, para obtê aquela importância e comprá o enxoval e casá com a moça. Vê, tudo era produto da roça. Era um trabalho pesado, mais tinha, os nativo daqui tinha saúde, era difícil I no médico, quando a pessoa estava anssim adoentada, tomava chá de ervas, levava uma pancada, fazia o remédio. Duas semana atrás eu estava com a perna numa conta! Tão inchada de uma pancada que levei. Fiz banho de ervas, casava uma com a outra, era folha do cabaço, a ortiga, a folha do sabugueiro e a folha da pariparoba e a balierva, eu fazia o cozinhamento e banhava. A moça nem sabe com estava. O remédio bom é do mato e eu ensino, até para os pessoal de for a, esses pessoal que vem para a praia e come essas comida de lata ou bebe, isso eu num como e também num bebo, passa mal, chá de boldô é excelente.

O povo trabalhava e era saudável, eu sepultei meu tio Fernandez com 105, minha mãe com 103, meu tio Emidio co 98 e por aí, meu tio Difirino com 102. Eles não ia em farmácia, minha mãe a única vez que foi no hospital, com 4 dias morreu. Tudo era pesado, mais a vida era garantida, agora tem coisa meliô, mais o melhó fica piô também. Até a criação, aquele respeito mudou. Então a moça mê que naquele tempo não tinha o estudo, só tinha duas pessoas que sabia lê, uma estudava em Picinguaba e outro era o Bento. Agora o governo põe escola, mais não tem os ensinamento do passado. Hoje um chefe de família não pode ensiná os filho. As vezes apanhava com cipó tinumpeba.

Era uma fatura! Naquele tempo nós fazia muita farinha de mandioca, tinha muita mandioca de frutá, de cozinhá, tinha gente de for a que vinha percurá a nossa farinha. Hoje não posso mais fazê, não pode plantá a mandioca, banana, porque estamos impedido, se me pegam cultivando a terra me prende, me toma as ferramenta, aí fico mau visto. E não era para sê anssim.

Eu comparo o Camburi com uma noiva, porque se eu tinha uma filha que ia casá, eu vou querê que ela chame a atenção de todos no casamento, que seja a mais bonita, era anssim que o Camburi devia sê, porque aqui é o ponto final do Estado de São Paulo, aqui devia sê bem cuidado, mais tá abandonado. Por que não tem luz? Por que nós é que temo que remendá a estrada? Por que este castigo? Tem anos que eu luto, daqui a pouco eu bato com as 10, vô para o sepulcro e não vejo nada para deixá. Eu queria falá para os nosso governo como está o Camburi. O Parque tem culpa, o governo não indenizô o povo, não dá nem uma cesta básica para o povo. Isto aqui é descendência de quilombo, eu sepultei, garoto, a velha Cristina com 115 anos. Não pode plantá, não pode colhê, não tem peixe!

SIMONE: Por que o peixe acabou?

S. GENÉSIO: Mudou o caminhamento do peixe, eu tava conversando com uns pescadô em Ubatuba e eles me falaram que os peixe tão tudo na Baixa de São Tomé, no Espírito Santo. Aqui não passa mais nada. Só o Sr. Jesus mesmo. Tem uma pessoa aqui de Ubatuba, que qué que eu vá no Ratinho, eu tô aguardando, ele me falou que tinha que falá, não sei, as vezes eu acho que tem que botá a boca no trombone, porque para os mais novo a coisa pode ficá piô.

SIMONE: E a associação de moradores? Como anda?

S. GENÉSIO: Vai indo, domingo tem reunião, até vem duas senhora da prefeitura falá. É a historia do Quilombo, todos são descendentes daqueles escravo que veio para cá. Os Basílio form os primeiro, a Maria Grande, mão da Justina, é dos Basílio, a Justina casô com outro que veio de for a, misturô.

SIMONE: E a história da sua casa, como está?

S. GENÉSIO: Eu nasci e me criei aqui, minha mãe também, minha mãe teve 13 filho com meu pai José Antonio dos Santos, o Zé da Barra, porque morava para cá da barra. Que acontece, meu pai viveu com minha mãe, teve esses 13 filho, aí meu pai achô por bem arrumá outra mulhé, encostô minha mãe. Uma ial de Maria Filisbina, tinha apelido de Maria Paca, se juntô com meu pai, o tempo passa e ele vira crente da igreja Assembléia de Deus, e para fazer parte das cerimônias da igreja tinha que casá, senão era só ouvinte, então ele casô com a tal de Maria Paca, com a minha mãe ele não era casado, era amasiado, tenho té medo dessa palavra, não gosto desse negócio de junú, para mim tem que casá, por isso casei duas vezes, a primeira não deu certo, depois casei comum viúva, mãe de 7 filho, que estou com ela té hoje. Mais aí, meu pai casa com a tal, nessa época apareceu um grileiro, eu não esta aqui, minha mãe foi morá do outro lado do rio, eu fiz a casa para ela, eu morava lá, mas meu desfruto era no sítio do meu pai, intê, quando veio o IBRA cadastrá as terras, eu requeri essas terra e paguei os imposto. Mas eu fui para São Paulo, trabalhei lá de copero, fiquei 6 anos. Nesse tempo meu pai vendeu as terra para o João Bento, vendeu, mais não deu a parte da minha mãe, ele não falô para o João Bento que tinha duas mulhé. Aí a moça vê que o tempo foi passando, ele registra o terreno, quando eu cheguei, fiquei sabendo, meu pai me falou que nós não tinha direito porque ele não era casado com minha mãe. Do mesmo jeito, fui para o sítio, morei sozinho lá uns 5, 6 meses aí, botaram fogo na minha casa, destruíram tudo, eu tava pescando, era 22 de março, destruíram tudo, foi o João Bento, veio falô comigo, dizendo que o sítio era dele. Ele é adevogado dele

mesmo, aí luta daqui, luta dali, eu num tinha dinheiro, arrumei esses advogados de Ubatuba, primeiro foi o DR. Nélito, depois foi Joaquim Barbosa, mais não tinha dinheiro para dá para eles, abandonaram e o João Bento não, aí o Dr. Joaquim Barbosa me chamou em Ubatuba e disse "S. Genésio, o senhor perdeu a causa". Nós recorreu, depois de 2 anos ele disse de novo "perdeu", depois que minha mãe morreu ele veio mesmo em cima de mim. Fui atrás de advogado. Mais nestas história, o João Bento falava que eu não era filho do Zé da Barra, já que não constava o nome dele. Teve muita complicação. Quando a polícia veio aqui, o oficial de justiça, eu não tinha para onde ir; aí o povo me ajudô, veio todo mundo, não deixô a polícia me achá e desmanchá minha casa, depois desmanchavam, só ficô a do delegado, a casa de farinha e a cas do Fabi. Não tá definido ainda, tá com 32 anos essa história.

A moça vê, o que é o caçara. Eu não me conformo, isso não é terra tombada, terra do governo e como pode ser isso, como é que ele é dono e pode dá um despejo para um caçara nascido e criado na terra. Se a terra era do governo se é reserva, se eu tivesse chegado depois, mais não! Eu tenho 73 anos! O Brasil é um país abençoado, não tem guerra, terremoto, mais só que a lei no Brasil, é para quem tem o Real. Ele comprou naquele tempo por uma mixaria, 2 mürreis, para classe baixa nada!

SIMONE: O pessoal do Parque tem vindo para cá fiscalizar?

S. GENÉSIO: Eles vieram aqui semana passada, dando um papel, dizendo de novo que não pode plantá, reformá casa, essas coisa. Eu não sô contra o Parque, só que tem um erro, os filhos da terra não nada com isso, nós sempre conservô isso, nós precisa liberdade, nós sabe onde pode cultivá, se não a mata não estava aí té hoje, para eles dizê que eles é que preserva. Então que eles liberasse área, a terra que pode, não tem mais força. Por que esse castigo?

Eu tive lá com o Bepo,² cheguei gritando com ele, falei que era mentiroso, porque a cozinha que eu construí, ele disse que tinha sido escondido, mais eu pedi autorização. Fiz ele percurá os papel, e acô. Eu disse para ele "o Sr. tem luz, tem banheiro em casa, tem emprego, e o caçara?"

Que tenha a lei do parque, num derrubá as mata, tudo bem, mas não fazê uma moradia? Isso não está certo. Quando casa vai morá onde? Debaixo de uma árvre?

Eles não derruba depois de pronto, mais manda pará quando tá construindo té segunda ordi, que nunca chega. Lá na praia eles tiram muita coisa.

SIMONE: E a casa do Badeco?

S. GENÉSIO: Sabe, aquele barraco não era dele, aquele novo, de madeira, ele vendeu aquilo e o dono novo é que estava construindo, usando o nome do Badeco. O que é certo, é certo, e aquilo estava errado, o dono estava enganando o Parque, foi feito escondido, as 18h da tarde chegaram, 7h da manhã já estava pronto. Tiraram. Amanhã o dono vinha tirava o Badeco, ampliava, fazia lanchonete, casa e ficava no lugá. Não, não.

S. GENÉSIO: Todo mundo aqui no Camburi, tinha que percurá advogado, para aí o advogado levá ao conhecimento do Dr. Juiz, todos aqueles que tinham suas moradas, seus direitos, para levá perante o juiz. Então, nós fizemos isto, todo mundo aqui no Camburi fizemos isto, agora a moça vê que estamos aguardando, infelizmente está tudo parado, decisão nenhuma. Mas ante disso, quando nós soubemo que o Camburi tinha sido vendido para os Alemães, que os alemães tinham comprado o Camburi, toda essa parte aqui do litoral, aí juntemo sete pessoas, comigo oito e nós marcamos uma união com a dotora promotora aqui de Ubatuba, fomos lá, chegando lá soube-se a respeito, demos os dados do que estava acontecendo, então ela esclareceu para nós, perguntei "dotora como fica nós que temos descendência de muitos anos, eu mesmo enterrei quando era moço uma senhora de cento e quinze anos, era Dona Cristina, agora a senhora acha que nós caçara legítimo pode sai de lá?" "Ela sabe o que falô?" "Sai, sai sim, porque quem vai tirar vocês de lá é o exército, porque está vindo para os alemães". A moça vê que eu já esclareci isso com diversos advogados. Naquela reunião com o Bepo e com o Zizinho³, que nós recebemos aqui mais de setenta pessoas, que veja só, vieram comê aqui o nosso Azul marinho, eles fala que isso não haverá de acontecê. Como que eles fala que isso não acontece, se eu fui Ter com as autoridade que é a promotora, será que esta senhora estava doente da cabeça que mentiu tudo isto? Ou então vão dizê que sou eu que minto? Mas eu não estava sozinho, estava com mais sete pessoas. Então é anssim comentário de um jeito, comentário de outro!

E a dotora disse anssim para mim "o senhor sabe o valor daquilo lá? Cada metro custa milhão e milhão de reais". Então tá anssim, eles falaram que nessa Ação Discriminatória iam chamá nós para nós dizê que a terra era nossa, mas até agora não chamô.

SIMONE: Como é o nome dessa promotora?

S. GENÉSIO: Num lembro agora, mas te digo já, daqui a pouco a cabeça volta a funcioná, mas nós fomo falá com ela lá na cidade, no gabinete dela.

Mas, a coisa está anssim há quanto tempo? A moça sabe, quantas vezes já ficô aqui? Eu tive doente, mas estou melhor e a associação vai voltá a mexê nisto.

¹ Trata-se de Luiz Roberto N. Oliveira, Diretor do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar

² Trata-se do Prefeito de Ubatuba

ENTREVISTA COM S. JOSÉ LÚCIO, PESCADOR EM CAMBURI
DEZEMBRO DE 1999.

SIMONE: Me conta da pesca, S. Zé.

ZÉ LÚCIO: No tempo dos antigo as rede era de algodão ou de fibra de planta da mata que a gente conhece, depois tingia em caldo de casca de pau abóbora, pra enganar os peixe que não via a rede. nós pescava mais na espia, os pessoal mais velho, eu era rapazinho novo. A espia é ali naquele ponta, se sabe né? Um companheiro ficava ali espiando, tinha vez de passar tempo. e avisava quando o peixe vinha, vinha sempre do sul pro norte. a gente em duas canoa, cercava o peixe, espremia ele nas pedra. aí tirava com a rede por dentro, era carapau, xaréu, tirava 3, 4 canoada 15, 20 mil por mês. a cavala era a mesma coisa, 15 mil cavala, isso foi indo, indo, até enfraquecer. No tempo dos antigo, o peixe era farto e as pessoa se conhecia e se respeitava, agora tá tudo assim virado, é por isso que Deus prendeu o peixe. A moça viu, que inverno danado foi esse que passou. Consegiu tirar 60 conto.

E tem o problema das canoa, agora é uma complicação, a moça sabe, os florestal diz que vai tudo se acabar se nós tirar um pau da mata, a moça acha? Se nós depende disso! Antes a gente escolhia a madeira e mesmo fazia a canoa, agora tem que comprar, e comprar com que dinheiro?

Aquela é uma tarrafa (mostra), é só percurá um poço limpo, um lugar bom no mar ou no rio e joga.

Quando inventaram o cerco, não tinha aqui, depois sim, eu pesquei 30 anos pro Maciel. O peixe era tanto, tanto, agora enfraqueceu, oê vai lá pega quase nada. Cauu 90%, oê vê, tem um ferrião desse e não tem peixe pra vendê. Tem lula, lula tá bom, mais as pessoa que peixe grande pra assá.

SIMONE: Como pesca a lula?

ZÉ LÚCIO: Lula a gente pesca de garatei, eu pescou no cerco, pego 100, as vezes 30, 15 quilo por vez.

(CHEGA UM TURISTA)

TURISTA: Tem visto tartaruga?

ZÉ LÚCIO: Tenho, inda ontem o Bruno do Tamar¹ veio marca uma que tava no cerco.

TURISTA: Não dá mais pra comê?

ZÉ LÚCIO: Não, agora a gente chama o Tamar.

SIMONE: Não come não S. Zé?

ZÉ LÚCIO: Não, o Tamar ajuda a gente e a gente ajuda eles, assim dá certo. Eles é que devia tomá conta desses parque, tudo é meio ambiente.

Essa é a garateia (ele mostra - ver fotos), dá pra pôr mais, pode pegá um pau e pindurá várias garateia, em cada uma pega uma lula. Mais eu vou no cerco, pego lá. Fui de manhã e vou 18h00, peguei uns piragica, uns 4 xaréu e o reto de lula. Desde que começou a dá, peguei uns 400 quilos de lula. O moço da peixaria vem buscá, a gente avisa pelo rádio e ele vem buscá.

SIMONE: E quando não tinha o rádio?

ZÉ LÚCIO: Ai tinha que ir lá avisá, mandava um muleque lá.

SIMONE: Muita gente trabalhava com pesca?

ZÉ LÚCIO: Ah! Naquele tempo, uns 20 home. Aqui tinha 2 cerco, 5 home em cada cerco. Agora só tem 1, que nem é meu. O outro é do Inglês, mais ele tirô causa de que não tava dando nada.

SIMONE: Como é o cerco?

ZÉ LÚCIO: Ele é assim cheio de ancora, umas 14, levamo umas 40 braça² de corda, a cada braça e meia a gente coloca um bambu daquele, vai quase 20 bambu e a rede é de botão (ele mostra o botão) tem uns 50 botão na rede, a gente larga rede e depois vai visitá³. (ver desenho do cerco)

Esse cerco que tá aí é do moço do Ubatumirim - metade do que nós consegue é dele, a outra meia divide em 5, e da parte dele, eu recebo uma parte porque cuidô do cerco e o Altino também, porqum remenda a rede. O dono dá a rede, o fio de remendo, a canoa. Nós corre com o trabalho.

¹ Projeto Tamar Ibama, visa a preservação das espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, o projeto realiza um grande trabalho com os pescadores, que passam a colaborar, avisando quando as tartarugas caem em suas redes ou encalham nas praias

² Unidade de medida equivalente a um metro e meio.

³ Ida com uma canoa ao cerco para retirada dos peixes

Cada ano a gente trabalha 6 meses, no inverno não dá pra trabalhá, no máximo a gente coloca uma rede de espera. Essa aqui é minha (mostra a rede), a gente pega uma rede boa, um tresmalho (ele mostra a rede voltada de chumbo). Aqui tem 150 braça de rede, dá pra pegá tainha, que vem aqui perto. Larga ela pra fora (no sentido do mar aberto) na pedra, entoca ela, com a canoa, vai largando a rede, aí fica lá, quando o peixe entra pelo sul, ele malha, depois vai lá e visita e despeça.

Tem a pesca do espinhei, que é com anzol, aqui não tem a corda, pra pegá cação, é uma cordinha mais fina. A gente compra 100, 150 anzol, do tamanho que quisê fazê, e vai colocando na corda, uma linha 80, uma braça um anzol, uma braça um anzol, pega curvina, pega cação.

SIMONE: Até onde dá pra ir com essas canoas?

ZÉ LÚCIO: A gente vai uns 500, 1000 metros pra fora da bala, dá pra ir pra Trindade, dá pra ir pra Ubatuba, mais a gente não vai mais, porque tem ônibus na BR. A gente sai daqui 9h da noite e chegava lá 6, 7h da manhã, 4 home remando, as vezes quando voltava tava quase morto, que além de remá, tinha que carregá as coisa que ia levá e buscá. Mais naquele tempo a rapaziada era forte, era tomo mundo baixinho, mais a turma era forte. Hoje não dá, hoje tô com 65 anos.

SIMONE: Por que o peixe está acabando?

ZÉ LÚCIO: Isso aí não posso explicá. Aqui tinha muito peixe, não tinha lugá de Ubatuba, da Joatinga de tudo aqui, não tinha lugá melhó. Tem gente que fala que era época de acabá mesmo, outros diz que foi por causa dos amastão, do no cheio de areia, os barco grande entrava aqui e levava tudo, não respeitava as época certa e as vezes o defeso tava marcado errado, que em cada lugá é diferente, então as vezes nem crime era. Tudo é verdade, por isso Deus prendeu os peixe no fundo do mar.

SIMONE: E lá no rio?

ZÉ LÚCIO: Tinha muito peixe, agora tem muita areia, mais tá criando uns robalo de novo, vamo vê. Tem Fitu, tem lagosta. No mar a gente não pega sempre, mas tem lá na costa. Tem marisco na costeira, agora tá tudo miúdo.

A gente tá fazendo a mansqueira aqui, ali naquelas bóia azul (ele mostra), eu, o Celso, Maximiliano, o Caio, a turma aqui. É do Instituto de pesca, a gente colocamo lá dois peso de concreto de 1.040 quilo cada um (ele desenha a mansqueira na areia). Chamemo um barco que levou o peso pra lá, eu marquei a posição, cortou a corda, foi perigoso, mas deu certo. Hoje tá com 15 dias, tá tudo bem. Eles falaram que em 6 meses dá pra vê o produto deles. E cria robalo perto da mansqueira.

Mais eu vou fazê depois uma pra mim, que essa eu não sei como vai ficá. No Tamar dá pra conseguí.

Eu tando no mar, pra mim tá bom, eu trabalhei na roça quando podia, mas eu sou do mar. Trabalhei embarcado, viajei. Eu acho num tá na terra, eu quero é sempre tá ali (aponta o mar).

SIMONE: O mar é bom demais mesmo, mas o Sr. não tem medo?

ZÉ LÚCIO: Não tenho medo não, mais não pode abusá, o próprio nome dele já diz tudo: Mar, ele poá tá bem com você, daqui a pouco tá de mar.

Ele é bicho valente, abusá pra quê? Tá com 10 anos agora, que deu uma maresia braba aqui. Eu falei que não dava para sai. Os menino quis sai, só foi entrá no mar, a canoa foi longe, a correnteza levava pra lá e pra cá, um saiu quase morto, o outro morreu, foi dia 20 de abril.

Não pode desafiá, não pode, o nome dele é esse: mar.

ENTREVISTA COM CELSO SOARES – MORADOR DE CAMBURI, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO. - 30/12/1999.

(NA VERDADE A ENTREVISTA TRANSFORMOU-SE NUM BATE PAPO COM ALGUNS MORADORES: ZÉ LÚCIO, ALTINO, INGLÊS E A CRIANÇADA)

SIMONE: *Essa história do camping da associação, o que aconteceu?*

CELSO: *Tá vendo essa área? Então era pro camping estar ali, são 5400 metros quadrados de um lado e mais 5400 do outro lado, então dá 10800 metros quadrados. Agora um engenheiro, o Maurício, tá medindo pra gente. Mas antes disso eu fui pedir pra fazer, o Bepo deu a autorização, só que não deu por escrito, deu de boca, falou assim "ah! É pra associação? É pra fechar a praia? Pode fazer" Depois ele mesmo impediu, mandou prendê, proibiu os quatro banheiros. E agente levou uma multa de 2000 e tantos reais, que vamos recorrer, que não temos condições de pagar. Vamos até lá, pra você vê... Olha, nós fizemos um camping improvisado, o cidadão paga cinco contos e fica quantos dias quiser, e a gente explica que o dinheiro é pra associação de moradores, que fomos multados por isso não tem banheiro. Depois vai ficar tudo direitinho, cercado, com estacionamento de carro, vigia, tudo, aí temos como cobrar o justo e aí a praia vai ser interditada, ninguém vai acampar na praia, acampar só nos camping, no nosso, no Ipe, que o Ailton toma conta, nos quintais de quem quiser. Aí a praia vai ficar mais bonita, o turista vai chegar, vai tomar seu banho, vai embora e a gente vai continuar sossegado.*

SIMONE: *Como que foi na hora que eles vieram embargar o camping?*

CELSO: *A gente tava limpando, tinha feito um mutirão de 28 pessoas, os próprio funcionário do Parque vei ajudá a medir, o Douglas veio. Eles passaram umas duas, três vezes e não iam parar, mas por causa daquela obrinha ali, eles pararam. Tá vendo que tá cercada essa parte do terreno? Apareceu um dono desse terreno, quer dizer, ele vendeu isso pro João Bento há uns 20 anos e agora diz que é dele de novo, então aí fez um alarde essa briga do cidadão aí com o João Bento, que já tinha liberado o terreno pra gente e tem documento disso, nada mais de boca! Pra depois não vim com essa de "liberei camping e não banheiro", onde já se viu isso, camping sem banheiro, o que que isso ia adiantar pra gente, se os turista continua sujando nossa água, nossa praia?*

SIMONE: *E como vai ser o esquema de funcionamento do camping?*

CELSO: *Todo o dinheiro vai pra associação, vamos Ter funcionários pra cuidar do camping, o dinheiro vai ser usado em coisas como arrumar a estrada que a prefeitura não dá jeito, o que o bairro precisar, inclusive a gente quer comprar um veículo pra socorrer um doente, uma mulher grávida, que agora se sabe né? Tá cheio de carro aí dos turistas, mas no inverno, viva alma desce aqui. Tem que Ter o carro. E os gastos vão ser assim, quem assina as despesas sou eu ou a tesoureira, que é a Maria Aparecida Santos Soares, e tem os fiscais que tomam parte de tudo, olha aqui os fiscais, essas carar aí que você tá cansada de vê (juntaram-se vários moradores para uma prosa). Ih! Tem tanta coisa pra fazê, tá vendo ali? São os piquetes pra luz, eles já vieram, mediram, tem a estrada que vieram jogaram pedra, aí pararam, tudo por causa do meio ambiente, que diz que tudo tem que Ter projeto, aí a prefeitura que não quer fazer nada, não faz o projeto e empaca tudo. O projeto pra essa estrada, é um projeto técnico, um engenheiro faz isso rapidinho. E o Bepo só aprova se tiver um projeto. A prefeitura tem engenheiro pra isso. Agora o Maurício vai tentar fazer o projeto e encaminhar na prefeitura. E a prefeitura encaminha para o meio ambiente.*

SIMONE: *E agora como vocês vão fazer? A prefeitura tá uma bagunça, o prefeito afastado.*

CELSO: *Esse afastamento acho que é só de seis meses e o presidente da câmara tá lá, o Zé Maria Patricio. Mas se nada der certo, a gente vai chamar a imprensa, chamar a globo, fazê o cuê aqui, aliás tem que esperar as chuva, porque se sabe, agora a estrada tá boa.*

Parque tinha que ser da estrada pra cima, aqui é um bairro, uma comunidade e tudo é proibido, não pode construir, não pode nada, agora até pra comprar na cidade a gente tá proibido, as loja só vende se tiver autorização do Parque. Agora veja você, se eu tiver uma telha em casa pra arrumar, não posso, sem autorização não faz.

S. ZÉ LÚCIO: *Não faz mesmo! Aí a gente vive ansxim.*

CELSO: *Em parte a culpa é do prefeito, que quando ele veio aqui pedir votos, ele dizia que Camburi era a menina dos olhos deles, que a primeira praia que ele ia mexê era aqui. Agora ele tá saindo e nada mudou. Quando a gente quebrar essa estrada, ninguém passa, aí vem todo mundo, a imprensa vinha e a gente ia contá porque a gente tava fazendo isso, a situação de Camburi.*

SIMONE: *Tem que ser assim mesmo, o Moisés me contou como foi no dia que os florestais vieram e vocês não deixaram eles levarem os materiais.*

CELSO: É, foi assim, a gente falou "isso aqui é nosso, ninguém vai levá nada!" Juntou todo mundo, mulher, criança, homem, levamos tudo pra igreja e eles foram embora sem levar nada.
Tem que falá tudo! Outro dia um caminhão desceu aqui, queria vendê, sei lá o que aqui, eu mandei embora, não tinha licença, não tinha nada, se pode vendê que seja a gente do lugar.

AILTON: Se não, é sempre o de fora que vem ganha o dinheiro e vai embora, nada fica aqui.

CELSO: Tem que arrumar a estrada, aí tem um turista que vem, passa o dia e vai embora, não esses que quase se muda pra cá e só suja a praia, as cachoeiras.

INGLÊS: E tem turista que fala anssim "deixa a estrada assim, anssim que é legal, preserva" Preserva o que, se só esses maluco vem pra cá? Fala anssim porque tem carro, porque não tem que subi e desce a pé!

CELSO: Mas a gente vai arrumar, vai Ter pedágio lá em cima, a gente já pediu autorização e vamos fazer uma guarita lá em cima, a autorização do CONTUR.

SIMONE: É por isso que vocês não estão cobrando nesse feriado, mas, perdeu todo esse movimento do ano novo.

CELSO: É a gente tá esperando a tal autorização.

ZÉ LÚCIO: Essa praia tá uma mundiça, o pessoal foram ali tomá banho ontem, criança junto, quando vai olhá todo mundo fumando maconha, ali, bem dizê na casa do rapaiz, que dirá na cachoeira como tá.

CELSO: É por isso que tem que fechá a praia e vai ter policia aqui, se quê fumá, vai pro meio do mato, a gente não tem que aguentá isso.

ZÉ LÚCIO: E tem uma coisa que eu num tô de acordo, a policia quando pega, leva embora, chega lá o fulano paga uns conto e é solto e volta pra cá com o mesmo fumo. Isso é lei? Outro dia mesmo, pegaram aquele tal de maionese com um pedaço de fumo, quando foi a tarde ele já tava de volta batendo no peito e dizendo "eu tinha mais". Isso é uma lei que não vale nada.

AILTON: Pagou sai fora!

ZÉ LÚCIO: A gente que é adulto, num pega esses vício, mas as criança ainda num sabe nada, já viu né? Tem que acabá com isso!

CELSO: Tem um povo que tá aqui na praia acampados faz 5 meses, direto e todo dia é aquela algazarra a noite.

ZÉ LÚCIO: Quando a policia veio aqui multá nós, devia de tê levado tudo eles, isso eles não faz..

CELSO: Ontem mesmo eu notifiquei a policia, até agora eles não vieram.

ZÉ LÚCIO: Tá com uns anos que tinha uns camaradas ali, onde hoje é o Baica, eles tomaram conta da praia, e dizia que ali eles mandava. Nós se juntemo, a policia veio e tiramo eles daqui, nunca mais apareceram.

(chega o Inglês)

SIMONE: Oi Inglês! Como é que tá? Tudo bem?

INGLÊS: Oi Simone, tudo bem, ô menina se tá muito magra, que é isso? É paixão? Eu já te disse que casá só com caçara legítimo heim!

SIMONE: Que nada Inglês, tô assim de tanto subi e descê essa trilha! A gente tá falando da praia.

CELSO: Esse ano novo vai ser fogo, tem que acabá logo com essa barulheira. Lá na Fazenda, o Camping do Mair é diferente, não pode tê esses baridho e lá o cidadão paga 12 real por pessoa por dia. E paga né?

INGLÊS: Esse ano nós entremo pelo cano, que o parque não deixô fazê a estrada, nem o campi. Agora esse povo tá tudo aí, sujando nossa água, fazendo as cachoeira de banheiro, isso o Parque não vê! Eles proibe tudo, vai matando aos pouco. Imprensa o povo de um jeito

10/11/2002 Moisés, caiçara de Camburi

Pra mim preservação ambiental pode ser traduzido como criação de marginal, porque foi isso que aconteceu aqui no Camburi. O povo não tem trabalho e por isso não tem dignidade. O Camburi está abandonado e por isso os marginais vêm pra cá. As drogas estão aqui dentro, nossas crianças estão sujeitas a tudo. Aqui está cheio de homem nascido e criado aqui, que sabe trabalhar na terra e não pode, então o que acontece com esse camarada? Ele começa a beber, vende seu sítio a troco de nada e a miséria só se multiplica.

Moisés (presidente da Associação dos Moradores do Camburi) 08/01/2004.

Nós nos organizamos da seguinte forma, fizemos uma reunião e tiramos uma lista de reivindicação que tinha pedido de luz elétrica, asfaltamento da estrada, saneamento básico, comunicação, educação, infraestrutura, estacionamento, lixo, emprego, especulação imobiliária e saúde. Fui até a câmara dos vereadores e digitamos direitinho nosso documento. Nosso projeto era fechar a rodovia até que alguém viesse discutir o documento com a gente e se comprometesse em nos atender, era pra ter sido no dia 15 de novembro mas como era feriado não ia ter expediente na Secretaria do Meio Ambiente, então não adiantava nada. Marcamos então para o dia 25 de novembro, nesse dia bloqueamos a rodovia em frente a sede do Parque por algumas horas, depois nós ocupamos a própria sede do Parque. Houve um tumulto, os funcionários do parque chamaram a gente de vagabundo e isso me deu muita bronca porque se nós chegamos ao ponto de ocupar a sede é porque somos trabalhadores e queremos uma vida melhor para a nossa comunidade. Passamos duas noites lá, era mulher, criança, os homens, a comunidade compareceu mesmo e só saímos quando eles marcaram a reunião na escola de Ubatuba com as autoridades e foi nessa reunião que conseguimos esse asfalto emergencial para os pontos críticos e algumas outras coisas. Até agora está indo tudo bem, o material para o asfalto já está aqui, precisa só fazer um tempo bom para começar o trabalho, mas estamos cientes que não podemos perder essa união, e isso não foi jogo político, nós estávamos ali reivindicando as nossas necessidades.

Eu não odeio o parque não, mas acho que tem coisas muito injustas que são de acordo com os interesses de quem está no poder, por exemplo a Adriana Matoso quando ela dirigia o parque deixou asfaltar a estrada de Picinguaba, por que? Eu queria saber! Hoje a Lica não deixa asfaltar a nossa, qual é a lei que está certa? Por que que a nossa estrada tem que ser diferente, tem que ser ambientalmente correta se a da Picinguaba que também está em área de parque não é?

Então, ficou acertado na reunião que seria feito o asfalto emergencial e que seria encaminhado para captação de recurso o projeto da estrada com bloqueio, que parece que é super bom, ambientalmente correto. Porém, tenho receio porque se o dinheiro vai vim do governo do estado vai entrar em questão política, isto é, será que vai interessar para o governo gastar tanto dinheiro com o Camburi que tem 150, 200 eleitor? Estou duvidando, mas ainda espero algo, vamos dar um prazo para ver o que acontece e se não acontecer nada a gente se organiza e ocupa de novo o parque.

Tem um projeto para a luz elétrica também. Tá tramitando e a perspectiva é que em março a gente tenha uma resposta.

Esse feriado do fim de ano deu muito maluco beleza aqui, foi muita bagunça, mas pelo menos a gente conseguiu que a praia não tivesse acampamento, só teve um problema com a Dica que cercou um pedaço da praia e fez um camping, eu avisei a Lica e ela não fez nada. Para completar choveu muito e ficou difícil descer, então a polícia não desceu aí é a festa dos maluco beleza. Teve muita droga! A droga rolou solta porque não tinha polícia.

Para perseguir o caiçara eles são muito valente, para humilhar um pai de família que constrói alguma coisa, que faz uma roça eles aparecem, mas não aparecem para prender esses traficantes e bandidos que se instalam aqui.

E tem esse projeto do Governo Federal que diz que vai levar energia elétrica para todos os municípios do Brasil, eu quero que o Camburi entre nisso, afinal nós não estamos longe da rede e não queremos mais esperar, já esperamos demais e esse foi nosso erro, nosso tempo é agora.

ENTREVISTA COM LUIS ROBERTO CAMARGO NUMA DE OLIVEIRA – BIÓLOGO, DIRETOR DO NÚCLEO
PICINGUABA – PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR.
04/01/2000 - CEDE DO NÚCLEO PICINGUABA

SIMONE: Eu queria que você me falasse sobre a posição da direção do Parque, a posição do Instituto Florestal em relação as populações que vivem aqui dentro.

BEPO: A posição do Parque. É difícil falar da posição do Parque porque institucionalmente isto nunca foi oficializado. Quando o Parque foi criado em 1977, a estrada aqui, a BR 101, tinha acabado de ser aberta e aqui estava um processo de especulação da terra muito grande. As pessoas vinham e compravam terra dos moradores por qualquer quantia. Isso foi uma tentativa de se evitar a remoção dessas pessoas daqui, evitando que elas vendessem suas terras por qualquer preço. O segundo passo desse processo seria regulamentar a ocupação desses agrupamentos humanos. Sempre se imaginou que iam regularizar essa situação, inclusive isso foi colocado como um dos objetivos do Parque, da proteção e valorização da cultura e tudo mais. Enfim, quando se instalou aqui em 1984 o Instituto Florestal, a negociação foi feita, com a desapropriação da Fazenda da Caixa, a negociação foi nesse sentido, se as pessoas quisessem permanecer aqui, deveriam obedecer certas normas. Esse acordo foi feito na época. Alguns anos depois, na Vila de Picinguaba, foi feito um seminário com a população, onde foram colocadas as questões dos conflitos que estavam acontecendo já na época e quais seriam as propostas. O problema naquela época e até hoje. Depois desse seminário houve um workshop no Instituto Florestal em 94, onde foi discutido essa questão das populações em Unidades de Conservação e não se chegou a uma conclusão viável e recentemente fizemos o plano de gestão nosso e todas essas iniciativas, todas essas ações por parte da Secretaria do Meio Ambiente, por parte dos técnicos que sempre trabalharam aqui sempre foram nesse sentido de tentar compatibilizar a Unidade de Conservação com comunidades morando dentro. Agora tudo isso sempre esbarrou em problemas que hoje estão se revelando intransponíveis, porque o centro da questão é a posse da terra, da propriedade da terra, que sempre é uma coisa muito discutida, existem vários documentos de propriedade que se sobrepõem, existem documentos de posse onde ninguém exerce a posse, existem matrículas registradas em cartório com ampliação de até duas vezes a área, existem situações em que uma determinada pessoa tem um documento mas quem exerce a posse é outra pessoa, então tem o conflito, e existe o problema do Estado não ser o detentor da propriedade, isso já dificulta qualquer atuação, principalmente no sentido de restringir direitos. Um outro problema, que parece insolúvel é a regulamentação dessa categoria de Unidade de Conservação, que é um Parque Estadual, um Parque Estadual, assim como uma Reserva Ecológica, é uma categoria chamada de uso indireto, ela foi criada para a proteção mais integral possível dos ecossistemas, então, teoricamente só seria permitido atividades de ecoturismo, lazer, educação ambiental, uma visitação controlada de determinados espaços, atividades de pesquisa e as atividades de fiscalização e gerenciamento da Unidade. Não é previsto em lei qualquer outro uso dentro desta Unidade, então, isto são problemas que persistem até hoje 20 anos depois de terem criado o Parque e que a Secretaria de Meio Ambiente não foi capaz de solucionar. Isso cria dois problemas: o primeiro é a diferença entre o discurso e a prática do órgão gestor e o outro problema que é consequência deste é justamente o descrédito e as frustrações que este tipo de discurso dubio gera. Então, por tudo isso, é difícil dizer qual é a posição do Parque, porque ela não existe, isso é um problema.

SIMONE: E o convênio com o ITESP (Instituto de terras do Estado de São Paulo)? Até onde ajudou a resolver essas questões fundiárias?

BEPO: A secretaria do Meio Ambiente não tem um convênio firmado com o ITESP. O ITESP trabalha para a PGE (Procuradoria Geral do Estado), para fazer o que se chama de Ação Discriminatória, que é o processo legal, através do qual se estabelece a propriedade da terra, se define de quem é a terra. Existem basicamente duas utilidades: ou a terra tem uma posse, reconhecida por uma situação de fato, ou uma propriedade reconhecida por um encadernamento de documentos que têm que remontar, se não me engano às Sesmarias. Num segundo caso a terra é devolvida e abre-se duas outras opções: o Estado se apropria da área ou passa para quem ele acha que deve ficar com ela. Então, o ITESP está fazendo o levantamento dessa primeira parte aqui, que vai da divisa com o Rio de Janeiro até próximo a Vila de Picinguaba e a ação discriminatória desse perímetro, que está rolando desde 1997. Inclusive eles já passaram do centro de Ubatuba. Então, uma vez o ITESP fazendo esse levantamento, ele faz o laudo e dá o parecer sobre a situação daquela área, ele vai dizer se a área é boa, se tem conflito, a partir daí a PGE move uma ação defendendo sua tese. Mas, isso é muito demorado, existem ações deste tipo que já duram 40 anos e ainda não chegaram a nada. É uma situação muito complicada.

Uma outra saída era tentar uma outra normatização onde essas atividades fossem permitidas, independente da posse da terra, mas isso não é possível numa área de Parque, teria que se fazer uma retificação do status legal de conservação da área, invés de Parque, passaria a ser uma Reserva Extrativista ou qualquer outra coisa nesse sentido. Só que para que isso aconteça é preciso aprovação da Assembléia Legislativa e o que está previsto no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), é que você só pode tirar uma área se anexar outra, então já teria o problema de achar uma outra área. Então, é uma situação assim, que não tem uma solução encaminhada.

SIMONE: Então, é bem pouco provável que o limite do Parque mude, ou que mude a categoria da Unidade nas áreas onde estão as populações?

BEPO: Olha, eu diria que é obvio que isso terá que acontecer, mas isso já era obvio há 20 anos e até agora não aconteceu.

SIMONE: Na proposta de zoneamento do Plano de Gestão, o Camburi foi colocado em qual zona?

BEPO: Na zona de uso Intensivo e dentro desta, numa subzona de ocupação tradicional. Isso é preciso frisar que ainda não existe legalmente, é apenas uma proposta de enquadramento que deveria ou deverá ser regulamentada na fase 2 do plano de gestão. Só que para a gente prosseguir essa regulamentação tinha que ter a garantia de que juridicamente isso é viável. Pra você ter uma idéia, a gente estava encaminhando uma minuta de uma portaria pro Instituto Florestal que regulamentava algumas autorizações de reformas, de construções para comunidades tradicionais, o Ministério Público vetou essa ação e se essa portaria fosse publicada o Instituto Florestal seria processado. Então, a situação é essa, existe uma lei, lei ou ela é cumprida ou ela é modificada, não tem outra opção. O que não pode é ficar na situação atual, em que não é uma coisa, nem outra.

SIMONE: Ainda no caso do zoneamento, por que não uma zona histórico cultural? O regulamento de Parque prevê esta zona.

BEPO: A gente chegou a discutir isso na fase 1, mas essa categorização que está no regulamento é mais para monumentos históricos, ela acaba sendo tão restritiva quanto as outras.

SIMONE: Em qual momento do Plano de Gestão vocês estão?

BEPO: Desde que foi publicada a fase 1, a idéia era que se procedesse a levantamentos tanto do meio físico, biótico como sócio econômico, pra detalhar as informações e fechar as Zonas com subsídios técnicos para isso. Infelizmente, ficou a discussão que já dura 2 anos de quem vai fazer esses levantamentos, se vai contratar consultoria, se vai ser gente do Instituto Florestal e na prática... algumas Unidades já têm alguns levantamentos, principalmente do meio biótico, mas outras como o próprio Núcleo Picinguaba, está no mesmo pé que parou no final de 97. Fizeram agora, há um mês um seminário interno onde essas questões foram discutidas. Mas, antes de se começar, de se gastar energia, horas dos técnicos, indo numa direção, é preciso saber se ela é viável juridicamente, pra que a gente não caia no mesmo problema que tem caído nos últimos 15 ou 20 anos, de fazer estudos, levantamentos, propostas, aí quando chega a hora de apresentar essas propostas elas se mostram inviáveis, aí há aquele recuo, o desânimo dos técnicos que trabalharam, o descrédito das comunidades que acharam que finalmente iam resolver seus problemas. Então são ciclos, quando foi criado o Parque, teve o ciclo de quando foi implantado o Núcleo, o seminário na Vila de Picinguaba, depois teve outro que foi o Workshop de populações em Parque do IF, depois teve esse outro do plano de Gestão que terminou com a publicação da fase 1. Mas na prática, nós estamos, em termos de normatização no mesmo pé em que estávamos em 1986, quando foi publicado o regulamento dos Parques, aliás, ainda mais restrito, porque agora as penas são mais graves, com a lei de Crimes ambientais de 98, todas essas situações são crimes, que geram processo criminal, penas, cadeia, e em geral não se é mais réu primário... Então, além, de não termos regularizado essa permanência, agora eles são punidos mais severamente.

SIMONE: Quem multa?

BEPO: É a Polícia Florestal. E o exemplo claro dessa dicotomia de discurso é que, o mesmo projeto que financia e que tornou viável o Plano de Gestão Participativo, com abertura para se discutir essa questão, também financia um aparato de fiscalização muito maior, inclusive com integração dos órgãos fiscalizadores, aumentando a eficiência da fiscalização. Então, a mão que dá de um lado, tira de outro.

SIMONE: E agora esse camping no Camburi, que a Associação de Moradores tentou fazer e foi multada?

BEPO: O camping é um exemplo acabado desse tipo de coisa. Deveríamos apoiar, porque vem de encontro a tudo que nós já discutimos, é uma iniciativa da comunidade, é uma obra coletiva, da Associação de Moradores, que visa resolver um problema grave ambiental, que gera renda pra população, que gera sustentabilidade sem degradação da área, é uma obra que fixa a comunidade no seu território. Todavia eu não posso, não tenho instrumentos para autorizar aquela obra. Até posso dar um parecer favorável, encaminhar pra o IF. Eles ainda não solicitaram formalmente, o que já deveriam ter feito, mas eu não posso autorizar e caso eu faça algum tipo de vista grossa, vou estar sujeito a ser enquadrado em crime também.

SIMONE: E qual é o procedimento para a instalação do Camping? Qual é o passo-a-passo?

BEPO: Eles têm que fazer uma solicitação formal, informar como vai ser o funcionamento desse camping, edificações etc. fazer um projeto assinado por um engenheiro ou arquiteto, eles têm que Ter as aprovações da prefeitura, aí o IF analisa, agora, você se põe na pele d um funcionário do IF quando vai analisar, quando ele vai escrever uma autorização, ele vai Ter que se basear em alguma norma. E aí? Em que normatização em que esta pessoa do IF vai se basear? Princípios não são normas. justiça não é norma, justiça social não é norma, boa intenção não é norma, ele vai Ter que colocar no que ele está se baseando que normatiza esta questão. Ele não posse usar o plano de manejo, que ainda não é oficial, por enquanto é só um documento técnico indicativo, um plano de manejo tem que se aprovado pelo CONSEMA, tem uma formalidade, ele não pode usar a constituição, o Código florestal, nada.

SIMONE: No caso de populações como a de Camburi, elas não têm direitos anteriores ao Parque?

BEPO: Numa versão bem cínica da questão, você é obrigado a dizer que eles já foram indenizados, porque venderam suas terras antes delas serem Parque, aí não seriam eles agora a serem indenizados, tanto é que as pessoas que movem processos contra o Estado para serem indenizadas são de fora. E vamos supor que o Estado tivesse dinheiro para pagar, não saberia para quem, aí a gente volta à Ação discriminatória.

Uma outra coisa interessante seria colocar a área de quilombola, porque a constituição lhes garante o direito a terra. Isto seria ótimo pra nós e pra eles. Mas, ainda há uma resistência muito grande da população em admitir que são descendentes de escravos.

Outra questão é que eles são os primeiros a abrirem mão das terras por qualquer coisa, tudo bem, a gente entende que é uma situação difícil, é fácil falar quando a gente recebe o salário todo mês, falar isso de quem tá tentando sobreviver, mas, na prática é isso, eles estão contribuindo para o enfraquecimento da sua posição de comunidade tradicional.

Enfim, essa falta de definição do órgão gestor, que não é nem assim "olha, nós entramos aqui, agora é Parque, esquece, vai procurar teus direitos, se muda" e nem consegue favorecer a comunidade que esta lá. Agora, é obvio que isso só vai se resolver quando a discussão sair da secretaria do Meio Ambiente, tem que atingir setores mais amplos da sociedade e a sociedade vai Ter que decidir isso.

SIMONE: A legislação que institui a área quilombola é superior à legislação de Parques?

BEPO: É uma legislação Federal, eu imagino que sim, mas não tenho certeza. Com relação a posse da terra sim, ela passa a pertencer a União como usufruto da comunidade. Com relação ao uso, não sei.

SIMONE: E com relação ao projetos de manejo da floresta, uso sustentado de material usado no artesanato, qual a viabilidade desses projetos?

BEPO: Tudo isso cai no mesmo problema, que é a falta de normas. Pra fazer qualquer atividade humana é preciso normas.

Simone: Como você vê a questão das comunidades em parque?

Eliane: Teve um certo avanço, no seguinte sentido, como em 2002 foi publicado uma nova lei referente ao SNUC. Em 2002, mais precisamente em agosto, foi publicado um decreto que regulamenta a implantação do SNUC. Nesse decreto alguns artigos prevêem que as comunidades moradoras em parques sejam ressarcidas, indenizadas ou eventualmente a área reclassificada, mas simplesmente a questão de enquanto as comunidades estão lá, nada foi feito com elas em relação aos outros artigos previstos no SNUC que é a remoção. Na verdade o SNUC não prevê a compatibilização, ele prevê a remoção ou reclassificação da área. Até que isso se modifique essas comunidades tem o direito de permanecerem e deve ser feita uma regulamentação da sua permanência de modo a garantir uma qualidade de vida adequada e a realização das suas atividades, isso é colocado de uma forma genérica. Portanto genérico tudo cabe ou não, fica ambíguo. Se estabelece, também, nesse mesmo decreto, essa regulamentação e seria feita através de um termo de compromisso que seria assinado entre as partes (comunidade e I.F., gerenciador aqui no Estado de São Paulo). Tanto para oferecer família por família como congregação através de uma associação representativa. Não que seja frágil bastante pontual, questionável. Há muitos promotores que questionam inclusive a validade desse termo de compromisso e efetivamente a obrigatoriedade através desse decreto desse artigo, da implementação disso. Mas ele abre uma pequena brecha em que obriga o Instituto Florestal, que é uma instituição bastante conservadora – na verdade não vê, não enxerga, não assume a obrigatoriedade de ter uma ação minimamente social tendo em vista a própria situação em que foi criada – a reconhecer a existência dessas comunidades e a realização desses documentos formais..... ele assume que existe atividades que precisam ser regulamentadas. Essa é a importância dele. No ano passado, no segundo semestre mais precisamente, a divisão de reservas e parques estaduais trabalha com todos os parques do Estado de São Paulo do IF junto com o PPMA, de uma certa forma pressionada pelo PPMA e pelos alemães. Portanto, identificaram ao longo desses seis, sete anos de contato com cada unidade. O projeto sempre está à beira da falência, da inviabilização; tem em vista esse conflito insolúvel que a instituição empurra com a barriga e é uma questão estrutural, que é a questão fundiária com a presença desses moradores e não de uma estabilização de uma política, de uma diretriz para isso, então houve uma pressão dos alemães, da consultoria independente que fica dentro do Florestal. Eles liberaram recursos e foram organizar os seminários para discutir especificamente isso. Foram dois seminários internos o primeiro discutiu a questão do conselho consultivo como um instrumento de estabelecimento da interlocução com todas as partes envolvida com a gestão do parque, inclusive as comunidades e abrindo-se então a perspectiva de co-gestão efetiva, até porque, o SNUC também previa a implantação dos conselhos consultivos, é uma obrigatoriedade.

No segundo semestre, mais no final do ano, um workshop específico a respeito da regulamentação de roças e de reformas dentro das unidades. Pegando dois aspectos que eram mais escandalosos, mais evidentes enquanto necessidade de regulamentação porque todos os parques recebem vários pedidos nesse sentido e se não recebem é porque essa demanda latente que a comunidade não encaminha, pois sabem que o Instituto não responde, não tem política para responder até então, mas essa é uma demanda inerente, tem gente morando, essas pessoas precisam alterar, adequar suas casas e precisam desenvolver uma atividade básica de subsistência que é a roça, embora hoje já não seja tão predominante dentro dessas comunidades, tanto aqui no litoral por conta da especulação imobiliária, da relação do turismo que se impôs de uma maneira muito forte, principalmente para as relações mais novas, mas muito também por conta da pressão que os antigos sofreram no sentido de parar com essa atividade.

Houve um seminário a respeito disso especificamente com promotores, procuradoria geral do Estado, várias instâncias, inclusive o IBAMA, que vem desenvolvendo uma prática nesse sentido na implantação do SNUC e foi interessante. Nós construímos um conjunto de critérios para essa regulamentação e essa não dava conta. De toda a problemática do núcleo Picinguaba, que é bastante diversa, mas ficava centrado naquilo que se convencionava chamar de população tradicional embora, também, exista uma polemica absurda e real sobre o que é essa população tradicional hoje, especialmente aqui no Camburi, que é tradicional? Não dá para fazer um filtro, uma limpeza da área para chegar naquilo que seria puramente tradicional; uso não existe mais, isso não faz muito sentido do ponto de vista cultural, embora os antropólogos consigam fazer uma leitura até interessante sobre isso do sentido que essa cultura tradicional não fica dentro de uma redoma fechada, sempre com os mesmos traços, ela vai se modificando e sendo acrescida de diversos aspectos e vai como um todo transformando, isso não quer dizer que ela ainda tenha uma raiz que veio de lá. O problema é que na hora de estabelecer esse tipo de regulamentação, como é que cria isso? Quem pertence a esse grupo efetivamente? Na hora que você tem diversidade no tipo de origem. Mesmo com todas essas dificuldades, dá para dizer que o IF. Peitou um pouco essa discussão. Ela aconteceu no final do ano passado, ainda no final do ano (todos do parque, diretor geral, etc.) também foi capacitado pela Fundap no curso sobre gerenciamento de conflito, era a continuidade desse processo, como é que se encara essa situação e se prepara para lidar com isso e estabelecer uma negociação dentro do conselho consultivo, que seria a instância de tentativa de construção desses termos de compromisso e teriam que ser adequadas para cada bairro da comunidade. Esse processo foi abortado, com a entrada desse ano, com uma certa reestruturação que a SMA está sofrendo, embora não tenha tido cultura partidária, vem conhecendo toda uma reestruturação no sentido de proposição novamente da fusão do I.F. com a Fundação Florestal, uma revisão de missões e, basicamente, dentro do I.F. mudança da

direção da DRPL, o Roberto é o novo diretor do DRPL, e ele tem uma visão diferente da diretoria anterior. Basicamente tem se constituído diferente, faz um mês que ele está no posto, a que se ver o que vai acontecer.

O que já ocorreu de diferente é um abandono desse processo que se caracterizava por algo participativo, que tanto valorizava toda a equipe do IF como um grupo, que junto vinha no processo de discussão e por sua vez de fortalecimento, de criação de um corpo com uma identidade com problemas comuns, um trabalho comum com todos juntos. De uma certa maneira, teve um avanço forte esse sentido, bem no finalzinho do ano, esse processo é tesourado assim como aquilo que estava por trás desse processo, que era a idéia do participativo, do processo participativo, de se estabelecer junto a todos esses grupos em instancias, um trabalho também de construção, de atendimento de demanda, ainda tudo muito truncado, mas no bojo dessa historia ainda tinha essa concepção. E os grupos que hoje o Florestal, são mais adeptos dessa visão, estão de novo em escanteio; que é a equipe do plano de manejo, que vinha assessorando e ajudando a compor os conselhos consultivos de cada parque. De cara, corta-se na raiz, que é uma versão visão mais democrática de como lidar com tudo isso. Por outro lado o discurso diz que, embora não se acredite no processo, porque se entende, as razões são óbvias do ponto de vista técnico, estratégico. Os motivos são porque tudo isso era muito dispendioso em termos de recursos, de tempo; mobilizava muita gente durante dois, três dias; as Unidades ficavam paradas, as discussões eram proficuas em determinados momentos mas inócuas em outras; não se tomavam discussões efetivas, se discutia muito e na próxima reunião discutia de novo. De uma certa forma o processo é realmente vagaroso Mas, o que faz com o que é produzido nessas reuniões tenha efetividade é bater o martelo, de repente a direção geral assumi aqui o plano legítimo e consequência: assina em baixo, é isso que bastava. O que eles dizem hoje é que vão pegar a documentação produzida nessas discussões e o alinhar o que o grupo de trabalho criou depois, foi esse especialmente da equipe do plano de manejo, e tomar aquilo que uma regulamentação ainda efetiva, só que o processo de tomar vai ser feito por um grupo menor com base legal e que vai ser apresentado para um grupo maior. É também o que a gente espera, nós gostaríamos que fosse implementada, discutir nós já discutimos muito, agora precisa ver resultado, isso faz sentido. O que não faz sentido é o processo de esvaziamento que isso gera, com isso nós não nos encontramos mais, nós não conversamos e não fechamos posições.

Simone: É um enfraquecimento?

Tem um enfraquecimento que passa por aí. Por isso eu digo, ainda há que se assistir um pouco mais o que vai acontecer. O grupo que está no encabeçamento maior do I.F., parte dele, é bastante conservador e ainda reforça fortemente essa questão de que essa não é a missão do I.F., são outras secretarias, outras políticas de governo que tem que dar cabo dos conflitos criados, até se pode dizer que efetivamente é isso; o Florestal vai começar a marcar todas as questões levantadas no Camburi, ele não dá conta daquilo que é sua atividade inerente, mas não tem como abrir os olhos não lidar minimamente com isso, nem que seja para encaminhar para outros, mas tem que ter uma solução. Esse é o panorama mais geral.

De outro lado, o I.F., em termos de secretaria, está acontecendo um movimento também interessante agora, as pessoas que estiveram no governo em tempos atrás com o Fábio Feldmam estão voltando. Estão sendo chamadas novamente para postos importantes, por exemplo, a Ciça (Cecilia Wey de Brito), a Ciça que foi uma das co-diretoras do núcleo Picinguaba – que escreveu um livro a respeito da implantação das Unidades de Conservação no Estado de São Paulo - está voltando para a assessoria do secretário Goldenberg a respeito das Unidades de Conservação. Ela vai lidar basicamente com esse aspecto no lugar da ária Tereza Pádua Jorge que também tinha uma linha muito conservadora, que não vai sair completamente, ela está presente, mas a Cecília é quem vai estar atuando, e a Cecília vai acumular essa assessoria com a coordenação do PPMA, vai estar com uma presença forte dentro do I.F. e, portanto, nós acreditamos que essa seja uma grande chance que surge.

De outro lado a Fundação Florestal está propondo mais fortemente a um trabalho no sentido de desenvolvimento sustentável nas comunidades do entorno das Unidades de Conservação; e aqui para o litoral norte ela traz a Adriana Matoso de volta. É ma pessoa próxima, que também foi diretora dessa área, que implantou toda a estrutura que ela tem, que batalhou muito por Picinguaba ser o que ela é hoje, ou então não existiria. Então, você tem a Adriana Matoso de volta a Cecília de volta, o Teço na direção da DRPR, tem três quadros de pessoas que passaram por aqui e que batalharam por esse lugar; conhecem bem a realidade, os problemas; talvez tenham visões diferentes sobre eles mas que conhecem muito. Eu diria que nós estamos com a faca e o queijo na mão, ou é dessa vez ou isso aqui não vai. Porém, tem uma força muito mais conservadora dentro do I.F. hoje; impeditiva para esse avanço em relação a outras gestões, mas essas forças sempre estiveram presentes, estiveram sempre tensionadas lá dentro de alguma forma.

Simone: E com relação ao que está sendo feito especificamente no Camburi?

Acho que está também em um momento muito bom. Em junho/julho de 2001, acontecem várias coisas que se convergem no Camburi que chamam a atenção de todas as autoridades, provocadas ou não. Acontece uma epidemia de hepatite, isso tem também a comissão pró-indio junto com a própria comunidade articula com o Ministério público Federal, especificamente na pessoa Maria Luiza Grabner, que é a procuradora, tem uma afinidade grande com Ubatuba, tem família por aqui, e que toma as dores do Camburi, toma para si essa briga, nesse sentido. Com esse mote da questão da saúde e voltando a levantar todas as demandas da comunidade. A comissão pró-indio monta um documento com dez itens de demanda de indicações da comunidade, foi o seu Genésio, outros; algumas secretarias da prefeitura também bancaram.

eles foram, conversaram com todos e criaram um fato que resultou numa reunião com o prefeito, com todas as instancias que se possa imaginar, do estado, do ITESP, do DEPRN, I.F, Parque, direções, direção geral, várias secretaria de prefeitura, promotoria do estado e do Ministério Público Federal todas as entidades possíveis que se relacionavam com a área. Teve uma reunião na comunidade, em torno de 60 pessoas. Foi uma super reunião. Não foi a primeira mas, talvez, a que mais aglutinou instancias e onde o IF se posicionou dizendo que ele ia, no prazo de trinta dias, dar uma resposta para as reivindicações mais importantes da comunidade; estrada, a questão da luz, essas duas questões mais fortemente colocadas. Uma resposta um pouco burra do IF porque trinta dias não conseguiria dar essa resposta, enfim isso desencadeou um processo, foi muito legal, aqui nessa época também tinha acontecido por esse periodo um seminário sobre a questão quilombola a questão do Camburi e Cassandoca; isso foi ais um fortalecimento para essa discussão. Por isso o ITESP foi chamado para fazer um laudo antropológico, isso aconteceu, mais ou menos, tudo ao mesmo tempo, durante esse semestre todo o ITESP encadeou o laudo antropológico dele, às pressas, o Ministério Público Federal se comprometeu a fazer com que todas as ações que estavam em andamento, sejam ambientais ou criminais, tivessem uma conclusão, especialmente a ação discriminatória, que é o julgamento de documentação de cada cadastro efetuado pelo ITESP. Tudo isso de uma certa forma, fortaleceu o Bepo, no sentido de retomar o conselho consultivo do parque, pouco cutucado por mim, por outras pessoas; o conselho consultivo estava parado há um ano e tanto e com aquele fato criado, todo aquele fato em volta da questão, nós achamos que tinha significado retomar o conselho e trazer toda essa discussão para dentro do conselho. A resposta não veio em trinta dia do IF mas a gente começou a discutir isso naquele âmbito e a proposta que o Bepo trouxe naquele momento, acho que até foi interessante, ele assumir para si de novo e acho que isso foi legal, foram algumas tentativas de dar conta do processo, essa foi uma proposição que ele fez junto ao diretor geral, que era o estabelecimento de um termo de compromisso entre a prefeitura e o parque, o IF para fazer a co-gestão da área e, nesse termo de compromisso se tentou algumas estratégias para regulamentar atividades básicas, fosse a implantação de infra-estrutura mínima, infra-estrutura também para camping; isso ficou em discussão dentro do conselho e se fez cinco versões que acabaram sendo derrubadas porque o Ministério Público Estadual considerava que não tinha como nós regulamentarmos algumas atividades e se existe uma ação demolitória movida por solicitação do próprio IF, movida pelo Ministério Público, com relação àqueles quiosques da praia, da demolição deles. Está acontecendo há sete anos e essa é uma infra-estrutura de apoio ao turismo, então ficaria algo contraditório. De outro lado, grupos dentro do conselho consultivo entendiam que não dá para ficar autorizando, regulamentado atividades específicas, sem ter um planejamento maior do uso do solo para o bairro e é um fato.

Isso foi do próprio Bepo, ele inventou outra estratégia que seria fazer um plano de manejo específico para o bairro, usando a metodologia de plano de manejo normal do IF mas fazer um micro-zoneamento e uma definição do que poderia fazer em cada trecho do bairro do Camburi. Isso foi iniciado em abril de 2002, ele conduziu isso, ele criou-se um grupo de trabalho específico dentro do conselho consultivo; quando tinha a prefeitura o Ministério Público Federal, a Eliane com o seu trabalho do azul marinho que era uma normatização de uma área como aquela para o turismo, então o mote passava a ser esse, o zoneamento teria esse mote, como preparar a área para o turismo mas contemplando as outras atividades também realizadas; tinha o pessoal da cidade que foi contratado pela prefeitura para fazer a revisão da lei de uso do solo, ou seja, ele apresenta uma articulação com o plano diretor.

Eram dez, onze entidades, eu não lembro de todas elas, as eram basicamente essas e culminou com a elaboração de um plano de manejo, de um zoneamento com material cartográfico, as imagens de satélites com o material mais recente que o IF produziu a respeito disso. Ficou até que razoável. Isso foi apresentado de volta para o conselho consultivo em novembro do ano passado, mas tinha um problema seríssimo, que era o que foi a base legal disso, porque nesse meio tempo aconteceu a decretação do SNUC, era um amparo legal que a gente tinha para fazer isso. Era aquilo que dava o balizamento para a regulamentação das atividades realizadas, só que a premissa era até que a comunidade seja removida. Aí ficou difícil porque para nós, tecnicamente olhando o movimento do IF, o movimento de implantação dessas leis todas, nós entendíamos que o até que nunca aia acontecer, que a comunidade jamais vai ser removida porque não vai ter dinheiro para indenizar, não tem outra área para colocar, vai por onde? Em Ubatuba não tem. A questão do pé da serra, não sei se ve acompanha um pouco, que é mais obvia a necessidade de remoção das pessoas, porque são mananciais da cidade, porque aquelas pessoas são migrantes, que vieram há dez anos, são antigas, mesmo assim, já tem três anos que está em discussão para onde elas vão. Tem uma área, até que localizada, que é de domínio da prefeitura, no Taquaral, mas que não consegue licenciar, está bem complicada esta situação. Imagina pessoas do Camburi, do ponto de vista antropológico, social tem muito significado. Nós até que sabemos que isso não vai acontecer nunca, por isso não importava tanto para a gente, mas isso importa muito para a comunidade. Como é que eles vão assinar um termo de compromisso, até que daqui cinco anos vão sair, como é que vocês conseguem plantar ali, morar aqui, não dá. Nesse meio tempo, também, o laudo antropológico pronto do ITESP ode ficou sacramentado que toda a comunidade poderia ser considerada remanescente quilombola, monto-se uma super árvore genealógica, passou até muito do seu trabalho e ficou configurado aqueles problemas se decretados assim mas eles próprios não queriam em sua maioria, com isso esse movimento retrocedeu, deu uma encolhida. O próprio ministério público federal também recolheu um pouco, não bateu mais fortemente nessa questão, nem o ITESP. Houve uma mudança dentro do ITESP, deu uma mexida e a comunidade também mais isoladamente discutindo a possibilidade de decretar em uma pequena faixa mais por volta de Jaribeiro, onde tem as pessoas que mais aderiram a questão. Com a apresentação do Zoneamento dessa forma, e aí eu considero que nós fizemos um erro grave, eu já tinha assumido a gestão mas o Bepo, ainda estava fazendo o documento, ele estava muito para si e as pessoas mereciam mais a cara dele. Efetivamente tinha algo ainda difícil, é um momento de transição com ele muito presente, ele saiu da gestão, mas dizia "Eu quero terminar isso, isso é ponto de honra para"; era bom porque tecnicamente

tinha mais condição do que eu de fazer, estava acabando de chegar e ele tem mais formação nesse sentido. O documento saiu até muito bom, na verdade ele abandonou o grupo de trabalho que ele mesmo criou, ele fez praticamente sozinho e na hora de devolver isso devolveu-se para todos ao mesmo tempo, o que é grande bobagem. Tinha que ter apresentado antes para cada instituição, ter feito todos os acertos e modificações que cada instituição teria a propor, como a comunidade também, embora eu entendi naquele momento que nós tínhamos que, nós instituições, nos entendemos para apresentar uma perspectiva para então discutir com a comunidade, porque eu nem suportava mais os verdes discutindo...para eles é pratico.

O resultado foi apresentado para todos, mais de sessenta pessoas ao mesmo tempo, a comunidade em peso e mais os órgãos todos em peso e de cara foi rechaçado, antes de terminar a apresentação. O Ministério Público Federal apresentou um veto com relação a esta questão do "até que", e ao apresentar isso a comunidade se fortaleceu nos seus questionamentos e foi completamente contra porque ele não quer sair e porque não quer o IF zoneando e planejando, eles mesmos querem definir o que eles querem fazer da vida, eles não acreditam no turismo como perspectiva, dizendo que ia ser para poucos. Diversas falas "pipocaram" e a questão da luz, e a questão do asfalto, tudo isoladamente de novo e a emergência das coisas. Muito difícil, um dia tentei mediar todas essas partes, o Beto ficou muito incomodado nessas situações, não tem muito jogo de cintura e eu propus que se fizesse outra reunião menor com as instituições para a gente encontrar um caminho para solucionar esse empasse do "até que". Aconteceu essa reunião em São Paulo, o Beto foi bastante apoiado pela equipe do plano de manejo, até aquele momento estava fazendo esse trabalho de assessoria da idéia que eu falei em relação a esses seminários, então a coisa tava boa para isso e junto com o Ministério Público Federal e a área jurídica do IF, e a equipe de plano de manejo, representantes da DRPE, nós encontramos a solução que seria a seguinte, previsto também no SNUC, no artigo separado daquela outro que falei dos termos de compromisso que os parques já implantados ou já decretados teriam prazo de X anos para revisão, inclusive e possível reclassificação da área, no sentido de ajustar os problemas que tenham sido criados. Então nós usamos isso como mote, em vez de "até que" comunidade seja removida até que a área seja reclassificada, ou seja, a comunidade permanece porque lá é o Estado e todos os quesitos para permanecer, vai se juntar toda essa argumentação que nós falamos aqui e fica ainda o documento de zoneamento como balizamento na elaboração no termo de compromisso sim, mas com a cláusula onde é especificado que aquela área precisa ser classificada, ou seja, precisa serem feitos estudos mais aprofundados no sentido de definir uma alteração no limite do parque, uma possível alteração no limite do parque e uma transformação daquela área de amortecimento em eventualmente uma reserva de desenvolvimento sustentável ou algo equivalente, para se ganhar tempo para ver qual é a categoria de manejo mais adequada para a área, ou mesmo para a comunidade se fortalecer e se auto definir quilombola, se for o caso, se esse for o processo legítimo deles. Isso foi acordado no final do ano passado dentro desse grupo que eu falei e fiquei de fazer um dossiê com tudo que já tinha sido discutido desde 2001, os termos de compromisso e o zoneamento proposto pelo Beto e isso seria formalmente entregue ao DRPE que até então não tinha sido. A DRPE não reconhecia esse grupo de trabalho e instaurou dentro do IF uma análise formal desses documentos e a produção deles.

Há quatro anos atrás, o senhor Genésio veio aqui nos procurar, estávamos trabalhando no reconhecimento da Cassandoca também em Ubatuba. Eu já conhecia a confusão dessa área, tinha trabalhado lá em 91 pela Secretaria do Meio Ambiente, tinha feito um levantamento sócio econômico, junto com a Eliane. Eu conhecia muito bem o Camburi, quando eles vieram há 4 anos atrás fizemos uma reunião.

O pessoal do seu Genésio começou a pressionar o Ministério Público que então nos entimou a fazer o trabalho para atender as necessidades da população. Dito e feito, era um problema! Chegando lá era um grupo pequeno que se auto reconhecia e os outros não. Então, fizemos várias reuniões que ninguém ia, chegamos a chamar as pessoas de casa em casa, então ficou difícil.

Tem a questão da igreja crente que dificulta mais ainda, o pastor começava a dizer que esse negócio de quilombo era coisa do demônio, e aí começava a elocubrar umas coisas até mais que a realidade, a estrapolar. Nós aqui no trabalho temos questionado muito essa palavra “quilombo”. Se na Constituição tivesse saído “terra de negros” ou alguma coisa assim seria melhor, porque o quilombo é uma palavra que realmente para quem não está familiarizado causa um impacto.

No Camburi a turma não quer lembrar dessa parte da história, você conhece a turma do Maximiliano, o Celso, aquela turma, o Celso fala “eu não sou negro, sou índio”, ele prefere ser índio que negro. Se nós partimos do princípio do autorealhecimento, como é que vou trabalhar com um grupo que só 10% se autorealhece? Era isso que nós queríamos mostrar para o seu Genésio, o seu Genésio ficou meio de bode porque no fundo ele pensava que as pessoas se convenceriam. Lá dentro já tem conflitos, eles tem muitos familiares que tem problemas. Só convivendo lá para saber que tem problema. Quando eu trabalhei lá o seu Genésio teve uma briga de terra com um senhor, briga de foice, por causa de uma trilha, coisa muito grande, toda aquela história de posse dos turistas, o que tem de turistas lá dentro! É uma situação de pobreza!

O trabalho está feito, o laudo antropológico já demonstrou que todos poderiam estar num território quilombola. Seria vantajoso porque o parque sai de cima do quilombo. É tão mais fácil quando todo mundo se auto reconhece, eu público o relatório, faço projeto de lei, normalmente eles aprovam, retiramos o parque, titulamos e fica todo mundo feliz. Para isso era uma vantagem, porque nesse mesmo momento o ITESP faz o primeiro trabalho de retirada dos grileiros. Se você simplesmente retirar o bairro do parque, o pessoal entra lá com hotel cinco estrelas, mas o quilombo também protege nesse ponto.

Quando a terra é devoluta, e tudo indica que o Camburi é terra devoluta, o governo do estado pode titular. A gente levanta as benfeitorias dos fazendeiros indeniza as benfeitorias e faz eles saírem. Mas eles não entendem esse processo, a situação de miséria já é tão grande que muitos querem mesmo que um grande grileiro vá lá e faça um hotel e que pelo menos dê emprego para os moradores.

Para resumir, o trabalho foi muito difícil, na última reunião nós conseguimos que fosse todo mundo lá. Os caras peitavam a gente, o que é que vocês estão fazendo aqui? O que que agora vem essa outra Secretaria? Já não chega o meio ambiente? E temos que admitir que quem mais quer o quilombo fora o S. Genésio com o seu grupo familiar são os de fora, os branquinhas de São Paulo. Quando nós trabalhamos com um grupo ele tem que estar dando respaldo para você! Que respaldo que nada, vamos ter um grupo de dez paulistas que estão lá morando com uma família e o restante inteiro de uma comunidade não quer ir. Nós fizemos dois relatórios, no primeiro nós fizemos um relatório só de discussão, está apontado todos os problemas. Nós fizemos uma reunião com um pequeno grupo de quilombolas no Jambeiro e todos se convenceram que era realmente um problema. Discutimos as propostas de território, que deve ficar bem pequeno porque vai acabar sendo somente ali no Jambeiro, afinal o resto da comunidade não quer o quilombo, dizem que quilombo só se for lá na favelinha”, o que no fundo é uma verdade.

Se nós fizéssemos o reconhecimento só do jambeiro, a restrição é pequena. Qual o objetivo do trabalho aqui no ITESP inclusive após a constituição. Se você vai dar terra legitimada, você tem que dar condições de desenvolvimento, tem que ter um espaço para produção física e cultural. Nós ficamos num beco sem saída, para resumir, ou você realmente reconhece o quilombo como historicamente foi provado pelo relatório, que o Camburi inteiro é um território antigo de ocupação quilombola, de ocupação de negros, e você fere toda a vontade de um grupo maior, ou você faz sair a área onde realmente o grupo que se autorealhece ocupa, mas você fere a possibilidade deles se desenvolverem e se reproduzirem e prosperarem no futuro, porque é pouca terra ali. Então o que nós fizemos, pegamos esses relatórios entregamos para todo mundo e para o Ministério Público, já que o Ministério Público nos pressionava muito. Quando levamos para a promotora até tive que fazer uma reunião com ela. Foi entregue um relatório para o Cobra, para o presidente da associação dos moradores, para a turma do seu Genésio e entregamos para o Ministério. O que foi decidido com eles é que respeitáramos o não reconhecimento deles, nós estamos respeitando e não vamos passar por cima de vocês, mas vamos dar um tempo para que vocês continuem se entendendo e agente continua a vir aqui mostrar as vantagens ou não vantagens. E por enquanto está parado assim.

Outra decisão também foi a seguinte: Que eles esperassem a finalização do plano de gestão do parque. Nós fizemos uma reunião na câmara técnica, em Ubatuba eles falaram que em Julho, naquela época era Abril, ficou tudo em suspenso até Julho para que a gente retomasse. A situação é dura se reconhecer a área total vai dar muitos problemas eles vão se matar lá dentro. Nós não podemos decidir isso sozinhos, a promotora é uma pessoa que entende muito, por isso que nós temos

esse apoio com ela. Eles estão pedindo é apoio, parcerias, então é uma situação difícil. Eu falo isso porque tem a bandidagem, o turismo selvagem, tem os grupos sem terra todos espremidos, é o caos, é o caos, cada vez que eu vou lá (há dez anos), é pior. Eu não sei o que te dizer.

O que vai estar escrito aqui nesse relatório, esse aqui é um resumo. Aqui está a árvore genealógica da Candice e em cima da dela o Luiz fez uma amostragem de troncos familiares, que no relatório explica. O outro que é o mais interessante que é quem se reconhece em Camburi, tem uns mapas, faz parte do estudo do antropólogo, eles puseram a questão da praia. Aqui foram as discussões com o grupo dos quilombos, de propostas deles, tudo o que eles falavam e decidiam depois. O seu Genésio por exemplo acha que tem que ser desde a cabeçuda. Tem gente que falou que a cabeçuda não tinha nada a ver, outro diz que não, que a mata tem que estar preservada, outros falaram que esta proposta foi muito longa, que o Jambreiro ficaria e eu liberava o Munhoz para eles se desenvolverem. Outra proposta era reconhecermos como quilombo o Jambreiro mais a área do Munhoz e aí preservaria as outras pessoas. Quando essa discussão foi feita na reunião, um turma protestou... como é que vocês vão ficar com a área do Munhoz?

Nós fizemos um levantamento nesse primeiro relatório de todos que estão aqui, então a legenda está assim: os moradores tradicionais que agente considera pescador quilombola não importa os turistas e os moradores de fora que é um agregado que a gente tinha considerado... o Fabio, o André... essa turma que mora que são quatro casos e daí fechamos. No segundo relatório que nós tínhamos que apresentar, porque isso é uma versão preliminar para uma discussão, aqui tem toda uma discussão que, ao longo de seis meses em relação ao quilombo, fizemos para a comunidade tem mais ponto de interrogação do que... essas são as nossas dúvidas. Esse trabalho é a discussão, eu não consigo desgrudar um do outro. Esse que é o final, que é a mesma histórica, é como se ele fosse assim: esquece todos os problemas (estou apresentando um relatório antropológico), da fazenda antiga está contando um lance dos mapas. Aqui no Camburi, ele vai falar dessa diferença e o que nós fizemos um mapa que é a área tradicional da ocupação e a área tradicional é tudo isso mesmo, não tem jeito. Todos estão aqui, o que nós fizemos: pusemos moradores e turistas. Quem é morador e quem é turista? Se for pegar pelo estudo, o estudo antropológico, o seu Genésio tem razão, o Camburi é área quilombola, é uma conclusãozinha, é uma dificuldade de fechar o trabalho e as considerações finais, isso que resume tudo.

A promotora foi até lá com a gente, ela viu aquela turma no delírio de maconha liberada (é contra a lei) ela pirou, ela enlouqueceu. "Não, espera aí, a coisa não é assim, a coisa é muito maior... enorme, é questão de polícia". Se tudo ficasse bom se só bastasse nosso reconhecimento... agora o Ministério sabe o que nós fizemos. Dona Maria Luisa Grabiner" ela é bárbara, ela é uma pessoa do bem e ela percebeu o tamanho da briga, ela concorda com a gente. Vamos agradecer pelos menos esse grupo.

Se eu quiser convidar um amigo para fazer uma zona no quintal, aí tudo bem, mas aquela zona que está lá, ninguém é de ninguém. Então é assim o quilombo, seria uma saída interessante se a turma toda se entende e se unissem por que ali a briga é pesada. Também tem que tirar todo mundo... indenizar é uma novela, eu não consegui pagar ninguém ainda. Nós estamos há quatro anos e meio nessa situação, acho que é complicado. Para quem fica no campo como a gente não tem retorno, parece que não vai... fica tudo parado lá em cima, não adiante ficar se matando aqui porque é complicado e acho que no Camburi o Ministério tem entrar com tudo e vão acabar entrando para fazer o seguinte: essa pessoa tem que ganhar tanto e os outros sinto muito.

também é uma palavra tipo prisão, que ninguém quer lembrar... escravidão passada que ninguém quer lembrar.

De repente, você tem o Vale do Ribeira onde a turma está altamente organizada, onde a turma tem a consciência de ser negro, eu não posso negar que foi um bom trabalho da igreja, apesar de tudo que tenho contra a igreja, o que eles fazem eu não posso negar. Eles se organizaram por conta das barragens a que eles eram ameaçados e pegavam o gancho do quilombo a partir da construção. A turma se organizou assim, sendo ameaçados pegaram a partir da construção em que levantaram a bandeira a primeira bandeira. Nós somos quilombo, eu quero que o governo cumpra a Constituição e aí é que tudo começou essa organização durante dez anos. Essa consciência dos negros, mas no Camburi não tem isso.

Anexos II – Documentos



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO A QUE SE REFEREE O DECRETO Nº 25.341, DE 4 DE JUNHO DE 1986.

REGULAMENTO DOS PARQUES ESTADUAIS PAULISTA

Artigo 1º - Este Regulamento estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Estaduais.

§ 1º - Para os efeitos deste Regulamento, consideram-se Parques Estaduais, as áreas geográficas delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo.

§ 2º - Os Parques Estaduais destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos e, criados e administrados pelo Governo Estadual, constituem bens do Estado destinados ao uso do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los intocáveis.

§ 3º - O objetivo principal dos Parques Estaduais reside na preservação dos ecossistemas englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem.

Artigo 2º - Serão considerados Parques Estaduais as áreas que atendam às seguintes exigências:

I - possuam um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais e animais, os sítios geomorfológicos e os "habitats", ofereçam interesse especial do ponto de vista científico, cultural, educativo e recreativo, ou onde existam paisagens naturais de grande valor cênico,

II - tenham sido objeto por parte do Estado, de medidas tomadas para impedir ou eliminar as causas das alterações e para proteger efetivamente os fatores biológicos, geomorfológicos ou cênico, que determinam a criação do Parque Estadual,

III - condicionem a visitação pública a restrições específicas, mesmo para propósitos científicos, culturais, educativos, ou recreativos.

Artigo 3º - O uso e a destinação das áreas que constituem os Parques Estaduais devem respeitar a integridade dos ecossistemas naturais abrangidos.

Artigo 4º - Os Parques Estaduais, compreendendo terras, valores e benfeitorias, serão administradas pelo Instituto Florestal - IF.

Artigo 5º - A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios deles advindos, serão elaborados estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado e que constituirão o Plano de Manejo.

Parágrafo único - O Plano de Manejo será elaborado pelo Instituto Florestal - IF e submetido à aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA.

Artigo 6º - Entende-se por Plano de Manejo o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Estadual, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades.

Artigo 7º - O Plano de Manejo indicará detalhadamente o zoneamento de área total do Parque Estadual que poderá, conforme o caso conter no todo, ou em parte, as seguintes zonas características

I - Zona Intangível - É aquela onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo do manejo é a preservação garantindo a evolução natural;

II - Zona Primitiva- É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir as características de zona de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação;

III – Zona de Uso Extensivo – É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidade pública para fins educativos e recreativos.

IV – Zona de Uso Intensivo – É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.

V – Zona Histórico Cultural – É aquela onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que serão preservadas, estudadas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente.

VI – Zona de Recuperação – É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanente. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área.

VII – Zona de Uso Especial – É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque Estadual, abrangendo habitações, oficinas e outros.

Parágrafo único – Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia do Parque Estadual. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto de implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do Parque.

Artigo 8º - São vedadas, dentro da área dos Parques Estaduais, quaisquer obras de aterros, escavações, contenção de encostas ou atividades de correções, adubações ou recuperação dos solos.

Parágrafo único – Nas Zonas de Uso Intensivo ou de Uso Especial, poderão, eventualmente, ser autorizadas obras ou serviços, desde que interfiram o mínimo possível com o ambiente natural e se restrinjam ao previsto nos respectivos Planos de Manejo.

Artigo 9º - Não são permitidas, dentro das áreas dos Parques Estaduais, quaisquer obras de barragens, hidrelétricas, de controle de enchentes, de retificação de leitos, de alteração de margens e outras atividades que possam alterar suas condições hídricas naturais.

Parágrafo único – Quaisquer projetos para aproveitamento limitado e local dos recursos hídricos dos Parques Estaduais, devem estar condicionados rigorosamente ao objetivo primordial de evitar alterações ou perturbações no equilíbrio do solo, água, flora, fauna e paisagem, restringindo-se ao indicado no seu Plano de Manejo.

Artigo 10 - É expressamente proibida a coleta de frutos, sementes, raízes ou outros produtos dentro da área dos Parques Estaduais.

Parágrafo único – A coleta de espécimes vegetais só será permitida para fins estritamente científicos, mediante solicitação à administração do Parque.

Artigo 11 - O abate e o corte, bem como o plantio de árvores, arbustos e demais formas de vegetação só serão admitidos nas Zonas de Uso Intensivo, Uso Especial e Histórico-Cultural, mediante as diretrizes dos respectivos Planos de Manejo.

Parágrafo único – Nas Zonas de Uso Intensivo e de Uso Especial, os arranjos paisagísticos darão preferência à utilização de espécies das formações naturais dos ecossistemas do próprio Parque Estadual, limitando-se ao mínimo indispensável à utilização de espécies estranhas à região.

Artigo 12º - Nas Zonas Intangível, Primitiva e de Uso Extensivo, não será permitida interferência na sucessão vegetal, salvo em casos de existência de espécies estranhas ao ecossistema local, ou quando cientificamente comprovada a necessidade de restauração.

Parágrafo único – A necessidade de eliminação de espécies estranhas comprovar-se-á por pesquisa científica.

Artigo 13 – É expressamente proibida a prática de qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna dos Parques Estaduais, bem como quaisquer atividades que venha a afetar a vida animal em seu meio natural.

Parágrafo único – A coleta de espécimes animais só será permitida para fins estritamente científicos, mediante solicitação à administração do Parque.

Artigo 14 – É vedada a introdução de espécies estranhas aos ecossistemas protegidos.

Artigo 15 – A título de regra geral, o controle da população animal ficará entregue aos fatores naturais de equilíbrio, incluindo os predadores naturais.

Artigo 16 – Os animais domésticos, domesticados, ou amansados, sejam aborígenes ou alienígenas, não poderão ser admitidos nos Parques Estaduais.

Parágrafo único – Em caso de necessidade, poderá ser autorizado pela Administração do Parque a introdução e permanência de animais domésticos destinados aos serviços dos Parques Estaduais, observadas as determinações do respectivo Plano de Manejo.

Artigo 17 – Os exemplares de espécies alienígenas, serão removidos ou eliminados com aplicação de métodos que minimizem perturbações no ecossistema e conservem o primitivismo das áreas, realizando-se esses trabalhos sempre sob a responsabilidade de pessoal qualificado.

Parágrafo único – Se a espécie estiver integrada no ecossistema nele vivendo como naturalizada e se, para sua erradicação for necessário o emprego de métodos excessivamente perturbadores do ambiente, permitir-se-á a sua evolução normal.

Artigo 18 – Somente será realizado o controle de doenças e pragas, mediante autorização fornecida pela Direção do Instituto Florestal – IF, ouvido o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, após apreciação de projeto minucioso, baseado em conhecimento técnico, cientificamente aceito e sob direta supervisão dos respectivos Diretores.

Artigo 19 – É lícito reintroduzir espécies, ou com elas repovoar os Parques Estaduais, sempre que estudos, técnico-científicos aconselharem essa prática, e mediante autorização da Administração do parque.

Artigo 20 – Toda e qualquer instalação necessária à infra-estrutura dos Parques Estaduais, sujeitar-se-á a cuidadosos estudos de integração paisagística, aprovados pela Direção do Instituto Florestal – IF, ouvido o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA.

Artigo 21 – É expressamente proibida a instalação ou afixação de placas, tapumes, avisos ou sinais, ou quaisquer outras formas de comunicação áudio-visual ou de publicidade que não tenham relação direta com o programa interpretativo dos Parques Estaduais.

Artigo 22 – É vedado o abandono de lixo, detritos ou outros materiais, que maculem a integridade paisagística, sanitária ou cênica dos Parques Estaduais.

Artigo 23 – É expressamente proibida a prática de qualquer ato que possa provocar a ocorrência de incêndio nas áreas dos Parques Estaduais.

Parágrafo único – O fogo só será usado como técnica de manejo, quando indicado no Plano de Manejo.

Artigo 24 – É vedada a execução de obras que visem a construção de teleféricos, ferrovias, rodovias, barragens, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão ou outras, que não sejam de interesse do Parque Estadual.

Artigo 25 – O desenvolvimento físico dos Parques Estaduais limitar-se-á ao essencialmente adequado para o seu manejo.

Artigo 26 – A locação, os projetos e os materiais usados nas obras dos Parques Estaduais devem condizer com os ambientes a proteger e revestir-se da melhor qualidade possível.

Artigo 27 – Só serão admitidas residências nos Parques Estaduais, se destinadas aos que exerçam funções inerentes ao seu manejo.

§ 1º - As residências concentra-se-ão nas áreas indicadas no respectivo Plano de Manejo, de preferência na Periferia dos Parques Estaduais e afastadas da Zona Intangível.

§ 2º - O uso de residências nos Parques Estaduais obedecerá à regulamentação própria, a ser estabelecida quando da aprovação de seu Plano de Manejo.

Artigo 28 – Só será permitida a construção de campos de pouso na área dos Parques Estaduais, quando revelar-se impraticável sua localização fora de seus limites ou quando indicada no Plano de Manejo, excluído o uso indiscriminado pelo público.

Artigo 29 – Os despejos, dejetos e detritos que se originarem das atividades permitidas nos Parques Estaduais deverão ser tratados ou dispostos de forma a torná-los inócuos para o ambiente, seus habitantes e sua fauna.

Artigo 30 – A utilização dos valores científicos e culturais dos Parques Estaduais, impõe a implantação de programas interpretativos que permitam ao público usuário compreender a importância das relações homem-meio ambiente.

Artigo 31 – Para recepção, orientação e motivação do público, os Parques Estaduais disporão de Centros de Visitantes, instalados em locais designados nos respectivos Planos de Manejo e onde se proporcionará aos visitantes oportunidades para bem aquilatar seu valor e importância.

Artigo 32 – Os Centros de Visitantes disporão de museus, de salas de exposições e de exibições, onde se realizarão atividades de interpretação da natureza, com a utilização, de meios audiovisuais, objetivando a correta compreensão da importância dos recursos naturais dos Parques Estaduais.

Artigo 33 – Para o desenvolvimento das atividades de interpretação ao ar livre, os Parques Estaduais disporão de trilhas, percursos, mirantes e anfiteatros, visando a melhor apreciação da vida animal e vegetal.

Artigo 34 - As atividades desenvolvidas ao ar livre, os passeios, caminhadas, escaladas, contemplação, filmagens, fotografias, pinturas, piqueniques, acampamentos e similares, devem ser permitidos e incentivados, desde que se realizem sem perturbar o ambiente natural e sem desvirtuar as finalidades dos Parques Estaduais.

Artigo 35 - Sempre que possível, os locais destinados a acampamento, estacionamento, abrigo, restaurante e hotel, localizar-se-ão fora do perímetro dos Parques Estaduais.

Paragrafo unico - Sempre que absolutamente necessária, com o fim de proporcionar ao público maiores oportunidades de apreciar e de se beneficiar dos valores dos Parques Estaduais, a localização dessas facilidades dentro dos seus limites, restringir-se-á as Zonas de Uso Intensivo, nas condições previstas no Plano de Manejo.

Artigo 36 - A direção dos Parques Estaduais poderá permitir a venda de artefatos e objetos adequados as finalidades de interpretação.

Artigo 37 - As atividades religiosas, reuniões de associações ou outros eventos, só serão autorizados pela direção dos Parques Estaduais, quando:

- I - existir entre o evento e o Parque Estadual uma relação real de causa e efeito;
- II - contribuirem efetivamente para que o público bem compreenda as finalidades dos Parques Estaduais;
- III - a celebração do evento não trouxe prejuízo ao patrimônio natural a preservar.

Artigo 38 - São proibidos o ingresso e a permanência nos Parques Estaduais de visitantes portando armas, materiais ou instrumentos destinados a corte, caça, pesca ou quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna e à flora.

Artigo 39 - As atividades de pesquisa serão exercidas mediante solicitação à administração dos Parques, obedecendo sempre os termos da Convenção para Proteção das Belezas Cênicas, da Flora e da Fauna dos Países da América.

Artigo 40 - A autorização para a realização das pesquisas somente será fornecida a instituições científicas oficiais ou a pessoas por elas indicadas.

Artigo 41 - O estudo para criação de Parques Estaduais deve considerar as necessidades de conservação dos ecossistemas naturais, evitando-se o estabelecimento de unidades isoladas que não permitam total segurança para a proteção dos recursos naturais renováveis.

Artigo 42 - Propostas para criação de Parques Estaduais devem ser precedidas de estudos demonstrativos das bases técnico-científicas e sócio-econômicas, que justifiquem sua implantação.

Artigo 43 - O decreto de criação de Parques Estaduais estabelecerá o prazo dentro do qual será executado e aprovado o respectivo Plano de Manejo.

§ 1º - Para os Parques Estaduais já criados, o Instituto Florestal - IF, providenciará, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) anos, a elaboração dos respectivos Planos de Manejo.

§ 2º - O Plano de Manejo sofrerá revisão periódica a cada 5 (cinco) anos.

Artigo 44 - Os Parques Estaduais disporão de estrutura administrativa compreendendo: direção, pessoal, material, orçamento e serviços.

Artigo 45 - Os Parques Estaduais serão dirigidos por Diretores designados pelo Instituto Florestal - IF, escolhidos entre pessoas de reconhecida capacidade técnica e administrativa.

Artigo 46 - O horário normal de trabalho nos Parques Estaduais é idêntico ao fixado para o serviço público estadual, ressalvados os regimes especiais estabelecidos no regimento interno de cada Parque para atender a atividades específicas.

Artigo 47 - A visitação e a utilização de áreas de acampamento, abrigos coletivos ou outros nos Parques Estaduais, ficam condicionadas ao pagamento das contribuições fixadas pela Direção do Instituto Florestal - IF.

Artigo 48 - As rendas resultantes do exercício de atividades de uso indireto dos recursos dos Parques Estaduais, bem como subvenções, dotações e outras que estes vierem a receber, inclusive as multas previstas neste Regulamento, serão recolhidas ao Fundo Especial de Despesa do Instituto Florestal - IF.

Artigo 49 - As pessoas físicas ou jurídicas, que infringirem as disposições do presente Regulamento, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

- I - multa;
- II - apreensão;
- III - embargo

§ 1º - Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.

§ 2º - A aplicação das penalidades neste Regulamento não exonera o infrator das cominações civis ou penais cabíveis.

Artigo 50 - Multa é a penalidade pecuniária aplicada ao infrator pelos fiscais do Parque Estadual e fixada com base nas Obrigações do Tesouro Nacional:

I – As multas, consoante a gravidade da infração, classificam-se em:

- a) preventiva: relativas à ação ou omissão de que resulte perigo de dano, e à presença em locais proibidos ao acesso humano. Valor: 10 (dez) OTN's;
- b) repressivas: relativas à ação ou omissão de que resulte dano real à flora, à fauna ou a instalações do Parque Estadual, e as obras ou iniciativas tais como referidas no artigo 52. Valor: de 10 (dez) a 1000 (mil) OTN's.

Artigo 51 – Apreensão é a captura de armas, munições, material de caça ou pesca, e do produto da infração, irregularmente introduzidos ou colhidos no Parque.

Artigo único – Dá lugar à apreensão a simples posse dos objetos ou produtos referidos neste artigo, independentemente da aplicação de multa.

Artigo 52 – Embargo é a interdição de obras ou iniciativas não expressamente autorizadas ou previstas no Plano de Manejo, ou que não obedeçam às prescrições regulamentares.

Parágrafo único – Ocorrendo o embargo, o infrator será obrigado a reparar os danos, sem prejuízo da aplicação de multa repressiva.

Artigo 53 – Respondem solidariamente pela infração:

I – seu autor material;

II – o mandante;

III – quem, de qualquer modo, concorra para a prática da mesma.

Artigo 54 – Se a infração for cometida por servidor do Instituto Florestal – IF, a penalidade será determinada após a instauração de processo administrativo na forma da legislação em vigor.

Artigo 55 – A multa será fixada em função da gravidade de infração e dos prejuízos que o ato que a caracterizou causar ao patrimônio natural e material dos Parques Estaduais.

Artigo 56 – Para cada Parque Estadual será baixado, quando da aprovação de seu Plano de Manejo, um regimento interno que particularizará situação peculiares, tendo como base o presente Regulamento.

Artigo 57 – Os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Instituto Florestal – IF.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

POLÍCIA FLORESTAL E DE MANANCIAIS
AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL
AUTO DE INFRAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

14 - DATA DE VENCIMENTO

16/10/2000

SÉRIE B

17411

A falta de recolhimento do valor da multa ou interposição de recurso no prazo de 30 (trinta) dias implicará no encaminhamento para cobrança judicial.

1 - NOME DO AUTUADO

ASSOCIAÇÃO dos MORADORES do BARRIO do CAMBURI

2 - CGC/CPF

CGL 6037872610001-94

3 - RG

4 - ENDEREÇO

PRAIA do CAMBURI 5112

5 - BAIRRO

CAMBURI

15 - BATALHÃO

30

16 - CIA

3-

17 - GPM

2º PEL/PPM

6 - MUNICÍPIO

Ubatuba

7 - UF

SP

8 - CEP

13680-000

9 - TELEFONE

18 - DPRN

19 - EQUIPE TÉCNICA

20 - MULTA DE ACORDO COM O DECRETO 99.274/90

Art. 34

INCISO XI

10 -

PROPRIETÁRIO

EMPREGADO

MEIRO

ARRENDATÁRIO

POSSEIRO

OUTROS

11 - LOCAL DA INFRAÇÃO

PRAIA do Camburi
5112

12 - BAIRRO

CAMBURI

13 - MUNICÍPIO

Ubatuba

21 - VALOR DA MULTA

RS 2.289,68

22 - DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

Por suprimir vegetação natural (Casteira) em área correspondente a 0,54 ha, através de capina, sem licença ambiental legalmente exigida, infringindo o que estabelece o art. 5º da Lei 9731/95

23 - INTERDIÇÃO/EMBARGO

com base nos termos do art. 195, parágrafo único da Constituição Estadual e do art. 34 inciso IV da Lei 6938/81, ficam suspensas as atividades degradadoras na área objeto da presente autuação.

24 -

APREENSÃO

DEPÓSITO

25 - RELAÇÃO DE PRODUTOS/MERCADORIAS (ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE)

"DEIXO DE APREENDER O MATERIAL CENSO, por se tratar de vegetação CASTEIRA."

26 - NOME DO DEPOSITÁRIO

27 - RG

28 - CGC/CPF

29 - ENDEREÇO

30 - BAIRRO

31 - MUNICÍPIO

32 - UF

33 - CEP

34 - TELEFONE

35 - LOCAL DO DEPÓSITO

36 - BAIRRO

37 - MUNICÍPIO

38 - TESTEMUNHA

Douglas da SILVA MEDEZES

39 - RG

5348763-8-RS

40 - ENDEREÇO

BR 103 km 08 Miriquessa

41 - ASSINATURA

[Signature]

FICA O DEPOSITÁRIO ADVERTIDO DE QUE NÃO PODERÁ VENDER, EMPRESTAR OU USAR OS MENCIONADOS BENS, ZELANDO PELO SEU BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SENDO RESPONSÁVEL POR QUALQUER DANO QUE VENHA A SER CAUSADO AOS MESMOS ATÉ A DECISÃO FINAL DA AUTORIDADE ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO, NAS MESMAS CONDIÇÕES EM QUE OS RECEBEU (ART. 1.267 CÓDIGO CIVIL).

42 - TESTEMUNHA

Edson SOARES FRANÇA

43 - RG

17019328-SP

44 - ENDEREÇO

R. ANTONIO MARQUES DUQUE, 24

45 - ASSINATURA

[Signature]

46 - ASSINATURA DO DEPOSITÁRIO

[Signature]

47 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUANTE/NOTIFICANTE

SUPM 921217-5 Benedito

48 - O PRESENTE AUTO FOI LAVRADO EM 5 VIAS

HORAS

1530

DIA

17

MÊS

07

ANO

2000

49 - ASSINATURA DO AUTUANTE/NOTIFICANTE

[Signature]

50 - ASSINATURA DO AUTUADO/NOTIFICADO

[Signature]

51 - OBSERVAÇÕES

FOI CONFECCIONADO BO/PPM 99 41 41
EM TEMPO DE CONSIDERAR A ASSINATURA DO CAMPO 46
UNDE VERSO

PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DA OCUPAÇÃO HUMANA TRADICIONAL DA COMUNIDADE DO BAIRRO DO CAMBURI, UBATUBA, SP

Introdução

O Bairro do Camburi, que circunda a praia de mesmo nome, está localizado no extremo norte do município de Ubatuba, SP, divisa com o RJ, em uma região onde se sobrepõem o Parque Nacional da Serra da Bocaina, o Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Picinguaba) e a APA Cairuçu. Não possui telefone ou luz elétrica e abriga uma comunidade caiçara com fortes relações de parentesco com as comunidades vizinhas de Trindade, Sono e Antigos no RJ. A comunidade está em acelerado processo de descaracterização devido ao aumento da população migrante e de veranistas que se aproveitam do baixo preço da terra e das dificuldades da fiscalização para edificar no local.

O bairro existe há mais de dois séculos, e a população apresenta elos de consangüinidade e fortes relações de parentesco. Os traços étnicos do caiçara estão ligados à miscigenação entre índios, negros e brancos. Com a crescente valorização da terra nessa região, após a construção da BR 101, várias famílias dessas localidades caiçaras, foram levadas a vender suas áreas de posse, tendo ocorrido na década de 70 no Camburi, um êxodo de aproximadamente 20 famílias em direção à cidade de Ubatuba. Atualmente, as melhores áreas para o uso antrópico existentes no Camburi, apontadas pela Carta Geotécnica de Ubatuba elaborada pelo IPT em 1990, pertencem a proprietários que residem fora da região. Essas áreas eram ocupadas por antigos moradores do bairro, que venderam as mesmas aos atuais proprietários. Existe uma escola primária e um posto de saúde no bairro. Em 1992, data do primeiro levantamento, a população era de 217 pessoas.

Assim, o presente trabalho se constitui em um levantamento para orientar a elaboração dos Termos de Compromisso que deverão ser formalizados com a comunidade tradicional do Camburi.

Antecedentes

O Plano de Gestão (PGA) do Núcleo Picinguaba, concebido para ser a fase 1 de seu Plano de Manejo, foi publicado em 1998 e a fase seguinte, que seria o Plano de Manejo propriamente dito, deveria ter iniciado nesse mesmo ano. Todavia, devido a uma série de circunstâncias, 4 anos após a publicação do PGA, o Núcleo Picinguaba permanece sem um documento para basear diretrizes gerenciais destinadas a equacionar as inúmeras demandas ambientais e sociais vivenciadas pela Unidade.

No PGA foi proposta a inserção da área do Camburi em uma zona de uso intensivo, sub-zona de ocupação tradicional, porém a elaboração do Plano de Manejo do Parque ainda não foi iniciada. Existe no Bairro uma Ação Discriminatória em andamento desde 1998 e 3 Ações Cíveis em andamento, solicitando a demolição de dezenas de edificações irregulares (Processos 524/95, 545/96 e 863/96). É importante ressaltar que boa parte da ocupação existente está na área do PNSB, cujo Plano de Manejo não prevê estratégias, nem para regulamentação, nem para a remoção desses ocupantes.

O Ministério Público Federal (MPF) iniciou um procedimento para a criação de uma área quilombola no Bairro, em função da avaliação de que se tratava de uma comunidade descendente de escravos. Paralelamente às discussões que encetava com a comunidade, o MPF pressiona o Instituto Florestal para autorizar uma série de demandas da comunidade.

Como resposta ao MPF, definiu-se que seria proposto um Termo de Cooperação entre a Prefeitura de Ubatuba e o Instituto Florestal visando regulamentar uma série de atividades no Bairro. Esse Termo de Cooperação teve 5 versões tendo sido discutido no âmbito do Comitê Consultivo do Parque e não se chegou a um consenso, uma vez que foi restringido pelo Ministério Público Estadual (MP) a ações visando equacionar a questão do abastecimento de água e do saneamento, uma vez que a interpretação do MP é a de que apenas o Plano de Manejo do Parque pode regulamentar esse tipo de intervenção em um Parque Estadual.

Para tentar superar o impasse, o Comitê Consultivo do Núcleo Picinguaba deliberou, em sua 14ª reunião, pela criação de um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Instituto Florestal através da sua coordenação regional e encarregado de elaborar uma proposta de plano de manejo emergencial do Camburi, seguindo a proposta preliminar do PGA, que previa para o bairro uma zona de uso intensivo, subzona de ocupação tradicional, adotando a premissa de se compatibilizar a preservação dos ecossistemas com o desenvolvimento sustentável da comunidade tradicional do bairro e embasado no Parágrafo 2º do Artigo 42 da Lei 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Balizamento Legal e Metodológico

Em 22 de agosto do corrente, o SNUC foi regulamentado pelo Decreto 4340/2002, que em seu Artigo 39 determina que "Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das Populações Tradicionais em Unidades de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por Termo de Compromisso, negociado entre o Órgão Executor e as Populações, ouvido o Conselho da Unidade de Conservação".

A categoria "parques estaduais" das unidades de conservação foi instituída através do Código Florestal brasileiro, Lei nº 4.771/1965, que definiu áreas de preservação permanente, as reservas biológicas e os parques, entre outros. O Decreto Estadual nº 25.341/1986 estabeleceu as definições dos programas de gestão, do zoneamento e as penalidades para infratores, entre outros aspectos, para os parques no âmbito estadual. Segundo essas legislações, um parque engloba áreas com características naturais representativas ou espetaculares, suscetíveis de manejo em seu estado natural ou quase natural. Inclui amostras representativas de um ou mais ecossistemas de significado nacional. Podem ser terrestres ou marinhos. Devem possuir uma atração significativa para o público, visando seu desenvolvimento e para oferecer oportunidade de pesquisa, educação e recreação. Os parques nacionais, estaduais e municipais são de domínio público.

Assim, um parque tem três grandes objetivos a cumprir: a conservação dos ambientes, a pesquisa e a visitação. O primeiro implica em que todas as atividades desenvolvidas em

um parque devam ser norteadas por ações que garantam a conservação de seus ambientes, embora não seja definida, na legislação, o quanto de sua área deve ser destinada estritamente para preservação, como ocorre para a categoria estação ecológica, por exemplo.

O roteiro metodológico do IBAMA (IBAMA/GTZ-1996) baseia o conceito de Plano de Manejo na definição apresentada no Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, o qual estabelece que Plano de Manejo é um projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades, e estabelece as diretrizes básicas para o manejo da Unidade

Ainda de acordo com o Roteiro Metodológico do IBAMA, o objetivo de se estabelecer o zoneamento de uma unidade de conservação é o de organizar espacialmente uma área silvestre em parcelas, denominadas zonas, que demandam distintos graus de proteção e intervenção, contribuindo desta forma para que a Unidade cumpra seus objetivos específicos de manejo.

Em 22 de Agosto de 2002 foi editado o Decreto Nº 4340, que regulamentou artigos da Lei 9985/02 que dispõe sobre o SNUC. O capítulo IX desse Decreto trata do reassentamento das populações tradicionais, definindo que:

Art.35. "O processo indenizatório de que trata o art.42 da Lei 9985/02 respeitará o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais"

Art 36. "Apenas as populações tradicionais residentes na unidade no momento da sua criação terão direito ao reassentamento"

Art.39. "Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de proteção integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o Conselho da Unidade de Conservação"

Parágrafo 1º. "O termo de compromisso deve indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação de seus modos de vida"

Como as questões que motivaram o presente trabalho, inclusive determinadas pelo balizamento legal relacionado acima decorrem de uma situação específica relacionada com a gestão dessa comunidade, optamos por definir normas apenas para as áreas que já sofrem alterações em função da ocupação existente.

Também levamos em consideração a carência de informações mais apuradas sobre o meio biótico, especialmente a eventual existência de endemismos ou de ocorrência de habitats de espécies de fauna, para estabelecer que todas as áreas que não estejam já ocupadas ou destinadas a recuperação, serão consideradas zona de preservação.

Assim a presente proposta de zoneamento decorre da avaliação da caracterização do meio antrópico, para o qual utilizamos dados levantados no PGA e as atualizações feitas em campo, quando foi aplicado um questionário compatível com o que havia sido aplicado em 1992, de forma a permitir dados sobre a evolução da ocupação e da situação socioeconômica do bairro e do cruzamento das cartas temáticas, considerando o balizamento determinado pela legislação ambiental, especialmente:

- Lei 9985/00
- Decreto 4340/02
- Lei 4771/65 e suas atualizações

Para o cruzamento das cartas, foi utilizada a base digital do SICI-PPMA em software ArcViewGIS 3.1, com as seguintes cartas temáticas (esc. Original 1:50.000):

- Foto aérea do ano de 2000;
- Curvas de nível;
- Hidrografia;
- Uso do solo;
- Clinografia;
- Hipsometria;
- APP (art. 2º do CF);

Também utilizamos uma carta produzida pela Fundação ITESP referente à ocupação humana. Essa carta foi produzida em arquivo CAD e não foi possível seu georeferenciamento com as outras cartas, mas tem precisão suficiente para associar a ocupação às áreas degradadas mostradas na foto.

Para definição dos objetivos de manejo associados ao zoneamento, adotamos como premissa a criação de meios para a sustentabilidade econômica, através de um modelo que compatibilize a conservação ambiental com:

1. as atividades tradicionais de sustento da comunidade, adotando técnicas e estratégias que permitam a agregação de valor a essas atividades;
 2. a exploração do potencial ecoturístico do local, considerando a demanda existente de uma visita diferenciada;
- o aproveitamento da experiência de parcela da comunidade no atendimento a visita existente.

Objetivos

Os objetivos do presente trabalho são:

1. apresentar um estudo da situação atual do Camburi no que diz respeito a sua ocupação;
2. estabelecer parâmetros para balizar a forma de ocupação e as atividades econômicas da comunidade tradicional do bairro;
3. definir um zoneamento e estabelecer os objetivos de manejo de cada zona;
4. apresentar subsídios para a elaboração dos Termos de Compromisso nos moldes do Decreto 4340/02;

5. submeter a proposta à apreciação do Conselho Técnico do Instituto Florestal.

Caracterização

da

Área http://www.ubatuba2000.com.br/nucleopicinguaba/tab2_matriz.htm

Meio Antrópico

Histórico da Ocupação

A região da Picinguaba leva o mesmo nome da antiga Vila Caiçara que se encontra dentro dos seus limites e que foi tombada pelo CONDEPHAAT em 1979. Nas primeiras décadas do século XIX, a região apresentava uma próspera agricultura, sendo sua produção escoada "serra acima" (Cunha, São Luiz do Paraitinga) através das trilhas de Ubatumirim e do Corisco. Os principais produtos comerciais eram a farinha de mandioca e o peixe seco. Nessa época, a Vila de Picinguaba contava com oito canoas de voga, e teve, juntamente com a Ilha Anchieta, a maior produção de pesca de tainha, com uma média anual de 50.000 peixes.

A Vila de Picinguaba sempre teve no mar o seu principal acesso, em decorrência da localização de sua praia, incrustada na montanha favorecendo o abrigo de barcos e transformando a área em um excelente porto. "Em toda a parte norte do município de Ubatuba, é o local que oferece melhores condições à navegação e atracação" (Carvalho, 1989).

Apresentando um litoral recortado, com terras cultiváveis desconínuas, a ocupação foi realizada de forma fragmentada, tendo como unidade familiar básica os "fogos" (grupo doméstico). Entre Cambury e Picinguaba existiam 31 grupos domésticos em 1824. Silva (1975), definindo o perfil histórico da economia da região "... mais importante que os traços na paisagem natural foi a contribuição do indígena para a definição do tipo étnico caiçara (também mestiçado com o negro). Com os tipos humanos permaneceu muito da bagagem cultural do indígena, especialmente da cultura material; permaneceu, particularmente, um gênero de vida fundamentado em uma economia que, dado o aumento da população com a colonização, tornou-se predatória." O autor considera que a principal contribuição desta cultura material é a roça (Fonseca, 1996). Os traços étnicos do caiçara estão ligados à miscigenação entre índios, negros e brancos.

O sistema de apropriação da terra foi, desde o início, individual: cada família sabia os limites das áreas que ocupava, apesar de não existir o "balizamento" das posses. Por volta de 1965, segundo um morador de Cambury, quando o governo instituiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi necessário a delimitação das posses para inscrição destas nesse órgão do Governo Federal, com o intuito de cobrança de impostos. Cerqueira (1966), relata que existia na região da Picinguaba, no início do século XIX, a fazenda Cambury e a fazenda Picinguaba. Para alguns moradores de Cambury a ocupação da região foi anterior a essa data, e o bairro sediava em tempos remotos um engenho e, segundo outros habitantes, uma fazenda de atividades pesqueiras.

Desta forma, para os moradores tradicionais, o bairro de Cambury existe há mais de dois séculos, sendo que a população atual apresenta, bem como a população de toda Picinguaba e região de entorno, elos de consanguinidade e fortes relações de parentesco. Após a construção da BR-101 e a crescente valorização da terra na região e várias famílias venderam suas áreas de posse. Ocorreu na década de 70 no Cambury, um êxodo de aproximadamente 20 famílias em direção à cidade de Ubatuba, o mesmo acontecendo com moradores da Vila de Picinguaba, que atualmente apresenta 50% da ocupação formada por veranistas.

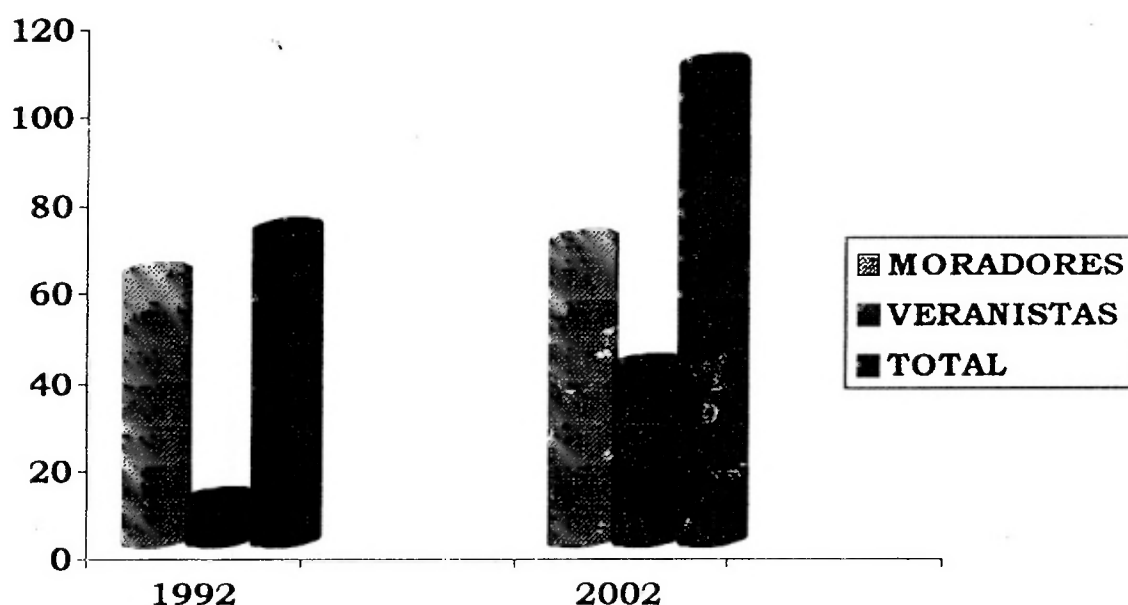
Ocupação atual

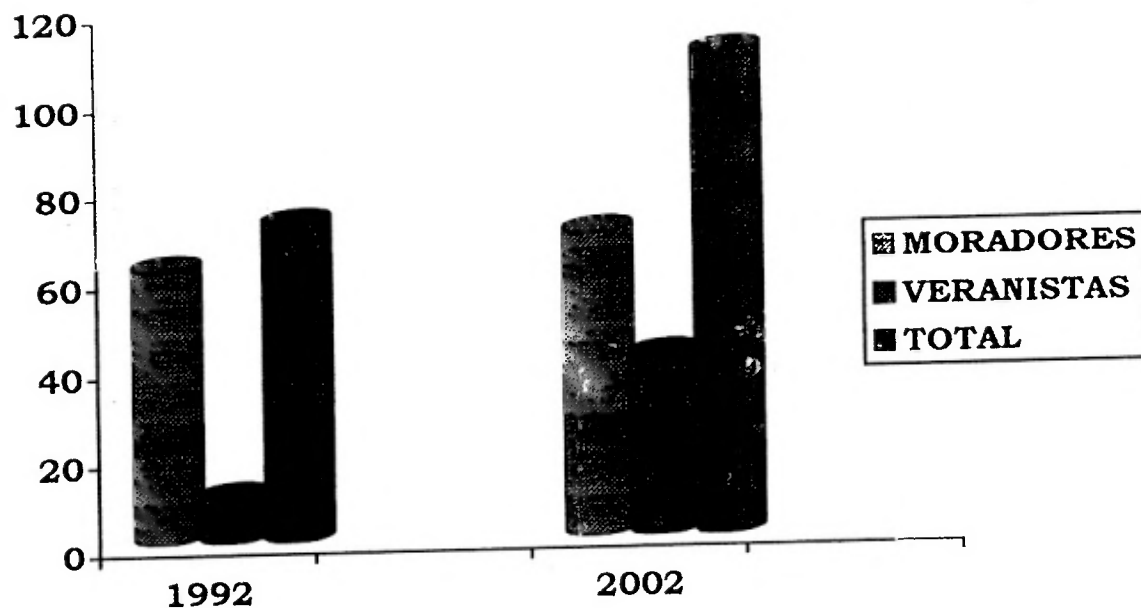
O território de Cambury configura-se como uma pequena extensão ao longo da linha do litoral, estendendo-se da Ponta da Trindade, a Leste, até a Ponta da Cabeçada, a Oeste. Apresenta litoral de costões rochosos, o chamado Saco de Cambury, dentro do qual desenvolveram-se as pequenas praias de Cambury e das Couves (ou Brava do Cambury). Cruzando a meia encosta do território, aparece a estrada Rio-Santos (BR-101), que também secciona outras localidades da região, provocando impactos sobre os ecossistemas e sobre o modo de vida das populações tradicionais.

As áreas mais propícias para uso antrópico, localizadas nas planícies aluvionares e terraços, pertencem atualmente a proprietários que residem fora do bairro, mas era ocupada pelas antigas populações locais. Atualmente, parte dos descendentes desses moradores, estão ocupando as áreas das encostas do Parque da Serra da Bocaina, enquanto o restante continua nas glebas, na condição de "caseiros".

Assim, a maior concentração da população tradicional (moradias e roças) presente no bairro de Cambury, encontra-se nas áreas instáveis de maior declividade, ou seja impróprias para esse uso.

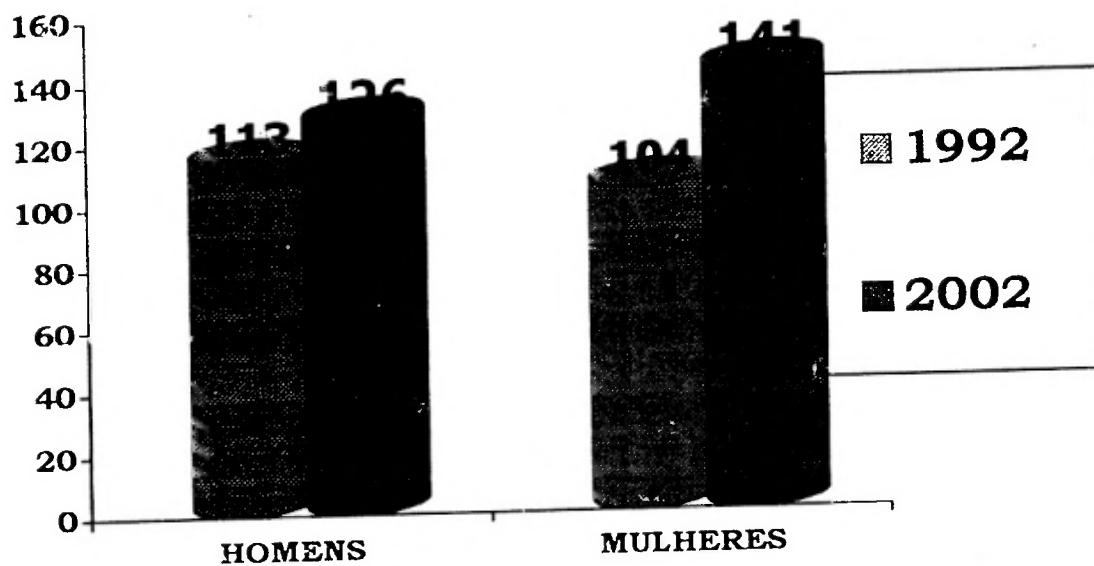
O gráfico abaixo mostra a evolução da ocupação de moradores e veranistas nos últimos 10 anos:





Demografia

O grafico abaixo mostra a evolução da população do Camburi entre os anos de 1992 (quando foi realizado o diagnostico socioeconômico e 2002, quando houve uma atualização dos dados pelo Grupo de Trabalho instituído no âmbito do Comitê Consultivo do Parque):



No Cambury, 84% das mulheres e 74% dos homens têm menos de 30 anos de idade. Destes, 60% de mulheres e 50% de homens são menores de 19 anos. O relatório realizado em fevereiro de 1997 pela Secretaria de Serviço Social da Prefeitura de Ubatuba atualizou esses números: visita realizada em 33 residências (correspondendo a 39 famílias); foram cadastrados 166 moradores; 05 residências estavam fechadas e pertenciam a moradores nativos, num total aproximado de 30 pessoas. Desta forma, segundo esse relatório, o Cambury apresenta atualmente população aproximada de 196 pessoas. Destas, 105 são crianças e adolescentes (55% da população total), continuando a mesma relação do levantamento de 1992. Silva (1975), considera que o alto índice de jovens na população provoca o aparecimento de grande número de pessoas não ocupadas ou trabalhando em subempregos. Segundo o autor, Ubatuba apresentava em 1972, 53,6% da população menor de 20 anos de idade, relacionando os fenômenos de marginalidade presentes no litoral norte do Estado de São Paulo a esse fato. Os dados obtidos retratam uma situação regional, mas com a agravante de que essa população encontra-se em área de Parque, onde mesmo as atividades tradicionais de subsistência estão cerceadas pela legislação ambiental, aumentando ainda mais o ônus da população ativa.

Quanto aos núcleos familiares, considerou-se para este estudo as unidades compostas pelo pai, mãe e filhos e pessoas que moram sozinhas, conforme quadro abaixo. Em algumas residências foi observada a presença de mais de uma unidade familiar.

Na organização social da comunidade caçara os grupos domésticos (fogos) são formados por mais de um núcleo familiar. Essa forma de organização social reflete na forma da ocupação dos espaços e distribuição das áreas de roças. Influencia também na estrutura da comunidade que tem nas pessoas mais velhas dos fogos as lideranças naturais do bairro ou vila.

No bairro de Cambury, por exemplo, temos 49 famílias que sintetizam, aproximadamente, 15 grupos domésticos (PGA, 1997). Os atuais moradores, quando saem do local de origem, migram para outras áreas da mesma região. Dos deslocamentos observados - aproximadamente 20% do total dos atuais descendentes - 75% foram para outras vilas e bairros de Ubatuba, ou para o município de Paraty. Pode-se observar também, que os deslocamentos detectados nas entrevistas de campo, foram relativamente pequenos. Como exemplo, no Cambury, constatou-se que 24 pessoas (10% da população) dos atuais descendentes, estavam morando fora da área e destes, sendo a maioria mulheres. Os deslocamentos, portanto, ocorrem basicamente de três formas:

- dentro dos limites da região, principalmente para os bairros periféricos das cidades de Paraty e Ubatuba;
- para praias vizinhas;
- dentro dos próprios bairros, para áreas mais distantes da praia e zonas pouco propícias à ocupação (altas declividades).

Atividades produtivas tradicionais

Roças de subsistência e criação de animais

Através da observação direta e relatos da população moradora, as famílias continuam com suas roças de subsistência, cultivadas em áreas menores. A principal cultura é a mandioca, existindo atualmente na região da Picinguaba 15 casas de farinha em funcionamento. Parte da produção da farinha de mandioca é vendida, colaborando no orçamento familiar.

Segundo alguns moradores mais idosos, antigamente havia mais fartura na região, e as roças eram bem maiores. A criação de galinhas e patos também era mais significativa, proporcionando às famílias o enriquecimento da alimentação através da carne e dos ovos.

Em consequência das proibições impostas pela legislação de parques, o sistema de descanso da terra, o "pousio", deixou de ser praticado. Assim, a comunidade continua fazendo roças de milho, mandioca, batata doce, abóbora, cana e feijão, só que em áreas restritas, por vezes utilizando-as sem descanso por mais de 10 anos, fato que exaure a terra e diminui a sua produção. A criação de aves também continua existindo, mas em quantidade bem menor.

Na Vila de Picinguaba a agricultura praticamente desapareceu. Apenas nove pessoas ainda praticavam o plantio e somente uma declarou ser essa a sua fonte de renda principal (São Paulo, 1992). Apesar desse quadro, pode-se dizer que a roça representa, ainda hoje, um forte apoio à subsistência das famílias da localidade. Nela, podem ser cultivados gêneros alimentícios, que se forem adquiridos nos supermercados das cidades próximas, tornam-se bem mais onerosos. Sendo assim, entende-se que para a população local, a roça de subsistência é uma prática cultural que não pode ser descartada.

No Bairro de Cambury todos os grupos domésticos têm áreas de cultivo. Nos quintais das moradias existem árvores frutíferas como: laranja, abacate, jaca, jambo, goiaba etc. Alguns cultivam palmito e é praticado o plantio de ervas medicinais. A organização do trabalho nas roças é familiar, participando da atividade inclusive as crianças e adolescentes.

Pesca artesanal

O Cambury tem dois cercos funcionando; um deles de morador do centro de Ubatuba. Na descrição dos pescadores de Cambury, o cerco constitui-se de um cercado de bambus dispostos de forma semelhante a um espiral. No fundo desta estrutura é fixada uma rede, cujo espaçamento pode variar de malha 10 a malha 2. Quando instalado, a rede fica no mar, geralmente, por oito dias. Para retirar o pescado, chegam a fazer de 3 a 4 visitas diárias, utilizando 2 canoas e 6 homens. Na divisão da produção, metade fica para o dono do cerco e a outra é dividida entre os pescadores.

A melhor época para a "colocação" do cerco é de novembro a abril (seis meses). Os principais pescados capturados são: carapau, bonito, espada, bicudo, galo e cavala. A produção do cerco de Cambury é vendida para Ubatuba e Paraty.

Artesanato

Segundo o "Projeto-Piloto de Apoio ao Artesão" da FUNARTE (Rio de Janeiro, 1987), foi a partir da década de 70 que ocorreu no Brasil a "descoberta" do artesanato, tanto por parte dos pólos consumidores quanto por parte das instituições, em decorrência do aumento do turismo, e à crise econômica, levando à busca de novas formas de ocupação de mão de obra e geração de divisas. Apesar do incremento do artesanato a partir dessa data, as atividades tradicionais sempre foram realizadas tendo em vista o desenvolvimento das atividades de subsistência dos moradores da região. "O trabalho artesanal do habitante da área rural está voltado principalmente para a produção de utensílios que são necessários no desenvolvimento de suas outras atividades. Para a pesca são feitas canoas, remos, redes, covos e cestas diversas; atividades ligadas à lavoura pedem cabos de machado e enxada, jacás e cestos diversos usados na colheita e na feitura da farinha, que também requer cochos, pás, rodos, tapitis e peneiras; gamelas, colheres, abanos, pilões, cestas e peneiras aos trabalhos domésticos;..." (Heye & Souza, FUNART, op. cit.).

Atualmente, o saber artesanal, aliado às necessidades específicas, passa a conviver com outros conhecimentos gerados a partir do contato com a sociedade circundante, criando objetos que atendem à demanda turística da região. O objeto artesanal possui um processo de confecção inteiramente dominado pelo seu produtor, seja na obtenção da matéria prima natural, bem como no tratamento do material, e localização dos vegetais utilizados, até a produção da peça.

Na região, encontramos trabalhos artesanais ligados às necessidades de subsistência, bem como a criação de objetos para a demanda turística existente na área, como miniatura de barcos de brinquedo ou decoração, pássaros e outros bichos da fauna local, além de cestos, balaios, peneiras, remos, chapéus, vassouras.

Dentro dos limites do Núcleo Picinguaba, existe um total de 13 (treze) artesãos. Destes, 8 (oito) vivem da produção de suas peças artesanais (dados de 1994).

Atividades Econômicas

Zoneamento

No Plano de Gestão do Núcleo Picinguaba foi proposta a inserção da área do Camburi em uma zona de uso intensivo, sub-zona de ocupação tradicional, sendo que na Matriz de Planejamento do PGA estava prevista a elaboração de um microzoneamento para o bairro, visando compatibilizar a manutenção da comunidade e seu "modus vivendi" com a sustentabilidade econômica e a conservação ambiental.

Considerando ainda:

1. a situação provisória dessa normatização em função dos prazos estabelecidos no SNUC;
2. a situação atual no que diz respeito à ocupação humana;
3. a dinâmica da evolução dessa ocupação e;
4. as atividades econômicas atuais e a proposta de sustentabilidade econômica adotada como premissa nesse trabalho

Estabelecemos a definição apenas da zona de uso intensivo, que compreenderá os diversos locais onde estarão previstas atividades humanas. As permissões para atividades e a instalação e operação dos equipamentos nessa zona dependerá de análise da situação socioeconômica do solicitante, da compatibilização com o determinado nos estudos de capacidade de suporte e avaliação de impacto ambiental e os limites estabelecidos em legislação federal de proteção a vegetação. O Instituto Florestal deverá estabelecer convenio com a Prefeitura para a operacionalização de atividades conjuntas nas áreas de saúde, coleta de lixo, assistência social, educação, licenciamento e fiscalização.

Os objetivos gerais de manejo nessa zona são:

- regularização fundiária;
- compatibilização da ocupação humana tradicional com a geração de renda e a preservação ambiental;
- definição de capacidade de suporte;
- realização de estudos faunísticos para o aperfeiçoamento do balizamento das atividades humanas;
- capacitação dos moradores para o trabalho com o visitante;
- melhoria das condições sanitárias e de saúde da população;
- remoção das edificações que não forem passíveis de regularização;
- estabelecimento de planos de ação que definam metas e as atividades para atingi-las;
- trabalho conjunto entre as diversas instituições públicas e privadas para o desenvolvimento dos programas de gestão que forem determinados no plano de ação.

Para efeito de regulamentação, a zona de uso intensivo será dividida nas seguintes sub-zonas:

Estradas – zona compreendida basicamente pela BR 101 e sua faixa de domínio, que corta o bairro, e pela estrada municipal que liga a BR 101 à praia. (caminhos)

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- evitar que a manutenção da faixa de domínio implique em danos ao Parque, como por exemplo com o uso do fogo, ou com o acúmulo de lixo que as equipes de manutenção deixam na estrada;
- estabelecer parceria com o IBAMA e a Prefeitura de Ubatuba para a instalação e operação de portal na BR101 na divisa SP/RJ;
- estabelecer um projeto de perenização da estrada municipal de baixo impacto e fácil manutenção;
- estabelecer um controle do tráfego na estrada municipal através da instalação de uma guarita.

Equipamentos públicos – zona compreendida pelas edificações atuais que tem função pública, tais como escola, posto de saúde, cemitério, igreja, etc., e pelos locais passíveis de instalação de novos equipamentos, tais como lixeira comunitária, estruturas de armazenamento e tratamento de água para abastecimento, etc.

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- obter um tratamento paisagístico para as estruturas já existentes de forma a incorporá-las na paisagem da forma mais harmônica possível;
- promover uma melhoria na situação sanitária;

Praia – zona compreendida pela faixa de areia e faixa de marinha.

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- recuperação da faixa de jundú, com a remoção dos barracos de comércio e de moradia provisória, conforme já solicitado no âmbito do Processo que trata de Ação Civil impetrada pelo Ministério Público, tramitando no Fórum de Ubatuba;
- realizar estudos de capacidade de suporte;
- promover programas de conscientização dos moradores e turistas com respeito a destinação de lixo e de preservação ambiental, entre outros;

Zona da planície da praia (nome provisório) – zona compreendida pela planície da praia, limitada pelo rio ____ a esquerda, a linha de cota ____ ao fundo e o rio ____ a direita.

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- instalação de equipamentos de apoio ao visitante e de geração de renda. Esses equipamentos podem ser quiosques de venda de produtos da comunidade (artesanato, produtos agrícolas), alimentos "in natura" ou preparados, equipamentos de coleta seletiva de lixo, estacionamento, camping, pousadas familiares, etc.;
- elaboração de estudos de capacidade de suporte para as atividades passíveis de execução;
- dimensionamento da infra-estrutura pública (abastecimento, saneamento, energia) para dar suporte às atividades passíveis de execução;
- elaboração e execução de um projeto global de recuperação paisagística;
- negociação no âmbito da PGE, PPI, MPE, MPF, SPU e ITESP para a utilização das glebas que estão sob ação discriminatória e para a cessão da área de marinha para o Estado.

Zona de moradia atual – zona composta pelas áreas já ocupadas pelos moradores, incluindo as áreas utilizadas para agricultura de subsistência.

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- executar estudos de capacidade de suporte para moradia;
- definir as casas que estão em APP e propor alternativas para sua mudança – caso pertencente a morador tradicional – ou ajuizar ação destinada à demolição, caso pertencente a outros;
- executar um projeto de abastecimento de água tratada e saneamento para as residências dos moradores tradicionais;
- definir parâmetros arquitetônicos para reformas e melhoria das casas dos moradores tradicionais;
- definir sub-zonas onde poderão ser construídos pequenas pousadas familiares e áreas para camping, dentro de critérios pré-estabelecidos.
- Promover ações para recuperação ambiental e paisagística dessa zona;
- Apresentar propostas para o fornecimento de energia para os moradores tradicionais;
- Aplicar instrumentos normativos e fiscais (estatuto da cidade) para taxar progressivamente casas de turistas, incentivando-os a vender suas benfeitorias para os moradores ou para o Estado;
- Compatibilizar as propostas desse documento com o Plano de Manejo do PNSB;

Zona agrícola – compreendida por 10 glebas de 1ha, localizadas em áreas já alteradas, fora de APP e com declividade compatível.

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- Cultivo familiar de produtos tradicionais adotando técnicas que visem a preservação do solo e o aumento da produtividade;
- Resgate do sistema de pousio tradicionalmente adotado pela comunidade;
- O abastecimento da comunidade e a produção de excedente para comercialização junto aos visitantes;
- Compatibilização da operacionalização desse sistema com a promoção de atividades, estudos e pesquisas visando:
 - O aproveitamento de subprodutos florestais durante o processo de regeneração da área;
 - O processo de reintrodução de fauna nas áreas deixadas para regeneração;
 - A verificação da sucessão vegetal com relação a biodiversidade e a fisionomia;
 - A demonstração do processo a grupos organizados de visitantes e/ou estudantes;

socioeconômica do solicitante, da compatibilização com o determinado nos estudos de capacidade de suporte e avaliação de impacto ambiental e os limites estabelecidos em legislação federal de proteção a vegetação. O Instituto Florestal deverá estabelecer convenio com a Prefeitura para a operacionalização de atividades conjuntas nas áreas de saúde, coleta de lixo, assistência social, educação, licenciamento e fiscalização.

Os objetivos gerais de manejo nessa zona são:

- regularização fundiária;
- compatibilização da ocupação humana tradicional com a geração de renda e a preservação ambiental;
- definição de capacidade de suporte;
- realização de estudos faunísticos para o aperfeiçoamento do balizamento das atividades humanas;
- capacitação dos moradores para o trabalho com o visitante;
- melhoria das condições sanitárias e de saúde da população;
- remoção das edificações que não forem passíveis de regularização;
- estabelecimento de planos de ação que definam metas e as atividades para atingi-las;
- trabalho conjunto entre as diversas instituições públicas e privadas para o desenvolvimento dos programas de gestão que forem determinados no plano de ação.

Para efeito de regulamentação, a zona de uso intensivo será dividida nas seguintes sub-zonas:

Sub-Zona Z-1: Estradas e Caminhos – zona compreendida pela BR 101 e sua faixa de domínio, que corta o bairro, pela estrada municipal que liga a BR 101 à praia e pelos caminhos que dão acesso aos núcleos residenciais.

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- evitar que a manutenção da faixa de domínio implique em danos ao Parque, como por exemplo com o uso do fogo, ou com o acúmulo de lixo que as equipes de manutenção deixam na estrada;
- estabelecer parceria com o IBAMA e a Prefeitura de Ubatuba para a instalação e operação de portal na BR101 na divisa SP/RJ;
- estabelecer um projeto de perenização da estrada municipal de baixo impacto e fácil manutenção e recuperação dos caminhos;
- estabelecer um controle do tráfego na estrada municipal através da instalação de uma guarita.

Sub-Zona Z-2: Equipamentos públicos – zona compreendida pelas edificações atuais que tem função pública, tais como escola, posto de saúde, cemitério, igreja, etc., e pelos locais passíveis de instalação de novos equipamentos, tais como lixeira comunitária, estruturas de armazenamento e tratamento de água para abastecimento, etc.

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- obter um tratamento paisagístico para as estruturas já existentes de forma a incorpora-las na paisagem da forma mais harmônica possível;
- promover uma melhoria na situação sanitária;

Sub-Zona Z-3: Praia – zona compreendida pela faixa de areia e faixa de marinha.

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- recuperação da faixa de jundú, com a remoção dos barracos de comércio e de moradia provisória, conforme já solicitado no âmbito do Processo que trata de Ação Civil impetrada pelo Ministério Público, tramitando no Fórum de Ubatuba;
- realizar estudos de capacidade de suporte;
- promover programas de conscientização dos moradores e turistas com respeito a destinação de lixo e de preservação ambiental, entre outros;

Sub-Zona Z-4: planície da praia – zona compreendida pela planície da praia, limitada pelo rio ____ a esquerda, a linha de cota ____ ao fundo e o rio ____ a direita.

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- instalação de equipamentos de apoio ao visitante e de geração de renda. Esses equipamentos podem ser quiosques de venda de produtos da comunidade (artesanato, produtos agrícolas), alimentos "in natura" ou preparados, equipamentos de coleta seletiva de lixo, estacionamento, camping, pousadas familiares, etc.;
- elaboração de estudos de capacidade de suporte para as atividades passíveis de execução;
- dimensionamento da infra-estrutura pública (abastecimento, saneamento, energia) para dar suporte às atividades passíveis de execução;
- elaboração e execução de um projeto global de recuperação paisagística;
- negociação no âmbito da PGE, PPI, MPE, MPF, SPU e ITESP para a utilização das glebas que estão sob ação discriminatória e para a cessão da área de marinha para o Estado.

Sub-Zona Z-5: área de moradia atual – zona composta pelas áreas já ocupadas pelos moradores, incluindo as áreas utilizadas para agricultura de subsistência.

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- executar estudos de capacidade de suporte para moradia;
- definir as casas que estão em APP e propor alternativas para sua mudança – caso pertencente a morador tradicional – ou ajuizar ação destinada à demolição, caso pertencente a outros;
- executar um projeto de abastecimento de água tratada e saneamento para as residências dos moradores tradicionais;
- definir parâmetros arquitetônicos para reformas e melhoria das casas dos moradores tradicionais;
- definir sub-zonas onde poderão ser construídos pequenas pousadas familiares e áreas para camping, dentro de critérios pré-estabelecidos.
- Promover ações para recuperação ambiental e paisagística dessa zona;
- Apresentar propostas para o fornecimento de energia para os moradores tradicionais;
- Aplicar instrumentos normativos e fiscais (estatuto da cidade) para taxar progressivamente casas de turistas, incentivando-os a vender suas benfeitorias para os moradores ou para o Estado;
- Compatibilizar as propostas desse documento com o Plano de Manejo do PNSB;

Sub-Zona Z-6: área agrícola – compreendida por 10 glebas de 1ha, localizadas em áreas já alteradas, fora de APP e com declividade compatível.

Os objetivos de manejo dessa zona são:

- Cultivo familiar de produtos tradicionais adotando técnicas que visem a preservação do solo e o aumento da produtividade;
- Resgate do sistema de pousio tradicionalmente adotado pela comunidade;
- O abastecimento da comunidade e a produção de excedente para comercialização junto aos visitantes;
- Compatibilização da operacionalização desse sistema com a promoção de atividades, estudos e pesquisas visando:
 - O aproveitamento de subprodutos florestais durante o processo de regeneração da área;
 - O processo de reintrodução de fauna nas áreas deixadas para regeneração;
 - A verificação da sucessão vegetal com relação a biodiversidade e a fisionomia;
 - A demonstração do processo a grupos organizados de visitantes e/ou estudantes;

Considerações Finais

Como já relatado no início, o presente trabalho não se constitui em um plano de manejo acabado, mas contempla as principais diretrizes que constituirão a espinha dorsal desse plano, justamente aquelas indispensáveis para que se possa implantar efetivamente uma regulamentação para esse bairro.

Todavia é preciso ficar claro que existem condicionantes que estão além das atribuições do Instituto Florestal, e que devem ser previamente equacionadas para que o Instituto Florestal possa dar segmento a essa proposta, qual sejam:

- Definir competências na área de sobreposição entre o Parque Estadual da Serra do Mar e o Parque Nacional da Serra da Bocaina, lembrando que pouco mais da metade dos ocupantes do bairro estão nessa área;
- Definir as implicações decorrentes da Ação Discriminatória que corre na Vara Federal de Taubaté;
- Parecer jurídico sobre a eficácia dos Termos de Compromisso definidos no Decreto 4340/02

Conforme se der o encaminhamento dessas questões o Instituto Florestal dará seguimento a análise desse documento em seu Conselho Técnico, para que eventualmente possa ser aprovado.

Caro (a) amigo (a)

Desculpe o transtorno que estamos causando, porém esta é a única forma que temos para nos manifestar e sensibilizar o governo e população sobre os sérios problemas que estamos enfrentando, pelos seguintes motivos:

1 - São mais de 25 anos de descaso, desde a criação do Parque Estadual da Serra do Mar, já tentamos de tudo e as soluções prometidas demoram a chegar. Nesta região que compõe toda a área do Parque acontece de tudo, caça de animais silvestres, captura de aves, extração ilegal de palmitos, grilagens de terras, atos de violências, homicídios, estupros, roubos, uso de drogas e até o impedimento do direito a organizar o bairro, visando melhorar a qualidade de vida da população local.

2 - Não nos deixam nem ao menos construir uma lixeira para destinar melhor o lixo. Não temos energia elétrica nem telefone no bairro, não podemos reformar nossas moradias nem melhorar o acesso para nossas casas e praia, organizar o espaço físico da praia para atender melhor o turista.

3 - O Parque não tem o mínimo de respeito com a nossa comunidade, agem com truculência, multas, etc.

4 - Não somos os destruidores do meio ambiente, pelo contrario fazemos parte dele e estamos aqui há mais de 200 anos, desde os nossos ancestrais, bem antes desta área se tornar Unidade de Conservação.

5 - O que estamos reivindicando é apenas uma solução para os moradores que vivem em situação precária no lugar em que nasceram, que se transformou em Parque. Queremos respeito e melhor qualidade de vida. Nossa luta por justiça dignidade e igualdade de oportunidades se faz necessária.

Pedimos a sua compreensão.

Associação dos Moradores do Bairro do Cambury.